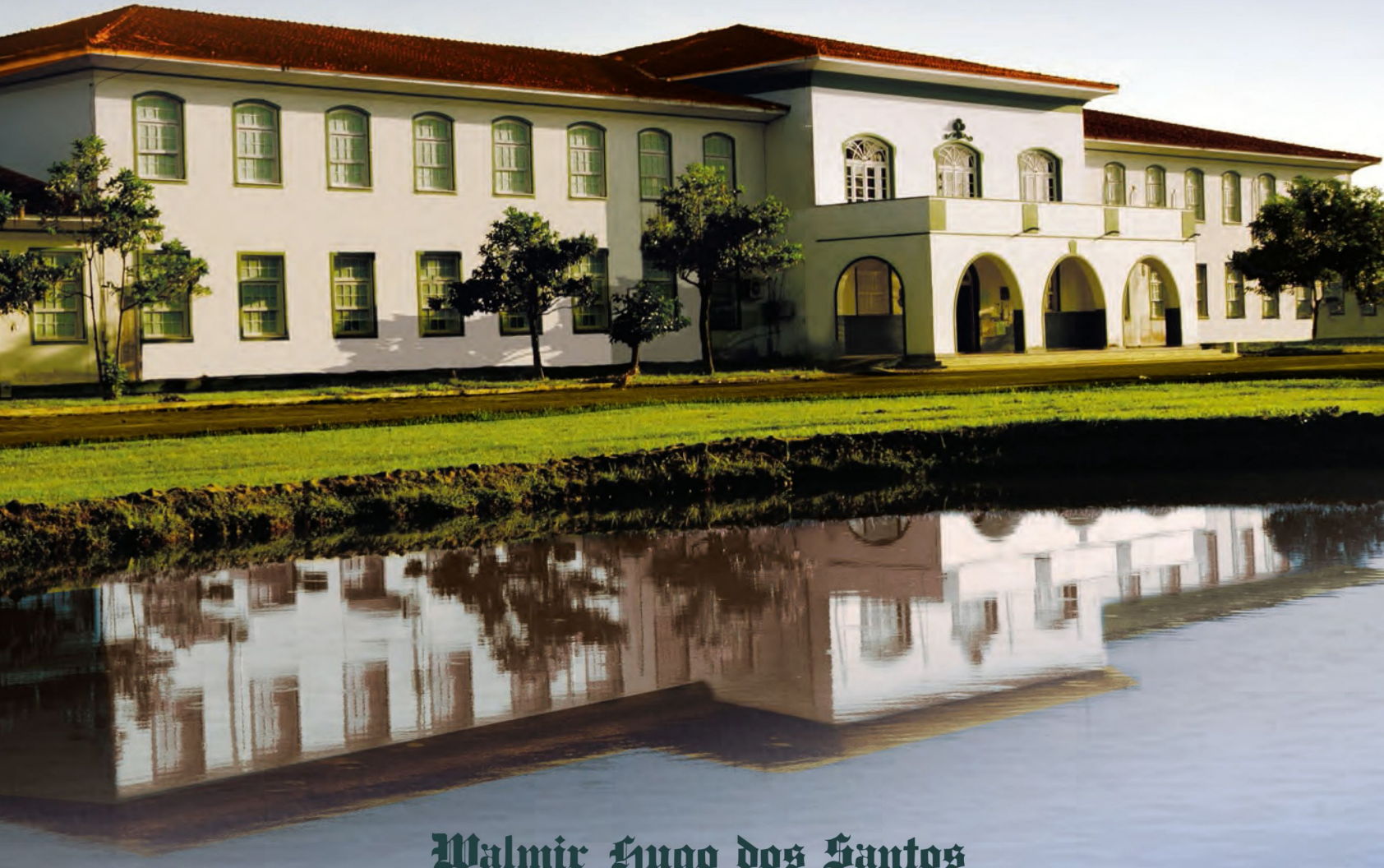
# Registros Históricos

## Contribuição à Memória da Universidade Federal Rural da Amazônia



Walmir Hugo dos Santos

# Registros Históricos

## Contribuição à Memória da Universidade Federal Rural da Amazônia

Walmir Hugo dos Santos

# Registros Históricos

## Contribuição à Memória da Universidade Federal Rural da Amazônia

**Walmir Hugo dos Santos**

Belém
2014

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

José Henrique Paim Fernandes
**MINISTRO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA**

Sueo Numazawa
**REITOR**

Paulo de Jesus Santos
**VICE-REITOR**

Marly Maklouf dos Santos Sampaio
**EDITORAÇÃO**

**COMISSÃO EDITORIAL**

Gracialda Costa Ferreira

Israel Hidenburgo Aniceto Cintra

Maria Cristina Manno

Moacir Cerqueira da Silva

Sérgio Antonio Lopes de Gusmão

**EQUIPE EDITORIAL**

Heliana Brasil

Inácia Faro Libonati

Joseanne Rodrigues Alves

Priscila do Rosário Monteiro

Ricardo Bezerra

**PROJETO GRÁFICO**

José Cardoso

**ENDEREÇO**
Av. Tancredo Neves, 2501
Cep: 66077-530 – Terra Firme
E-mail: editora@ufra.edu.br

---

Santos, Walmir Hugo dos
Registros históricos: contribuição à memória da Universidade Federal Rural da Amazônia/ Walmir Hugo dos Santos. – Belém: Universidade Federal Rural da Amazônia, 2014.
186p.:Il.
ISBN 978-85-7295-089-3
1.Registros históricos. 2. Memórias. 3. Universidade Federal Rural da Amazônia. I. Título.

CDD 630.9811

---

# Registros Históricos

## Contribuição à Memória da Universidade Federal Rural da Amazônia

# HOMENAGEM ESPECIAL

Uma homenagem especial deve ser prestada aos componentes da 1ª Turma de diplomados em Agronomia, pela Escola de Agronomia da Amazônia – EAA, em 1954, numa justa homenagem aos primeiros Engenheiros Agrônomos que iniciaram a participação dos profissionais regionais no processo mais recente de desenvolvimento socioeconômico da região, a partir da década de 50, sobretudo na ocupação de cargos e funções públicas de entidades ligadas à produção agrícola e pecuária.

Os 23 componentes da turma de 1954, cuja colação de grau foi realizada em 18.12.1954, são os seguintes:

1) Andersen Caio Rodrigues Soares
2) Arlindo Emílio Alves de Miranda
3) Carlos Turiano Meira Martin
4) Elias José Zagury
5) Elias Isaac Aguiar
6) Eurico Pinheiro
7) Geraldo Dalette Pinto de Lima
8) Humberto Marinho Koury
9) Jorge Coelho de Andrade
10) José de Souza Rodrigues
11) José Rubens Cordeiro Gonçalves
12) Luciano Terra das Neves
13) Lucio Salgado Vieira
14) Manoel Milton Ferreira da Silva
15) Natalino Penner
16) Paulo Bezerra Cavalcante
17) Ruy Ferreira da Silva
18) Virgilio Ferreira Libonati
19) Roberto Onety Soares
20) Silvio Puga Fagundes
21) Sebastião Andrade
22) Ruben Carvalho do Valle
23) Ieda Coelho Ribeiro

# AGRADECIMENTOS

Ninguém escreve um documento desta natureza, sobretudo quando se pretende resgatar parte de uma memória que já se encontrava quase esquecida, sem a contribuição e a participação de muitos que acreditam que as instituições têm história que precisa ser preservada, para conhecimento de seus contemporâneos e daqueles que se interessam pelos acontecimentos vividos ao longo dos tempos, talvez até para encontrar as justificativas de como alguns fatos e ocorrências do passado, influenciam na situação atual das organizações.

Por esta razão foi possível concluir este Registro Histórico, pois essas contribuições compensaram, em parte, a notória indiferença que os responsáveis pelas instituições, especialmente as públicas, tem pela manutenção, sistematização e arquivo dos documentos que fazem de algum modo, a história e a trajetória dessas unidades, para avaliação justa e serena, no que couber, da participação de cada uma delas no conjunto das atribuições que lhes conferem a legislação e a sua missão perante a sociedade.

Por tudo isso os agradecimento se impõem. E não fazê-los, seria uma apropriação indevida que o autor não pretende incorrer, pois já basta correr o risco de não se fazer menção a alguns que não constam dos agradecimentos, mas que, se não forem lembrados, por falta de memória, certamente não serão esquecidos por razões do coração.

Inicialmente, os agradecimentos aos Reitores Marco Aurélio Leite Nunes e Sueo Numazawa, por permitirem a consulta de uns poucos documentos não confidenciais da UFRA, que o autor não tinha em seu arquivo pessoal, fonte maior utilizada neste trabalho.

Agradecimentos a vários colegas da UFRA, como o Prof. Paulo Luiz Contente de Barros, o Prof. Moacir Cerqueira da Silva e o companheiro Pedro Sérgio Fontes do Nascimento, que incentivaram o autor para realizar este Registro Histórico.

Ao Prof. Emir Chaar El-Husny, Vice-Diretor na gestão do Prof. Antonio Carlos Alberio, Diretor da FCAP no período 1984 – 1988, os agradecimentos pelas informações que forneceu sobre algumas ocorrências, principalmente quanto a primeira tentativa de encampação da FCAP pela UFPA, situação que viveu como estudante, por ocasião da visita do Ministro Tarso Dutra à Belém, em 1969 e ao Prof. José Maria Hesketh Conduru Neto, Vice-Diretor na gestão do Prof. Fernando Antonio Souza Bemerguy, Diretor no período de 1993 – 1996, pelos dados a respeito da terceira tentativa de encampação da FCAP e da estada da Comissão designada pelo Ministro Murilio Hingel, para analisar o processo que estava em tramitação no MEC, além da cessão de várias fotografias de sua autoria.

Agradeço, também, às companheiras, Bibliotecária Marly Maklouf dos Santos Sampaio, Chefe da Editora da UFRA pela colaboração recebida na parte de sistematização bibliográfica, bem como à Jornalista Lia Rodrigues e a Técnica Adriane Faturi, ambas da Assessoria de Comunicação da Universidade – ASCOM, pela ajuda na busca e seleção de algumas fotografias que ilustram este documento. À Professora Heliana Brasil pela sua colaboração na revisão do texto.

Ao Professor Paulo Luiz Contente de Barros, amigo dileto, os agradecimentos pela contribuição espontânea para a realização deste trabalho, bem como na oferta de sugestões pertinentes, críticas construtivas e digitação impecável, o que enriqueceu o registro das ocorrências, a transparência necessária e a fidelidade integral aos acontecimentos, para não deixar dúvidas que pudessem dar margem a questionamentos sobre a autenticidade de cada um deles, especialmente os ocorridos durante o período de seu mandato à frente da FCAP, um dos melhores da história da instituição.

A todos aqueles que, de uma forma ou de outra, ilustraram, com suas participações, o resgate de várias passagens importantes para a vida da Universidade fica, também, os agradecimentos do autor, com certeza de que sem essas contribuições, os registros seriam incompletos e não justificariam, sequer, as suas lembranças.

Walmir Hugo dos Santos
Autor

# LISTA DE FIGURAS


Figura 1 Vista do terceiro bloco do antigo IAN, hoje EMBRAPA, onde foi instalada a EAA, nele permanecendo até a conclusão do Prédio Central (Foto: Arquivo da UFRA)..... 25

Figura 2 Lançamento da pedra fundamental do Prédio Central em 27/12/1952 (Foto: Arquivo da UFRA)..... 27

Figura 3 Fachada do Prédio Central da UFRA (Foto: José Maria Conduru Neto) ..... 27

Figura 4 Deputado Federal Sebastião Andrade (Fonte: Arquivo da Câmara dos Deputados)..... 37

Figura 5 Capa da publicação de FCAP À UFRA distribuída por ocasião do lançamento da campanha da criação da UFRA, em 16/04/2001..... 41

Figura 6 Contra capa do documento que apresentou a proposta de transformação da FCAP em UFRA. ..... 42

Figura 7 Foto por ocasião da assinatura pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, na Usina Hidrelétrica de Tucuruí, da Lei de criação da UFRA (Foto: Arquivo da UFRA)..... 43

Figura 8 Prédio de Engenharia de Pesca no *Campus* Belém da UFRA (Foto: Arquivo da UFRA).... 48

Figura 9 Vista das instalações onde funcionam salas de aulas, laboratórios, auditório e dependências administrativas do Curso de Zootecnia no *Campus* Belém da UFRA (Foto: Arquivo da UFRA)..... 50

Figura 10 Número de discentes matriculados e dissertações defendidas no período de 1994 a 2011 pelo Curso de Mestrado em Ciências Florestais ..... 62

Figura 11 Número de teses defendidas por discentes matriculados no período de 2001 a 2011 pelo Programa de Doutorado em Ciências Agrárias – UFRA/EMBRAPA. ..... 65

Figura 12 Governador em exercício, Helenilson Pontes, o Magnífico Reitor Sueo Numazawa e o Embaixador do Japão no Brasil, Akira Miwa, na comemoração dos 60 anos da UFRA (Foto: Arquivo da UFRA)..... 73

Figura 13 Vista de dependências da Estação Experimental de Piscicultura de Castanhal (Foto: Arquivo da UFRA) ..... 77

Figura 14 Vista de instalações da Fazenda Escola de Igarapé-Açu (Foto: Arquivo da UFRA)..... 79

Figura 15 Vista da área da Estação Experimental de Cuiarana, Salinópolis-PA (Foto: Raimundo Nonato Pereira) ..... 81

Figura 16 Vista aérea de parte do *Campus* Belém (Foto: José Maria Conduru Neto) ..... 83

Figura 17 Vista frontal do Ginásio de Esportes no *Campus* Belém da UFRA..... 83

Figura 18 Vista da área do *Campus* Belém: A – Bosque Professor Humberto Marinho Koury, B – Unidade Demonstrativa de Uso Alternativo de Áreas de Várzeas (Fotos: Arquivo da UFRA)..... 84

Figura 19 Prédio da Reitoria da UFRA (Foto: Arquivo da UFRA) ..... 85

Figura 20 Vista de instalações do *Campus* Belém: Central de gabinetes de docentes (Foto: Arquivo da UFRA). ..... 85

Figura 21 Vista parcial das instalações do *Campus* Capitão Poço (Foto: Arquivo da UFRA) ..... 87

Figura 22 Instalações do *Campus* Parauapebas (Foto: Arquivo da UFRA) ..... 88

Figura 23 Instalações do *Campus* Paragominas (Foto: Arquivo da UFRA) ..... 89

Figura 24 Área de 10 ha doada para a construção das futuras instalações do *Campus* Capanema (Foto: Sérgio Pinheiro) ..... 90
Figura 25 Prédio onde funcionarão provisoriamente as instalações do *Campus* Capanema (Foto: Sérgio Pinheiro) ..... 91
Figura 26 Prédio da Unidade de Apoio Acadêmico do *Campus* Tomé-Açu (Foto: Arquivo da UFRA) 92
Figura 27 Vista frontal do Prédio Central da UFRA (Foto: José Maria Conduru Neto)..... 94
Figura 28 Evolução do quadro de pessoal docente, total e por classe de magistério, no período de 1990 a 2000..... 99
Figura 29 Evolução do corpo docente por titulação universitária no período de 1992 a 2000. ..... 100
Figura 30 Evolução do pessoal docente por regime de trabalho no período 1992 a 2000..... 100
Figura 31 Distribuição percentual dos docentes por *Campus*/Instituto..... 108
Figura 32 Pessoal docente por classe de magistério no período de 2001 a 2011 ..... 109
Figura 33 Evolução do quadro de pessoal docente por regime de trabalho no período de 2001 a 2011.. 111
Figura 34 Evolução do número de matrículas dos discentes na UFRA, desde a aula inaugural até o fim do 2º semestre de 2011. ..... 114
Figura 35 Distribuição porcentual de discentes matriculados por *Campus* da UFRA - 2011 ..... 117
Figura 36 Distribuição porcentual do número de discentes por curso de graduação no final do 2º semestre de 2011..... 117
Figura 37 Momentos da Procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré: A – Início da procissão, B – Anjos, C – Coral de crianças, D – Banda de música da Policia Militar, E – Berlinda e aclamação a Nossa Senhora, F – Berlinda e Carro de Som, G – Vista geral da procissão e H – Chegada da Procissão ao Prédio Central da UFRA (Fotos: Arquivo da UFRA) ..... 119
Figura 38 Círio da UFRA: A – Saída do Portão Principal; B – Homenagem do ICIBE; C – Homenagem da Escola Virgilio Libonati; D – Imagem de Nossa Senhora na Berlinda; E – Chegada da procissão ao Prédio Central e F – Entrada da Imagem de Nossa Senhora no Prédio Central (Fotos: Arquivo da UFRA) ..... 120
Figura 39 Carros do Círio da UFRA: A – Carro dos Anjos; B – Carro de Som; C e D – Carro da Berlinda (Fotos: Arquivo da UFRA) ..... 121
Figura 40 Encontro do Presidente Figueiredo com estudantes da FCAP (Foto: Recorte de A Província do Pará) ..... 127

# LISTA DE TABELAS


| | | |
|---|---|---|
| Tabela 1 | Número de discentes matriculados e defesas de dissertações realizadas no período de 1994 a 2011, no Mestrado em Ciências Florestais | 62 |
| Tabela 2 | Cursos de mestrado e número de discentes matriculados de 1998 a 2001 | 63 |
| Tabela 3 | Número de discentes matriculados por ano | 63 |
| Tabela 4 | Número de discentes e teses defendidas por curso | 64 |
| Tabela 5 | Número de discentes matriculados e defesas de teses realizadas no período de 2001 a 2011 | 64 |
| Tabela 6 | Pessoal docente por classe de magistério no período 1990 a 2000 | 99 |
| Tabela 7 | Pessoal docente por titulação universitária no período 1992 a 2000 | 99 |
| Tabela 8 | Pessoal docente por regime de trabalho no período 1992 a 2000 | 100 |
| Tabela 9 | Pessoal docente por classe especial de magistério no período 1993 a 2000 | 101 |
| Tabela 10-A | Relação de docentes por *Campus*/Instituto, classe, titulação e habilitação – *Campus* Belém (Instituto de Ciências Agrárias – ICA) - 2011 | 103 |
| Tabela 10-B | Relação de docentes por *Campus*/Instituto, classe, titulação e habilitação – *Campus* Belém (Instituto Ciberespacial – ICIBE) - 2011 | 104 |
| Tabela 10-C | Relação de docentes por *Campus*/Instituto, classe, titulação e habilitação – *Campus* Belém (Instituto Sócioambiental e Recursos Hídricos – ISARH) - 2011 | 105 |
| Tabela 10-D | Relação de docentes por *Campus*/Instituto, classe, titulação e habilitação – *Campus* Belém (Instituto de Saúde e Produção Animal – ISPA) - 2011 | 106 |
| Tabela 10-E | Relação de docentes por *Campus*/Instituto, classe, titulação e habilitação – *Campus* Capitão Poço - 2011 | 107 |
| Tabela 10-F | Relação de docentes por *Campus*/Instituto, classe, titulação e habilitação – *Campus* Paragominas - 2011 | 107 |
| Tabela 10-G | Relação de docentes por *Campus*/Instituto, classe, titulação e habilitação – *Campus* Parauapebas - 2011 | 107 |
| Tabela 11 | Distribuição dos docentes por lotação nos *Campi*/Institutos - 2011 | 108 |
| Tabela 12 | Pessoal docente por classe de magistério no período de 2001 a 2011 | 109 |
| Tabela 13 | Pessoal docente por titulação universitária no período de 2001 a 2011 | 110 |
| Tabela 14 | Pessoal docente por regime de trabalho no período de 2001 a 2011 | 111 |
| Tabela 15 | Pessoal docente por classe especial de magistério no período de 2001 a 2011 | 112 |
| Tabela 16 | Distribuição do número de profissionais da UFRA por qualificação em 2011 | 113 |
| Tabela 17 | Número de matrículas discentes no período de 1951 a 2011 | 114 |
| Tabela 18 | Discentes matriculados nos cursos de graduação da UFRA no final do 2º semestre de 2010 e de 2011 | 116 |
| Tabela 19 | Distribuição do número de discentes por *Campus* e por curso no final do 2º semestre de 2011 | 116 |

# SUMÁRIO


**APRESENTAÇÃO** ..... 15
**INTRODUÇÃO** ..... 17
**A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE AGRONOMIA DA AMAZÔNIA – EAA** ..... 21
**MUDANÇA DE DENOMINAÇÃO PARA FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ – FCAP** ..... 35
**A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA – UFRA** ..... 36
**CURSOS DE GRADUAÇÃO** ..... 45
CRIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NO *Campus* BELÉM ..... 45
**Agronomia** ..... 45
**Engenharia Florestal** ..... 45
**Medicina Veterinária** ..... 46
**Engenharia de Pesca** ..... 47
**Zootecnia** ..... 49
CURSOS IMPLANTADOS ATRAVÉS DO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS – REUNI NO *Campus* BELÉM ..... 51
**Bacharelado em Informática Agrária** ..... 52
**Licenciatura em Ciências da Computação** ..... 52
**Engenharia Ambiental** ..... 53
CRIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO FORA DA SEDE PELO PROGRAMA DE EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E PELO REUNI ..... 53
**Unidade Santarém** ..... 53
Engenharia Florestal ..... 53
***Campus* Parauapebas** ..... 55
Zootecnia ..... 55
Agronomia ..... 56
Engenharia Florestal ..... 56
***Campus* Capitão Poço** ..... 56
Agronomia ..... 56
***Campus* Paragominas** ..... 57
Agronomia ..... 57
Engenharia Florestal ..... 58
CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO *Campus* BELÉM ..... 59
**Pós-Graduação em nível de especialização (*lato sensu*)** ..... 59
**Pós-Graduação em nível de mestrado (*stricto sensu*)** ..... 60
**Pós-Graduação em nível de doutorado (*stricto sensu*)** ..... 64
**DIRETORES E REITORES DA INSTITUIÇÃO** ..... 66
INFORMAÇÃO ADICIONAL SOBRE NOMEAÇÃO DE DIRIGENTES ..... 73
**BASES FÍSICAS DA INSTITUIÇÃO** ..... 75

ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE BENFICA ..... 75
ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PISCICULTURA DE ÁGUA DOCE DE CASTANHAL ..... 76
FAZENDA ESCOLA DE IGARAPÉ-AÇU ..... 78
ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE CUIARANA ..... 80
**OS *Campi* DA UNIVERSIDADE** ..... 82
O *Campus* BELÉM ..... 82
O *Campus* CAPITÃO POÇO ..... 86
O *Campus* PARAUAPEBAS ..... 87
O *Campus* PARAGOMINAS ..... 88
O *Campus* CAPANEMA ..... 90
O *Campus* TOMÉ-AÇU ..... 92
**O PRÉDIO CENTRAL** ..... 94
**O QUADRO DOCENTE DA UFRA** ..... 97
EVOLUÇÃO DO QUADRO DOCENTE ATÉ O ANO 2000 ..... 98
EVOLUÇÃO DO QUADRO DOCENTE DE 2000 A 2011 ..... 101
QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DOCENTE ..... 110
REGIME DE TRABALHO DO QUADRO DOCENTE EM 2011 ..... 111
CLASSE ESPECIAL DE MAGISTÉRIO ENTRE 2001 E 2011 ..... 112
DOCENTES POR QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL ..... 112
**MATRÍCULA DISCENTE** ..... 114
**O CÍRIO DA UFRA** ..... 118
**AS TENTATIVAS DE ENCAMPAÇÃO DA EAA/FCAP** ..... 123
A PRIMEIRA TENTATIVA DE ENCAMPAÇÃO – 1969 ..... 124
A SEGUNDA TENTATIVA DE ENCAMPAÇÃO – 1982 ..... 124
A TERCEIRA TENTATIVA DE ENCAMPAÇÃO – 1992 ..... 128
**FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE** ..... 141
**O PLANO DECENAL 2011 – 2020** ..... 144
**A INFORMÁTICA NA UFRA** ..... 146
**CONSIDERAÇÕES FINAIS** ..... 147
**BIBLIOGRAFIA** ..... 148
**ANEXOS** ..... 149
ANEXO I: Documento publicado no jornal “O Diário do Pará” de 24.06.1992 ..... 151
ANEXO II: Exposição de Motivos nº184,de 30.07.1992, do Ministro da Educação José Goldemberg ao Presidente da República, com anexos ..... 165
ANEXO II A: Minuta de Projeto de Lei que extingue a FCAP e incorpora seus cursos na UFPA ..... 168
ANEXO II B: Parecer do Consultor Jurídico Moisés Teixeira de Araújo à Srª Secretária Nacional de Educação Superior, Referência: Processo nº 23.073.014683/92-16 ..... 170
ANEXO III: Documentação anexada ao volume III do documento intitulado “Manutenção da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará como Estabelecimento Federal Isolado de Ensino Superior” em novembro de 1992 ..... 176
ANEXO IV: Ofício do Presidente da comissão constituída para emitir relatório sobre a proposta de incorporação da FCAP pela UFPA ao Ministro da Educação ..... 186

# APRESENTAÇÃO

O presente Registro Histórico, ora entregue à consideração da comunidade que faz a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, representa a tentativa de trazer ao conhecimento daqueles que se interessam pela história da nossa instituição, que nasceu pela incansável dedicação do cientista Felisberto Camargo, grande inspirador e articulador junto ao então Presidente Getúlio Vargas, da criação da Escola de Agronomia da Amazônia, principal antecessora da UFRA, alguns episódios que precisam ser lembrados, pois já estão no limiar do esquecimento.

O segundo maior objetivo deste Registro Histórico, que todos nós devemos assumir o compromisso de mantê-lo sempre presente, é o resgate de toda a ocorrência vivida pela casa de ensino que nos deu abrigo acadêmico e que, a nosso critério, não mereceu a divulgação que deveria ter por parte dos responsáveis por essa difusão, pela absoluta falta de consciência e compromissos com a guarda de alguns fatos que enriquecem a memória da instituição e, assim, não podem ser esquecidos.

Deste modo, entendo que vários eventos precisam ser trazidos à ciência das gerações subsequentes ao período em que ocorreram, mas que, agora, lamentavelmente, não foi possível levantar todas as informações para que pudessem ser resgatadas de forma escrita, o que o leva a encarecer que, quem tenha lembrança desses acontecimentos faça, de alguma forma, o seu registro, pois, certamente, devem fazer parte da história da nossa Escola de Agronomia da Amazônia e da nossa instituição.

Walmir Hugo dos Santos
Autor

# INTRODUÇÃO

A Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA completou, no ano de 2011, 60 anos de existência, contados a partir de sua primeira antecessora, a Escola de Agronomia da Amazônia – EAA, instalada em Belém, no dia 17 de abril de 1951. Passou a denominar-se Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP, em 8 de março de 1972, por determinação do Decreto nº 70.286, após a criação do Curso de Graduação em Engenharia Florestal, em novembro de 1971, mediante Parecer nº 802/71, do Conselho Nacional de Educação e seu funcionamento autorizado pelo Decreto nº 69.786, de 14 de novembro de 1971, tendo posteriormente o seu reconhecimento concedido pelo Decreto nº 80.030, de 27 de julho de 1977.

Ao longo desse tempo, a instituição se consolidou como o mais importante estabelecimento de ensino superior em Ciências Agrárias da Amazônia, com vasta tradição na formação de profissionais dessa área de conhecimento, responsáveis pelo povoamento técnico e científico das principais unidades de fomento, pesquisa e extensão dos Estados amazônicos. Esses profissionais foram, sem dúvida, os principais articuladores e executores dos programas e projetos que elevaram a produção e a produtividade dos produtos da agricultura e da pecuária regional e da mudança da base produtiva que, até então, sustentava a incipiente exploração agrícola e a pecuária extensiva que se praticavam nesta região no início da década de 50, marco temporal significativo no processo de desenvolvimento socioeconômico que se instalou neste espaço geográfico, após o fim da segunda grande guerra mundial.

Assim, a Universidade Federal Rural da Amazônia, não só pelos seus próprios anos de vida resultante da transformação institucional da FCAP, como pela existência de suas duas grandes antecessoras, a Escola de Agronomia da Amazônia – EAA, com os 21 anos de vida e a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP, mais longeva, com 29 anos de contribuição no que lhe coube como missão no processo de desenvolvimento regional, tem cerca de seis décadas de tradição neste importante segmento do ensino em Ciências Agrárias, com o qual manteve fidelidade ao longo desse expressivo período de tempo.

A Universidade Federal Rural da Amazônia tem uma história vivida nesta região de dimensões continentais e dotada, generosamente pela natureza, de importantes recursos naturais, que lhe dá o pódio, entre as mais importantes do mundo atual, caracterizada pela majestosa e exuberante floresta tropical, pela maior província mineral do planeta, pela extraordinária extensão de terras cultiváveis que possui e, sobretudo, pela pujança do povo que a mantém integrada à soberania nacional. Estes fatores não têm resultado, lamentavelmente, na melhoria da qualidade de vida que seria lícito esperar para uma população que ainda enfrenta a constrangedora posição de baixos indicadores de saúde, educação, segurança e outros, apesar de ver a transformação de seus recursos em riquezas sendo exaustivamente explorados para atender aos grandes projetos da nação, como o seu potencial hidráulico para fins de energia, contribuir para a pauta de exportação do país, pela transferência *in natura* de suas jazidas minerais sem que haja, ao mesmo tempo, a compensação justa para que a região possa atenuar as desigualdades sociais e econômicas em relação às demais regiões do país.

Ao longo dessa trajetória, a UFRA e as suas antecessoras sempre disponibilizaram para a comunidade as informações mais importantes a respeito de sua vida acadêmica e administrativa, quer através de seus documentos formais, como o Relatório de Gestão, como de outros documentos de divulgação, entre

os quais se destacam o sítio eletrônico institucional (*home page*) da UFRA, permanentemente atualizado sobre os assuntos e questões que compõem o elenco das atividades desta Universidade, bem como a edição da Revista de Ciências Agrárias para divulgação da produção científica da instituição como, também, dos Informativos sobre notícias da UFRA de interesse das comunidades interna e externa, de responsabilidade editorial da Assessoria de Comunicação.

Além desses veículos de comunicação e divulgação, em ocasiões que de certa forma representavam uma data comemorativa ou uma lembrança especial sobre a vida da instituição, tanto a UFRA como as duas antecessoras tiveram a preocupação de registrar esses acontecimentos através de publicações para garantir que a memória da entidade fosse preservada e estivesse à disposição de forma relativamente fácil para consulta de todos aqueles que estivessem interessados no conhecimento do que representa a Universidade para o desenvolvimento da sociedade amazônica, especialmente naquilo que determinava a sua missão institucional. Além desses, alguns documentos foram editados ao longo do tempo com o objetivo de resgatar os principais acontecimentos que mereciam ficar registrados na memória do estabelecimento, mas que não estavam arquivados de forma sistemática e, assim, de difícil acesso aos usuários que necessitavam de informações do passado da organização para reflexões e estudos do seu presente e o futuro da sua importância para a sociedade regional.

A primeira publicação contendo informações a respeito da então Faculdade de Ciências Agrárias do Pará foi editada em comemoração aos 25 anos de existência da instituição em 1976, sob o título "Ciências Agrárias na Amazônia". Além do histórico da Faculdade até aquele ano, a publicação destaca as principais atividades do estabelecimento, bem como informes técnicos a respeito da agricultura, meteorologia, veterinária, pesca e assuntos de ensino desenvolvidos pela FCAP.

A edição desse documento se deu na gestão do Prof. Elias Sefer, como Diretor, e do Prof. Virgilio Ferreira Libonati, como Vice-Diretor.

Um segundo documento elaborado com vistas a resgatar as informações mais importantes e colocá-las à disposição da comunidade, foi uma publicação editada em 1992, sob o título "Memorial Histórico: 1951 – 1991", elaborado por uma comissão composta dos servidores Marly Maklouf dos Santos Sampaio, Prof. Paulo Cesar Tadeu dos Santos, Risonilda Mesquita Tavares, Nazaré Araújo de Matos, Prof. Luiz Fernando Souza Rodrigues e a jornalista Jovelia Socorro dos Santos, sob a coordenação do Prof. Virgilio Ferreira Libonati, que reportava os 40 anos da instituição e atualizava os dados essenciais da FCAP até 1991, contendo memorial histórico que resgatava a vida da EAA – FCAP, exatamente no período 17 de abril de 1951 a 17 de abril de 1991.

A edição dessa publicação foi realizada na administração do Prof. José Fernando Lucas de Oliveira, como Diretor da FCAP, e do Prof. Fernando Antonio Souza Bemerguy, como Vice-Diretor.

A atualização dos principais dados referente à vida administrativa e acadêmica da instituição, compreendendo o período 1992 a 2000, está contida na proposta de transformação Institucional da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará em Universidade Federal Rural da Amazônia, documento de autoria do Prof. Walmir Hugo dos Santos, Assessor da FCAP/UFRA, cujo Diretor, à época, era o Prof. Manoel Malheiros Tourinho, que o adotou como proposta oficial da instituição endereçado ao Ministério da Educação, no sentido de viabilizar administrativa e politicamente a criação da Universidade Federal Rural da Amazônia, afinal aprovada pelo Congresso Nacional, através da Lei 10.611, de 23 de dezembro de 2002.

A proposta de transformação atualizou todas as principais informações a respeito das atividades administrativas e acadêmicas da antiga FCAP até o ano de 2000, ensejando a UFRA que tivesse dados completos, ano a ano, desde 1951 a 2000.

Em 2003, por ocasião das comemorações dos 54 anos da instituição, a UFRA editou uma excelente publicação atualizando algumas informações administrativas e acadêmicas da instituição até abril de 2003, com relato completo de todas as unidades que compunham então a estrutura organizacional do estabelecimento, o que proporcionou à comunidade tomar ciência do desempenho deste tradicional órgão de ensino superior e da sua contribuição ao processo de desenvolvimento socioeconômico regional.

Essa publicação, editada com excelente qualidade gráfica, recebeu o título de "MEMÓRIAS" e subtítulo "A Escola de Agronomia da Amazônia e a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará no Contexto Socioeducacional da Amazônia", foi organizada por uma Comissão de três conceituados servidores da instituição, o Prof. Virgilio Ferreira Libonati, a Profª Heliana Brasil e a Bibliotecária Marly Maklouf dos Santos Sampaio.

No entanto, alguns aspectos importantes que se passaram no âmbito da entidade e que alcançaram grande repercussão constam, apenas, de documentos isolados pertinentes ao próprio assunto e às circunstâncias em que ocorreram, porém não foram tratados como documentos da instituição que tiveram atenção temporal e sequencial, como os referidos anteriormente. Assim, correm o risco de perderem a importância que representaram para a história da instituição, desde que não houve oportunidade de serem sistematizados, de modo a serem compulsados por aqueles que, de algum modo, se interessem no estudo do estabelecimento ou demandem por eles para entender esses eventos e a gênese de suas ocorrências.

Todavia, em face da importância que, em ocasião oportuna, cada um desses eventos foram considerados de grande relevância para esta casa de tão largas tradições, esta Universidade, ao completar 60 anos de existência, deve resgatar essa memória que já está quase esquecida, para que fiquem registrados neste Registro Histórico, de modo a que os nossos pósteros possam se orgulhar da história da UFRA e de suas duas antecessoras e compreenderem que o sucesso do presente foi produto de uma longa caminhada, em que inúmeras dificuldades políticas e institucionais permearam momentos de grande alegria e contentamento, por resultados alcançados em atividades e situações que a instituição passou no cotidiano de sua vida.

Esses fatos, ocorrências e eventos serão relatados neste documento com absoluta fidelidade ao instante em que ocorreram, procurando-se, sempre que possível, o testemunho de servidores ativos e inativos e de professores em igual situação que vivenciaram, de alguma maneira, o desenrolar do acontecimento, para que não seja unicamente a versão escrita no documento, o que dá maior autenticidade ao registro deste histórico, que será apresentado, na medida das possibilidades, obedecendo à cronologia da ocorrência.

# A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE AGRONOMIA DA AMAZÔNIA – EAA

Não há como contar a história da atual Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA sem uma referência fundamental à criação da Escola de Agronomia da Amazônia – EAA, primeira antecessora na trajetória educacional deste estabelecimento de ensino superior em Ciências Agrárias, a mais importante e a mais antiga unidade acadêmica desta região nesse ramo do conhecimento e do saber.

O registro da criação da Escola de Agronomia da Amazônia está contido em vários documentos da Instituição, com detalhes dos principais pressupostos que determinaram a sua existência inicial, contemplando, também, alguns aspectos históricos que ilustram as razões que levaram as autoridades brasileiras a implantar esta casa de ensino, de tão significativas tradições para o processo de desenvolvimento agropecuário regional.

Um histórico que pretenda resgatar, em um único documento, a grande caminhada da Instituição, desde a sua origem, necessariamente tem que reproduzir, ainda que de forma repetitiva, os elementos e as circunstâncias que levaram à sua criação para que se tenha, ao lado das ações e dos eventos mais importantes desenvolvidos durante toda a sua existência, o acontecimento maior da gênese da Escola de Agronomia da Amazônia, a origem de todo o processo que redundou na Universidade Federal Rural da Amazônia, após cinco décadas transcorridas desde 1951, quando implantada definitivamente na capital do Estado do Pará.

Este é o objetivo deste item e esta é a razão de se contar, mais uma vez, a história de criação da Escola de Agronomia da Amazônia – EAA, para que se tenha mais uma fonte a relembrar o instante em que a sociedade amazônica recebeu uma unidade de ensino que tanta contribuição vem dando, através de suas sucessoras, à cultura da região e à formação do capital intelectual da Amazônia brasileira.

Aliás, os antecedentes mais remotos da criação da Escola de Agronomia da Amazônia estão relatados, de forma bem clara, no "Memorial Histórico: 1951 – 1991", editado em 1992 e já referido neste documento, no qual este autor foi buscar as informações mais importantes sobre os fatos e as razões que determinaram a criação de nossa querida casa de ensino, da qual é egresso, inclusive na reprodução literal de vários parágrafos dessa publicação.

É ponto incontroverso na Instituição, que a criação da Escola de Agronomia da Amazônia está associada ao conflito conhecido como Segunda Guerra Mundial, que se desenvolveu entre 1939 e 1945, atingindo os principais países da Europa, da Ásia, das Américas, notadamente os Estados Unidos, e o Continente Africano.

Ao término desse movimento guerreiro, em 1945, a humanidade começou a viver uma nova era, totalmente voltada para a reconstrução material dos países mais alcançados por esse brutal acontecimento, bem como iniciou-se o estabelecimento de uma nova ordem mundial, com a implantação de novos valores éticos, políticos e sociais.

Por outro lado, o mundo começou a preocupar-se com a superpopulação do planeta e como a humanidade iria prover de alimentação básica os seus habitantes, principalmente os que se localizavam

nas regiões mais pobres, situação que se agravava em curto prazo, pela incapacidade de mobilização desses países em face da pouca tecnologia disponível para enfrentar os problemas de produção e baixa produtividade, principalmente de produtos de subsistência.

A atenção mundial voltou-se, então, para o aproveitamento de extensas áreas existentes na face da terra, e, nesse contexto, destacavam-se as áreas de terras ainda não ocupadas da Amazônia, distribuídas entre vários países da América do Sul, inclusive o Brasil, que detinha a maior parcela geográfica desse território conhecido como a Amazônia brasileira, ocupando mais da metade da superfície do nosso país, situação que induzia os países que detinham a hegemonia política e econômica mundial ao aproveitamento de grandes áreas ociosas que estavam sob jurisdição de países menos afortunados, sobretudo no continente americano.

No Brasil, cogitou-se, nessa oportunidade, até com apoio de vários segmentos administrativos e políticos, na criação do Instituto da Hiléia Amazônica que, em princípio, iria internacionalizar a região amazônica, não só a brasileira como a de outros países.

À época desse movimento intercontinental, já havia sido criado, em 1939, o então Instituto Agronômico do Norte – IAN, órgão remotamente antecessor da atual Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, destinado à pesquisa em toda a região amazônica e, por um longo tempo, a única instituição de pesquisa agronômica nesta região.

Os primeiros anos de existência representaram um grande esforço dos dirigentes do IAN, no sentido de dotar o órgão de pesquisadores na área de ciências da terra, material humano então indisponível na região, em razão da inexistência de instituições formadoras de mão de obra qualificada nesse importante segmento profissional, esforço esse que se redobrava em virtude de técnicos contratados no sul do país dificilmente se adaptavam às condições adversas do clima da região e logo retornavam às suas origens.

Nessa época, em pleno desenrolar da 2ª Guerra Mundial, a grande maioria dos pesquisadores lotados no IAN era de nacionalidade norte-americana, cedidos ao governo brasileiro pelos acordos de Washington, que foram celebrados entre os dois países.

Logo após o término da Grande Guerra, o governo brasileiro criou a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, como uma tentativa de viabilizar a política de desenvolvimento econômico desta região e corresponder aos anseios da nova ideologia desenvolvimentista preconizada para ocupação dos grandes vazios demográficos existentes na face da terra, especialmente no continente americano, o que levava à necessidade de mobilização de recursos humanos capacitados para essa tarefa.

Ao mesmo tempo em que essa exigência de pessoal profissional qualificado de apoio ao grande projeto amazônico se acentuava, os pesquisadores americanos que desenvolviam suas atividades no IAN retornavam ao país de origem em razão, sobretudo, do final do conflito mundial.

Como não havia a reposição desse pessoal na mesma velocidade em que se dava o esvaziamento do órgão de pesquisa, o IAN, já sob a direção do Dr. Felisberto Camargo, notável e polêmico pesquisador das questões amazônicas, hoje um tanto esquecido pela comunidade científica regional, que não destaca,

adequadamente, a contribuição desse cientista para o conhecimento da problemática regional, entendeu que a solução do problema de recursos humanos especializados em Ciências Agrárias, só poderia ser equacionada com a formação local desses recursos que a Amazônia tanto reclamava e, de uma forma mais imediata, através do Instituto de Pesquisas que o ilustre pesquisador dirigia.

Apesar de não ser nativo e, usando de seu próprio prestígio junto aos altos escalões da República, o Dr. Felisberto Camargo conseguiu o apoio governamental para a criação da Escola de Agronomia da Amazônia, que se deu através do Decreto-Lei nº 8.290, de 5 de dezembro de 1945, publicado no Diário Oficial da União de 7 de dezembro do mesmo ano.

A respeito do documento formal de criação da Escola de Agronomia da Amazônia, relatado pelo Dr. Felisberto Camargo, por ocasião da cerimônia da pedra fundamental do Prédio Central da Escola de Agronomia, no dia 27 de dezembro de 1952, um dado interessante foi o que o Presidente Getulio Vargas assinou o Decreto de criação da EAA nas 48 horas que antecederam à sua deposição como Presidente da República, e, por essa razão, o documento não foi publicado, perdendo assim a sua validade.

Novo Decreto foi sancionado pelo então Presidente José Linhares, que substituiu o Presidente Getúlio Vargas, o qual foi assinado, também, pelo Ministro da Agricultura, Dr. Theodureto de Camargo, a seguir transcrito:

Decreto-Lei nº 8290 de 05/12/1945 / PE – Poder Executivo Federal
(D.O.U. 06/12/1945)

Cria a Escola de Agronomia da Amazônia.

DECRETO-LEI N. 8.290 – DE 5 DE DEZEMBRO DE 1945
Cria a Escola de Agronomia da Amazônia.
O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica criada a Escola de Agronomia da Amazônia, com sede em Belém, Estado do Pará.

Art. 2º A Escola de Agronomia da Amazônia tem por fim preparar agrônomos para o meio típico do norte do país, dedicando-se às especialidades e interesses da, economia rural da região, mas regendo-se em suas diretrizes didáticas pelo instituto federal padrão.

Art. 3º Funcionará anexo ao Instituto Agronômico do Norte, com sede principal no edifício anteriormente destinado às novas instalações do Aprendizado Agrícola "Manuel Barata".

Art. 4º A Escola de Agronomia da Amazônia viverá, até ulterior deliberação, em regime de estreita cooperação com o Instituto Agronômico do Norte, utilizando-se para os seus trabalhos de todas as dependências e equipamentos deste.

Art. 5º Considerar-se-á como nova atribuição para os técnicos contratados já existentes, ou que venham a existir, no Instituto Agronômico do Norte o desempenho das funções de magistério na Escola de Agronomia da Amazônia, conforme a possibilidade de aproveitamento de cada um.

Art. 6º Até que lhe seja dada uma organização própria, quando conveniente, a Escola de Agronomia da Amazônia seguirá as normas regulamentares estabelecidas para a Escola Nacional de Agronomia.

Art. 7º A Escola de Agronomia da Amazônia será posta em funcionamento por partes, resolvendo-se o provimento de suas cadeiras, até onde for possível, de acordo com o previsto no art. 5º deste Decreto-Lei, ou por meio de contratos de professores à conta de dotações orçamentárias já existentes para o Ministério da Agricultura.

Art. 8º Até ulterior deliberação atuará simultaneamente como diretor da Escola de Agronomia da Amazônia o atual diretor do Instituto Agronômico do Norte.

Art. 9º Fica o diretor da Escola de Agronomia da Amazônia autorizado a propor as adaptações e providências necessárias ao imediato funcionamento da instituição ora criada.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1945, 124º da Independência e 57º da República.

José LINHARES.
**Theodureto de Camargo.**

Segundo o modelo do ensino federal vigente por ocasião da edição do Decreto-Lei, que criou a Escola de Agronomia da Amazônia – EAA, em 5/12/1945, ficou vinculada ao Ministério da Agricultura, jurisdicionada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário que, à época, era responsável por essa modalidade de ensino no país.

Uma condição importante disposta no art. 4º do Decreto-Lei nº 8.290 determinava que a EAA viveria, até ulterior deliberação, em regime de estreita colaboração com o Instituto Agronômico do Norte – IAN (Figura 1), utilizando-se para os seus trabalhos de todas as dependências e equipamentos deste, o que deu condições ao novo estabelecimento dispor de toda a infraestrutura técnica e científica do referido Instituto e, assim, uma das Escolas de Agronomia das mais completas do país e referência na preparação de mão de obra profissional.

Figura 1 – Vista do terceiro bloco do antigo IAN, hoje EMBRAPA, onde foi instalada a EAA, nele permanecendo até a conclusão do Prédio Central.
Foto: Arquivo da UFRA.

A administração da Escola e o funcionamento do Curso de Agronomia a partir da instalação oficial do novo estabelecimento federal de ensino superior ocuparam as dependências do IAN, exatamente o último pavilhão do Instituto, apropriando-se da metade desse conjunto de instalações bem como de um grande auditório, hoje denominado José Maria Conduru, ex-Diretor do IAN e da EAA e também professor e pai do professor desta Universidade, e ex-Vice-Diretor, José Maria Hesketh Conduru Neto, local onde foram alojados os serviços administrativos e a Diretoria da Escola.

Rogo a compreensão dos leitores deste documento para fazer registro de um fato de coincidência significativa, qual seja, a de que o Prof. José Maria Conduru foi mestre na EAA do autor deste trabalho, posteriormente grande amigo, seu chefe no IPEAN e companheiro de grandes jornadas até a sua partida para a eternidade, bem como assinou o seu diploma de Engenheiro Agrônomo como Diretor da EAA, registro que guarda com muito carinho.

Em 27 de dezembro de 1952 foi lançada a pedra fundamental do prédio da Escola de Agronomia da Amazônia, de arquitetura imponente, obedecendo ao padrão da Escola Nacional da Agronomia, à época, paradigma das demais escolas de agronomia do país, localizada no km 47, da antiga estrada Rio – São Paulo, no município fluminense de Itaguaí, e hoje integrante da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

A solenidade da pedra fundamental contou com a presença de diversas autoridades, entre elas, o Dr. Felisberto Cardoso Camargo, Dr. Rubens Lima, Prof. Antonio Gomes Moreira Junior, Vereador Álvaro Almeida, Senhor Líbero Luxardo, o Coronel Chefe da Casa Militar do Governador do Estado, Cel. Machado bem como os, então, estudantes da EAA, Virgilio Ferreira Libonati e Roberto Onety Soares e a funcionária do IPEAN, Olga Queiroz (Figura 2).

No primeiro ano de funcionamento as aulas teóricas foram ministradas em um prédio onde funcionava a representação, em Belém, das Plantações Ford de Belterra sob jurisdição do IAN, à Rua Gaspar Viana, e as aulas práticas nos laboratórios e no campo experimental do IAN. A partir do segundo ano de funcionamento, as aulas, tanto teóricas quanto práticas, passaram a ser ministradas em instalações do IAN.

O prédio (Figura 3), atualmente conhecido como Prédio Central, foi tombado pela Prefeitura Municipal de Belém e, em 2003, por ato do Prof. Manoel Malheiros Tourinho, recebeu o nome de Edifício Prof. Rubens Lima. Foi concluído em 8 de outubro de 1958, data a partir da qual toda a parte administrativa e acadêmica da EAA passou a ocupar o novo prédio, deixando as dependências do IPEAN, sigla pela qual passou a denominar-se o IAN, em uma das reformas administrativas pelas quais passou.

Figura 2 – Lançamento da pedra fundamental do Prédio Central em 27/12/1952.
Foto: Arquivo da UFRA.

Figura 3 – Fachada do Prédio Central da UFRA.
Foto: José Maria Conduru Neto.

A Escola de Agronomia da Amazônia fundada em um modelo educacional que se assemelhava ao padrão norte-americano para o ensino agrícola e veterinário, era simultaneamente dirigida pelo Diretor do IAN, segundo o que estabelecia o art. 8º do Decreto-Lei de criação da EAA.

A missão institucional da Escola de Agronomia da Amazônia ficou claramente definida no art. 2º do Decreto-Lei, ao dispor que a EAA teria por fim preparar agrônomos para o meio típico no norte do país, dedicando-se às especialidades e interesses da economia rural da região, mas regendo-se em suas diretrizes didáticas pelo instituto federal padrão que era, na ocasião, a Escola Nacional de Agronomia, localizada no km 47, da antiga estrada Rio - São Paulo, objetivo ao qual vem se mantendo fiel, apesar de ter expandido novos cursos de graduação ao longo dos tempos.

A subordinação da Escola de Agronomia da Amazônia – EAA ao Ministério da Agricultura perdurou até 1967 quando, em obediência ao Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro desse ano e, especificamente, ao Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967, que transferiu para o Ministério da Educação e Cultura – MEC, os estabelecimentos isolados de ensino superior de Agronomia e Veterinária, que passaram à jurisdição da Unidade de Ensino Superior do MEC, onde se encontra até hoje, atualmente denominada de Secretaria de Ensino Superior – SESu.

Após a separação funcional da EAA do Instituto Agronômico do Norte – IAN, em 1962, consolidou-se a autonomia da instituição, que a essa altura já ocupava uma extensa área do IPEAN, órgão que sucedeu ao IAN, oportunidade que foi doada pelo Ministério da Agricultura à EAA, uma área de 192 hectares, na administração do Ministro Hugo de Almeida Leme, área essa que, com acréscimos, constitui o *Campus* Central da atual Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, um dos mais completos de todo o país, em termos de infraestrutura acadêmica e administrativa.

Para construir um Centro Esportivo, constituído de ginásio, piscina, quadras de vôlei, basquete, tênis, campo de futebol e dependências administrativas, a FCAP recebeu da Prefeitura Municipal de Belém uma área de aproximadamente 5 hectares, de acordo com a lei nº 6.912, de 19 de dezembro de 1972, aprovado pela Câmara Municipal de Belém, na gestão do Prefeito Nélio Lobato.

Sob a discutível alegação de falta de recursos financeiros da União, segundo versão corrente na época, a Escola de Agronomia da Amazônia só entrou em efetivo exercício em 17 de abril de 1951, através de uma sessão solene de instalação realizada na sede da Associação Comercial do Pará, com a presença do Dr. Felisberto Camargo e das mais altas autoridades dos poderes constituídos do Estado do Pará.

A Escola de Agronomia da Amazônia – EAA realizou o concurso de habilitação entre 2 e 7 de abril de 1951, com a concorrência de 44 candidatos, tendo sido habilitados 38 estudantes que se matricularam no Curso de Agronomia que, após os quatro anos regulamentares de ensino, diplomou 23 profissionais, em 8 de dezembro de 1954.

Um fato digno de registro histórico a respeito da nossa Universidade Federal Rural da Amazônia, que comprova a extraordinária visão de futuro desse eminente cientista Dr. Felisberto Camargo, foi seu belo discurso por ocasião da instalação da nova Escola, em 17 de abril de 1951, oportunidade em que fez uma verdadeira radiografia do cenário amazônico, destacando a importância do profissional de Agronomia no processo de desenvolvimento da região e na eliminação gradual da sua pobreza.

Ao final da reunião, o Desembargador Arnaldo Lobo, então Presidente do Tribunal de Apelação, provavelmente a denominação do atual Tribunal de Justiça, convidado pelo Dr. Felisberto Camargo para presidir a reunião de instalação, congratulou-se com todos os presentes e numa frase feliz de encerramento da solenidade "fez votos para que em breve seja instalada a Universidade Rural da Amazônia", tornando-se, assim, o primeiro personagem a preconizar o que viria ser no futuro a Escola de Agronomia da Amazônia que naquele momento estava sendo instalada solenemente.

Naquela ocasião, o destino, através da palavra do Dr. Arnaldo Lobo, selou definitivamente a indicação do qual seria o futuro da Escola de Agronomia da Amazônia que tanto desejávamos.

O Dr. Felisberto Camargo, este sim, ainda não completamente reconhecido pela nossa instituição, a não ser pela colocação de seus restos mortais repousando sob uma lápide, de concepção arquitetônica pobre e de aspecto quase grotesco, inadequadamente localizado à entrada do prédio central, é hoje praticamente esquecido pelas gerações contemporâneas de professores e alunos. O ilustre cientista ainda não recebeu da comunidade a justa homenagem por sua trajetória científica nesta região e principal inspirador da criação da Escola de Agronomia da Amazônia.

A seguir a reprodução integral da Ata de Instalação da Escola de Agronomia da Amazônia, em 17.04.1951, bem como o memorável discurso que o Dr. Felisberto Camargo pronunciou na ocasião.

**"Ata da instalação da Escola de Agronomia da Amazônia – EAA, realizada em 17 de abril de 1951"**

"Aos dezessete (17) dias do mês de abril de mil novecentos e cincoenta e um (1951), na sede da Associação Comercial do Pará, teve lugar a sessão solene da instalação oficial da Escola de Agronomia da Amazônia, criada pelo Decreto-Lei nº 8.290, de 5 de dezembro de 1945. Aos dezessete horas foi declarada aberta a sessão pelo Dr. Felisberto C. Camargo, Diretor da Escola e do Instituto Agronômico do Norte, credenciado para representar no ato o Exmº Sr. Ministro da Agricultura, estando presentes as seguintes autoridades: representante do Exmº Sr. Governador do Estado; Desembargador Dr. Arnaldo Valente Lobo, Presidente do Tribunal de Apelação; Dr. João Botelho, Secretário Geral do Estado; representante do Exmº Sr. Comandante da 8ª Região Militar; representante do Sr. Ver. Arcebispo Metropolitano; representante dos Srs. Diretores dos Departamentos de Educação e Agricultura do Estado; Agrônomos dos diversos serviços existentes no Estado, professores, alunos e auxiliares da Escola e demais pessoas interessadas na Solenidade. A seguir, o Dr. Felisberto C. Camargo convidou o Dr. Arnaldo Valente Lobo para assumir a presidência, o qual declarou o fim da reunião e deu a palavra ao representante do Exmº Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Felisberto C. Camargo, que pronunciou o seu discurso. Em seguida o Sr. Presidente pôs à palavra a disposição dos presentes. Com a palavra o Dr. João Botelho, Secretário Geral do Estado, em nome do Governo do Estado congratulou-se com o Exmº Sr. Ministro da Agricultura, Instituto Agronômico do Norte e a classe agronômica em geral pela instalação da Escola de Agronomia da Amazônia que veio preencher a lacuna deixada com o fechamento da Escola de Agronomia do Pará, em 1942, convidando os alunos da nova Escola a estudarem e, formados, concorrerem para a valorização do Vale. Após o Sr. Presidente congratulou-se e fez votos para que em breve seja instalada a Universidade Rural da Amazônia, declarando encerrada a sessão. E, para constar, eu Myrtha da Costa Nascimento, a secretária, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Diretor, Vice-Diretor e por mim".

Belém, 17 de abril de 1951.

Felisberto C. Camargo
Antonio Gomes Moreira Junior
Myrtha da Costa Nascimento

**Discurso do representante do Exmº Ministro da Agricultura, Dr. Felisberto C. Camargo durante a sessão solene da instalação da Escola de Agronomia da Amazônia, em 17 de abril de 1951**

"Era meu desejo poder contar, para a cerimônia da inauguração das aulas da nova Escola de Agronomia da Amazônia, com a presença do Dr. Heitor Grillo ou do Dr. Waldemar Raythe, fundadores da Universidade Rural do Rio de Janeiro.

Para tanto, solicitei ao Sr. Ministro da Agricultura, Dr. João Cleophas, a designação de seu representante para vir, em seu nome, proceder à cerimônia da abertura das aulas.

Era minha esperança que um desses dois técnicos consagrados como mestre de agricultura viesse honrar este primeiro dia da nova Escola e trazer, do maior centro de ensino agrícola do país, uma palavra de estímulo à primeira turma de alunos que irá formar a vanguarda da Escola de Agronomia da Amazônia, no dia de amanhã.

Infelizmente, meu desejo não foi realizado, pois recebi de S. Excia., o Sr. Dr. João Cleophas, por via telegráfica, a incumbência de o representar e, cumprindo ordens, aqui estou para dizer, em nome do Sr. Ministro da Agricultura, umas palavras sobre a vida desta terra e fazer algumas observações relativamente à situação atual e ao papel que está reservado, no futuro, a esta primeira turma de estudantes de agronomia.

Não somente o Pará, mas toda esta Hiléia viveu como todos sabem dias de grande glória.

Há aproximadamente meio século, o Pará e São Paulo, pelos seus homens mais brilhantes, se debatiam em torno da questão de categoria dos portos de Belém e Santos. Naquela época o Barão de Marajó, em seu livro, "As Províncias do Pará e Amazonas e o Governo Central do Brasil", defendia com paixão e veemência a superioridade econômica do porto de Belém.

Além do grande movimento do porto, esta cidade possuía melhores prédios, palácios mais bonitos do que Rio de Janeiro e São Paulo.

Temos aqui o suntuoso Teatro da Paz.

Aqui se encontram ricas residências revestidas do mais fino azulejo português.

Em Manaus, foi construído no passado um porto fluvial flutuante, que constitui ainda hoje uma das obras de engenharia portuária mais interessante do mundo.

O teatro de Manaus é a outra obra prima da época. Sua riqueza interna é impressionante.

O Amazonas possuiu, no passado, a maior frota fluvial do mundo.

Os Estados do Pará e do Amazonas foram, em outras eras, as unidades da federação que mais contribuíram para o governo da União. Foram os Estados mais ricos do país.

O delírio da riqueza, a confiança excessiva na produção extrativa, a falta de previdência, a falta de uma escola de agronomia que naquela época tivesse estudado o meio de cultivar a seringueira, de produzir arroz e outras espécies vegetais, em larga escala, trouxeram como consequência as dificuldades que a Amazônia vem enfrentando cerca de 20 anos numa crise crescente que parece incontrolável.

Há trechos da história que dispensam recordação.

Por que o Brasil está hoje importando borracha do Oriente?

Porque nunca se formou na massa do povo desta terra a mentalidade do agricultor. Porque nunca se criou nesta terra uma escola superior de agricultura.

O café, que fez a riqueza de São Paulo, entrou no Brasil pelo Pará.

O cacau, que era e é uma planta paraense, foi construir a riqueza de Ilhéus, na Bahia.

A própria cana de açúcar, que Pedro Teixeira encontrou nas margens do Amazonas quando subiu o rio para garantir a nossa soberania nestes 4 milhões de quilômetros quadrados, só criou riquezas em Pernambuco, no Estado do Rio e em São Paulo.

A desgraça econômica que caiu sobre esta terra foi única e exclusivamente resultado do menosprezo à agricultura e à pecuária.

Que obras admiráveis realizaram os jesuítas, formando os ricos rebanhos do Marajó e os engenhos de açúcar do passado!

Os jesuítas foram, com sua grande sabedoria, os primeiros mestres de agricultura no vale amazônico. Se não tivessem sido expulsos, certamente os destinos da região seriam bem diferentes e a Amazônia estaria com certeza exportando carne, cacau, borracha e até as famosas especiarias, entre as quais se destaca a pimenta chamada do reino.

Como cultura agrícola semisselvagem temos, na região, apenas a juta, cuja introdução nós devemos ao colono japonês, e que hoje constitui trabalho dos caboclos de beira do rio.

Graças aos caboclos que vivem à margem dos rios e aos caboclos da região bragantina, a Amazônia já exporta dois terços das necessidades brasileiras de fibras para sacaria.

Um hectare plantado com pimenta do reino, que comporta mil plantas, produz hoje, em bruto, mais de cem mil cruzeiros por safra.

O arroz produz, nas terras de várzeas do Instituto Agronômico do Norte, quatro toneladas por hectare.

É verdade que, de um modo geral, as terras firmes da Amazônia são muito pobres, e os agricultores que se aventuraram a cultivá-las, fracassaram.

As terras mais interessantes, de maior valor agrícola, todavia, não foram ainda tocadas pelas pontas dos dedos do agricultor.

O juteiro é hoje o único homem que conhece a terra que lhe convém.

Aqui, nos arredores de Belém, ao sul do Marajó, temos a melhor zona e o melhor tipo de terra para cultura da seringueira, e os homens da borracha vivem espalhados numa área imensa, longe da civilização e dos recursos necessários à vida humana.

E como se encontram essas terras? Abandonadas. Ao "Deus dará"!

E em que estado se acham as várzeas do baixo Amazonas? Completamente abandonadas, salvo nos pequenos trechos trabalhados pelos juteiros dispersos na imensidão das terras!

Essas várzeas do baixo Amazonas representam uma riqueza incalculável, cuja conquista para agricultura é uma operação facílima e até empolgante.

Na Subestação Experimental de Cacaual Grande, o Instituto Agronômico do Norte abriu, em três meses de trabalho, um canal com 20 metros de largura por dois de profundidade, por onde 6 milhões e meio de toneladas de água lodosa do Rio Amazonas passam para dentro do lago do Maicurú, para depositar junto ao arroz bravo, às canaranas e à pomanga, cerca de 1.600 toneladas de sedimento sólido por dia.

Com esse primeiro canal, com esse primeiro passo dado pelo Ministério da Agricultura, estamos construindo terra agrícola para o dia de amanhã e poupamos dos 3 milhões de toneladas métricas que o Rio Amazonas rouba desta terra por dia, uma média de 1.600 toneladas.

Tudo isto pode parecer fantasia aos cegos que não querem ver; mas na verdade, vos digo: a Amazônia não é o inferno verde e não é também uma terra sem valor agrícola.

O que é necessário é conhecê-la, para saber aproveitá-la devidamente.

Faltavam, todavia, na Amazônia, duas escolas: uma que tratasse de aprender, de estudar os problemas; e outra para divulgação dos ensinamentos colhidos na primeira.

Instaladas que foi a primeira destas escolas cerca de 16 anos, com a criação do Instituto Agronômico do Norte, hoje abrimos as portas da segunda.

Hoje abrimos as portas da Escola de Agronomia da Amazônia, anexa ao Instituto Agronômico do Norte, para formação de uma elite agronômica que em breve partirá, leva por leva, para recuperar as riquezas do tempo passado.

Caberá aos futuros agrônomos desta escola tarefa importantíssima da Valorização Econômica da Amazônia.

Todo o futuro da região está nas mãos dos estudantes que passarem por esta Escola, simplesmente porque o futuro da Amazônia depende, mais do que tudo, do desenvolvimento de riquezas agrícolas.

As provas de habilitação para este primeiro ano foram retardadas em vista das dificuldades que enfrentamos para dar início ao curso no corrente ano. Foi esta turma de estudantes de Belém a última a prestar exame e ingressar num curso superior em 1951.

Desejo, em nome do Sr. Ministro da Agricultura, Dr. João Cleophas, concitar este grupo de estudantes e tomar a sério os deveres escolares para, ao completar-se o curso, serem os primeiros valores do vale, na profissão que abraçaram.

A Amazônia inteira, hoje reduzida à pobreza, necessita do trabalho dos rapazes aqui presentes no dia de amanhã.

O agrônomo é indispensável no trabalho de drenagem dos igapós, nas obras de colmatagem, nas culturas feitas em terra lamacenta, mas boa, nos campos zelando pelos rebanhos, nas Prefeituras Municipais, nos serviços de Fomento Agrícola, nos laboratórios de pesquisas, na imprensa, nas Assembléias dos Estados e por toda a parte onde for preciso fazer vibrar a energia do homem para criação de novas riquezas que tragam à Amazônia a opulência de seu passado e, se for possível, a sua antiga situação de região líder na economia da Nação.

Em nome do Sr. Ministro da Agricultura, Sr. João Cleophas, que autorizou o funcionamento desta escola em 1951, peço aos alunos presentes uma dedicação integral aos estudos durante todo o curso, sem esmorecimento, sem quebra de esforço e de interesse, para que, no futuro, possam levar avante a obra que o Ministério da Agricultura aqui veio realizar.

Os holandeses se orgulham de que Deus fez o mundo e os holandeses, a Holanda.

Que os alunos da nova Escola de Agronomia possam também ufanar-se um dia de estar construindo, nos igapós e nas várzeas em formação da Amazônia, um mundo novo para matar a fome do velho mundo.

São estas as palavras que dirijo aos alunos da Escola de Agronomia da Amazônia, em nome do Sr. Dr. João Cleophas, D. D. Ministro da Agricultura.

Para concluir, desejo solicitar que todos os presentes permaneçam de pé pelo espaço de alguns segundos, em sinal de agradecimento ao Sr. Presidente da República pelo ato de abertura das aulas da Escola de Agronomia da Amazônia."

# MUDANÇA DE DENOMINAÇÃO PARA FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ – FCAP

Em 8 de março de 1972, por ato do Sr. Presidente da República, através do Decreto nº 70.268, DOU de 09.03.1972, a Escola de Agronomia da Amazônia passou a denominar-se FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ – FCAP, estabelecimento federal de ensino superior, constituindo-se unidade isolada, diretamente submetida ao Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação, hoje transformada em Secretaria de Ensino Superior – SESu-MEC.

Visando atender a interesses regionais, o MEC manteve a FCAP como estabelecimento Isolado de Ensino Superior, em consonância com o art. 2º, da Lei nº 5.540 de 28.11.1968.

O Decreto de Transformação de nº 70.268, tem a seguinte redação:

"O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e IV, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º - A "Escola de Agronomia da Amazônia", sediada em Belém, Estado do Pará, Estabelecimento Isolado de Ensino Superior, diretamente subordinado ao Departamento de Assuntos Universitários, do Ministério da Educação e Cultura, passa a denominar-se "Faculdade de Ciências Agrárias do Pará".

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Brasília, 8 de março de 1972; 150º da Independência do Brasil.

Emílio G. Médice
**Jarbas G. Passarinho**

# A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA – UFRA

A origem da atual Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA está remetida ao longínquo ano de 1945 quando, através do Decreto Lei nº 8.290, de 5 de dezembro de 1945, assinado pelo então Presidente José Linhares, que substituiu o Presidente Getúlio Vargas, falecido em 24 de agosto do mesmo ano, e pelo Ministro da Agricultura Teodureto Camargo, criou a Escola de Agronomia da Amazônia – EAA.

Segundo o modelo vigente, à época, do ensino superior brasileiro, a nova Escola, na condição de estabelecimento isolado, foi vinculada ao Ministério da Agricultura, através da Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário, que coordenava todas as escolas federais de ensino em Ciências Agrárias, quando despontava como líder a Escola Nacional de Agronomia, localizada no km 47 da antiga estrada Rio – S. Paulo, no município de Itaguaí-RJ.

A Escola Nacional de Agronomia que por muitos anos foi considerada escola padrão e paradigma do ensino de agronomia, hoje se encontra integrada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Como já referenciado neste documento, a Escola de Agronomia da Amazônia somente foi instalada em Belém, no dia 17 de abril de 1951, data a partir da qual vem funcionando ininterruptamente até aos nossos dias, através de suas sucessoras, a FCAP e a UFRA, contando com mais de seis décadas de existência.

Desde a sua criação e instalação, a Escola de Agronomia da Amazônia tem características de estabelecimento isolado, resistindo nessa condição a várias modificações legais que se sucederam ao longo do tempo entre diversas instituições federais do ramo, e deste modo, permanecendo fiel à sua história de destinação de especializada na área do ensino em Ciências Agrárias.

A Escola de Agronomia da Amazônia manteve-se isolada até mesmo por ocasião da criação da Universidade Federal do Pará em 2 de julho de 1957, através da Lei 3.191 e oficialmente instalada em 31 de janeiro de 1959, que incorporou sete faculdades federais, estaduais e privadas, existentes em Belém, como Direito, Medicina, Odontologia, Ciências Contábeis, Engenharia, Farmácia e Filosofia, sem, no entanto, agregar a nossa Escola, decisão governamental que reconheceu que a Escola de Agronomia da Amazônia deveria se manter como estabelecimento isolado e especializado no ramo do saber em Ciências Agrárias e áreas afins.

Todavia, com o passar do tempo o modelo jurídico e organizacional de estabelecimento isolado já não mais se ajustava às demandas solicitadas pela sociedade, que requeria uma estrutura institucional mais dinâmica para responder, no que lhe cabia, às exigências do processo de desenvolvimento regional, sobretudo no setor agropecuário e florestal.

No decorrer dos anos, várias tentativas foram feitas no sentido da nossa tradicional casa de ensino mudar o seu sistema jurídico e institucional, por inúmeras razões, inclusive a cobiça expansionista territorial de alguns órgãos. A significativa área de seu *Campus* Belém, localizada em perímetro urbano, ainda que na

periferia, despertava o interesse de vários segmentos sociais que se encontravam excluídos da oportunidade de uma moradia decente, em terreno não tão distante de eventuais possibilidades de locação de mão de obra.

É certo que a Escola de Agronomia da Amazônia, como a sua sucessora, a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, por sua autonomia e pelo seu regime jurídico de Autarquia Especial, sempre desempenhou suas funções nos moldes de uma Universidade, desde a sua estrutura organizacional até a administração acadêmica, atuando no desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão, com procedimentos e atribuições idênticas as das entidades situadas no topo do ensino superior brasileiro, porém não tinha o status político e administrativo como são reconhecidas as universidades e, também, de liberdade de ordem acadêmica para abertura de novos cursos, sem os rigores burocráticos impostos aos estabelecimentos isolados.

Na primeira metade da década de 70, o então Deputado Federal pelo Pará, Sebastião Andrade (Figura 4), ex-aluno da Escola de Agronomia da Amazônia e, também, ex-professor, já falecido, apresentou à Câmara Federal Projeto de Lei autorizando o Executivo a instalar a Fundação Universidade Federal da Amazônia que, no entanto, não chegou a ser votado, resultando inócuos os esforços do referido Deputado, o primeiro a tentar viabilizar essa transformação institucional.

Figura 4 – Deputado Federal Sebastião Andrade.
Fonte: Arquivo da Câmara dos Deputados.

Pelo seu posicionamento pioneiro e ao menos como uma lembrança póstuma, a Universidade Federal Rural da Amazônia, hoje uma realidade vitoriosa, fica devendo uma homenagem a esse ilustre homem público e egresso da Escola de Agronomia da Amazônia que honrou e dignificou o nome de nossa instituição, como cidadão e profissional em Agronomia, tendo exercido com excelente desempenho, os cargos de Secretário de Agricultura, Delegado do Ministério da Agricultura, Diretor do Estabelecimento Rural do Tapajós (antiga Plantações Belterra e Fordlândia), Presidente da Companhia de Mecanização do Estado (COPAGRO), todos no Estado do Pará, entre outros que exerceu com inegável competência.

No final da década de 70, a iniciativa de um grupo de professores da então FCAP, interessado em proporcionar à instituição um modelo jurídico mais adequado às necessidades do desenvolvimento agropecuário e coerente com a realidade das políticas que se desenhavam em nível nacional para o crescimento sustentável da região amazônica, defendeu a transformação dessa Faculdade no Instituto Superior de Ciências Agrárias do Tropico Úmido Americano.

Essa proposta apresentada sob a forma de Projeto de Lei não foi concretizada, por absoluta falta de interesse dos políticos e das autoridades de então e por ausência de um *lobby* que encaminhasse a sugestão dos professores à administração central, em Brasília, o que não aconteceu.

O antigo Conselho Federal de Educação, através da Resolução nº 2, de 18 de maio de 1994, (DOU de 26.05.1994), fixou normas de autorização de reconhecimento de universidades, nos termos do artigo 7º, da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1998, oportunidade em que a FCAP deu sequência à mobilização da comunidade, ainda na administração do Professor Fernando Souza Bemerguy (1992 – 1996), no sentido de preparar uma proposta de transformação da Faculdade em Universidade Federal dedicada ao ramo de Ciências Agrárias, conforme preconizava o parágrafo 2º, do art. 12, da referida Resolução.

Com a proposta praticamente formulada, não foi dada continuidade à sua elaboração, tendo em vista a mudança da administração federal em janeiro de 1995, situação que desaconselhava essa providência.

A Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, (DOU de 23.12.1996) que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, abriu a possibilidade do país contar não só com as Universidades Plenas, com a oferta de todos os cursos das áreas de ciências humanas, exatas e de saúde como, também, sobre as Universidades Especializadas por campo de saber, como dispõe o parágrafo único, do artigo 52.

Por outro lado, o Decreto nº 3.860, de 9 de janeiro de 2001, (DOU de 10.07.2001), que "dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições e dá outras providências", regula a classificação das organizações acadêmicas das instituições do ensino superior do Sistema Federal de Ensino, como dispõe o art.7º, do Capitulo III, Das Instituições de Ensino Superior, que são distribuídas em:

I – Universidades;
II – Centros Universitários; e
III – Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos e Escolas Superiores.

Diante dessa situação legal a direção da FCAP levou o assunto ao conhecimento da então Congregação da Faculdade, no sentido de que esse órgão superior deliberasse qual seria a forma jurídica de organização que melhor atendesse a sua missão institucional, considerando que a FCAP atendia aos requisitos para transformação em Universidade ou Centro Universitário, de conformidade com as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Após ampla discussão e debates, embora a FCAP à época já dispusesse de todas as condições acadêmicas de ensino e administrativas para se transformar em Centro Universitário, a Congregação da FCAP resolveu optar pela transformação da FCAP em Universidade Especializada, conforme preconizava a LDB e, assim, criou-se na instituição o sentimento de que a direção da Faculdade deveria buscar a sua transformação em Universidade, modelo que melhor se ajustava às pretensões e anseios da comunidade.

Assim, a gestão 1996 a 2000, sob a direção do Professor Paulo Contente, entendeu que seria difícil o Ministério da Educação aprovar uma proposta de transformação institucional da FCAP em universidade, e remetê-la à consideração do Congresso Nacional, com a instituição dispondo apenas de 3 cursos de graduação, com uma oferta de 200 vagas há mais de 20 anos e um programa de Pesquisa e Pós-Graduação, em nível de mestrado, ainda não consolidado e sem ter sido conceituado pela CAPES, além de não dispor de nenhum curso de doutorado.

Adotou, então, o Prof. Paulo Contente, a estratégia de garantir à instituição dispor de um número mínimo de requisitos que a credenciasse a pleitear a sua transformação em universidade e que possibilitasse a aprovação dessa transformação pelas autoridades centrais do Ministério da Educação, em Brasília, e da classe política reunida no Congresso, em razão do conceito e reconhecimento que merecia da sociedade regional a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará.

Deste modo, cuidou em sua gestão de ampliar o número de cursos de graduação, elevando para cinco, com a aprovação dos cursos de Engenharia de Pesca e Zootecnia, aumentou em 80% a oferta de vagas, de 200 para 360, consolidou os cursos de mestrado já existentes, o de Manejo e Conservação de Solos e o de Engenharia Florestal, criou mais um curso de mestrado, o de Biologia Vegetal, implantou o Curso de Doutorado em Sistemas Agroflorestais e aprovou e instalou um Programa de Pós-Graduação em nível de Mestrado e Doutorado na área de Botânica Tropical, em parceria com o Museu Emilio Goeldi. Instalou a primeira rede de internet interligando os diferentes setores da instituição, bem como melhorou substancialmente a infraestrutura laboratorial, construiu mais salas de aulas para atender o aumento da demanda de vagas e disponibilizou instalações para os endereços dos cursos de graduação e pós-graduação recém-criados. Por fim, designou uma Comissão encarregada de iniciar a elaboração de uma proposta de transformação institucional, que foi coordenada pelo Prof. Walmir Hugo dos Santos, à época Assessor da Diretoria.

É justo ressaltar a competente participação da Professora Irenice Vieira, então chefe da Unidade de Apoio à Pesquisa e à Pós-Graduação (UAPG), na consolidação e ampliação dos cursos de Mestrado e Doutorado, objetivo institucional no qual empregou o melhor de seu talento, bem como na elaboração do projeto do Curso de Engenharia de Pesca, do qual foi autora.

É de se destacar que apenas duas instituições foram transformadas em universidades entre os anos 1994, ano em que foi editada a Resolução nº 2, do Conselho Federal de Educação, e 2000, durante a gestão do Presidente Itamar Franco, a primeira: a Escola Paulista de Medicina, em Universidade Federal de São Paulo; e a segunda, a Escola Superior de Agricultura de Lavras, em Universidade Federal de Lavras, ambas aprovadas pelo Congresso Nacional em tempo recorde, pois enviadas à Câmara e ao Senado em 13 de outubro de 1994, foram aprovadas por essas casas legislativas em dezembro do mesmo ano cujas leis foram promulgadas pelo Presidente da República, em 13 de dezembro de 1994, em dois estados da federação que já dispunham de mais de sete universidades federais em seus territórios.

Com a mudança da administração da Faculdade em 1º de dezembro de 2000, do Prof. Paulo Contente para o Prof. Manoel Malheiros Tourinho, escolhido em consulta prévia e nomeado Diretor para o quadriênio seguinte, de 2000 a 2004, entendeu o novo administrador que a instituição já dispunha dos requisitos essenciais para a sua transformação institucional em universidade, razão pela qual deu início a

partir de janeiro de 2001, à elaboração de uma proposta que viabilizasse administrativamente essa pretensão, que era acalentada por várias gerações da comunidade acadêmica que fazia a grandeza da antiga Escola de Agronomia da Amazônia e da sua sucessora, a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará.

Em 17 de abril de 2001, por ocasião das cerimônias comemorativas aos 50 anos da instituição foi dada partida ao processo de transformação institucional, com o lançamento da proposta de criação da universidade que a comunidade tanto sonhava e a região necessitava.

Nessa oportunidade, foi distribuída a todos os presentes uma pequena publicação de autoria dos Professores Irenice Maria Vieira e Walmir Hugo dos Santos, intitulada "DE FCAP A UFRA: Uma Proposta de Transformação*"* (Figura 5), em que os autores, por solicitação do então Diretor Prof. Manoel Malheiros Tourinho, através dela, incentivaram a comunidade em qualquer de seus segmentos, no sentido de buscar o desenho da futura universidade que se pretendia construir, pela via da transformação institucional da FCAP em UFRA.

Esse documento apresentava as idéias iniciais para o encaminhamento da elaboração da proposta, antecedidas de um pequeno antecedente histórico, e das tentativas anteriores da mudança do modelo jurídico, tanto da sempre lembrada Escola de Agronomia da Amazônia, como da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará.

O lançamento da campanha de transformação da FCAP em Universidade se deu no Auditório Waldir Bouhid, no Prédio Central, completamente lotado, com a presença de autoridades do mais alto nível ou representadas, como o Governador do Estado, o Prefeito de Belém, Reitores das Universidades Federais do Pará e do Amazonas, Deputados Federais e Estaduais e outras autoridades dirigentes de órgãos federais, estaduais, municipais e empresários paraenses.

Em julho de 2001, o Prof. Manoel Malheiros Tourinho, resolveu adotar como documento institucional, a contribuição do assessor da diretoria, Professor aposentado Walmir Hugo dos Santos à transformação da FCAP em Universidade, intitulada "Proposta de Transformação Institucional – Universidade Federal Rural da Amazônia" (Figura 6) e, desse modo, após ampla discussão com a comunidade interna e externa e cumprido todos os critérios exigidos e rigorosamente de acordo com o que determinava a legislação para criação da Universidade, foi encaminhado, em outubro desse ano de 2001, à consideração do Ministro da Educação, Prof. Paulo Renato Souza, a proposta definitiva de transformação institucional da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP, em Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA.

Essa proposta mereceu aprovação administrativa e acadêmica dos diversos setores do MEC, sendo enviada à Presidência da República, então exercida pelo Prof. Fernando Henrique Cardoso, em 19 de setembro de 2001, através da Exposição de Motivos nº 093/MEC/MP, dos Ministros Maria Helena Guimarães Costa, Ministra da Educação Interina e do Ministro Guilherme Dias, Ministro de Planejamento, Orçamento e Gestão que, por sua vez, enviou ao Congresso Nacional a Mensagem nº 806, de 20.09.2001, do Presidente da República.

Figura 5 – Capa da publicação DE FCAP A UFRA distribuída por ocasião do lançamento da campanha da criação da UFRA, em 16/04/2001.

Figura 6 – Contra capa do documento que apresentou a proposta de transformação da FCAP em UFRA.

Fato histórico que merece divulgação é o de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou em 20 de setembro do ano de 2001, a Mensagem que encaminhou o Projeto de Lei ao Congresso Nacional em terras paraenses, em uma homenagem ao povo do Pará quando, a convite do então Governador Almir Gabriel, veio inaugurar as obras da chamada Alça Viária, exatamente na ponte "Fernando Henrique Cardoso" sobre o Rio Guamá, em frente à cidade do Moju. Em 23 de dezembro de 2002, durante a inauguração da 13ª turbina da Usina Hidrelétrica de Tucuruí-PA, assinou a Lei nº 10.611 de criação da UFRA (Figura 7).

Figura 7 – Foto por ocasião da assinatura pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, na Usina Hidrelétrica de Tucuruí, da Lei de criação da UFRA.
Foto: Arquivo da UFRA.

É de se destacar que a Proposta de Transformação da FCAP na nova Universidade foi considerada a melhor até então apresentada ao Ministério da Educação, que ensejaram a criação de várias universidades que antecederam à criação da UFRA, bem como daquelas que tramitavam no MEC, com idêntico objetivo, segundo depoimentos de autoridades da SeSu-MEC, ao Prof. Manoel Malheiros Tourinho.

Na área política é de justiça reconhecer que a Proposta de Transformação da FCAP mereceu o apoio unânime da bancada federal do Pará e dos parlamentares de outros Estados da região, a exemplo do que já havia ocorrido com a manifestação da Assembléia Legislativa do Pará, da Câmara Municipal de Belém e da maioria das Câmaras Municipais e Prefeituras dos municípios paraenses e de todos os segmentos profissionais de Ciências Agrárias e áreas afins, além das entidades de classes econômicas e do Governo do Estado.

Após tramitação nas duas casas legislativas federais (Câmara dos Deputados e Senado Federal), foi aprovada a criação da Universidade Federal Rural da Amazônia, pela via da transformação institucional da FCAP, sendo editada a Lei nº 10.611, de 23 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 24.12.2002.

Estava então criada a Universidade Federal Rural da Amazônia, evento para o qual muitos contribuíram especialmente os ex-diretores da FCAP, Professores Fernando Bemerguy, Paulo Contente e Manoel Malheiros Tourinho, este último, com destaque especial, pois ensejou todas as condições administrativas pela sua aprovação em Brasília, junto ao MEC e a classe política.

Quanto ao apoiamento político das diversas esferas federal, estadual e municipal, a criação da UFRA muito deveu ao Deputado Federal Anivaldo Vale, que não poupou esforços para a rápida tramitação e aprovação da nova Universidade, em razão de seu prestígio pessoal junto ao Presidente da Republica, Fernando Henrique Cardoso e ao Dr. Pedro Parente, Chefe da Casa Civil, da Presidência da Republica.

A esses memoráveis parceiros desta nossa conquista, a UFRA sempre será reconhecida.

Com a promulgação da Lei nº 10.611, de 23 de dezembro de 2001 pelo Presidente, foram extintos os cargos de Diretor e Vice-Diretor da então Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, ocupadas, respectivamente, pelo Prof. Manoel Malheiros Tourinho e Prof. Waldenei Travassos de Queiroz, sendo esses Professores nomeados, em 31.12.2002, através das Portarias 3.928 e 3.929 (DOU de 31.12.2002), Reitor *pro tempore* e Vice-Reitor *pro tempore* da nova Universidade, como dispunha o art.8º da referida Lei.

# CURSOS DE GRADUAÇÃO

## CRIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NO *Campus* BELÉM

### Agronomia

O Curso de Graduação em Agronomia decorreu da própria criação da Escola de Agronomia da Amazônia, através do Decreto – Lei nº 8.290, de 5 de dezembro de 1945, publicado no DOU de 7 de dezembro do mesmo ano, vinculada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, segundo o modelo institucional vigente à época para o ensino superior brasileiro.

Por várias razões alegadas pelas autoridades de então, a nova Escola só foi efetivamente implantada em 17 de abril de 1951, com o início do Curso de Agronomia funcionando em dependências do Instituto Agronômico do Norte, em regime de estreita colaboração, por força do que dispunha o art.4º do Decreto – Lei nº 8.290, de criação da EAA, após um ano de funcionamento no prédio da representação em Belém das plantações Ford de Belterra.

O Curso de Agronomia da Escola de Agronomia da Amazônia não teve especificamente um ato de autorização de funcionamento e de reconhecimento inicial, como acontece nos dias atuais em que esses procedimentos são indispensáveis à manutenção legal dos cursos superiores do país, todos eles coordenados pelo Ministério da Educação. No entanto, é interessante ressaltar que o Curso de Agronomia foi a primeira profissão a ser regulamentada juridicamente no Brasil, graças ao Decreto 23.196, de 12 de outubro de 1993, pelo então presidente Getúlio Vargas.

O primeiro Diretor da Escola de Agronomia da Amazônia foi o Dr. Felisberto Camargo e tinha como Diretor Substituto, o Prof. Antonio Gomes Moreira Junior e como Secretária a Senhorita Myrtha da Costa Nascimento.

Durante os 21 anos de existência, a Escola de Agronomia da Amazônia formou 451 Engenheiros Agrônomos, tendo a primeira turma, formada por 23 profissionais, diplomados em 1954.

### Engenharia Florestal

O Curso de Engenharia Florestal foi o segundo curso criado no âmbito da Escola de Agronomia da Amazônia e após mais de duas décadas de vida desse tradicional estabelecimento de ensino agrícola.

Na década de 70, entenderam os dirigentes que apesar da EAA ter preenchido plenamente seus objetivos com a implantação do Curso de Agronomia, o processo de desenvolvimento regional necessitava de novos cursos na área de Ciências Agrárias, o que ensejou que a Escola de Agronomia ampliasse os seus objetivos institucionais, de modo a atender às necessidades de mão de obra profissional que o projeto de desenvolvimento exigia em nível regional.

Dentro dessa ótica o Curso de Engenharia Florestal surgiu como o mais indicado para compor o elenco inicial de novos cursos na área de Ciências Agrárias, em razão das perspectivas de mercado para a indústria madeireira e a exigência de conhecimento e informação sobre o potencial de nossas florestas, de modo a resguardá-las de exploração predatórias que comprometessem esse importante recurso natural.

Encaminhado ao Ministério da Educação, o projeto de abertura do novo curso no *Campus* Belém, o Conselho Federal de Educação, através do Parecer nº 802, de 9 de dezembro de 1971, aprovou o funcionamento do Curso de Engenharia Florestal na Escola de Agronomia da Amazônia, o que motivou o Decreto Presidencial nº 69.786, de 14 de novembro de 1971, homologando a decisão do Conselho Federal de Educação – CFE e, em 27 de julho de 1977, pelo Decreto Federal nº 80.030, foi reconhecido como um curso que atende todos os requisitos para uma boa formação de um profissional de Engenharia Florestal.

O primeiro Coordenador do curso foi o Prof. Humberto Marinho Koury, enquanto o primeiro chefe do Departamento de Engenharia Florestal foi o Prof. Nadir Silva Castro, ambos já falecidos, que são considerados grandes baluartes do novo curso.

Em janeiro de 1972, após o vestibular que classificou 30 candidatos que constituíram a primeira turma de discentes, 27 deles, em 29 de novembro de 1975, colaram grau em Engenharia Florestal.

## Medicina Veterinária

Na década de 70, apoiada pelo governo federal e em razão da política de incentivos fiscais promovida pelo órgão de desenvolvimento regional, teve início na Amazônia a expansão da pecuária e de atividades agrícolas, principalmente no Estado do Pará, o que deu oportunidade a esta unidade federativa de se transformar em um dos principais pólos da pecuária nacional, com ocupação de grandes áreas com pastagens plantadas, além de aproveitamento de forma racional das pastagens naturais existentes em grandes quantidades na região, o que elevou o plantel nos dias atuais, para cerca de 18 milhões de cabeças de bovinos, o quinto maior do país.

No entanto, àquela época, o diagnóstico da situação de profissionais apontava para uma deficiência de pessoal com qualificação específica para enfrentar os problemas do setor, o que poderia criar empecilhos para o plano de desenvolvimento da atividade agropecuária, apoiada pelos órgãos governamentais que foram criados para o processo de crescimento de nossa economia.

A Amazônia contava, então, com menos de uma centena de Médicos Veterinários que se distribuíam pelas unidades federadas da região, a grande maioria proveniente do nordeste brasileiro.

A Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP, nova denominação que recebeu a Escola de Agronomia da Amazônia, sensível a essa situação de carência de mão de obra para dar suporte técnico às atividades zootécnicas que experimentavam grande expansão na região, apresentou ao Ministério da Educação um projeto de abertura de um curso de graduação em Medicina Veterinária, o qual aprovado em 16 de março de 1973, pelo Conselho Federal de Educação, e foi autorizado a funcionar pelo Decreto nº 72.217, de 11 de maio de 1973, tendo obtido reconhecimento em 1º de novembro de 1978, pelo Decreto nº 85.537.

Destaca-se na fase inicial do Curso de Medicina Veterinária o Convênio entre a então FCAP e a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, que permitiu a preparação do primeiro grupo de professores treinados especialmente para ministrarem aulas em Belém, tendo recebido treinamento, nessa oportunidade, oito professores do quadro da Instituição. Em 1974 foi iniciado o curso, que contou com o apoio do Hospital Veterinário, o único no Norte do Brasil aquela época, após o vestibular que ofereceu 30 vagas, todas elas preenchidas.

No dia 18 de dezembro de 1977, recebeu o grau profissional a primeira turma de Médicos Veterinários, composta de 29 diplomandos.

O primeiro chefe do Departamento de Medicina Veterinária foi o Prof. Alberto de Melo e Silva, já falecido, que foi um dos grandes incentivadores do novo curso.

## Engenharia de Pesca

O Curso de Engenharia de Pesca sempre foi um sonho da comunidade acadêmica da então Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, principalmente a partir da década de 70, e especialmente em razão do estado do Pará ser o segundo produtor nacional de pescado de águas internas, representado pelo enorme volume de água doce existente no interior de seu território. Todavia, apesar de todos os esforços no sentido de justificar a criação desse curso, particularmente através da implantação inicial de uma infraestrutura acadêmica de relativo vulto e do desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de pesca, a FCAP não conseguia viabilizar seu objetivo.

Várias iniciativas foram promovidas pela instituição com a intenção de dar suporte à criação do Curso de Engenharia de Pesca.

Inicialmente, com recursos financeiros de um Convênio com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, a FCAP instalou em seu *Campus* Belém, o Centro de Pesquisas Pesqueiras do Pará, unidade onde desenvolveu excelentes trabalhos sobre a atividade pesqueira, não só na área do ensino, através do Departamento de Zootecnia, como na de pesquisa, utilizando os laboratórios montados nesse Centro.

No início da década 80, no ano de 1981, foi dado início à construção da atual Estação de Piscicultura de Água Doce, em Castanhal, com área de 45 ha, dotada de excelentes instalações acadêmicas, inclusive alojamentos, local onde a então FCAP iniciou a implantação de uma infraestrutura voltada a produção de alevinos para fomento da produção de peixes, na região Nordeste do Estado, bem como treinamento de pessoal técnico e aulas práticas aos discentes de diversos cursos da instituição. Ainda nessa década, a FCAP em Convênio com o IBAMA, alojou em suas dependências do *Campus* Belém, o Centro de Pesquisas e Gestão de Recursos Pesqueiros do Norte do Brasil – CPNOR, unidade de pesquisa das mais importantes do país para as atividades de pesca marítima, inclusive dispondo de um excelente navio de pesquisa pesqueira, denominado “Alm. Paulo Moreira”, que desenvolve pesquisa na costa brasileira, desde a foz do Amazonas até a foz do rio Parnaíba.

Em 1995 a FCAP apresentou ao Ministério da Educação um projeto para criação do Curso de Engenharia de Pesca para atender a crescente demanda por esses profissionais, mas, lamentavelmente, em razão de várias questões, que não foi possível equacionar à época, o pedido não obteve sucesso naquela oportunidade.

Na administração do Prof. Paulo Contente, de 1996 a 2000, foi dado novo impulso à criação do Curso de Engenharia de Pesca no *Campus* Belém, não só pelas excelentes instalações que o estabelecimento já dispunha, tanto na capital como no interior do Estado, bem como pelo entendimento da nova gestão, que seria praticamente impossível a instalação da universidade tão sonhada pela comunidade, que se

mostrava viável pela via da transformação institucional, dispondo apenas de 3 cursos de graduação, e assim, a estratégia operacionalizada foi a ampliação do número de cursos de graduação e pós-graduação, a ampliação e consolidação dos programas de pesquisas existentes, bem como o aumento do número de vagas no vestibular para 360, para ingresso de novos discentes.

Perseguindo essa lógica, a FCAP fez nova tentativa junto à Secretaria de Ensino Superior – SESu, do Ministério da Educação, para implantação do Curso de Engenharia de Pesca, através de um projeto em que foi agregada toda a experiência acumulada pela FCAP, que contou, ainda, com a participação de especialistas no assunto e de professores e pesquisadores da própria Faculdade, sob a Coordenação da Profª Irenice Maria Santos Vieira, hoje aposentada, que foi a grande responsável pela elaboração do referido projeto o qual foi encaminhado a SESu, em 1999, recebeu parecer favorável da Comissão de Especialistas de Ensino de Ciências Agrárias e assinado o Termo de Compromisso em março do mesmo ano, para conclusão das disposições nele contidas, no prazo de 12 meses.

Em junho do mesmo ano de 1999, a Faculdade recebeu a visita da Comissão Verificadora, instituída pela Portaria SESu/MEC 552, de 5 de maio de 1999, que manifestou-se favorável à implantação do Curso de Engenharia de Pesca, com algumas recomendações quanto ao projeto pedagógico e curricular e ao corpo docente e que a administração envidasse todos os esforços para a construção de um prédio (Figura 8) que abrigasse o curso, prédio que foi concluído no final de 2000 e, em 2001, o então Departamento de Ciências Aquáticas começou a funcionar nas novas instalações.

Figura 8 – Prédio de Engenharia de Pesca no *Campus* Belém da UFRA.
Foto: Arquivo da UFRA.

É de destacar que durante o período em que o projeto de criação do curso tramitava nas instâncias superiores do MEC, em Brasília, a Diretoria da FCAP preocupava-se em fazer reformas importantes na Estação de Piscicultura de Água Doce de Castanhal, no sentido de adaptá-la às novas condições e objetivos do curso que seria implantado, dado que as dependências dessa Estação se encontravam com atividades reduzidas, à época, o que de certa forma, comprometeu a sua manutenção.

Em 20 de julho de 1999, o Curso de Engenharia de Pesca foi criado através da Portaria nº 1135, do Ministro da Educação Paulo Renato de Souza (DOU de 21. 07.1999), autorizado para funcionamento pelo Parecer nº 740/99, da Comissão de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, nos termos do despacho de 20.07.99, publicado, também, no DOU de 21.07.1999. O curso foi instalado em 2000, tendo a primeira turma sido diplomada em 06.10.2004, com 17 profissionais.

A primeira Coordenadora desse curso, designada por Portaria do Diretor da Instituição, foi a Profª Rosangela Viggiano, do Departamento de Zootecnia, que desenvolveu excelente trabalho de consolidação do curso.

## Zootecnia

Implantado o Curso de Engenharia de Pesca no *Campus* Belém, a direção da FCAP ainda na gestão do Prof. Paulo Contente e seguindo a estratégia adotada para criar condições e dispor dos requisitos mínimos que pudessem levar ao objetivo da tão sonhada universidade, foi dado início às providências para criação de mais um curso de graduação, que somaria cinco, número bastante expressivo, dada a tradição da instituição no segmento de Ciências Agrárias e a demanda de novos cursos nessa área que a sociedade reclamava.

À época, a Amazônia experimentava uma grande expansão da atividade pecuária, não só pelas condições naturais que favoreciam a implantação de projetos nas diversas regiões, especialmente no Estado do Pará, pelo fator locacional de estar próximo aos grandes centros de consumo brasileiro e pela política de incentivos fiscais do governo federal, com aplicação de recursos em um setor da economia agrícola que dispunha de inúmeras vantagens comparativas.

No período compreendido entre 1982 a 1992, a região Norte despontava com a maior taxa de crescimento na evolução do rebanho bovino de corte e as estatísticas apresentavam o Pará com um plantel da ordem de 8,7 milhões de cabeças para esse tipo de produto no ano 2000.

A avicultura na mesma oportunidade começava expandir-se, com utilização de modernas técnicas de produção, tanto na avicultura de corte e de postura, o que dava ao Estado a liderança regional do quantitativo de animais nesse segmento.

No que se refere a suínos, o Estado do Pará também liderava a criação chegando a quase 50% do efetivo regional.

A criação de búfalos era também destaque no Estado, pois o Pará detinha o maior plantel do país, com cerca de 50% do rebanho brasileiro.

Em função desse diagnóstico, a direção da então FCAP entendeu que o crescimento do setor pecuário regional e estadual poderia estar comprometido se não houvesse profissionais qualificados na

própria região, com vivência nos problemas do setor, que tem características diferenciadas do restante do país. Assim, com a responsabilidade que a instituição tem com o setor, resolveu a direção que o próximo curso de graduação para atender a carência de mão de obra profissional para apoiar o desenvolvimento de uma pecuária racional seria o de Zootecnia, que deveria ser implantado com a maior urgência possível.

Sob a Coordenação do Prof. Ermino Braga e seu principal redator, foi elaborado o projeto de criação desse curso e apresentado ao MEC, tendo sido aprovado com o conceito "A", pela Comissão de Especialistas, que visitou a Faculdade e opinou que a instituição dispunha de todas as condições e requisitos para a instalação do Curso (Figura 9).

Figura 9 – Vista das instalações onde funcionam salas de aulas, laboratórios, auditório e dependências administrativas do Curso de Zootecnia no *Campus* Belém da UFRA.
Foto: Arquivo da UFRA.

O Senhor Ministro da Educação aprovou a criação do Curso de Zootecnia na Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, através da Portaria Ministerial nº 854, de 21 de junho de 2000, homologando o Parecer nº 497/2000, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, portaria essa que foi publicada no DOU de 26.06.2000.

Em janeiro de 2001, foi realizado o primeiro vestibular para o Curso de Zootecnia, juntamente com o vestibular geral da instituição, com uma oferta de 30 vagas, todas preenchidas.

O Curso de Zootecnia obteve reconhecimento através da Portaria 3.101 do MEC, de 09.09.2005, publicada no DOU de 16.09.2005.

O primeiro Coordenador do Curso de Zootecnia foi o Profº Ermino Braga.

Em 13 de maio de 2005, diplomou-se a primeira turma de Zootecnistas, constituída de 17 profissionais, com o curso já reconhecido.

# CURSOS IMPLANTADOS ATRAVÉS DO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS – REUNI NO *Campus* BELÉM

Com a instalação do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, criado através do Decreto nº 6.096, de 14 de abril de 2007, publicado no DOU de 25.04.2007, a UFRA habilitou-se aos recursos do referido Plano, não só para reestruturação das suas atividades acadêmicas, que abrangia seis dimensões, como para expansão das ações da Universidade, especialmente a de ensino, com a criação de novos cursos de graduação no *Campus* Belém, preferencialmente no período noturno, para aproveitamento da capacidade de infraestrutura ociosa existente, bem como ampliação de novos cursos de graduação no interior do Estado, abrindo condições de acesso à universidade para uma grande clientela de estudantes que concluem o ensino médio e não encontram oportunidade em sua própria região, de continuarem seus estudos para a busca de um título universitário.

Em razão do Decreto Presidencial, o Reitor da UFRA, Prof. Marco Aurélio Leite Nunes, através da Portaria nº 933, de 17.08.2007 designou uma comissão constituída por diversos professores e servidores da Universidade para elaborar a proposta da Universidade Federal Rural da Amazônia que, após a sua conclusão, foi aprovada pelo Conselho Universitário da UFRA, em Reunião Extraordinária realizada no dia 19.10.2007, em Belém, e pela Comissão de Homologação do REUNI-MEC, em reunião do dia 19.12.2007, em Brasília.

A Comissão estava assim constituída:

- Prof. Walmir Hugo dos Santos – *Assessor da Reitoria – Coordenador*;
- Prof. Everaldo Carmo da Silva – *Pró-Reitor de Planejamento e Gestão*;
- Prof. Edilson Rodrigues Matos – *Pró-Reitor de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico;*
- Profª Maria Amélia Mota Marinho da Silva – *Pró-Reitora de Ensino de Graduação;*
- Profª Ruth Helena Falesi Bittencourt – *Coordenadora do Curso de Medicina Veterinária;*
- Prof. Fernando Sérgio Valente Pinheiro – *Coordenador do Curso de Agronomia;*
- Prof. Manoel Sebastião de Carvalho – *Coordenador do Curso de Engenharia Florestal;*
- Eng. Francisco de Assis Fernandes Ribeiro – *Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Gestão;*
- Técnica em Assuntos Educacionais – Emilce Nascimento Pacheco – *Pró-Reitoria de Ensino de Graduação;*
- Técnico em Assuntos Educacionais – Heden Clazyo Dias Gonçalves – *Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.*

A Comissão contou com a colaboração inestimável do Prof. Moacir Cerqueira da Silva que, mesmo em licença médica prolongada, por acidente grave que lhe vitimou, hoje já completamente recuperado, se dedicou de maneira total à concepção e formulação da proposta da UFRA, aprovada pela Comissão Coordenadora do REUNI, em Brasília.

Assim, no *Campus* Belém, foram aprovados recursos financeiros para implantação de três cursos de graduação no período noturno, sendo dois deles na área de informática, o de Bacharelado em Informática Agrária e o de Licenciatura em Ciências da Computação, e um de Engenharia Ambiental, todos em pleno andamento.

## Bacharelado em Informática Agrária

O Curso de Bacharelado em Informática Agrária teve início em 2009, com a realização do vestibular no dia 15.02.2009, com 419 candidatos inscritos para 50 vagas (Edital nº 19/2008), todas preenchidas, cujos discentes constituem a primeira turma desse novo curso de graduação.

Entre as Resoluções do Conselho Universitário – CONSUN não consta a aprovação do projeto de abertura do Curso de Bacharelado em Informática Agrária. No entanto, a Resolução nº 32, de 10 de dezembro de 2009, do CONSUN faz referência sobre a aprovação desse órgão superior, do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Informática Agrária.

Atualmente, com a realização do Processo Seletivo 2011, o Curso de Informática Agrária está com três turmas em pleno funcionamento.

O atual Coordenador do Curso é o Prof. João Santana, eleito na forma do Regimento Geral.

## Licenciatura em Ciências da Computação

Igualmente como o Curso de Bacharelado em Informática Agrária, o de Licenciatura em Ciências da Computação foi iniciado em 2009, tendo o vestibular sido realizado na data do Processo Seletivo Geral da UFRA no dia 15.02.2009, com 432 candidatos inscritos para disputarem 50 vagas, todas preenchidas, que constituiu a primeira turma desse curso.

A forte demanda da sociedade por profissionais qualificados em educação computacional vem ao encontro do processo de expansão universitária da UFRA, através da criação de novos cursos e a consolidação de seu processo de interiorização, podendo contribuir significativamente para a inclusão digital da população amazônica.

Na região Norte além da UFRA, somente a Universidade do Estado do Amazonas – UEA oferta este curso, fato que reforçou a necessidade de sua criação. Isto é confirmado pela significativa demanda do primeiro processo seletivo realizado pela UFRA em 15.02.2009 para o Curso de Licenciatura em Computação, em que foram inscritos 432 candidatos, sendo 216 da rede de ensino público e 216 candidatos da rede de ensino particular, para as 50 vagas ofertadas, perfazendo um total de 8,64 candidatos para cada vaga para discentes provenientes das respectivas redes de ensino.

Também, como o Curso de Bacharelado em Informática Agrária, o de Licenciatura em Ciências da Computação não consta entre as Resoluções do Conselho Universitário – CONSUN, porém a Resolução nº 33, de 10.12.2009, do Conselho de Ensino e Pesquisa e Extensão – CONSEPE aprovou o Projeto Pedagógico do Curso, que encontra-se em pleno andamento, com duas turmas em funcionamento, após o Processo Seletivo de 2011.

O Coordenador do Curso é o Prof. Paulo Roberto Carvalho, que foi eleito de acordo com as normas estabelecidas no Regimento Geral da UFRA.

### Engenharia Ambiental

A Universidade sempre teve interesse na realização de um curso de graduação na área ambiental tanto para suprir carência de professores com essa qualificação na região como, também, em razão do próprio objetivo de sua missão institucional quanto à preparação de pessoal qualificado para o processo de desenvolvimento regional. Apesar de todos os esforços nesse sentido, não foi possível realizar o seu intento de implantar um curso superior de ciência ambiental, o que levou a instituição a desenvolver, por um determinado período, cursos de especialização, tendo realizado vários destes, na década de 90.

Finalmente, com recursos do REUNI foi possível estabelecer esse curso no *Campus* Belém a partir de 2010, tendo o Processo Seletivo para 50 vagas sido realizado no dia 07.02.2010, com a participação de 1.727 candidatos, que preencheram as vagas ofertadas, estando atualmente, com a realização do vestibular de 2011, com duas turmas em pleno funcionamento no período noturno.

Pesquisa feita nas Resoluções do Conselho Universitário – CONSUN não encontrou aprovação desse órgão superior da Universidade quanto ao projeto de abertura do curso, bem como não consta das Resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso. O Coordenador do Curso de Engenharia Ambiental é o Prof. Marcelo Moreno eleito na forma regimental para ocupar essa função.

## CRIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO FORA DA SEDE PELO PROGRAMA DE EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E PELO REUNI

### Unidade Santarém

Engenharia Florestal

Com a criação da Universidade Federal Rural da Amazônia, pela via da transformação institucional da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP, em 23 de dezembro de 2002, através da Lei 10.611, a instituição deu início ao programa de interiorização de suas atividades, especialmente à de ensino, desde que esse tinha sido o objetivo maior da proposta de criação da Universidade, em razão do modelo jurídico da FCAP que dificultava essa expansão de interiorização de seus cursos de graduação, em face da legislação vigente para esse tipo de crescimento.

A essa altura, a SUDAM tinha sido extinta por decisão do governo federal e, em seu lugar, surgiu a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, que tinha atribuições institucionais um pouco mais reduzidas do que a Superintendência, deixando, em consequência, ociosas várias instalações e dependências até então mantidas pela ex-SUDAM bem como outras atividades importantes que não se encaixavam no modelo operacional da nova Agência de Desenvolvimento, e por essa razão, foram repassadas a diversos órgãos da esfera federal.

Desde o início dessas providências de desmonte de algumas atividades da SUDAM, a então FCAP habilitou-se à posse do Centro de Tecnologia Madeireira – CTM, da ex-SUDAM, em Santarém, com as suas instalações e áreas físicas, todas de relativo porte, bem como a Reserva Florestal do Palhão e a Estação Experimental de Curuá-Una, onde a FCAP por muitos anos foi parceira da SUDAM, como de sua antecessora, a SPVEA, em pesquisas florestais e estudos de grande repercussão científica para o conhecimento e manejo das florestas nativas da região.

Autorizada a utilizar essas unidades, sem, no entanto, um ato formal de cessão, para as atividades da nova Universidade, quer nos aspectos acadêmicos e como no de pesquisa, a UFRA iniciou as providências administrativas e acadêmicas para a implantação do Curso de Graduação em Engenharia Florestal em Santarém, nas instalações do CTM naquela cidade, qualificação profissional que se coadunava com toda a infraestrutura disponível naquele estabelecimento e com a própria experiência técnica indiscutível que dispunha nos meios e atividades afins que desenvolvia, bem como o histórico de pesquisas que realizava em suas reservas florestais; a presença da Floresta Nacional do Tapajós, com 600 mil hectares e a existência de uma tradição de exploração madeireira nas regiões do Baixo Amazonas e Tapajós, de forte importância comercial, sobretudo de exportação pelo porto de Santarém.

Atendendo os requisitos que exigiam os documentos formais da Universidade, porém sem atender plenamente os dispositivos e procedimentos da legislação vigente sobre a criação de cursos fora da sede das universidades, a UFRA instalou formalmente o Curso de Engenharia Florestal em Santarém, utilizando as dependências e instalações do CTM que já administrava, inclusive com os 36 servidores ativos do CTM redistribuídos por ato Ministerial para os quadros da Universidade, tendo realizado vestibular, em 4 e 5 de maio de 2003, com 362 candidatos inscritos para 30 vagas, todas preenchidas, que constituiu a primeira turma desse curso da UFRA, o primeiro interiorizado da nova Universidade.

Em 13 de novembro de 2006 foi aprovado pelo Conselho Universitário – CONSUN a proposta de implantação do Curso de Engenharia Florestal em Santarém apresentado pela Reitoria, cujo Reitor *pro tempore* era o Prof. Manoel Malheiros Tourinho.

O *Campus* Santarém foi credenciado pelo Ministério da Educação, através da Portaria nº 945, de 04 de agosto de 2008 (DOU de 05.08.2008), homologando o Parecer nº 116/2008, do Conselho Nacional de Educação e autorizado o funcionamento do Curso de Engenharia Florestal, com 30 vagas anuais pela mesma Portaria nº 945.

A primeira turma de Engenheiros Florestais, constituída de 21 profissionais, recebeu outorga de grau em 16.05.2008, tendo se incorporado ao mercado de trabalho local e regional, e vários desses profissionais foram classificados para cursar o Mestrado em Ciências Florestais, no *Campus* Belém da UFRA, na capital.

Em 2009, a Unidade Descentralizada do Tapajós foi incorporada à Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, como disposto no art. 5º, da lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009 (DOU de 26.11.2009), inclusive o Curso de Engenharia Florestal com todos os seus discentes.

Por solicitação da Reitoria *pro tempore* da UFOPA, a UFRA continuou a administrar academicamente o Curso de Engenharia Florestal de Santarém, inclusive outorgando grau às turmas concluintes de 2009 e 2010, sendo que neste último ano, a UFRA outorgou o grau para 16 profissionais, sendo esta a última turma que a UFRA colaborou com a UFOPA na parte acadêmica do Curso.

O primeiro Coordenador do Curso de Engenharia Florestal de Santarém foi o Prof. Edir Santana de Queiroz Filho.

## *Campus* Parauapebas

Zootecnia

No decorrer do ano de 1999, o então Diretor da FCAP, o Prof. Paulo Contente, tendo como Vice-Diretor o Prof. Italo Alberio, iniciou negociações com a Srª Bel Mesquita, à época Prefeita de Parauapebas, no sentido de solicitar colaboração da Prefeitura daquele município para expansão das atividades de ensino, pesquisa e extensão da FCAP na área territorial de Parauapebas, que experimentava grande desenvolvimento sócioeconômico, em razão de receber benefícios financeiros legais do Projeto Grande Carajás, ficando acertado, inicialmente, que seria instalado um Centro de Treinamento em parceria com a FCAP, para oferecer treinamento, em nível técnico, para criadores da região em práticas e procedimentos zootécnicos de rotina em estabelecimentos pecuários, bem como oferecer cursos, em nível de especialização, de pessoal técnico, especialmente em zootecnia.

A ideia para materializar esse objetivo, seria o aproveitamento da infraestrutura já existente e distante da sede em aproximadamente 10 km, a qual, posteriormente, foi doada à instituição para instalação de seu *Campus* e onde está sendo implantado, atualmente, os prédios acadêmicos e administrativos.

Para gerenciar as atividades de responsabilidade que estavam sendo assumidas em razão do Convênio com a Prefeitura Municipal de Parauapebas, foi designada a Profª. Maria Rohane de Lima que passou a residir na sede do município e articulou as ações da FCAP que não só atendeu aos objetivos inicialmente previstos, como com a consolidação das tarefas e reconhecimento pela comunidade da importância da FCAP, as negociações se intensificaram de tal modo que foi sugerido um curso de graduação para atender a uma clientela expressiva de jovens que concluíam o ensino médio e não tinham a oportunidade de se deslocar do município em busca de uma qualificação profissional superior.

Com a criação da Universidade, em dezembro de 2002, na gestão do Prof. Manoel Malheiros Tourinho, como Reitor *pro tempore* da Universidade recém-criada, foi instalado o Curso de Graduação em Zootecnia, com ajuda substancial da Prefeitura de Parauapebas, tendo ocupado as instalações do Centro Integrado de Agricultura, da municipalidade, um espaço multiuso que abriga várias organizações, equipado com laboratórios, inclusive de informática, salas de aula e outras dependências administrativas e técnicas.

O primeiro vestibular para o Curso de Zootecnia em Parauapebas foi no dia 29.09.2003, que contou com 316 candidatos inscritos, para 30 vagas, todas preenchidas, que constituiu a primeira turma do Curso de Zootecnia nesse *Campus*.

A primeira turma de diplomados em Zootecnia recebeu outorga de grau em 16.10.2008 com 17 profissionais.

O Curso de Zootecnia foi iniciado em março de 2004, tendo como primeiro Coordenador o Professor Eduardo Lima.

A Resolução nº 07, de 13 de novembro de 2006, do Conselho de Ensino e Pesquisa – CONSEP aprovou o Curso de Zootecnia em Parauapebas.

O *Campus* Parauapebas foi credenciado por ato do Sr. Ministro da Educação, após aprovação do Conselho Nacional de Educação, através do art. 1º, da Portaria nº 257, de 24 de março de 2009 (DOU de 25.03.2009) e autorizado o funcionamento do Curso de Zootecnia, com 30 vagas anuais.

Agronomia

Agronomia foi o segundo curso instalado no *Campus* Parauapebas, cujo primeiro vestibular foi realizado no dia 07.02.2010, com inscrição de 362 candidatos, que disputavam uma oferta de 50 vagas, todas preenchidas (Edital 24/2009, de 10.09.2009)

Atualmente, com a realização do Processo Seletivo de 2011, o *Campus* Parauapebas tem duas turmas de Agronomia em pleno funcionamento.

O Curso de Agronomia implantado em Parauapebas contou com recursos do REUNI para as obras de infraestrutura acadêmica e administrativa.

Ambos os cursos do *Campus* Parauapebas funcionam em dependências do Centro Integrado de Agricultura, localizado na sede do município.

No entanto, a Prefeitura de Parauapebas doou para a UFRA uma área de 48,4 hectares, situada a 10 km do centro da cidade, que será sede definitiva do *Campus* Parauapebas, que já está credenciado através da Portaria Ministerial 257, de 24.03.2009, publicada no DOU de 25.03.2009 e especificamente no que dispõe o art. 1º da referida Portaria que homologou o Parecer nº 8/2009, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação.

Nessa área doada pela Prefeitura Municipal de Parauapebas esta sendo construída a infraestrutura de prédios e outras dependências para alojar as unidades administrativas e acadêmicas do *Campus* Parauapebas, todas em adiantado estágio de construção, que estão sendo feitas com recursos do REUNI.

Engenharia Florestal

O Curso de Engenharia Florestal no *Campus* Parauapebas foi iniciado no segundo semestre de 2011, sendo o terceiro curso de graduação nesse *Campus*.

O primeiro vestibular desse curso foi realizado em janeiro de 2011, com 384 candidatos, para 50 vagas, todas preenchidas, cujos discentes constituíram a primeira turma do curso.

O Curso de Engenharia Florestal funciona em dependências do Centro Integrado de Agricultura, juntamente com Zootecnia e Agronomia.

Não há registro sobre aprovação desse curso nem no CONSUN e nem no MEC, porém constava da relação de cursos constante da proposta do REUNI, aprovada pelo MEC.

O Curso de Engenharia Florestal, como o de Agronomia, teve a sua implantação custeada com recursos do REUNI.

## *Campus* Capitão Poço

Agronomia

No *Campus* Capitão Poço, credenciado por ato do Sr. Ministro da Educação, através da Portaria nº 945, de 4 de agosto de 2008, publicada no DOU de 05.08.2008, que homologou o Parecer do Conselho

Nacional da Educação, de nº 116/2008, da Câmara de Educação Superior que, pela mesma Portaria 945, foi autorizado o funcionamento do Curso de Agronomia, dispondo de 50 vagas anuais.

Esse curso teve início em janeiro de 2005, após a realização do vestibular no dia 29 de outubro de 2004 (Edital 01/2004), com 427 candidatos inscritos, que disputaram 30 vagas, todas preenchidas, cujos discentes constituíram a primeira turma de Agronomia desse *Campus*.

O *Campus* está instalado em área doada pela Prefeitura Municipal de Capitão Poço, onde atualmente encontra-se em construção a infraestrutura física para abrigar as dependências administrativas e acadêmicas, cujas obras encontram-se adiantadas e custeadas com recursos do REUNI.

É de se destacar na operacionalização do *Campus* Capitão Poço, a colaboração da Prefeitura Municipal de Capitão Poço que, através de Convênio com a UFRA, mantém parceria proveitosa com esta Universidade, contribuindo na medida das suas possibilidades orçamentárias com as despesas de custeio para manutenção do Curso de Agronomia e cedendo pessoal para realização de tarefas diversas em proveito do *Campus* e funcionamento do curso, desde que a UFRA se ressente de pessoal para essas atividades.

A primeira turma de Agronomia recebeu grau em 2 de outubro de 2009, constituída de 18 profissionais.

O primeiro Coordenador do Curso de Agronomia de Capitão Poço foi o Professor Tassiano Marinho.

Com recursos do REUNI a infraestrutura acadêmica e administrativa do *Campus* Capitão Poço está praticamente concluída em sua primeira etapa, que compreende salas de aula, laboratórios e prédio para a parte administrativa.

## *Campus* Paragominas

Paragominas é um dos mais prósperos municípios do Estado do Pará, localizado na Mesorregião Sudeste e microrregião Paragominas, em área de grande desenvolvimento socioeconômico, principalmente em atividades agrícolas, pecuárias e florestais, sendo atravessado pela rodovia de integração nacional, a BR-010 Belém - Brasília.

O *Campus* Paragominas já se encontra credenciado, através da Portaria Ministerial nº 945, de 4 de agosto de 2008 (DOU de 05.08.2008), estando hoje em fase de consolidação, com um prédio destinado às atividades acadêmicas concluído, onde se abriga, também, a parte administrativa, instalações essas custeadas com recursos do REUNI, cujo programa tornou possível a implantação dos dois cursos de graduação.

Agronomia

No *Campus* Paragominas funciona o Curso de Agronomia, instalado em 1 de outubro de 2008 após a realização do Processo Seletivo em 14.08.2008 (Edital 14/2008) com 348 candidatos inscritos para 50 vagas, totalmente preenchidas.

A instalação do curso em Paragominas foi aprovada pelo Conselho Universitário – CONSUN, através da Resolução nº 09, de 13 de novembro de 2008. A autorização de funcionamento do curso se deu,

através da Portaria 945, de 04.08.2008 do Ministro da Educação que, igualmente aprovou o quantitativo de 50 vagas anuais, conforme Parecer do Conselho Nacional da Educação de nº 117/2008, publicado no DOU de 05.08.2008.

A instalação do *Campus* e do Curso de Agronomia em Paragominas contou com a participação da Prefeitura Municipal de Paragominas que, em regime de Convênio com a UFRA, colaborou intensamente com a Universidade, custeando algumas atividades de interesse da instituição, bem como cessão de pessoal auxiliar e despesas de custeio.

A Prefeitura também fez doação de uma área de 1,26 hectares, onde a UFRA construiu, com recursos do REUNI, a infraestrutura física de instalações administrativas e acadêmicas do *Campus*.

O primeiro Coordenador do curso foi o Professor Márcio Roberto da Silva Melo

Engenharia Florestal

O Curso de Engenharia Florestal foi instalado no segundo semestre letivo, de 2011, após a realização do Processo Seletivo-2011 (Edital 29/2010), efetivado em 16 de janeiro de 2011, com uma oferta de 50 vagas, todas preenchidas, que constituíram a primeira turma dessa qualificação profissional no *Campus* Paragominas.

O primeiro Coordenador do Curso de Engenharia Florestal é o Professor Denes de Souza Barros.

# CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO *Campus* BELÉM

A Universidade Federal Rural da Amazônia, como as suas duas antecessoras, a Escola de Agronomia da Amazônia e a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, tem uma enorme folha de realizações prestada ao nível de pós-graduação.

A Escola de Agronomia da Amazônia, além da preparação de mão de obra de profissionais em agronomia, função básica a que se dedicou desde sua existência em 1951, começou a pensar na demanda de outros conhecimentos que o processo de desenvolvimento socioeconômico regional, ainda incipiente, exigia o que determinou, entre outros aspectos, a sua transformação em Faculdade de Ciências Agrárias do Pará.

O avanço da fronteira agrícola no norte do País e o consequente processo de ocupação por parte de produtores atraídos pela expansão das atividades agropecuárias, à época fortemente apoiadas por incentivos governamentais, passou a requerer, não só a formação de pessoal qualificado para sustentar essa ocupação econômica e evitar que ela se fizesse de forma irracional, como requeria a capacitação em outras formas de conhecimentos transferidos aos interessados, sobre a modalidade de ensino de pós-graduação em todos os níveis desse segmento acadêmico.

Assim, a partir de 1976, a então Faculdade de Ciências Agrárias do Pará iniciou as atividades de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, destinada, a princípio, especialmente aos docentes da própria instituição.

## Pós-Graduação em nível de especialização (*lato sensu*)

No documento original da Proposta de Transformação Institucional, no Capítulo XII – O ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO, compreendendo as páginas 190 a 198, com anexos correspondendo às Tabelas 38, 39, 40 e 41, de fls 199 a 221, está detalhada toda a história do ensino de pós-graduação praticado pela FCAP, desde 1976, ano do primeiro curso de especialização oferecido pela Faculdade, que foi o de Heveicultura, em atendimento a solicitação da Superintendência da Borracha – SUDHEVEA que, à época, era a autarquia responsável pela política de borracha natural do país, até o ano de 2000, data limite das informações contidas na Proposta de Transformação Institucional. Esse curso era referência e considerado de excelência e o único em todo o hemisfério ocidental.

A FCAP ofertou esse curso em 17 oportunidades, com 425 participantes no total. Ao longo dos anos entre 1976 e 1991 foram ministrados 50 cursos de especialização envolvendo 869 profissionais.

Em 1981, foi realizado o 1º Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização, *lato sensu*, em SILVICULTURA TROPICAL, com 770 horas, incluídas nestas, 200 horas de Seminário.

O corpo docente do curso foi constituído de 5 mestres professores da então FCAP, os docentes Paulo Luiz Contente de Barros, Waldenei Travassos de Queiroz, Italo Alberio, Carlos Gondim e Paulo Martins e 4 convidados de outras instituições, os doutores Ditmar Brephol e Rudi Arno Seitz da Universidade Federal do Paraná – UFPR, o Dr. Jean Dubois, do Instituto Interamericano de Ciências Agrárias – IICA-Trópicos e o Dr. Bernar Rollet, do Convênio entre o Governo Francês e a FCAP.

Ainda em termos de especialização, entre 1995 e 1998, com apoio da CAPES, foram ofertados 21 cursos, com 155 participantes.

Em 1999, com a participação do PET-Agronomia, foi realizado o III Curso de Especialização em Desenvolvimento da Matéria Orgânica em Ambientes Tropicais, com seleção de 4 candidatos, dos quais somente dois concluíram o curso, que foi realizado no período de abril de 1999 a maio de 2000.

No decorrer de 2000 foram realizados 4 cursos de especialização, com apoio financeiro de instituições locais e regionais, sendo dois cursos de Agricultura Integrada na Amazônia, com 33 discentes matriculados, um curso de Agricultura Sustentável na Amazônia, com 13 participantes e um outro de Manejo para Conservação e Produção de Animais Silvestre, com 8 participantes.

## Pós-Graduação em nível de mestrado (*stricto sensu*)

Com a repercussão dos cursos de especialização oferecidos pela FCAP, a tendência natural era a instituição procurar implantar os cursos da área de s*tricto sensu,* inicialmente com a realização de cursos de Mestrado, tendo sido elaborado, em 1984, e encaminhado à CAPES, um Projeto de Mestrado em Agropecuária Tropical, com área de concentração em Manejo de Solos Tropicais que, após recomendado por aquela Comissão, teve início em 1984.

A partir de 1990, o Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação – NPG/FCAP ganhou novo impulso, sendo que em 1991 o então Vice-Diretor no exercício da Diretoria da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, FCAP, antecessora da UFRA, Professor Fernando Bemerguy assinou a Portaria nº 121, de 05 de abril de 1991, designando o Professor Titular Waldenei Travassos de Queiroz como Coordenador, a partir de 01.04.1991, com a missão de coordenar a Comissão elaboradora do Projeto do Curso, que teve colaboração valiosa do Professor Omar Daniel, o que possibilitou o envio do Projeto para a apreciação da CAPES.

A portaria que designou o Prof. Waldenei Queiroz traz uma incorreção, sanável, que não invalida o documento.

Consta como assunto da portaria, a "Criação da Coordenadoria do Curso de Pós-Graduação a nível de Mestrado em Ciências Florestais", porém na verdade esse documento se refere a designação do referido professor, como assinalado.

Através do documento (Nº Ref. DAA/GTC/113) datado de 23 de setembro de 1992, enviado pelo então Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Prof. Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, à Presidente do Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação – NPG/FCAP, Professora Irenice Maria Santos Vieira, comunicando que o Grupo Técnico Consultivo – GTC/CAPES, em reunião do dia 3 de setembro, reconheceu o mérito do Curso de Mestrado em Ciências Florestais da FCAP, passando a integrar o Sistema de Acompanhamento e Avaliação da CAPES, grupo esse que subsidia as agências de fomento em suas decisões de apoio ao setor de pós-graduação.

O Professor Fernando Antonio Souza Bemerguy, Vice-Diretor da FCAP, então no exercício da Diretoria, assinou a Portaria nº 736, de 8 de outubro de 1992, designando o Professor Adjunto Francisco de Assis Oliveira, para Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Ciências Florestais, em substituição ao Professor Titular Waldenei Travassos de Queiroz, o qual assumiu a UAPG – Unidade de Apoio a Pesquisa

e Pós-Graduação da FCAP, a partir de 1 de outubro de 1992, ano em que o curso entrou em operação de fato, tendo sob sua coordenação a organização de toda a Matriz Pedagógica, a contratação de Professores Visitantes e coordenado todo o processo de seleção para os primeiros discentes ingressantes no curso.

Também, o Professor Fernando Antonio Souza Bemerguy, desta feita na qualidade de Diretor da FCAP, assinou a Portaria nº 796, de 14 de dezembro de 1993, dispensando, a pedido, o Professor Adjunto Francisco de Assis Oliveira, da função de Coordenador, o qual foi substituído pelo Professor Adjunto Paulo Luiz Contente de Barros.

Após o reconhecimento do mérito do curso pela CAPES e a nomeação do novo Coordenador, o curso foi organizado e teve seu Regimento Interno aprovado pelo Conselho Departamental para seu pleno funcionamento. Desse modo, em 1993 foi implementado o Curso de Mestrado em Ciências Florestais com definição da área de concentração em Silvicultura e Manejo Florestal, das disciplinas e dos respectivos créditos, integralmente apoiado pela CAPES, tendo sido realizada a primeira seleção de candidatos para ingresso no curso, em que foram selecionados 12 candidatos que começaram seus estudos no início do ano de 1994, tendo o Prof. Benedito Gomes ministrado a primeira aula do curso na disciplina Fisiologia Vegetal.

No ano seguinte, em 29 de dezembro de 1995, já ocorria a defesa da primeira dissertação do curso de mestrado recém-criado, pelo Engenheiro Florestal Raimundo Augusto Nunes da Silva, que teve como orientador o Professor Paulo Contente de Barros, ao mesmo tempo em que ingressaram mais 6 discentes, em virtude de que o número de vagas oferecidas era definido em função da disponibilidade de orientadores. Durante todo o ano de 1996, ocorreu a conclusão do curso com a defesa de mais 6 dissertações, sendo a primeira defesa daquele ano realizada em 10 de maio, pela Engenheira Florestal Aliete Villacorta de Barros, também orientada do Professor Paulo Contente de Barros, seguidas pelas defesas dos Engenheiros Florestais Manoel Sebastião Pereira de Carvalho (14.06.1996), Leonilde dos Santos Rosa (31.07.1996), Carlos Alberto Corrêa (30.08.1996), Oscar Raimundo Gavinho de Aguiar (27.09.1996), e João Freitas (25.10.1996).

O Curso de Mestrado em Ciências Florestais teve, desde sua criação, a missão de formar massa crítica de pessoal científico na área de ciências florestais e correlatas e atuar como fator importante na construção do desenvolvimento científico e tecnológico na região, e suas conexões nos diferentes cenários.

Desse modo, o Curso de Mestrado em Ciências Florestais tem como horizonte favorecer não só a formação de uma massa crítica, como abrir e firmar posição no cenário de desenvolvimento das ciências florestais, em nível local, nacional e internacional.

Assim, o curso, que tem sua atuação na área de ciências florestais, a partir de 2003, passou a ter duas áreas de concentração, sendo uma em Silvicultura, com as linhas de pesquisa em: Hidrologia; Biogeoquímica; Manejo de Ecossistemas e Bacias Hidrográficas; Ecologia Florestal; Sistemas Agroflorestais; Plantações Florestais e em Manejo Florestal, com 4 linhas de pesquisas: Dendrometria e Inventário Florestal; Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento; Recursos e Produtos Florestais; e Economia e Administração. Tal situação perdurou até o ano de 2010.

A partir de 2011, o Curso de Mestrado em Ciências Florestais passou a apresentar apenas uma área de concentração, a de Ciências Florestais, a qual desenvolve suas dissertações abrangendo 3 linhas de

pesquisas: Silvicultura e Manejo de Ecossistemas Florestais; Manejo de Ecossistemas Florestais e Bacias Hidrográficas; e Economia de Recursos Florestais.

Após a criação do Mestrado em Ciências Florestais e decorridos 16 anos desde 1996, ano da defesa das primeiras dissertações no Mestrado em Ciências Florestais, até 2011, os números de discentes matriculados e das dissertações defendidas no período, encontram-se referidos na Tabela 1 e Figura 10.

Tabela 1 – Número de discentes matriculados e defesas de dissertações realizadas no período de 1994 a 2011, no Mestrado em Ciências Florestais.

| # | Ano | Discentes Matriculados | Dissertações defendidas | # | Ano | Discentes Matriculados | Dissertações defendidas |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 1994 | 12 | – | 11 | 2004 | 11 | 6 |
| 2 | 1995 | 6 | 1 | 12 | 2005 | 14 | 11 |
| 3 | 1996 | 12 | 7 | 12 | 2006 | 3 | 11 |
| 4 | 1997 | 7 | 2 | 14 | 2007 | 13 | 14 |
| 5 | 1998 | 13 | 9 | 15 | 2008 | 34 | 3 |
| 6 | 1999 | 6 | 3 | 16 | 2009 | 18 | 13 |
| 7 | 2000 | 10 | 16 | 17 | 2010 | 14 | 28 |
| 8 | 2001 | 18 | 4 | 18 | 2011 | 8 | 25 |
| 9 | 2002 | 8 | 9 | | | | – |
| 10 | 2003 | 13 | 9 | – | – | – | – |
| | | | | Total | | 220 | 170 |

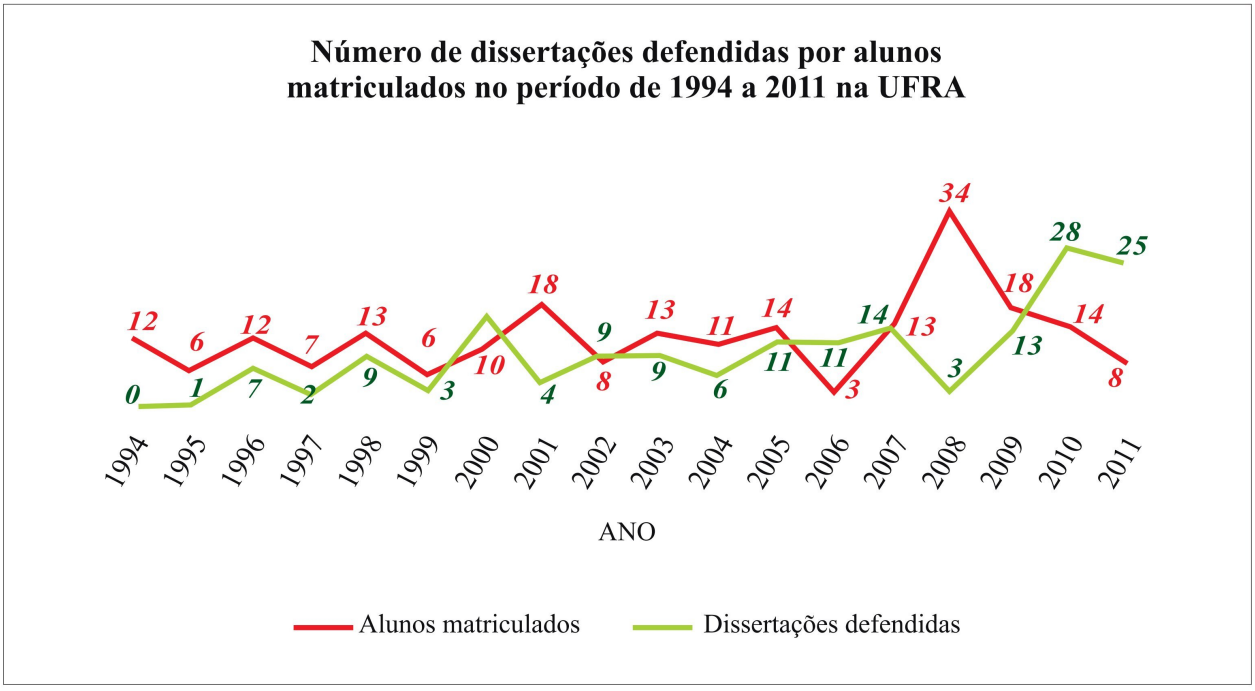



Figura 10 – Número de discentes matriculados e dissertações defendidas no período de 1994 a 2011 pelo Curso de Mestrado em Ciências Florestais.

No final do ano de 1994, em razão da Reestruturação do Curso de Mestrado em Agropecuária Tropical apresentado à CAPES, surgiu, por orientação dessa Coordenação, o Curso de Mestrado em Agronomia, com duas áreas de concentração, a de Solos e Nutrição de Plantas e a de Biologia Vegetal Tropical, esta última em parceria com a EMBRAPA/CPATU e a CEPLAC.

Os cursos de Mestrado em Agronomia contavam, no período 1998 – 2001, com o número de discentes matriculados conforme Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Cursos de mestrado e número de discentes matriculados de 1998 a 2001.

| Curso | Anos | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 |
| Agronomia/Biologia Vegetal Tropical | 30 | 34 | 36 | 33 |
| Agronomia/Solos e Nutrição de Plantas | 25 | 32 | 32 | 32 |
| Total | 55 | 66 | 68 | 65 |

Nas Tabelas 38 a 41 da publicação Proposta de Transformação Institucional estão relacionadas 134 dissertações defendidas nos dois cursos de Mestrado da instituição entre os anos de 1984 e 2001, indicando o nome do mestrando, o título da dissertação, o nome do orientador, a composição da Banca Examinadora e a data da defesa.

Essas 134 dissertações estão arquivadas na Biblioteca Central da Universidade, devidamente sistematizadas, à disposição dos discentes, docentes e pesquisadores em geral, interessados no tema da pesquisa em que se desenvolveram essas dissertações.

Em 2009, dois cursos em nível de Mestrado foram reconhecidos pela CAPES, com a primeira turma, em ambos, iniciada em 2010, o de Aquicultura e Recursos Aquáticos Tropicais homologado pelo CNE, mediante a Portaria MEC 970, DOU de 13.10.2009 e com duas áreas de concentração: Aquicultura e Ecologia Aquática, e Manejo de Recursos, e o de Saúde e Produção Animal na Amazônia, homologado pelo CNE, pela Portaria MEC nº 1045, de 18.08.2010 com duas áreas de concentração: Saúde e Meio Ambiente e Produção Animal.

Esses dois cursos têm o número de discentes matriculados constante na Tabela 3.

Tabela 3 – Número de discentes matriculados por ano.

| Curso | 2010 | 2011 |
|---|---|---|
| 1. Aquicultura e Recursos Aquáticos Tropicais | 7 | * |
| 2. Saúde e Produção Animal na Amazônia | 16 | * |
| Total | 23 | |

*não foi possível obter as informações.

## Pós-Graduação em nível de doutorado (*stricto sensu*)

Em conjunto com a EMBRAPA/Amazônia Oriental, entidade parceira da FCAP, a instituição aprovou junto à CAPES, no ano de 2000, o Projeto de Doutorado em Sistemas Agroflorestais, que foi iniciado em 2001, com seleção de 11 candidatos, entre 24 inscritos.

O Programa teve seu início como Doutorado em Ciências Agrárias com área de concentração em Sistemas Agroflorestais. Mais tarde, em 2009, com uma reestruturação, o Programa continuou sendo em Ciências Agrárias, porém com área de concentração em Agroecossistemas da Amazônia, com 3 linhas de pesquisas a saber: Sistemas Agropecuários e Agroflorestais; Recursos Naturais e Biodiversidade e Socioeconomia e Desenvolvimento rural.

Em 2008, em parceria com o CNPq, a UFRA aprovou na CAPES um curso de doutorado em Botânica, homologado pelo CNE, através da Portaria MEC nº 524, publicada no DOU de 30.04.2008.

Além desses, a UFRA tem dois cursos de doutorado interinstitucionais – DINTER, sendo um o DINTER em Medicina Veterinária, com área de concentração em Higiene e Tecnologia de Produtos de Origem Animal, oferecido pela Universidade Federal Fluminense – UFF e DINTER interinstitucional em Agronomia, com área de concentração em Agricultura, oferecido pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, de Botucatu-SP.

A Tabela 4 apresenta o número de discentes matriculados e teses defendidas, nesses dois cursos.

Tabela 4 – Número de discentes e teses defendidas por curso.

| Curso | Ano - 2011 | |
|---|---|---|
| | Matrículas | Teses defendidas |
| 1. DINTER – Medicina Veterinária | 12 | 11 |
| 2. DINTER – Agronomia | 8 | – |
| Total | 20 | 11 |

A Tabela 5 apresenta o número de discentes matriculados e teses defendidas no período de 2001, ano de seu início, até o ano de 2011, e a Figura 11 ilustra a evolução comparativa entre matriculas e defesas de teses nesse período.

Tabela 5 – Número de discentes matriculados e defesas de teses realizadas no período de 2001 a 2011.

| # | Ano | Discentes | Teses |
|---|---|---|---|
| | | Matriculados | defendidas |
| 1 | 2001 | 11 | 0 |
| 2 | 2002 | 7 | 0 |
| 3 | 2003 | 10 | 0 |
| 4 | 2004 | 11 | 2 |
| 5 | 2005 | 16 | 6 |
| 6 | 2006 | 4 | 5 |
| 7 | 2007 | 15 | 12 |
| 8 | 2008 | 28 | 9 |
| 9 | 2009 | 32 | 11 |
| 10 | 2010 | 20 | 14 |
| 11 | 2011 | 10 | 19 |
| | Total | 164 | 78 |

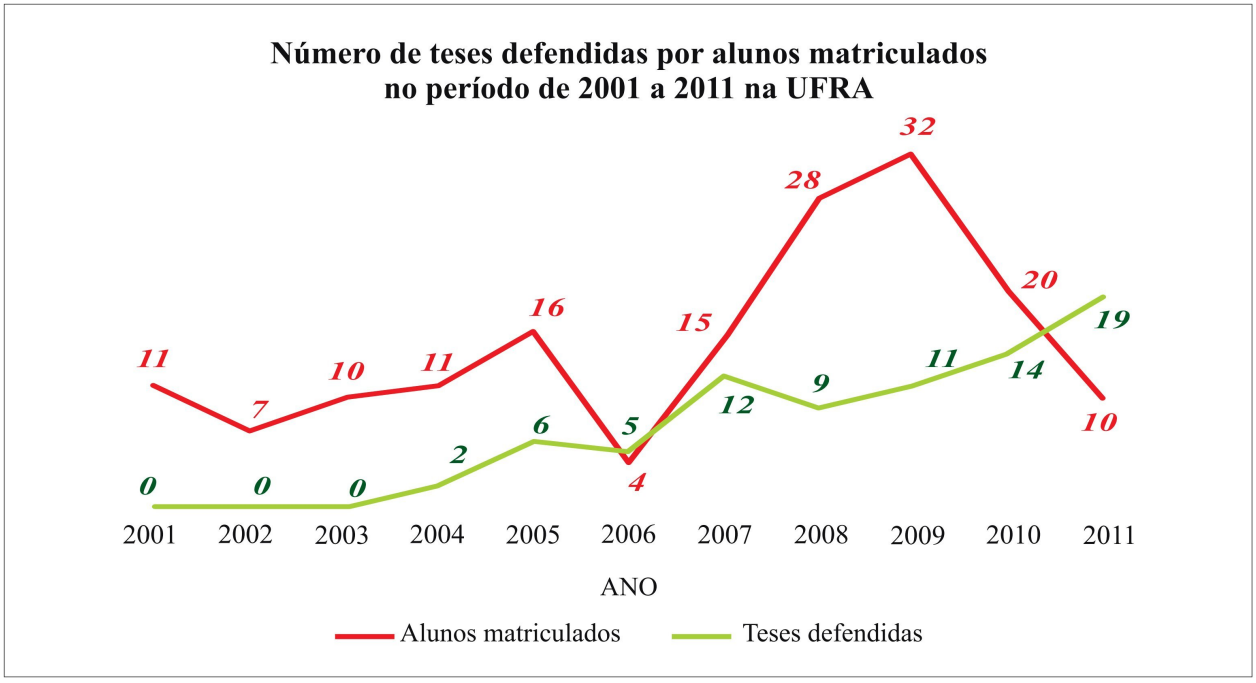



Figura 11 – Número de teses defendidas por discentes matriculados no período de 2001 a 2011 pelo Programa de Doutorado em Ciências Agrárias – UFRA/EMBRAPA.

# DIRETORES E REITORES DA INSTITUIÇÃO

A Escola de Agronomia da Amazônia – EAA, de acordo com o ato de sua criação, o Decreto – Lei nº 8.290, de 5 de dezembro de 1945, ficou vinculada ao Instituto Agronômico do Norte – IAN, conforme disposto no art. 3º do referido diploma legal e, nessa circunstância, tinha como Diretor o dirigente do IAN, condição que lhe consagrava, também, o art. 8º do Decreto – Lei de criação, que dispunha "Até ulterior deliberação, atuará simultaneamente como Diretor da Escola de Agronomia da Amazônia o atual Diretor do Instituto Agronômico do Norte", à época exercida pelo cientista Felisberto Cardoso Camargo, que presidiu a sua instalação em 17 de abril de 1951.

Essa situação de vinculada ao IAN perdurou até a edição da lei nº 3.763, de 23 de abril de 1960, quando esse diploma legal conferiu-lhe autonomia, localizando-a na jurisdição da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura, nessa unidade permanecendo até a publicação do Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967, do Presidente Costa e Silva e Ministro da Agricultura, o Dr. Ivo Arzua Pereira, que "transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências" e assim, a EAA se transferiu com "armas e bagagens" para o MEC que, então, era dirigido pelo Ministro Tarso Dutra, ex-governador do Rio Grande do Sul, eleito pelo Partido dos Trabalhadores.

## DR. FELISBERTO CARDOSO CAMARGO
*DIRETOR* **(**1951 – 1952**)**

O Dr. Felisberto Cardoso Camargo exerceu a direção da Escola de Agronomia da Amazônia de 1951, ano de instalação da instituição, até 1952, quando foi designado Diretor do órgão central, no Rio de Janeiro, que coordenava as ações dos Institutos de Pesquisas, da rede nacional do Ministério da Agricultura e por força do dispositivo do Decreto-Lei nº 8.290, de 5 de dezembro de 1945 ( DOU de 07.12.1945 ), que determinava que o Diretor do IAN fosse, simultaneamente, Diretor da EAA.
O Dr. Felisberto Cardoso Camargo já é falecido.

## PROF. RUBENS RODRIGUES LIMA
*DIRETOR* (1952 – 1960)

No final de 1952, assumiu a Diretoria do IAN o Dr. Rubens Rodrigues Lima e, em consequência, por força do Decreto-Lei, ocupou, igualmente, a Diretoria da EAA, nela permanecendo até 1960 quando, pela Lei nº 3.763, de 25 de abril de 1960, que conferiu autonomia à Escola e criou o Cargo de Diretor, símbolo CC-5, foi dispensado das referidas funções de Diretor da EAA.

## PROF. ANTONIO GOMES MOREIRA JUNIOR
*DIRETOR* (1960 – 1961)

O Professor Moreirinha, como era conhecido esse ilustre educador, foi nomeado Diretor da Escola de Agronomia da Amazônia, cargo que exerceu até o início do mandato do Presidente Jânio Quadros, em 1961, quando foi nomeado um novo Diretor.
A gestão do Prof. Moreira Junior foi marcada pela consolidação do Curso de Agronomia e a posse dos novos Professores Catedráticos, em número de 20, cujos cargos foram criados pela Lei nº 3.763, de 25 de abril de 1960, que deu autonomia à Instituição.
O Prof. Moreira Junior já é falecido.

**PROF. ELIAS SEFER**
*DIRETOR* (1961 – 1976)

**PROF. VIRGILIO FERREIRA LIBONATI**
*VICE-DIRETOR*

Com a vitória do Presidente Jânio Quadros em 1961, o Professor Elias Sefer foi nomeado Diretor da Escola de Agronomia da Amazônia para um mandato de 4 anos. O interessante dessa nomeação, como era próprio do estilo do Presidente Jânio, foi que o Prof. Sefer não constava da lista tríplice indicada pela Congregação da Escola para o cargo de Diretor, ainda na gestão do Presidente Juscelino Kubitschek.

O Prof. Elias Sefer foi reconduzido ao cargo em 1964 e 1968, o que lhe deu a oportunidade de exercer o mandato de Diretor da EAA por 15 anos. Logo após assumiu a Superintendência da SUDAM.

Destaca-se que até o ano de 1969, a direção da Escola de Agronomia da Amazônia somente era exercida por um Diretor, sem o auxilio de um Vice-Diretor. Nesse ano de 1969, o novo Regimento da Congregação estabeleceu o cargo de Vice-Diretor, tendo sido nomeado pelo Presidente da República, em 1970, o Professor Virgilio Ferreira Libonati para exercer essa função até o final do mandato do Professor Elias Sefer, em 1976.

**PROF. FRANCISCO BARREIRA PEREIRA**
*DIRETOR* (1976 – 1980)

**PROF. CARLOS ALBERTO MOREIRA DE MELO**
*VICE-DIRETOR*

Em 1976, após indicação em lista tríplice da Congregação da Faculdade, foi nomeado pelo Presidente da República o Professor Francisco Barreira Pereira a Diretor da FCAP para um mandato de 4 anos, tendo como Vice-Diretor o Professor Carlos Alberto Moreira de Melo, ambos já falecidos.

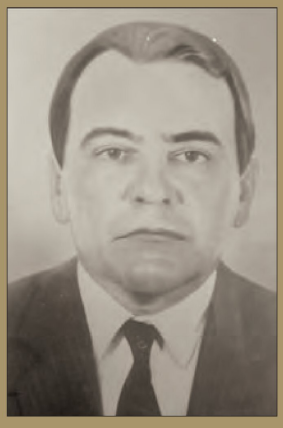
**PROF. VIRGILIO FERREIRA LIBONATI**
*DIRETOR* (1980 – 1984)

**PROF. ANTONIO CARLOS ALBERIO**
*VICE-DIRETOR*

Indicado em lista tríplice da Congregação da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, foi nomeado Diretor, para um mandato de 4 anos, o Professor Virgilio Ferreira Libonati, tendo como Vice-Diretor, o Prof. Antonio Carlos Alberio, igualmente eleito em lista tríplice pela mesma Congregação.

**PROF. ANTONIO CARLOS ALBERIO**
*DIRETOR* (1984 – 1988)

**PROF. EMIR CHAAR EL-HUSNY**
*VICE-DIRETOR*



Em 1984, segundo o modelo vigente à época, foram nomeados o Diretor da FCAP, o Prof. Antonio Carlos Alberio, para um mandato de 4 anos, escolhido em lista tríplice pela Congregação da Faculdade que, também, indicou em outra lista tríplice para o cargo de Vice-Diretor, para qual foi nomeado, o Prof. Emir Chaar El-Husny para exercer a referida função.

**PROF. JOSÉ FERNANDO LUCAS DE OLIVEIRA**
*DIRETOR* (1988 – 1992)

**PROF. FERNANDO ANTONIO SOUZA BEMERGUY**
*VICE-DIRETOR*

Constante de lista tríplice de indicação da Congregação da Faculdade, foi nomeado, em 1988, o Prof. José Fernando Lucas de Oliveira, como Diretor da FCAP, para um mandato de 4 anos. Na mesma ocasião, foi também nomeado o Prof. Fernando Antonio Souza Bemerguy, como Vice-Diretor, escolhido igualmente em lista tríplice pela Congregação da Instituição.

**PROF. FERNANDO ANTONIO SOUZA BEMERGUY**
*DIRETOR* (1992 – 1996)

**PROF. JOSÉ MARIA HESKETH CONDURU NETO**
*VICE-DIRETOR*

Em 1992, o Prof. Fernando Antonio Souza Bemerguy foi nomeado Diretor da FCAP, para um mandato de 4 anos, após ter sido indicado em lista tríplice pela Congregação da Faculdade. O Prof. Bemerguy foi o único Diretor eleito da FCAP não egresso da Instituição; aliás, até esta data, o único dirigente nessa condição.
De igual modo, em outro momento, a Congregação indicou uma lista tríplice para o cargo de Vice-Diretor, da qual foi nomeado o Prof. José Maria Hesketh Conduru Neto.

**PROF. PAULO LUIZ CONTENTE DE BARROS**
*DIRETOR* (1996 – 2000)

**PROF. ITALO AUGUSTO DE SOUZA ALBERIO**
*VICE-DIRETOR*

O Prof. Paulo Contente, nome abreviado pelo qual é conhecido o referido Professor na área acadêmica e científica, foi nomeado Diretor da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará no final do ano de 1996, para um mandato de 4 anos, escolhido de uma lista tríplice eleita pela Congregação da Faculdade.
A citada Congregação escolheu também a lista tríplice de candidatos a Vice-Diretor, tendo sido nomeado o Prof. Italo Augusto de Souza Alberio, um dos participantes da lista escolhida pela Congregação.
O Prof. Paulo Contente foi o primeiro docente escolhido em consulta prévia à comunidade, para o cargo de Diretor, bem como o Prof. Italo Alberio, para o de Vice-Diretor.

**PROF. MANOEL MALHEIROS TOURINHO**
*DIRETOR* (2000 – 2002)

**PROF. WALDENEI TRAVASSOS DE QUEIROZ**
*VICE-DIRETOR*

**PROF. MANOEL MALHEIROS TOURINHO**
*REITOR pro tempore* (2002 – 2005)

**PROF. WALDENEI TRAVASSOS DE QUEIROZ**
*VICE-REITOR pro tempore*

A gestão seguinte à do Prof. Paulo Contente foi exercida pelo Prof. Manoel Malheiros Tourinho, escolhido entre os nomes da lista tríplice eleita pela Congregação da Faculdade, para um mandato de 4 anos, cujo termino se daria em 2004.

Todavia, com a criação da Universidade Federal Rural da Amazônia, através da Lei nº 10.611, de 23 de dezembro de 2002, foram extintos os cargos de Diretor e Vice-Diretor e criados os cargos de Reitor *pro tempore* e Vice-Reitor *pro tempore*, tendo sido nomeados o ex-Diretor e o ex-Vice-Diretor, os Prof. Manoel Malheiros Tourinho e Waldenei Travassos de Queiroz, pelas Portarias 3.928 e 3.929, publicadas no DOU de 31.12.2002.

Assim, o Prof. Tourinho e o Prof. Waldenei exerceram o cargo de Diretor e Vice-Diretor, respectivamente, até 23.12.2002, e, a partir dessa data, os de Reitor *pro tempore* e Vice-Reitor *pro tempore*, até 9 de agosto de 2005, quando foram empossados os novos Reitor e Vice-Reitor.

**PROF. MARCO AURÉLIO LEITE NUNES**
*REITOR* (2005 – 2009)

**PROF. SUEO NUMAZAWA**
*VICE-REITOR*

O Prof. Marco Aurélio Leite Nunes foi nomeado pelo Presidente da República, através de Decreto em 18.07.2005, publicado no DOU de 19.07.2005, Reitor da UFRA, para um mandato de 4 anos, após ter sido escolhido em lista tríplice do Conselho Universitário da UFRA, que também indicou em lista tríplice para o cargo de Vice-Reitor, o Prof. Sueo Numazawa, cuja nomeação se deu pela Portaria nº 825, de 12.08.2005, do Reitor da UFRA (DOU de 16.08.2005).
O Prof. Marco Aurélio e o Prof. Sueo Numazawua foram os primeiros Reitores da Universidade escolhidos pela comunidade em consulta prévia e eleitos pelo Conselho Universitário – CONSUN.

**PROF. SUEO NUMAZAWA**
*REITOR* (2009 – 2013)

**PROF. PAULO DE JESUS SANTOS**
*VICE-REITOR*

Em 14 de julho de 2009, através de Decreto do Presidente da República, publicado no DOU de 15.07.2009, foi nomeado Reitor da UFRA, para um mandato de 4 anos, o Prof. Sueo Numazawa, após escolha pelo CONSUN, de uma lista tríplice, da qual figurava o nome do referido Professor, escolhido em consulta prévia pela comunidade, juntamente com o Prof. Paulo de Jesus Santos, candidato a Vice-Reitor, o qual tomou posse para um mandato de 4 anos no período de 2009 - 2013.

O CONSUN igualmente elegeu uma lista tríplice para o cargo de Vice-Reitor, tendo o Prof. Paulo Santos como integrante dessa lista designado Vice-Reitor da UFRA, pela Portaria nº 1.477, de 6 de agosto de 2009, do Reitor da UFRA, publicada no DOU de 7 de agosto de 2009.

O encerramento do mandato de ambos se dará em agosto de 2013.

A figura 12 retrata o Reitor Sueo Numazawa por ocasião das comemorações dos 60 anos da UFRA.

Figura 12 – Governador em exercício, Helenilson Pontes, o Magnífico Reitor Sueo Numazawa e o Embaixador do Japão no Brasil, Akira Miwa, na comemoração dos 60 anos da UFRA.
Foto: Arquivo da UFRA.

## INFORMAÇÃO ADICIONAL SOBRE NOMEAÇÃO DE DIRIGENTES

Como já referido, a Escola de Agronomia da Amazônia foi dirigida, desde 1951, ano de sua implantação e até abril de 1960, por somente um Diretor, que era o Diretor do IAN, que exercia simultaneamente esse cargo com o de Diretor da EAA.

A Lei nº 3.763, de 25.04.1960 que concedeu autonomia à EAA, também criou o cargo de Diretor da EAA, tendo sido nomeado o Prof. Moreira Junior, que exerceu a função até 1961, quando foi nomeado o Prof. Elias Sefer.

Durante o mandato do Prof. Sefer, o novo Regimento da EAA estabeleceu o cargo de Vice-Diretor, oportunidade em que foi nomeado o Prof. Virgilio Libonati para essa função, em 1969. A partir desse ano de 1969, a EAA e a sua sucessora, passou a contar com um Vice-Diretor, com mandato temporal idêntico ao de Diretor, ambos escolhidos em lista tríplice pela Congregação da EAA e FCAP, em eleições separadas.

Em 21 de dezembro de 1995, o Presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, estabelecendo que o Reitor e o Vice-Reitor das universidades seriam nomeados pelo Presidente da República e o Diretor e o Vice-Diretor de unidades universitárias e estabelecimentos isolados de ensino superior, escolhidos entre professores dos dois níveis mais elevados da carreira, Adjunto IV ou Titular, ou que possuam título de Doutor, cujos nomes figurem em lista tríplice organizadas pelo respectivo colegiado máximo ou outro colegiado que o englobe, sendo constituído por representantes dos diversos segmentos da comunidade, observado o mínimo de 70% de membros do corpo docente no total da sua composição.

A referida Lei, também estabeleceu a consulta prévia à comunidade, prevalecendo a votação uninominal e o peso de 70% para manifestação docente em relação às demais categorias.

O Decreto nº 1.916, de 23 de maio de 1996, (DOU de 24.05.96) regulamentou o processo de escolha dos dirigentes das instituições federais de ensino superior, nos termos da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Deste modo, a UFRA criada em dezembro de 2002 pela Lei 10.611, é dirigida por um Reitor e um Vice-Reitor, ambos escolhidos pelo Conselho Universitário, em eleições separadas e após consulta à comunidade, que é facultativa. Todavia, na instituição sempre foi observada essa disposição prevista na Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995 – LDB, (DOU de 22.12.1995) e Decreto 1.916, de 23.05.1996 (DOU de 24.05.1996).

Através do Decreto nº 2.014, de 26 de setembro de 1996, o Presidente da República delegou competência ao Ministro de Estado de Educação para nomear os Vice-Reitores e Diretores e Vice-Diretores de estabelecimentos isolados, bem como autorizou aos Reitores das universidades e Diretores dos estabelecimentos isolados a subdelegar competência para nomear os respectivos Vice-Reitores e Vice-Diretores, o que foi feito pela Portaria Ministerial nº 1.048, publicada no DOU de 15.10.96.

Após a criação da UFRA todos os Reitores foram nomeados pelo Presidente da República e os Vice-Reitores pelo Reitor da Universidade.

A partir de 1995, todos os Diretores e Vice-Diretores e Reitores e Vice-Reitores, foram indicados à Congregação e ao Conselho Universitário, através de consulta prévia à comunidade.

# BASES FÍSICAS DA INSTITUIÇÃO

Os cursos de graduação em Ciências Agrárias têm apoio fundamental para sua aprendizagem nas aulas práticas de campo, visualizando de imediato, os ensinamentos teóricos recebidos em sala de aula.

O Curso de Agronomia nascido juntamente com a Escola de Agronomia da Amazônia – EAA desenvolveu, de início, toda a formação prática dos seus discentes, com o aproveitamento de toda a infraestrutura de pesquisa do então Instituto Agronômico do Norte – IAN, órgão ao qual estava vinculada por força do Decreto-Lei de sua criação, e que era um dos mais importantes da rede de pesquisa do modelo institucional brasileiro, gerenciado pelo Ministério da Agricultura.

Incluíram-se nessa infraestrutura à disposição da EAA as instalações laboratoriais e o conjunto de pesquisa de campo, bem como áreas de demonstração que o IAN mantinha em sua imensa base de apoio territorial, com uma área superior a 3.000 hectares, além das dependências zootécnicas, destinada principalmente a bubalinocultura leiteira e alguns campos experimentais, como a Estação de Maicurú, no Baixo Amazonas e as Plantações Ford de Belterra e Fordlandia, a época administrada pelo IAN, após a sua transferência para o governo brasileiro.

Essa situação perdurou por muitos anos e só fez enriquecer os discentes com os ensinamentos teóricos que foram complementados por aulas práticas administradas pelos professores da EAA, em expressivo contingente de técnicos do IAN, que utilizavam os campos de pesquisas e experimentação do Instituto, transferindo toda a tecnologia e a experiência acumulada até então.

## ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE BENFICA

A direção da EAA entendeu que deveria contar com uma rede de bases físicas distribuída no interior do Estado, em áreas diferenciadas quanto aos solos e clima do ecossistema paraense e, também, com destinação específica da qualificação profissional ministrada. Desse modo, a EAA deu início a descentralização das atividades práticas dos cursos em realização, procurando interiorizar em diversos cenários e, tanto quanto possível, guardando afinidades com as disciplinas ministradas, o que se deu em 1973, logo após a criação do Curso de Engenharia Florestal, com a instalação da Estação Experimental de Benfica, no município de Benfica, distando aproximadamente 25 km de Belém e área de 75 ha, cedida pela Secretaria de Agricultura do Estado, sendo destinada em princípio para pesquisa de seringueira e posteriormente para campo de fruticultura.

A área da Estação Experimental de Benfica foi legitimada, provisoriamente, através do Decreto nº 3.889, de 2 de fevereiro de 2000, do Governador do Estado, em exercício, Hildegardo de Figueiredo Nunes, por sinal egresso da nossa Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP, determinando que ficasse reservada para a FCAP que servirá de Estação Experimental de Benfica, uma área de terras medindo 124 ha e, de acordo com o art. 3º do referido Decreto, que o ITERPA deveria executar todas as medidas necessárias à expedição do Título Definitivo, em favor da instituição, ficando reservados os direitos adquiridos porventura existente na área.

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial do Estado em 3 de fevereiro de 2000.

A Universidade ainda não dispõe do Título Definitivo da citada área.

A área da Estação dispõe de um prédio que serve de residência, com 86,90 m² e de uma caixa d'água, com capacidade para 1.000 litros e encontra-se totalmente cercada sem qualquer invasão.

## ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PISCICULTURA DE ÁGUA DOCE DE CASTANHAL

A Região Nordeste Paraense é das mais importantes mesorregiões do estado, sendo a de colonização mais antiga e deteve, por muitos anos, a hegemonia da economia regional, principalmente a do setor agrícola.

Na década de 80 começou a desenvolver-se nessa região a piscicultura, como uma das alternativas econômicas mais viáveis para os produtores rurais. Ao mesmo tempo em que essa ocorrência econômica acontecia, a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP, sucessora da EAA, que mudou de denominação com a criação do Curso de Engenharia Florestal em 1972, começou a preocupar-se em criar um Curso de Engenharia de Pesca, para dar suporte em termos de pessoal profissional qualificado para a atividade pesqueira estadual, desde que esse segmento é dos mais importantes da nossa economia, pois o Pará é o segundo maior produtor de pescado do país pelo volume de nossas águas internas, a extensão da costa atlântica e a expansão da aqüicultura na região, que os órgãos públicos ligados ao setor estavam dando integral apoio, como a Secretaria de Agricultura que implantou em sua unidade de Terra Alta, município próximo à Castanhal, uma excelente infraestrutura voltada para a produção de alevinos destinados a fomentar a aquicultura na região.

O processo de expansão das atividades de pesca na região nordeste do estado e a necessidade de se dispor de uma unidade técnica, capaz de dar suporte de aulas práticas e desenvolvimento de projetos de pesquisa e uma forte atividade de extensão, levou à instituição a implantar uma Estação Experimental nessa região de modo atender a esses objetivos educacionais. Assim surgiu a chamada Estação Experimental de Piscicultura de Água Doce de Castanhal (Figura 13), que foi implantada em um terreno de 65 ha de área, concedido pelo Governo do Pará, através do ITERPA, situado em um ponto estratégico da rodovia BR-316 onde foram construídos represas, tanques de reprodução, viveiros e outras instalações destinadas à aquicultura. Também nessa área foi construído um excelente prédio, com dois andares, com dependências administrativas para a direção da Estação bem como alojamentos, salas de aulas e refeitório que passaram a ser utilizados como Centro de Treinamento e aulas práticas dos cursos de graduação da então FCAP, especialmente do Curso de Engenharia de Pesca, em funcionamento a partir de 2008.

A Estação também é intensamente utilizada, dada a excelência de suas instalações, em visitas técnicas e treinamentos de profissionais de várias entidades com atividades afins com as atribuições da FCAP/UFRA.

Figura 13 – Vista de dependências da Estação Experimental de Piscicultura de Castanhal.
Foto: Arquivo da UFRA.

No ano de 2010 foi iniciado e está em fase de conclusão, um prédio que servirá de residência permanente para a chefia da Estação, dotado de acomodações compatíveis com a sua destinação.

A área da Estação Experimental de Piscicultura de Água Doce de Castanhal está legalizada, ainda de forma provisória, através de um Título Provisório expedido pelo Instituto de Terras do Pará – ITERPA, datado de 25 de junho de 2009 que foi requerido pela Universidade Federal Rural da Amazônia, pelo Processo 2008/564406, com uma área de 65, 8669 ha, afetando a forma de um polígono irregular de 8 lados, com todos os azimutes e distâncias, área e perímetro calculados no plano de projeção UTM. Todos os vértices que estão descritos no Título Provisório estão georeferenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro a partir das estações ativas das RBMCs (BRAZ) nº 91.200 e CUIABÁ (CUIB) nº 92.583, de coordenadas N= 8.234.747,341 m e E= 191.901,220; N= 8.280.040,831 m e E= 599.737,357 m, respectivamente.

Estão registrados no Sistema de Controle da Prefeitura da UFRA, um alojamento com 408,32 m², um laboratório de hipofisação, com 40,75 m², uma caixa d'água, com capacidade de 1.000 litros, uma casa de bomba, uma caixa d'água em concreto, um prédio para sala de aula, um depósito com 200,00 m² e uma casa residencial, com 100 m².

## FAZENDA ESCOLA DE IGARAPÉ-AÇU

A Fazenda Escola de Igarapé-Açu (Figura 14) é a mais importante base física da UFRA, não só pela sua excelente localização geográfica como pela infraestrutura administrativa e técnica que possui, razão pela qual é utilizada de forma bastante intensa em treinamento e aulas práticas de diversos cursos de graduação bem como por muitos pesquisadores e técnicos de varias entidades do setor agropecuário, que lá desenvolvem estudos e pesquisas relacionadas com a agricultura.

A Fazenda Escola de Igarapé-Açu – FEIGA foi cedida a FCAP/UFRA pelo Ministério da Agricultura, por intermédio de sua Superintendência Estadual, pois se tratava de um dos melhores Postos Agropecuários que o Ministério tinha na região, que se tornou inservível ao órgão, em face de novas atribuições e objetivos institucionais que lhe foram atribuídos, muito mais de entidade normativa, e assim, dispensando a existência de unidades interiorizadas voltados para o fomento da produção e assistência direta aos produtores.

A FEIGA esta localizada no município de Igarapé-Açu, na periferia da sede municipal, distando cerca de 91 km de Belém, por estrada asfaltada de boa qualidade.

A FEIGA ocupa uma área de 100 hectares, com vários prédios administrativos, laboratórios, residência, instalações agrícolas e pecuárias, campos de demonstração de fruteiras regionais e outras dependências. Já na administração da FCAP incorporou, por instrumento legal próprio firmado com o Ministério da Aeronáutica, uma área contígua à Fazenda, de 100 hectares, com diversas instalações administrativas, alojamentos e outras construções que eram utilizados pelo Comando da 1ª Zona Aérea para treinamento e operações militares de seus integrantes.

Figura 14 – Vista de instalações da Fazenda Escola de Igarapé-Açu.
Foto: Arquivo da UFRA.

A Fazenda Escola de Igarapé-Açu tem dado excelentes contribuições aos cursos de graduação da Universidade, principalmente na realização de aulas práticas e treinamentos de estudantes e técnicos, não só da própria UFRA como também de outros órgãos.

No final de 2010, a direção da Universidade em negociação com a SESu, órgão central do MEC a qual estão vinculadas administrativamente as universidades, obteve a promessa de recursos financeiros para completa revitalização da Fazenda Escola, de modo a torná-la mais compatível com as novas funções surgidas em decorrência da expansão das atividades da UFRA.

Esse Posto Agropecuário teve uma posição muito relevante no processo de desenvolvimento da região Nordeste Paraense e, particularmente, da conhecida microrregião Bragantina, constituída de 13 municípios que guardam afinidades sócioeconômicas entre si, dos quais Capanema e Bragança se destacam como os municípios mais desenvolvidos da microrregião.

Como o Posto Agropecuário, pela sua infraestrutura física, administrativa, técnica e agrícola poderia servir de importante unidade para a realização de aulas práticas, treinamento de pessoal técnico e de estudantes, área de pesquisa e de assistência a produtores e criadores, enfim, se transformando em uma Fazenda Escola, para uso intensivo dos cursos de graduação e pós-graduação, a administração da então FCAP solicitou ao Ministério da Agricultura a cessão da área do Posto Agropecuário, constituído pelos lotes 52, 54, 181 e 184 de 25 ha cada um, da Colônia Agrícola de Jambu-Açu, que foi cedido à instituição, através da Portaria SG/MA nº 88, de 05.05.1984 (D.O.U de 14.05.85) com uma área de 100 hectares, com todas as instalações, equipamentos e pessoal auxiliar.

Posteriormente, a FCAP solicitou à Delegacia Federal de Agricultura – DFA-Pará a cessão definitiva dessa Base Física, que possui registro na Gerência Regional do Patrimônio da União.

No ano de 2009, o Prof. Marco Aurélio Leite Nunes, então Reitor da UFRA, requereu à Gerência Regional do Patrimônio da União no Pará, através do Ofício nº 083/2009-GR/UFRA, a transferência do domínio fundiário da Fazenda Escola à Universidade Federal Rural da Amazônia.

Consta no registro existente na Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão, a anotação do Título Definitivo expedido pela Secretaria de Agricultura, referente ao lote 182, de 25 ha, no município de Igarapé-Açu, na Colônia de Jambu-Açu, catalogado no Livro nº 1, fls. 90, Aden 2674, do Talonário 2, Serie C, com data de 18.10.1984.

## ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE CUIARANA

Com o início do funcionamento do Curso de Engenharia de Pesca, novas demandas foram surgindo em razão do desenvolvimento de algumas disciplinas, que exigiam projetos de pesquisas e atividades de demonstração para um maior entendimento das aulas teóricas.

Em relação à pesca de águas oceânicas, havia necessidade de se dispor de água salgada para a implantação de determinadas práticas para conhecimento dos discentes, especialmente com espécies que habitavam o litoral paraense, que é relativamente extenso.

A ausência, porém desse tipo de água aos arredores de Belém, pois o Oceano Atlântico está localizado a mais de 200 km da capital, dificultava a possibilidade de se dispor de águas marinhas para realização de experimentos e demonstrações, embora houvesse até a sugestão de se trazer de Salinópolis, cidade praiana de mar aberto, água salgada em caminhões tanques, para suprir essa deficiência.

Todavia, uma família de posses, residente em Belém, mas proprietária de uma grande área de terra no município de Salinópolis, especificamente na localidade denominada de Cuiarana (Figura 15), situada nas proximidades da cidade de Salinópolis, resolveu doar a então FCAP, uma área de terra de 30 ha. Essa área apresenta uma excelente localização, tendo a sua frente para a estrada que dá acesso ao Hotel do Alemão, como é conhecido, que fica nas margens de um furo marinho, com o qual o terreno se limita aos fundos.

Assim, essa área é constituída de uma parte de terra firme, onde existe um grande plantio de mangueiras do tipo Keith, em fase de produção, e outra parte que dá para os fundos do terreno, dotada de características especiais, contando com extensos manguezais constantemente submetidos ao fluxo de marés oceânicas.

Infelizmente, seu proprietário o Sr. José Leal Rodrigues, faleceu, porém quando ainda em vida, demonstrou aos seus familiares (irmãos) o seu desejo de manter aquela área como um local de pesquisa que pudesse contribuir com o desenvolvimento da comunidade local de Cuiarana. Por essa razão, seus familiares atendendo o desejo do falecido, doaram uma pequena parte da área ao cidadão que na época era o zelador da propriedade e que residia no local. Outra parte maior, a família doou para uma Congregação de religiosas (freiras) que já desenvolviam trabalhos sociais com a comunidade local e, por fim, a família procurou a FCAP demonstrando o interesse em doar parte da propriedade, com uma extensão de 30 hectares para que a instituição pudesse ali desenvolver um centro de pesquisas, conforme era o desejo de seu irmão quando ainda em vida.

Figura 15 – Vista da área da Estação Experimental de Cuiarana, Salinópolis-PA.
Foto: Raimundo Nonato Pereira.

A direção da FCAP juntamente com a família providenciou o termo de doação, o que ocorreu através da transferência para a instituição mediante Escritura Pública, lavrada no Cartório de Salinópolis.

Nessa área (Figura 15), a Universidade vem tentando negociar recursos financeiros dos órgãos centrais em Brasília, no sentido de implantar toda a infraestrutura administrativa e acadêmica para apoio das atividades de ensino e pesquisa do Curso de Engenharia de Pesca, em águas oceânicas, a exemplo do que já vem sendo feito na Estação de Piscicultura de Água Doce de Castanhal.

# OS *Campi* DA UNIVERSIDADE

## O *Campus* BELÉM

A Escola de Agronomia da Amazônia – EAA, criada pelo Decreto Lei nº 8.290, de 5 de dezembro de 1945, ficou vinculada ao então Instituto Agronômico do Norte – IAN, por força do art. 4º, do referido instrumento legal, porém só foi instalada em 17 de abril de 1951.

Em decorrência dessa vinculação, o novo estabelecimento de ensino passou a utilizar, em suas atividades acadêmicas e de pesquisa, de todas as dependências e instalações laboratoriais bem como recebendo ensinamento de campo, dos projetos de pesquisa e experimentação agropecuárias que eram desenvolvidas em sua grande área, de mais de 3.000 hectares que mantinha em Belém, na Fazenda Murutucu, adquirida pelo governo federal para a sede do Instituto, a época, como agora, um dos mais conceituados Institutos de pesquisas regional do modelo institucional brasileiro de jurisdição do Ministério da Agricultura, que dispunha pelo menos um Instituto de Pesquisas em cada uma das regiões do país.

Essa situação perdurou até a autonomia da Escola de Agronomia da Amazônia concedida pela Lei nº 3.763, de 25 de abril de 1960.

A esta altura, a Escola de Agronomia já ocupava as instalações do chamado Prédio Central dotado de toda a infraestrutura física para as atividades da administração, inclusive a de direção da instituição, salas de aulas, laboratórios, instalações de apoio didático, como auditórios e salas de projeção cuja construção iniciada em 27 de dezembro de 1952 foi concluída em 1958, no dia 8 de outubro.

Em 1962, o Ministro da Agricultura, Prof. Hugo de Almeida Leme, assinou a doação de 192 hectares de área total, pertencente ao Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte – IPEAN, nova denominação recebida pelo IAN que constituiu o C*ampus* (Figura 16) sede da EAA.

Posteriormente, a Escola de Agronomia da Amazônia solicitou à Prefeitura Municipal de Belém uma área de 5 hectares, para construção de seu Centro Esportivo e outras instalações (Figura 17), que lhe foi concedida através da Lei nº 6.912, de 19 de dezembro de 1972, aprovada pela Câmara Municipal de Belém, na gestão do Prefeito Nélio Dacier Lobato.

Nessa área, aumentada para 196 hectares, após as devidas demarcações topográficas, a EAA começou a implantar as dependências administrativas e acadêmicas bem como instalações pecuárias, campos de demonstração, campos de matrizes agrícolas, plantios de diversas culturas amazônicas para fins didáticos e todas as outras edificações necessárias aos atendimentos dos cursos implantados no *Campus*, que constituíram os chamados “endereços”, todos eles com prédios próprios e independentes (Figura 18).

A implantação gradativa da infraestrutura física, não só administrativa como a acadêmica e científica dos cursos de graduação e pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado, teve como consequência a EAA dispor de um dos mais completos e importante instalações de suporte laboratorial, de equipamentos técnicos e científicos e de informática, da região, bem como um conjunto de prédios e construções civis para o desenvolvimento de atividades acadêmicas e administrativas, conferindo ao *Campus* da instituição em Belém, ser considerado dos mais completos, para os fins que se destina, da região Norte do País.

Figura 16 – Vista aérea de parte do *Campus* Belém.
Foto: José Maria Conduru Neto.

Figura 17 – Vista frontal do Ginásio de Esportes no *Campus* Belém da UFRA.
Foto: José Maria Conduru Neto.

Figura 18 – Vista da área do *Campus* Belém: A – Bosque Professor Humberto Marinho Koury, B – Unidade Demonstrativa de Uso Alternativo de Áreas de Várzeas.
Fotos: Arquivo da UFRA.

Durante os 60 anos de existência da Escola de Agronomia da Amazônia bem como de sua sucessora a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará e a atual Universidade Federal Rural da Amazônia, no *Campus* Belém foram implantados 42.356,57 m² de construções civis, distribuídos em 137 edificações (Figuras 19 e 20). Além desse total, o *Campus* Belém dispõe de 26 instalações de apoio, caixa d'água, passarelas e abrigos, com 1.192,26 m² de área construída e 69.729,16 m² de áreas urbanizadas, constantes de 15 instalações, como piscina, quadras esportivas e outras.

Entre as edificações do *Campus* Belém estão incluídas salas de aulas, laboratórios e gabinetes de docentes. Os dados ora apresentados estão atualizados até dezembro de 2010.

A área de terras do *Campus* Belém já se encontra perfeitamente regularizada, em nome da antiga Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis do Segundo Ofício de Belém, sob matrícula nº 81, às fls 81, do livro 2-H.U.

Figura 19 – Prédio da Reitoria da UFRA.
Foto: Arquivo da UFRA.

Figura 20 – Vista de instalações do *Campus* Belém: Central de gabinetes de docentes.
Foto: Arquivo da UFRA.

Em 9 de outubro de 2007 foi averbada a mudança de denominação da propriedade para Universidade Federal Rural da Amazônia, junto ao Patrimônio da União, por solicitação do Reitor em exercício da Universidade, Prof. Sueo Numazawa, conforme Ofício nº 222/2007, de 17 de agosto de 2007, bem como foi averbado a atualização do endereço para a Av. Presidente Tancredo Neves, nº 2.501, bairro Terra Firme.

Nos últimos 4 anos, sobretudo em 2010 e 2011, o *Campus* Belém se transformou em um imenso canteiro de obras, com a construção de vários prédios para dependências administrativas e acadêmicas, como o prédio central de gabinetes de docentes.

Além dessas construções, várias instalações estão sofrendo reforma de grande vulto, como o ICA, o chamado prédio da Zootecnia, o ICIBE, o ISARH, o prédio de solos e o prédio ocupado atualmente pela Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão em Ciências Agrárias – FUNPEA, bem como a pavimentação das vias, dando um novo aspecto para o *Campus* Belém.

A área constante da Certidão de Registro de Imóveis é de 196 ha 78 a 17 ca, englobada por um polígono de forma irregular, composto de 13 lados e um perímetro de 6.775,50 metros.

## O *Campus* CAPITÃO POÇO

Logo após a criação da Universidade, em dezembro de 2002, a UFRA deu início ao seu Programa de Interiorização, elaborado em decorrência da própria implantação da Universidade, dado que a necessidade de interiorizar suas ações era um dos objetivos básicos que determinou a existência do novo estabelecimento, fruto da transformação institucional da Faculdade de Ciências Agrárias em Universidade Federal Rural, aprovada pelo Congresso Nacional.

Em seguida a instalação do Curso de Engenharia Florestal em Santarém, nas dependências do antigo Centro de Tecnologia Madeireira – CTM, cedido pela SUDAM à UFRA, a Universidade deu seguimento à pretensão da Prefeitura Municipal de Capitão Poço, no sentido de instalar um *Campus* (Figura 21) naquele município, um dos mais importantes da Mesorregião Nordeste Paraense, pertencente a Microrregião Guamá, oportunidade em que, com apoio da municipalidade, concretizou a intenção e os anseios da população municipal e municípios vizinhos, com a instalação do *Campus*, em área doada pela Prefeitura, através de escritura de doação lavrada no Cartório João Moura às fls 92-V, do Livro 001, após autorização da Câmara Municipal, pela Lei nº 073/2008, de 13.05.2008.

Como consequência imediata, deu início ao Curso de Graduação em Agronomia, em 2005.

O *Campus* Capitão Poço, foi homologado por ato do Ministro da Educação, aprovando credenciamento do Conselho Nacional da Educação, através da Portaria nº 945, de 4 de agosto de 2008, publicado no DOU de 05.08.2008, bem como foi autorizado o funcionamento do Curso de Agronomia, disponibilizando 50 vagas.

Com recursos do REUNI está sendo implantada a infraestrutura acadêmica e administrativa do *Campus* Capitão Poço, constando do bloco I, já concluído e mais dois blocos destinados ao ensino, que se encontram em adiantada fase de construção e uma ampla garagem, além da reforma geral do atual prédio administrativo, o que leva o *Campus* a contar com 3.073 m² de área construída ou em construção.

O terreno doado pela Prefeitura Municipal está localizado no km 0, da Rodovia PA-124, no Bairro da Vila Nova, esquina da Rua Padre Borçani, medindo 340 m de frente, pela rodovia e 277 m de fundos, com uma área total de mais de 100.000 m².

O Diretor atual do *Campus* Capitão Poço é o Prof. Heráclito Eugênio Oliveira da Conceição, eleito pelos docentes, discentes e servidores para um mandato de 4 anos.

Figura 21 – Vista parcial das instalações do *Campus* Capitão Poço.
Foto: Arquivo da UFRA.

## O *Campus* PARAUAPEBAS

Parauapebas é um dos municípios mais prósperos do Estado, principalmente pelo recebimento de *royalties* decorrentes da exploração do minério de ferro da Serra do Carajás, através da Cia Vale.

Um dos mais fortes componentes da programação da Prefeitura Municipal se refere à educação. Nesse sentido, em 1998, a então Prefeita Bel Mesquita solicitou a colaboração da UFRA para estender ao município às atividades da Universidade quanto ao ensino, pesquisa e extensão, para a qual oferecia toda a contrapartida necessária a implantação dessas ações. Inicialmente, a UFRA ocuparia as instalações do Centro Integrado de Agricultura operado pela Prefeitura para oferta de cursos para criadores da região. Posteriormente o assunto evoluiu para instalação de um curso de graduação, cuja opção foi para Zootecnia, que afinal foi implantado com ajuda da Prefeitura.

Atualmente está sendo construída a infraestrutura acadêmica e administrativa (Figura 22) do novo *Campus* concluindo dois prédios, um em fase de acabamento e outro em fase de pintura, ambos para fins acadêmico e administrativo e dois outros em construção.

O *Campus* Parauapebas foi credenciado por decisão do Conselho Nacional de Educação, com homologação do Ministro da Educação, através da Portaria Ministerial nº 945, de 4 de agosto de 2008, publicada no DOU de 05.08.2008, juntamente com o credenciamento dos *Campus* Paragominas e Capitão Poço, bem como autorizado o funcionamento do Curso de Zootecnia.

Figura 22 – Instalações do *Campus* Parauapebas.
Foto: Arquivo da UFRA.

Atualmente, o *Campus* Parauapebas conta com mais dois cursos, o de Agronomia, implantado em 2010 e o de Engenharia Florestal, cujo início se deu no segundo semestre de 2011.

O *Campus* Parauapebas dista 9 km da cidade.

A área de 48,40 ha foi cedida à UFRA pelo Instituto de Terras do Pará – ITERPA, vinculado à Secretaria Especial de Produção, do Governo do Estado do Pará, conforme Título Provisório expedido pelo referido Instituto, em 18 de abril de 2008, o qual foi requerido através do Processo nº 2008/58318. O perímetro de 8 lados mede 2.824,74 metros.

A atual Diretora do *Campus* é a Profª Kaliandra Souza Alves, eleita em eleição direta pela comunidade de docentes, servidores e discentes desse *Campus*.

## O *Campus* PARAGOMINAS

O *Campus* Paragominas está localizado em área de grande desenvolvimento social e econômico, especialmente de atividades agrícolas, pecuárias e florestais, centradas no município de Paragominas, a mais importante unidade municipal da parte paraense da rodovia de integração nacional, a BR-010, a chamada Belém - Brasília e situa-se na área urbana do município.

Através de expediente encaminhado ao Ministério da Educação, a Universidade enviou pedido de credenciamento do *Campus* Paragominas junto ao Conselho Nacional de Educação que, após analisado por esse órgão superior da educação brasileira, foi aprovado e credenciado o referido *Campus* e autorizado o funcionamento do Curso de Agronomia para ele proposto, aprovação essa que foi homologada pelo MEC, pela Portaria Ministerial nº 945, de 4 de agosto de 2008, publicada no DOU de 05.08.2008.

O *Campus* Paragominas (Figura 23) recebeu integral apoio da Prefeitura Municipal do município para a sua implantação, não só através da cessão de uma área de 1,26 ha, para abrigar a infraestrutura acadêmica e administrativa inicial para o funcionamento do Curso de Agronomia, em 2009, e do Curso de Engenharia Florestal, em 2011. As instalações administrativas e acadêmicas foram custeadas com recursos do REUNI, que é o principal financiador desse *Campus*. As instalações são as seguintes: dois prédios concluídos para fins acadêmico e administrativo e um prédio em construção, além de uma garagem, também, em construção.

Figura 23 – Instalações do *Campus* Paragominas.
Foto: Arquivo da UFRA.

A área foi cedida pela Prefeitura Municipal através de um Protocolo de Intenções nº 02/2006, de 3 de agosto de 2006, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Paragominas, sob o nº 173, do Livro 2-A, em 3 de março de 2008.

A área do *Campus* está localizada na Rodovia PA-256, km 6, s/nº, bairro Nova Conquista.

Atualmente está sendo negociada uma área maior para possibilitar a implantação de infraestrutura acadêmica e administrativa para acolher novos cursos, bem como as atividades de pesquisas.

O atual Diretor do *Campus* Paragominas é o Prof. Gustavo Antônio Ruffeil Alves, eleito pela comunidade de docentes, servidores e discentes.

## O *Campus* CAPANEMA

Em 2010, a Universidade apresentou ao Ministério da Educação proposta de implantação de um *Campus* da instituição em Capanema, próspero município da Mesorregião Nordeste Paraense e incluído na Microrregião Bragantina.

Capanema é o centro dinâmico da economia de uma vasta área, cujo entorno tem cerca de 18 municípios integrados e sob influência de sua socioeconomia.

A sede do município dista 154 km de Belém e é acessada por estrada federal de boas condições de tráfego, a BR-316, que a partir da cidade, a rodovia toma a direção do nordeste brasileiro.

A proposta da criação do *Campus* Capanema mereceu total aprovação do Ministério da Educação e está em fase de análise no Conselho Nacional de Educação para fins de credenciamento e autorização de funcionamento dos cursos previstos para 2013.

O *Campus* Capanema conta com total apoio da Prefeitura Municipal, que doou uma área de 10 hectares (Figura 24), para a sua instalação na periferia da cidade, mais precisamente na estrada Capanema – Tauari, bairro da Caixa D'água, distando cerca de 2 km do centro da cidade, local onde será construída a infraestrutura acadêmica e administrativa.

Figura 24 – Área de 10 ha doada para a construção das futuras instalações do *Campus* Capanema.
Foto: Sérgio Pinheiro.

A doação foi feita através de escritura pública lavrada no Cartório Sulamita Diniz – 1º Ofício – no Livro 41, fls 074, em 22.03.2011, devidamente autorizada pela Lei Municipal nº 6298/2010, de 27.12.2010.

Com recursos a serem liberados pelo Ministério da Educação serão iniciadas as construções, a partir de 2013, das dependências acadêmicas e administrativas para dar suporte aos cursos de graduação que serão oferecidos nesse ano.

Para os cursos previstos para o *Campus* Capanema, serão contratados 27 docentes, em duas etapas: a primeira, para contratação de 17 docentes já realizada em junho de 2012 e a segunda, para 10 docentes, provavelmente, em setembro/outubro desse mesmo ano, após autorização do MEC para efetivação do concurso público.

Enquanto não for concluída a infraestrutura predial na área do *Campus* Capanema (Figura 25), está finalizada a reforma de um prédio cedido pela Prefeitura Municipal, através de convênio com a UFRA, para início das aulas, no primeiro semestre de 2013, com previsão de vestibular geral da Universidade, nos seguintes cursos: Agronomia, Ciências Contábeis, Administração e Biologia.

Figura 25 – Prédio onde funcionarão provisoriamente as instalações do *Campus* Capanema.
Foto: Sérgio Pinheiro.

## O *Campus* TOMÉ-AÇU

O *Campus* Tomé-Açu (Figura 26), cujo projeto de credenciamento foi encaminhado ao MEC no ano de 2011, para fins de aprovação no Conselho Nacional de Educação, já foi avaliado nos setores competentes do Ministério da Educação, onde recebeu ampla aceitação, está localizado no município de Tomé-Açu, da Microrregião de Tomé-Açu e Mesorregião Nordeste Paraense.

Figura 26 – Prédio da Unidade de Apoio Acadêmico do *Campus* Tomé-Açu.
Foto: Arquivo da UFRA.

A microrregião de Tomé-Açu é composta de cinco municípios: Acará, Concórdia do Pará, Moju, Tailândia e Tomé-Açu, com 24.334,9 km² de área e população de 287.200 habitantes segundo estimativa do IBGE para 2009. A sede do município dista da capital do Estado, por via terrestre, 243 km, sendo, também, acessada por via fluvial, através do Rio Acará, de boa navegabilidade.

O município de Tomé-Açu tem uma área territorial de 5.156,3 km² e em 2009, uma população de 56.154 habitantes, sendo conhecida pela forte inserção de emigração japonesa, a maior do Estado e uma das mais significativas do país. O município é também conhecido como grande produtor de pimenta-do-reino, cultura que teve como pioneira os emigrantes japoneses, e que alavancou o Pará como o maior produtor dessa piperácea no país.

Uma enfermidade chamada de fusariose atacou os pimentais de Tomé-Açu, como de outros municípios e reduziu drasticamente a produção estadual e brasileira. Em decorrência da enfermidade, surgiram outras alternativas de cultivos, destacando-se o surgimento de sistemas agroflorestais, tornando o município referência nacional em agricultura sustentável, especialmente a fruticultura, sendo o município importante produtor e exportador de polpa de frutas.

Outra alternativa em franca expansão é a pecuária, na ocupação de áreas alteradas e abandonadas de pimentais enfermos, e hoje desponta uma nova frente agroeconômica, qual seja, a cultura do dendê, com a microrregião de Tomé-Açu detendo a maior área plantada dessa oleaginosa no território brasileiro e completamente integrada ao Programa Biodiesel do Governo Federal, em parceria com as unidades federadas da Região Norte, desenvolvendo um audacioso plano de plantio de 1.000.000 de hectares dessa cultura.

O *Campus* Tomé-Açu está situado no km 3, da rodovia PA-140, partindo da sede do município em direção a Quatro Bocas, em uma área de 8,2 hectares, doada à UFRA pela Prefeitura Municipal de Tomé-Açu, conforme escritura lavrada no Cartório Samuel Cruz, do Único Ofício de Tomé-Açu, às fls 76, do Livro 22, em 11 de fevereiro de 2011, devidamente autorizada pela Câmara Municipal, através da Lei nº 1996/2010, de 7 de dezembro de 2010.

Nessa área, a UFRA começou a implantar, a partir de 2011, a infraestrutura acadêmica do *Campus*, utilizando recursos financeiros provenientes de Emenda Parlamentar, no valor de R$ 850.000,00, do Deputado Federal Zenaldo Coutinho, grande admirador da nossa Universidade e político de largo prestígio em Tomé-Açu.

Já está concluído na área do *Campus* um prédio com uma sala de aula, dois quartos para docentes, dois dormitórios, sendo um feminino e outro masculino, um refeitório, um escritório e sanitários feminino e masculino, com 463,50 m² de área construída.

Por ocasião da inauguração da primeira edificação construída no *Campus* Tomé-Açu, um produtor rural de larga influência no município e de origem japonesa, resolveu doar à UFRA, uma área de terras de 30 hectares, para desenvolvimento de projetos de pesquisa agropecuárias da Universidade.

Foi previsto para o segundo semestre de 2013, a UFRA implantar o vestibular para os cursos de Engenharia Agrícola, Ciências Biológicas e Ciência da Computação, que iniciarão em 2014 e nesse ano a Universidade promoverá o vestibular para os cursos de Administração e Ciências Contábeis, com início em 2015, com 50 vagas em cada curso, sendo a seleção dos candidatos feita durante o processo seletivo geral da Universidade.

Para apoio dos cursos que serão implantados em 2014 e o necessário suporte administrativo e acadêmico e enquanto não forem concluídos os prédios destinados a esse fim, a Prefeitura cedeu, através de Convênio com a UFRA, um prédio devidamente reformado, constando de quatro salas de aulas e demais dependências.

A área do *Campus* está localizada na Rodovia PA-140, km 0, Av. Três Poderes, nº 276, bairro do Açaizal.

# O PRÉDIO CENTRAL

Entre os inúmeros prédios construídos no *Campus* Belém, um se destaca como o mais importante por sua área de construção, pela imponência de suas linhas arquitetônicas, por ser o primeiro a ser construído e, também, por ser tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal.

O prédio teve a sua construção iniciada no final do ano de 1952 e foi concluído e inaugurado em 8 de outubro de 1958, data a partir da qual a Escola de Agronomia da Amazônia transferiu todas as suas atividades acadêmicas e administrativas para o novo imóvel, saindo definitivamente das instalações do Instituto Agronômico do Norte, que então ocupava, por força do dispositivo legal.

A partir daí o novo prédio passou a ser conhecido como Prédio Central (Figura 27), nome vulgarmente conhecido até hoje, embora por ato da direção da FCAP, na administração do Professor Manoel Malheiros Tourinho, contrariando a Lei n° 6.454, de 24.10.1977, lhe atribuir a denominação de Edifício Prof. Rubens Rodrigues Lima, numa homenagem ao decano dos docentes da instituição.

Figura 27 – Vista frontal do Prédio Central da UFRA.
Foto: José Maria Conduru Neto

Em razão de sua importância para o processo de desenvolvimento sócio-econômico da região na formação de profissionais da área das Ciências Agrárias, então carente em nível regional, e sua arquitetura de linhas clássicas, única neste espaço geográfico regional, o Prédio Central foi tombado pelo Serviço do Patrimônio do Município de Belém, em 7 de abril de 2002.

O Prédio Central, após mais de 5 décadas de sua conclusão, tem uma área construída, em dois pavimentos de 8.600 m$^2$, distribuídos em 3 grandes blocos, as chamadas Ala A, a esquerda do prédio, Ala C, à direita e uma ala central chamada Ala B, onde ficaram localizadas por um longo tempo, ou seja, até a edificação dos demais prédios que hoje constituem os endereços dos diversos cursos e unidades acadêmicas e administrativa da EAA e suas sucessoras, todas as atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão, à época em funcionamento na EAA.

O Prédio Central, com mais de meio século de existência e por vários lustres ter sido destinado para as atividades acadêmicas e administrativas da EAA, onde, nos seus laboratórios, salas de aula, auditórios, a administração superior e auxiliar, há intensa movimentação de discentes, docentes, servidores e pessoal que tem relacionamento com as atribuições deste estabelecimento de ensino, sem dúvida apresentava natural desgaste, pois a instituição, ao longo dos anos, não dispôs de recursos materiais, humanos e financeiros suficientes para uma manutenção adequada, de modo a mantê-lo em condições compatíveis com a sua destinação e tradição sócioeducacional para a região, em razão das reformas e reparos terem sido insuficientes para conservá-lo nas mesmas condições existentes no tempo de sua inauguração.

Apesar dos esforços das administrações, desde 1958, ano de inauguração, até o ano de 2004, para manter o prédio em condições de uso para seus fins acadêmicos, é de se reconhecer que necessitava de uma reforma para cumprir com seus objetivos educacionais, especialmente no que se referia à sua distribuição locacional que exigia novo layout em face da dinâmica do ensino de Ciências Agrárias bem como a necessidade de laboratórios e outras instalações para contemplar as exigências que surgiram, além da adequação de alguns espaços em sala de aula para atender as modernas técnicas de aprendizagem.

Na administração do Prof. Manoel Tourinho, já ao tempo da Universidade Federal Rural da Amazônia, o reconhecimento da classe política a este tradicional estabelecimento de ensino superior em Ciências Agrárias, com 60 anos de relevantes serviços prestados a sociedade amazônica, garantiu à UFRA dispor, talvez pela primeira vez, de recursos extraorçamentários provenientes de emenda parlamentar, pois através do Deputado Federal Anivaldo Vale foi atribuído a esta Universidade recursos da ordem de R$ 850.000,00, que a direção destinou para reforma da Ala C, do Prédio Central, enquanto a Ala A e o telhado, que há muito apresentava alguns problemas, foram contemplados com recursos de outras emendas de parlamentares do nosso Estado.

Com esses recursos, foram feitas reformas do Prédio Central, inclusive parte do seu telhado, o que proporcionou a esse imóvel total recuperação, estando hoje em excelentes condições de manutenção e uso, onde estão localizadas várias unidades operacionais e acadêmicas.

Após a conclusão da reforma no final do ano de 2004 o Prédio Central funciona, até hoje, sem qualquer interrupção, atendendo aos seus objetivos educacionais e administrativos.

O Prédio Central logo após a reforma, que modificou parcialmente o seu *layout*, passou a ser identificado por alas nas quais se desenvolvem atividades em suas diversas instalações.

Na Ala "A" funciona o Instituto Ciberespacial – ICIBE, com todo o seu complexo administrativo e educacional, constituído de diretoria, assessoria, gabinetes dos docentes, salas de aula e laboratórios de informática, sanitários masculinos e femininos, auditório Frederico Mergulhão, com capacidade para 30 pessoas, auditório denominado Anfiteatro, com capacidade para 200 pessoas, corredores de acesso e copa.

Na Ala "C" estão laboratórios interdisciplinares inerentes aos diversos cursos da Universidade, salas de aula, gabinetes de docentes, sanitários masculinos e femininos e corredores de acesso.

A Ala "B" corresponde a parte central do prédio. No andar térreo, constam o *hall* de acesso, o Auditório Waldir Bouhid, com capacidade para 400 pessoas, onde são realizados os eventos mais importantes da Instituição como Colação de Grau. Além do auditório, estão os laboratórios inter-disciplinares, a Pró-Reitoria de Extensão e a Pró-Reitoria de Ensino, com suas dependências administrativas e gabinetes de docentes.

No andar superior estão o *hall* de entrada, o Salão Verde (antiga Sala da Congregação), com capacidade para 200 pessoas, dependências da Comissão de Processo Seletivo (Comissão de Vestibular), salas de aula e gabinetes de docentes.

Todo esse complexo administrativo e acadêmico está em perfeito funcionamento, inclusive com dois cursos noturnos, o Bacharelado em Informática Agrária e o de Licenciatura em Computação.

As reformas do Prédio Central atenderam aos seus objetivos, deixando esse imóvel com excelente aspecto, embora a intensa movimentação que sofre ao longo dos dias em seus corredores e salas de aula, provoque um desgaste natural.

# O QUADRO DOCENTE DA UFRA

A evolução do quadro docente da instituição nestes últimos 60 anos acompanhou o crescimento natural das atividades do estabelecimento, principalmente na área do ensino e a participação desta casa no processo de desenvolvimento socioeconômico regional, particularmente do Estado do Pará.

Durante esse período de seis décadas, esse quadro sofreu transformações significativas, não só em quantidade como, sobretudo, em qualidade e categoria profissional dos docentes que ingressaram a cada ano para atender a demanda sempre crescente da clientela estudantil, que procura a área de Ciências Agrárias para satisfazer a vocação de cada um nas diversas disciplinas e cursos de graduação oferecidos por esta tradicional casa de ensino ao longo de sua existência.

No ano de sua instalação, em 1951, e a partir da data em que iniciou suas atividades acadêmicas, em 17 de abril, a então Escola de Agronomia da Amazônia – EAA contava com sete docentes, que constituíram o grupo dos primeiros docentes do novo estabelecimento, destacando-se cinco deles que eram integrantes do corpo técnico do Instituto Agronômico do Norte – IAN, órgão ao qual a EAA ficou vinculada por força do Decreto-Lei de sua criação.

Os sete docentes iniciais nomeados por portaria do Diretor do IAN, em 17.04.1951, foram os seguintes vistos no quadro abaixo:

| # | Professor | Disciplina |
|---|---|---|
| 1 | Derson de Almeida | Matemática |
| 2 | Antonio Gomes Moreira Jr. | Física Agrícola |
| 3 | Alfonso Wisniewski | Química Analítica |
| 4 | Paul Ledoux | Botânica Agrícola |
| 5 | Harold Sioli | Zoologia Agrícola |
| 6 | Omir Corrêa Alves | Desenho |
| 7 | Rubens Rodrigues Lima | Trabalhos Práticos de Agricultura |

Logo a seguir, em 23.04.1951, o Prof. Hilkias Bernardo de Souza, técnico do IPEAN, foi designado para lecionar a disciplina Química Analítica, em substituição ao Prof. Alfonso Wisniewski.

Em face da necessidade de docentes para lecionar às disciplinas da 1ª e 2ª série, do Curso de Agronomia, bem como a exigência de organizar o quadro funcional em consonância com a regulamentação da Escola Nacional de Agronomia, a direção da EAA encaminhou ao Ministério da Agricultura solicitação de criação de doze cargos de Professores Catedráticos e oito cargos de Professores Assistentes para as seguintes disciplinas.

| Cargos | Disciplinas |
|---|---|
| Docentes Catedráticos | 1. Matemática; 2. Física; 3. Ecologia Agrícola; 4. Química Analítica; 5. Química Orgânica e Tecnologia Rural; 6. Botânica Agrícola; 7. Zoologia Agrícola; 8. Entomologia Agrícola; 9. Mecânica Agrícola; 10. Agricultura Geral; 11. Desenho e 12. Horticultura e Silvicultura. |
| Docentes Assistentes | 1. Física Agrícola; 2. Geologia Agrícola; 3. Química Agrícola; 4. Química Orgânica; 5. Botânica Agrícola; 6. Zoologia Agrícola; 7. Entomologia Agrícola e 8. Mecânica Agrícola. |

A Lei nº 3.763, de 25.04.1960, que conferiu autonomia didática, financeira e administrativa à Escola de Agronomia da Amazônia, também criou os cargos de Diretor e vinte Professores Catedráticos, de provimento efetivo, compondo o primeiro quadro permanente da Instituição.

Já no ano de 1961, dez anos depois da instalação da Escola de Agronomia da Amazônia, o quadro docente era constituído de vinte Professores Catedráticos e onze Professores Assistentes e Auxiliares, que foram contratados para lecionarem disciplinas que não dispunham de docentes no quadro permanente, quantitativo esse que se manteve em trinta e um, mesmo com a criação de seis Departamentos Acadêmicos, que agrupavam disciplinas afins entre as vinte e quatro disciplinas então existentes.

Com a autorização de funcionamento do Curso de Engenharia Florestal, em 1971, a Escola de Agronomia da Amazônia contava com quanrenta e dois docentes, sendo que dezeseis eram titulares (38%) e o restante vinte e seis distribuídos entre Assistentes e Auxiliares de Ensino.

## EVOLUÇÃO DO QUADRO DOCENTE ATÉ O ANO 2000

No ano de transformação da EAA em Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), o total de docentes da instituição já alcançava 45, e uma análise de série histórica de quase três décadas (1972 – 2000) autoriza as seguintes considerações:

a) até 1979, o número de Professores Titulares se manteve estável em 18, tendo havido um decréscimo relativo de 40% do total em relação aos 45 docentes existentes em 1972, para apenas 11 docentes titulares (24,5%) em 1979, em razão do aumento do total de Professores Adjuntos, classe que iniciou em 1978 e a de Auxiliares de Ensino;
b) de 1980 a 1989 houve uma sensível variação no total de Professores Titulares que, na maioria dos anos esteve entre 15 e 16, tendo sido reduzido para 7 em 1982, enquanto que em 1983 subiu para 21, em razão de concurso público para essa classe realizado pela instituição. O decréscimo para 15, em 1989, foi em consequência de aposentadorias ocorridas nessa categoria. O número de Adjuntos também experimentou grande variação no período, passando de 8 docentes em 1980 para 85 em 1989, em consequência da promoção de Assistentes para essa classe que, por sua vez, variaram de 26 a 11 no período e os Auxiliares de 35 a 18 em igual espaço de tempo. Em 1980 o total de docentes era de 86, subindo para 129 em 1989;
c) no período compreendido entre 1990 e 2000 o número de Professores Titulares foi caindo de 13 para 5, em razão de aposentadorias relativamente precoces que ocorreram e por não ter havido concurso público para preenchimento das vagas. Os Professores Adjuntos nesse mesmo período variaram de 87 para 77 pelas mesmas razões acima mencionadas, enquanto que os Professores Assistentes subiram de 17 para 25 e os Auxiliares de Ensino decaíram de 14 para 1. Em 1990 o total de docentes era de 131 docentes e em 2000 este número ficou em 108.

Uma visão mais detalhada do quadro de docentes da EAA/FCAP no período 1990 – 2000 pode ser obtida nas Tabelas 6, 7, 8 e 9 bem como nas figuras 28, 29 e 30 que através de gráficos, indicam essa evolução sob vários aspectos.

Tabela 6 – Pessoal docente por classe de magistério no período 1990 a 2000.

| Ano | Titular | | Adjunto | | Assistente | | Auxiliar | | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qtde | % | Qtde | % | Qtde | % | Qtde | % | Qtde |
| 1990 | 13 | 9,9 | 87 | 66,4 | 17 | 13,0 | 14 | 10,7 | 131 |
| 1991 | 12 | 9,7 | 80 | 64,5 | 20 | 16,1 | 12 | 9,7 | 124 |
| 1992 | 12 | 9,4 | 80 | 62,5 | 20 | 15,6 | 16 | 12,5 | 128 |
| 1993 | 12 | 9,4 | 80 | 62,5 | 21 | 16,4 | 15 | 11,7 | 128 |
| 1994 | 11 | 8,7 | 83 | 65,9 | 19 | 15,1 | 13 | 10,3 | 126 |
| 1995 | 11 | 9,2 | 79 | 66,4 | 17 | 14,3 | 12 | 10,1 | 119 |
| 1996 | 10 | 8,9 | 75 | 67,0 | 18 | 16,1 | 9 | 8,0 | 112 |
| 1997 | 6 | 5,7 | 75 | 70,8 | 20 | 18,9 | 5 | 4,7 | 106 |
| 1998 | 6 | 5,6 | 75 | 70,1 | 23 | 21,5 | 3 | 2,8 | 107 |
| 1999 | 5 | 4,9 | 72 | 69,9 | 23 | 22,3 | 3 | 2,9 | 103 |
| 2000 | 5 | 4,6 | 77 | 71,3 | 25 | 23,1 | 1 | 0,9 | 108 |

Fonte: PROPLAGE – Posição em 31 de dezembro de cada ano.

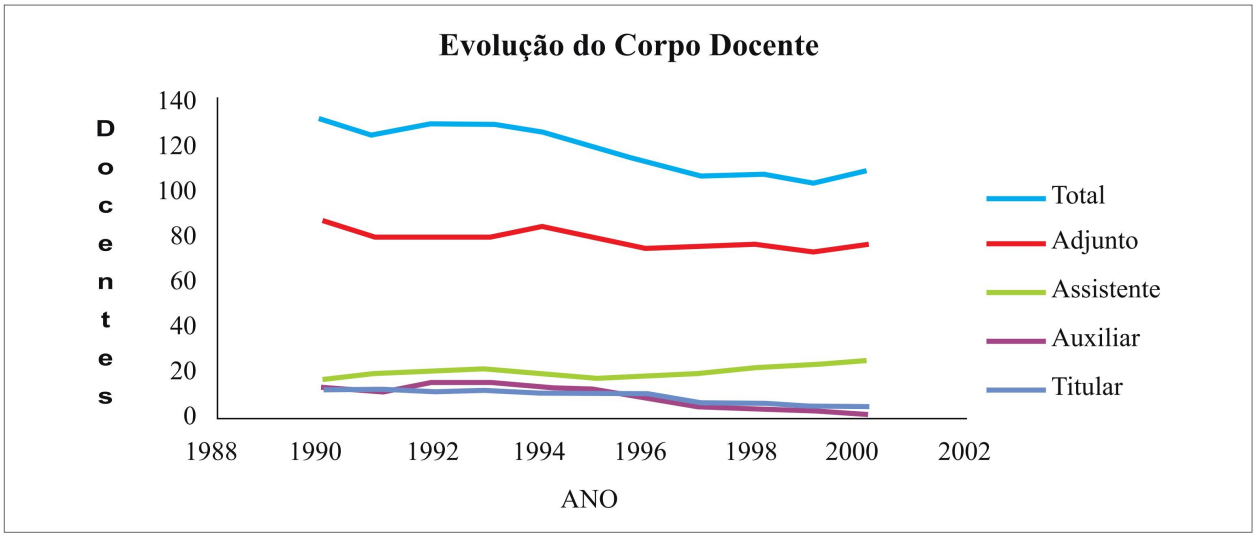



Figura 28 – Evolução do quadro de pessoal docente, total e por classe de magistério, no período de 1990 a 2000.

Tabela 7 – Pessoal docente por titulação universitária no período 1992 a 2000.

| Ano | Doutorado | | Mestrado | | Especialista | | Graduado | | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qtde | % | Qtde | % | Qtde | % | Qtde | % | Qtde |
| 1992 | 12 | 9,4 | 73 | 57,0 | 19 | 14,8 | 24 | 18,8 | 128 |
| 1993 | 15 | 11,7 | 76 | 59,4 | 19 | 14,8 | 18 | 14,1 | 128 |
| 1994 | 16 | 12,7 | 74 | 58,7 | 20 | 15,9 | 16 | 12,7 | 126 |
| 1995 | 18 | 15,1 | 68 | 57,1 | 19 | 16,0 | 14 | 11,8 | 119 |
| 1996 | 16 | 14,3 | 68 | 60,7 | 16 | 14,3 | 12 | 10,7 | 112 |
| 1997 | 16 | 15,1 | 70 | 66,0 | 13 | 12,3 | 7 | 6,6 | 106 |
| 1998 | 23 | 21,5 | 67 | 62,6 | 12 | 11,2 | 5 | 4,7 | 107 |
| 1999 | 21 | 20,4 | 66 | 64,1 | 11 | 10,7 | 5 | 4,9 | 103 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2000 | 31 | 28,7 | 64 | 59,3 | 9 | 8,3 | 4 | 3,7 | 108 |

Fonte: PROPLAGE.

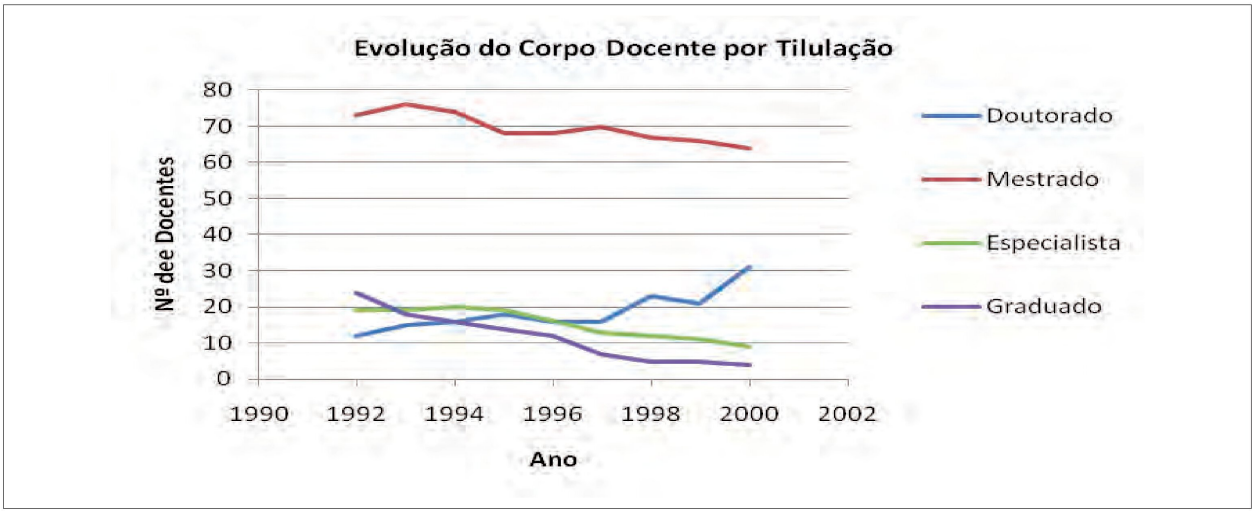



Figura 29 – Evolução do corpo docente por titulação universitária no período de 1992 a 2000.

Tabela 8 – Pessoal docente por regime de trabalho no período 1992 a 2000.

| Ano | DE | | 40 horas | | 20 horas | | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qtde | % | Qtde | % | Qtde | % | Qtde |
| 1992 | 114 | 89,1 | 7 | 5,5 | 7 | 5,5 | 128 |
| 1993 | 115 | 89,8 | 6 | 4,7 | 7 | 5,5 | 128 |
| 1994 | 113 | 89,7 | 7 | 5,6 | 6 | 4,8 | 126 |
| 1995 | 110 | 92,4 | 6 | 5,0 | 3 | 2,5 | 119 |
| 1996 | 105 | 93,8 | 5 | 4,5 | 2 | 1,8 | 112 |
| 1997 | 98 | 92,5 | 6 | 5,7 | 2 | 1,9 | 106 |
| 1998 | 100 | 93,5 | 5 | 4,7 | 2 | 1,9 | 107 |
| 1999 | 96 | 93,2 | 5 | 4,9 | 2 | 1,9 | 103 |
| 2000 | 100 | 92,6 | 7 | 6,5 | 1 | 0,9 | 108 |

Fonte: PROPLAGE.

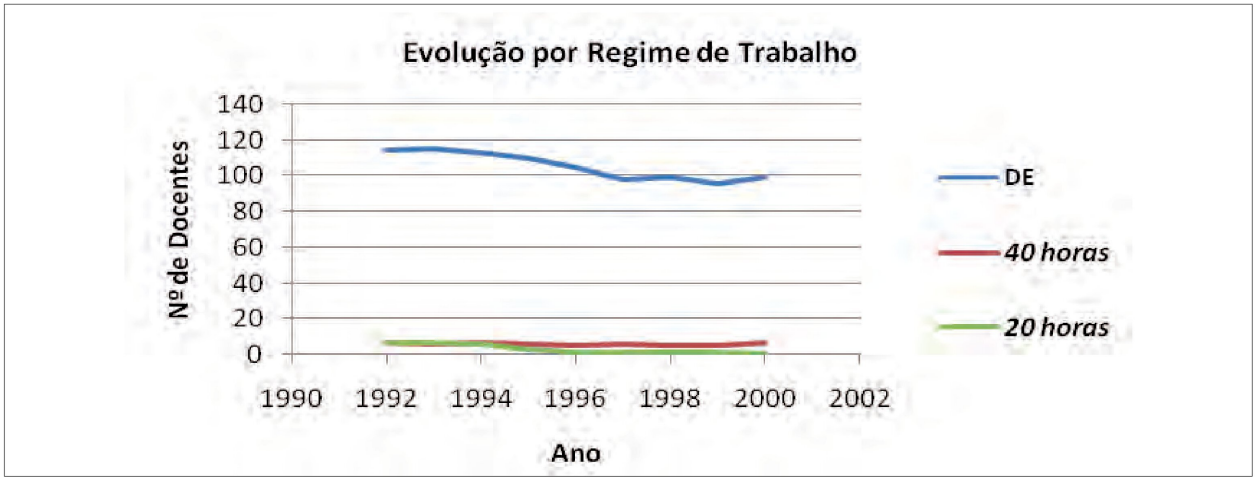



Figura 30 – Evolução do pessoal docente por regime de trabalho no período 1992 a 2000.

Tabela 9 – Pessoal docente por classe especial de magistério no período 1993 a 2000.

| Ano | Professor Visitante | | Professor Substituto | | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| | Qtde | % | Qtde | % | |
| 1993 | 8 | 53,3 | 7 | 46,7 | 15 |
| 1994 | 16 | 59,3 | 11 | 40,7 | 27 |
| 1995 | 19 | 52,8 | 17 | 47,2 | 36 |
| 1996 | 19 | 52,8 | 17 | 47,2 | 36 |
| 1997 | 20 | 39,2 | 31 | 60,8 | 51 |
| 1998 | 12 | 38,7 | 19 | 61,3 | 31 |
| 1999 | 14 | 35,9 | 25 | 64,1 | 39 |
| 2000 | 13 | 31,0 | 29 | 69,0 | 42 |

Fonte: PROPLAGE.

## EVOLUÇÃO DO QUADRO DOCENTE DE 2000 A 2011

Nos anos seguintes, isto é, entre 2001 e 2011, referenciados em 31 de dezembro de cada ano, que compreende os anos finais da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (2001 e 2002) e a criação da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA (23.12.2002), o quadro docente da instituição passou por sensíveis alterações numéricas, por inúmeras razões que a seguir serão apresentadas:

a) a categoria de Professor Titular foi caindo em quantidade em decorrência da não abertura de novos concursos, única forma de ingresso nessa classe docente, e aposentadoria de docentes nessa condição, de tal forma que ao final de 2011 só restavam dois Professores Titulares, embora já tendo alcançado o tempo de aposentadoria, que são o Prof. Waldenei Travassos de Queiroz e o então Vice-Reitor Prof. Paulo de Jesus Santos;

b) houve um aumento acentuado, a partir da metade dos anos referidos, de novas vagas de docentes, todas preenchidas através de concurso público, para atender a demanda de docentes resultantes da abertura de novos cursos no *Campus* Belém, como nas Unidades interiorizadas de Santarém, Parauapebas e Capitão Poço, em razão da implantação do Programa de Expansão da Universidades Federais – REUNI, estabelecido pelo Governo Federal, pelo Decreto Presidencial nº 6.696, de 24.04.2007, publicado no D.O.U de 25.04.2007;

c) incentivo maior ao programa de qualificação docente, intensificando a formação de mestres e doutores, e assim, passando de uma categoria para outra, alterando a estrutura do quadro docente;

d) abertura de novos cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, o que ensejou o acesso de inúmeros docentes a essas qualificações, modificando o posicionamento docente na estrutura do quadro de pessoal;

e) o estabelecimento da classe de Professor Associado a partir de 2007, alterando profundamente a situação do quadro docente da instituição.

Em face desses aspectos, o quadro de pessoal docente da UFRA experimentou, no período 2001 a 2011, uma elevação acentuada, alcançando 235 docentes em 31.12.2011 bem como apresentou as seguintes particularidades:

a) o quadro de Professores Associados, criados a partir do ano de 2007, iniciou com 24 docentes nesse ano e chegou a 41 em 2011 ou 17,5% do total de docentes, da ordem de 235, enquanto que em 2001, eram apenas 108 docentes;

b) os Professores Titulares, que somavam 5 em 2001, reduziram-se para 2 em 2011;

c) os Professores Adjuntos experimentaram um crescimento absoluto bastante significativo, passando de 81, no início do período, para 109, no final do ano de 2011, embora em termos percentuais tenham caído 75%, em 2001, com um total de 108 docentes para 46,4% em 2011, mesmo o quadro se elevando para 235 docentes;

d) os Professores Assistentes também tiveram um quantitativo bastante elevado no período, principalmente pelo enquadramento dos docentes classificados nos concursos realizados em razão da criação de novas e significativas vagas no quadro, decorrente da ampliação dos cursos, principalmente nos *campi* interiorizados. No início do período, isto é, em 2001, quando o total de docentes era de 108, os Professores Assistentes eram 22, passando para 81 no final de 2011, quando o total alcançava 235 docentes;

e) a classe de Professor Auxiliar, que não tinha nenhum representante até 2009, em virtude da promoção vertical do único docente nessa categoria existente em 2000, em 2010 teve incluído um docente, passando para o ano seguinte para 2 docentes, após realização de concurso público para o quadro de magistério realizado nesses dois anos.

As Tabelas 10-A, 10-B, 10-C, 10-D, 10-E, 10-F e 10-G a seguir mostram a relação total de docentes por ordem alfabética, classe, titulação universitária e habilitação profissional por lotação nos *Campi* e Institutos e com totais absolutos e percentuais quantitativos registrados na Tabela 11 e Figura 31.

Tabela 10-A – Relação de docentes por *Campus*/Instituto, classe, titulação e habilitação – *Campus* Belém (Instituto de Ciências Agrárias – ICA) - 2011.

| | ***Campus* Belém (Instituto de Ciências Agrárias – ICA)** | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Nº** | **Nome** | **Classe** | **Titulação** | **Habilitação** |
| 1 | Adélia Benedita Coelho dos Santos | Adjunto | M.sc. | Engenheiro Agrônomo |
| 2 | Alcir Tadeu de Oliveira Brandão | Associado | Dr. | Engenheiro Florestal |
| 3 | Ana Regina da Rocha Martins Araújo | Adjunto | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 4 | Antonio José Figueiredo Moreira | Adjunto | M.sc. | Engenheiro Florestal |
| 5 | Antonio Rodrigues Fernandes | Associado | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 6 | Dêmora Gomes de Araújo | Adjunto | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 7 | Edinaldo da Silva Filho | Assistente | M.sc. | Lic. Ciências Biológicas |
| 8 | Eduardo Saraiva da Rocha | Assistente | M.sc. | Engenheiro Florestal |
| 9 | Fernando Cristovam da Silva Jardim | Associado | Dr. | Engenheiro Florestal |
| 10 | Fernando Sergio Valente Pinheiro | Associado | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 11 | Francisco de Assis Oliveira | Associado | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 12 | George Rodrigues da Silva | Associado | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 13 | Geraldo Rodrigues Coqueiro | Adjunto | M.sc. | Engenheiro Agrônomo |
| 14 | Gisele Barata da Silva | Adjunto | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 15 | Gracialda Costa Ferreira | Adjunto | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 16 | Hélcio Hertz Gomes de Oliveira | Adjunto | M.sc. | Engenheiro Florestal |
| 17 | Heliana Maria Silva Brasil | Associado | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 18 | Herdjania Veras de Lima | Adjunto | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 19 | Iris Lettiere do Socorro Santos da Silva | Adjunto | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 20 | João Augusto Pereira Neto | Assistente | M.sc. | Físico |
| 21 | José Maria Lima | Adjunto | Espec. | Engenheiro Florestal |
| 22 | João Ubiratan Moreira dos Santos | Adjunto | Dr. | Ciências Biológicas |
| 23 | Leila Sobral Sampaio | Associado | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 24 | Leonilde dos Santos Rosa | Associado | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 25 | Manoel Euclides do Nascimento | Adjunto | Dr. | Ciências Biológicas |
| 26 | Manoel Sebastião Pereira de Carvalho | Associado | Dr. | Engenheiro Florestal |
| 27 | Marcela Gomes da Silva | Assistente | M.sc. | Engenheiro Florestal |
| 28 | Marcos Andre Piedade Gama | Adjunto | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 29 | Maria Auxiliadora Feio Gomes | Adjunto | Dr. | Farmacêutica Bioquímica |
| 30 | Maria Marly de Lourdes Silva Santos | Associado | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 31 | Mario Lopes da Silva Junior | Adjunto | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 32 | Mônica Trindade Abreu de Gusmão | Adjunto | Dr. | Engenharia Agronômica |
| 33 | Norberto Cornejo Noronha | Adjunto | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 34 | Paulo Cesar Silva Vasconcelos | Adjunto | M.sc. | Engenheiro Florestal |
| 35 | Paulo de Jesus Santos | Titular | M.sc. | Engenheiro Agrônomo |
| 36 | Paulo de Tarso Eremita da Silva | Associado | Dr. | Engenheiro Florestal |
| 37 | Paulo Luiz Contente de Barros | Associado | Dr. | Engenheiro Florestal |
| 38 | Paulo Roberto da Silva Farias | Associado | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 39 | Paulo Roberto de Andrade Lopes | Associado | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 40 | Pedro Emerson Gazel Teixeira | Associado | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 41 | Raimundo Lázaro Moraes da Cunha | Associado | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 42 | Roberto Cesar Lobo da Costa | Associado | Dr. | Ciências Biológicas |
| 43 | Rodrigo Otavio Rodrigues de Melo Souza | Adjunto | Dr. | Engenheiro Agrícola |
| 44 | Rodrigo Silva do Vale | Adjunto | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 45 | Rosangela de Jesus Souza | Assistente | M.sc. | Engenheiro Florestal |
| 46 | Selma Toyoko Ohashi | Associado | Dr. | Engenheiro Florestal |
| 47 | Sérgio Antonio Lopes de Gusmão | Associado | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 48 | Sueo Numazawa | Associado | Dr. | Engenheiro Florestal |
| 49 | Telma Fátima Coelho Batista | Adjunto | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 50 | Thais Yuri Rodrigues Nagaishi | Assistente | M.sc. | Engenheiro Agrônomo |
| 51 | Vânia Silva de Melo | Adjunto | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 52 | Vicente Savonitti Miranda | Associado | Dr. | Ciências Biológicas |
| 53 | Waldeney Travassos de Queiroz | Titular | Dr. | Engenheiro Florestal |

Tabela 10-B – Relação de docentes por *Campus*/Instituto, classe, titulação e habilitação – *Campus* Belém (Instituto Ciberespacial – ICIBE) - 2011.

| | ***Campus* Belém (Instituto Ciberespacial – ICIBE)** | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Nº** | **Nome** | **Classe** | **Titulação** | **Habilitação** |
| 1 | Aleksandra do Socorro da Silva | Assistente | M.sc. | Ciência da Computação |
| 2 | Alex de Jesus Zissou | Assistente | M.sc. | Tecnólogo em Proc. de Dados |
| 3 | Altevir Lobato de Melo | Associado | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 4 | Andrea Silva Miranda | Adjunto | Dr. | Lic. Matemát./Tec. Proc.dados |
| 5 | Antonio Vinicius Correa Barbosa | Adjunto | Dr. | Engenheiro Civil |
| 6 | Aurecílio da Silva Guedes | Assistente | M.sc. | Educação |
| 7 | Carlos André Correa de Matos | Assistente | M.sc | Gestão Ambiental |
| 8 | Decíola Fernandes de Sousa | Assistente | M.sc. | Tecnólogo em Proc. De Dados |
| 9 | Edmilson Brito Rodrigues | Adjunto | Dr. | Arquiteto |
| 10 | Edson do Socorro Silva Andrade | Assistente | M.sc. | Engenheiro Elétrico |
| 11 | Edvar da Luz Oliveira | Assistente | M.sc. | Tecnólogo em Proc. de Dados |
| 12 | Emerson Cordeiro Morais | Adjunto | Dr. | Engº Civil e Ciência da Comput. |
| 13 | Fábio de Lima Bezerra | Adjunto | Dr. | Ciência da Informação |
| 14 | Francisco José de Oliveira Parise | Adjunto | Dr. | Engenheiro. Agrônomo |
| 15 | Glauber Tadaiesky Marques | Adjunto | Dr. | Físico |
| 16 | Hilda Rosa Moraes de Freitas | Assistente | M.sc. | Pedagogia/Psicologia |
| 17 | Isadora Castelo Branco Sampaio Santana | Assistente | M.sc. | Sociologia/Relações Públicas |
| 18 | Janae Gonçalves Martins | Adjunto | Dr. | Matemática |
| 19 | João Almiro Correa Soares | Assistente | M.sc. | Sensoriamento Remoto |
| 20 | João Ferreira de Santana Filho | Assistente | M.sc. | Engenheiro Elétrico |
| 21 | Jorge Antonio Moraes de Souza | Assistente | M.sc. | Ciência da Computação |
| 22 | José Albuquerque | Adjunto | M.sc. | Engenheiro Agrônomo |
| 23 | José Felipe Sousa de Almeida | Adjunto | Dr. | Engenheiro Elétrico |
| 24 | José Maria da Silveira Gomes | Auxiliar | Grad. | Ciência da Computação |
| 25 | Klissiomara Lopes Dias | Assistente | M.sc. | Ciência da Computação |
| 26 | Larissa Sato Elisiário | Assistente | M.sc. | Tecnólogo em Proc. de Dados |
| 27 | Licinius Dimitri de Sá Alcântara | Adjunto | Dr. | Engenheiro Elétrico |
| 28 | Lucineide Soares do Nascimento | Assistente | M.sc. | Pedagogia |
| 29 | Maria de Nazaré Martins Maciel | Associado | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 30 | Merilene do Socorro Silva Costa | Adjunto | Dr. | Engenheiro Florestal |
| 31 | Milton Guilherme da Costa Mota | Adjunto | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 32 | Nelson Veiga Gonçalves | Adjunto | Dr. | Tecnólogo em Proc. de Dados |
| 33 | Orlando Tadeu Lima de Souza | Associado | Dr. | Física |
| 34 | Otávio André Chase | Assistente | M.sc. | Engenharia Da Computação |
| 35 | Paulo Roberto de Carvalho | Associado | Dr. | Ciências Geofísicas |
| 36 | Pedro Silvestre da Silva Campos | Assistente | M.sc. | Matemática |
| 37 | Raykleyson Igor dos Reis Moraes | Assistente | M.sc. | Engenheiro Elétrico |
| 38 | Rosemiro dos Santos Galate | Adjunto | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 39 | Silvana Rossy de Brito | Assistente | M.sc. | Ciência da Computação |
| 40 | Stephen de Almeida Jesuíno | Assistente | M.sc. | Engenheiro Florestal |
| 41 | Tatiana do Socorro Pacheco Charone | Assistente | M.sc. | Pedagogia |
| 42 | Walmir Oliveira Couto | Assistente | M.sc. | Ciência da Computação |

Tabela 10-C – Relação de docentes por *Campus*/Instituto, classe, titulação e habilitação – *Campus* Belém (Instituto Sócioambiental e Recursos Hídricos – ISARH) - 2011.

| | ***Campus* Belém (Instituto Sócio Ambiental e Rec. Híd. – ISARH)** | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Nº** | **Nome** | **Classe** | **Titulação** | **Habilitação** |
| 1 | Adriano Malison Leão de Sousa | Adjunto | Dr. | Meteorologista |
| 2 | Ana Lidia Cardoso do Nascimento | Assistente | M.sc | Pedagogia |
| 3 | Ana Silvia Sardinha Ribeiro | Adjunto | Dr. | Médico Veterinário |
| 4 | André Luiz Lopes de Souza | Associado | Dr. | Engenheiro Florestal |
| 5 | Antonio Carlos Sanguino | Adjunto | Dr. | Engenheiro Florestal |
| 6 | Antonio Cordeiro de Santana | Associado | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 7 | Bárbara do Nascimento Borges | Adjunto | Dr. | Ciências Biológicas |
| 8 | Carlos Augusto Cordeiro Costa | Adjunto | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 9 | Cintia Maria Cardoso | Assistente | M.sc | Licenciatura em Letras |
| 10 | Cristina Maria Araujo Dib Taxi | Associado | Dr. | Engenheiro Químico |
| 11 | Cyntia Meireles de Oliveira | Adjunto | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 12 | Edir Santana Pereira de Queiroz Filho | Adjunto | M.sc | Engenheiro Florestal |
| 13 | Eduardo Tavares Paes | Adjunto | Dr. | Oceanógrafo |
| 14 | Ewerton Carvalho de Souza | Assistente | M.sc | Engenheiro Químico |
| 15 | Fabio Haruki Hatano | Adjunto | Dr. | Lic. Biol./Bac. Biologia |
| 16 | Glauber david Almeida Palheta | Assistente | M.sc | Ciências Biológicas |
| 17 | Hugo Alves Pinheiro | Adjunto | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 18 | Israel Hidenburgo Aniceto Cintra | Adjunto | Dr. | Engenheiro de Pesca |
| 19 | Ivan Furtado Júnior | Adjunto | M.sc | Engenheiro de Pesca |
| 20 | Izildinha de Souza Miranda | Associado | Dr. | Lic. Ciências |
| 21 | Jacqueline Pompeu Abrunhosa | Assistente | M.sc | Engenheiro de Pesca |
| 22 | Jefferson Murici Penafort | Adjunto | M.sc | Engenheiro de Pesca |
| 23 | Joanne Moraes de Melo Souza | Assistente | M.sc | Engenheiro Agrônomo |
| 24 | José Itabirici de Souza e Silva Júnior | Adjunto | Grad. | Engenheiro Agrônomo |
| 25 | José Luiz Moraes | Associado | Dr. | Químico Industrial |
| 26 | Jose Maria Hesketh Conduru Neto | Adjunto | Espec. | Engenheiro Agrônomo |
| 27 | Kátia Cristina de Araújo Silva | Adjunto | M.sc | Engenheiro de Pesca |
| 28 | Lauro Satoru Itó | Adjunto | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 29 | Leandro Frederico Ferraz Meyer | Adjunto | Dr. | Zootecnista |
| 30 | Luis Gonzaga da Silva Costa | Adjunto | Dr. | Engenheiro Florestal |
| 31 | Marcel do Nascimento Botelho | Adjunto | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 32 | Marcelo Augusto Moreno da S. Alves | Assistente | M.sc | Geólogo |
| 33 | Marcos Antonio Souza dos Santos | Assistente | M.sc | Engenheiro Agrônomo |
| 34 | Maria das Dores Correa Palhla | Adjunto | Dr. | Médico Veterinário |
| 35 | Maria de Lourdes Souza Santos | Adjunto | Dr. | Oceanologia |
| 36 | Maria Rohane de Lima | Adjunto | M.sc | Engenheiro Florestal |
| 37 | Mônica Nazaré Correa F. Nascimento | Assistente | M.sc | Ciências Econômicas |
| 38 | Mutsuo Asano Filho | Assistente | M.sc | Engenharia de Pesca |
| 39 | Nilson Luiz Costa | Assistente | M.sc | Ciências Econômicas |
| 40 | Nuno Filipe Alves Correia de Melo | Adjunto | Dr. | Ciências Biológicas |
| 41 | Paulo Jorge de Oliveira Ponte de Souza | Adjunto | Dr. | Meteorologia |
| 42 | Reginaldo Alves Festucci Buselli | Adjunto | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 43 | Rosa Maria Souza Santa Rosa | Adjunto | Dr. | Química Industrial |
| 44 | Rosália Furtado Cutrim | Adjunto | Dr. | Engenheiro de Pesca |
| 45 | Ruth Helena Cristo Almeida | Assistente | M.sc | Ciênc. Soc. (Bach. e Lic.) |
| 46 | Vânia Neu | Adjunto | Dr. | Lic. Ciências Biológicas |

Tabela 10-D – Relação de docentes por *Campus*/Instituto, classe, titulação e habilitação – *Campus* Belém (Instituto de Saúde e Produção Animal – ISPA) - 2011.

| | ***Campus* Belém (Instituto de Saúde e Produção Animal – ISPA)** | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Nº** | **Nome** | **Classe** | **Titulação** | **Habilitação** |
| 1 | Adriana Maciel de Castro Cardoso | Adjunto | Dr. | Médico Veterinário |
| 2 | Alex Sandro Schierholt | Adjunto | Dr. | Zootecnista |
| 3 | Alexandre do Rosário Casseb | Adjunto | Dr. | Médico Veterinário |
| 4 | Almir Vieira da Silva | Associado | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 5 | Ana Rita de Lima | Adjunto | Dr. | Médico Veterinário |
| 6 | Andre Marcelo da Conceição Meneses | Adjunto | Dr. | Médico Veterinário |
| 7 | Andréa Bezerra de Castro | Assistente | M.sc. | Ciências Biológicas |
| 8 | Andréa Maria Góes Negrão | Adjunto | Dr. | Médico Veterinário |
| 9 | Antonio Horta Moreira | Adjunto | Espec. | Médico Veterinário |
| 10 | Carissa Michelle Goltara Bichara | Assistente | M.sc. | Engenheiro de Alimentos |
| 11 | Conceição de Maria Almeida Viera | Adjunto | Dr. | Farmacêutico Bioquímico |
| 12 | Cristian Faturi | Adjunto | Dr. | Zootecnista |
| 13 | Djacy Barbosa Ribeiro | Adjunto | Dr. | Médico Veterinário |
| 14 | Dulcidea da Conceição Palheta | Adjunto | Dr. | Médico Veterinário |
| 15 | Elane Guerreiro Giese | Adjunto | Dr. | Médico Veterinário |
| 16 | Érika Renata Branco | Adjunto | Dr. | Médico Veterinário |
| 17 | Fernanda Martins Hatano | Adjunto | Dr. | Médico Veterinário |
| 18 | Fernando Elias Rodrigues da Silva | Adjunto | Dr. | Médico Veterinário |
| 19 | Frederico Ozanan Barros Monteiro | Adjunto | Dr. | Médico Veterinário |
| 20 | Hamilton da Silva Pinto Júnior | Adjunto | Dr. | Médico Veterinário |
| 21 | Haroldo Francisco Lobato Ribeiro | Associado | Dr. | Médico Veterinário |
| 22 | Jamile Andrea Rodrigues da Silva | Adjunto | Dr. | Médico Veterinário |
| 23 | Janaína de Cássia Braga Arruda | Assistente | M.sc. | Médico Veterinário |
| 24 | José Antonio Koury Alves | Adjunto | M.sc. | Engenheiro Agrônomo |
| 25 | Josélia Maria de Souza Corrêa | Adjunto | Dr. | Médico Veterinário |
| 26 | Kedson Raul de Souza Lima | Associado | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 27 | Lauze Lee Alves Ferreira | Assistente | M.sc. | Bac. Ciênc. Biológicas |
| 28 | Leony Soares Marinho | Adjunto | Dr. | Médico Veterinário |
| 29 | Luciara Celi da Silva Chaves | Adjunto | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 30 | Luiz Fernando de Souza Rodrigues | Associado | Dr. | Médico Veterinário |
| 31 | Márcia Vitória Santos | Adjunto | Dr. | Zootecnista |
| 32 | Maria Amélia Marinho da Mota Silva | Adjunto | M.sc. | Engenheiro Agrônomo |
| 33 | Maria Cristina Manno | Assistente | M.sc. | Médico Veterinário |
| 34 | Moacir Cerqueira da Silva | Associado | Dr. | Médico Veterinário |
| 35 | Natalia Guarino Souza Barbosa | Adjunto | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 36 | Nazare Fonseca de Souza | Associado | Dr. | Médico Veterinário |
| 37 | Paulo Sérgio dos Santos Souto | Associado | Dr. | Ciências Biológicas |
| 38 | Raimundo Nelson Souza da Silva | Associado | Dr. | Médico Veterinário |
| 39 | Raimundo Nonato Moraes Benigno | Associado | Dr. | Médico Veterinário |
| 40 | Rinaldo Batista Viana | Adjunto | Dr. | Médico Veterinário |
| 41 | Rosa Maria Cabral | Adjunto | Dr. | Fisioterapia |
| 42 | Rosangela Viggiano Marques | Adjunto | Grad. | Engenheiro Agrônomo |
| 43 | Ruth Helena Falesi Palha de M. Bittencourt | Adjunto | Dr. | Médico Veterinário |
| 44 | Sebastião Tavares Rolim Filho | Assistente | M.sc. | Médico Veterinário |
| 45 | Vânia Maria Trajano da Silva Moreira | Associado | Dr. | Farmacêutico |
| 46 | Washington Luiz de Assunção Pereira | Associado | Dr. | Médico Veterinário |

Tabela 10-E – Relação de docentes por *Campus*/Instituto, classe, titulação e habilitação – *Campus* Capitão Poço - 2011.

| | ***Campus* Capitão Poço** | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Nº** | ***Campus* / Nome** | **Classe** | **Titulação** | **Habilitação** |
| 1 | Adriano Vitti Mota | Assistente | M.sc. | Médico Veterinário |
| 2 | Andreia Damasceno Costa | Assistente | M.sc. | Engenheiro Agrônomo |
| 3 | Cândido Ferreira de Oliveira Neto | Adjunto | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 4 | Eduardo César Medeiros Saldanha | Assistente | M.sc. | Engenheiro Agrônomo |
| 5 | Heráclito Eugênio Oliveira da Conceição | Adjunto | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 6 | Italo Augusto de Souza Alberio | Assistente | M.sc. | Engenheiro Agrônomo |
| 7 | Maria Elisa de Sena Fernandes | Adjunto | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 8 | Marluce Reis Souza Santa Brígida | Assistente | M.sc. | Engenheiro Agrônomo |
| 9 | Michelle Martins do Nascimento | Assistente | Dr.. | Engenheiro Agrônomo |

Tabela 10-F – Relação de docentes por *Campus*/Instituto, classe, titulação e habilitação – *Campus* Paragominas - 2011.

| | ***Campus* Paragominas** | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Nº** | **Nome** | **Classe** | **Titulação** | **Habilitação** |
| 1 | Alessandra Epifânio Rodrigues | Assistente | M.sc. | Engenheiro Agrônomo |
| 2 | Allan Klynger da Silva Lobato | Assistente | M.sc. | Engenheiro Agrônomo |
| 3 | Antonia Benedita da Silva | Adjunto | Dr.. | Engenheiro Agrônomo |
| 4 | Breno Lima Colonnelli | Auxiliar | Grad. | Engenheiro Agrônomo |
| 5 | Denes de Souza Barros | Assistente | M.sc. | Engenheiro Florestal |
| 6 | Fábio de Jesus Batista | Assistente | M.sc. | Engenheiro Florestal |
| 7 | Gustavo Antonio Ruffeil Alves | Adjunto | Dr.. | Engenheiro Agrônomo |
| 8 | Izabellle Pereira Andrade | Adjunto | Dr.. | Engenheiro Agrônomo |
| 9 | Joaquim Alves de Lima Júnior | Assistente | M.sc. | Engenheiro Agrônomo |
| 10 | Luciana Maria de Barros Francez | Assistente | M.sc. | Engenheiro Florestal |
| 11 | Luis de Souza Freitas | Assistente | M.sc. | Engenheiro Agrônomo |
| 12 | Marcelo Augusto M. Vasconcelos | Assistente | M.sc. | Engenheiro Agrônomo |
| 13 | Marcio Roberto da Silva Melo | Assistente | M.sc. | Engenheiro Agrônomo |
| 14 | Núbia De Fátima Alves dos Santos | Adjunto | Dr.. | Engenheiro Agrônomo |
| 15 | Simone Sampaio da Silva | Assistente | M.sc. | Engenheiro Florestal |
| 16 | Tâmara Thaiz Santana Lima | Assistente | M.sc. | Engenheiro Florestal |

Tabela 10-G – Relação de docentes por *Campus*/Instituto, classe, titulação e habilitação – *Campus* Parauapebas - 2011.

| | ***Campus* Parauapebas** | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Nº** | **Nome** | **Classe** | **Titulação** | **Habilitação** |
| 1 | Carlos Alberto de Sousa Nogueira | Assistente | M.sc. | Engenheiro Florestal |
| 2 | Daiany Iris Gomes | Assistente | M.sc. | Zootecnia |
| 3 | Daniel Pereira Pinheiro | Assistente | M.sc. | Engenheiro Agrônomo |
| 4 | Davi Nogueira Maciel Alves | Assistente | M.sc. | Zootecnia |
| 5 | Dilma Lopes da Silva Ribeiro | Assistente | M.sc. | Ciências Sociais |
| 6 | Eduardo do Vale Lima | Adjunto | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 7 | Ernestina Ribeiro dos Santos Neta | Assistente | M.sc. | Zootecnia |
| 8 | Francislene Silveira Sucupira | Assistente | M.sc. | Zootecnia |
| 9 | José Nilton da Silva | Assistente | M.sc. | Agronomia |
| 10 | Joseane Moutinho Viana | Assistente | M.sc. | Zootecnia |
| 11 | Kaliandra Souza Alves | Adjunto | Dr. | Zootecnista |

| | *Campus* Parauapebas | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Nº** | **Nome** | **Classe** | **Titulação** | **Habilitação** |
| 12 | Kélvia Jácome de Castro | Assistente | M.sc. | Zootecnista |
| 13 | Lucas Jacomini Abud | Assistente | M.sc. | Médico Veterinário |
| 14 | Luciana Maria de Oliveira | Assistente | M.sc. | Engenheiro de Produção |
| 15 | Luis Rennan Sampaio Oliveira | Adjunto | Dr. | Médico Veterinário |
| 16 | Maria do Socorro Vieira Santos | Adjunto | Dr. | Médico Veterinário |
| 17 | Maria Madalena Costa Freire Corbin | Assistente | M.sc. | Ciênc. Econômicas |
| 18 | Patrícia da Silva Leitão Lima | Adjunto | Dr. | Engenheiro Agrônomo |
| 19 | Rafael Ferreira da Costa | Adjunto | Dr. | Meteorologia |
| 20 | Rafael Gomes Viana | Assistente | M.sc. | Engenheiro Agrônomo |
| 21 | Rafael Mezzono | Assistente | M.sc. | Zootecnia |
| 22 | Rigler Costa Aragão | Assistente | M.sc. | Matemática |
| 23 | Thássia Silva Reis | Assistente | M.sc. | Médico Veterinário |

Os 235 docentes do quadro efetivo da Universidade Federal Rural da Amazônia encontram-se lotados em institutos temáticos, à exceção daqueles que lecionam nos diversos cursos de graduação dos *Campi*, que se candidataram e foram aprovados nos concursos públicos realizados especificamente para este e, desse modo, são lotados nas respectivas unidades interiorizadas.

A Tabela 11 traz o demonstrativo da distribuição numérica dos docentes da UFRA por Instituto e por *Campus*, com a respectiva Figura 31.

Tabela 11 – Distribuição dos docentes por lotação nos *Campi*/Institutos - 2011.

| **Lotação** | **Institutos** | | | | **Total** | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Ica** | **Icibe** | **Isarh** | **Ispa** | **Nº** | **%** |
| 1. *Campus* Belém | 53 | 42 | 46 | 46 | 187 | 79,5 |
| 2. *Campus* Capitão-Poço | | | | | 9 | 3,8 |
| 3. *Campus* Parauapebas | | | | | 23 | 9,8 |
| 4. *Campus* Paragominas | | | | | 16 | 6,8 |
| Total (%) | 22,6% | 17,9% | 19,6% | 19,6% | 235 | 100,0 |

Fonte: PROPLAGE.

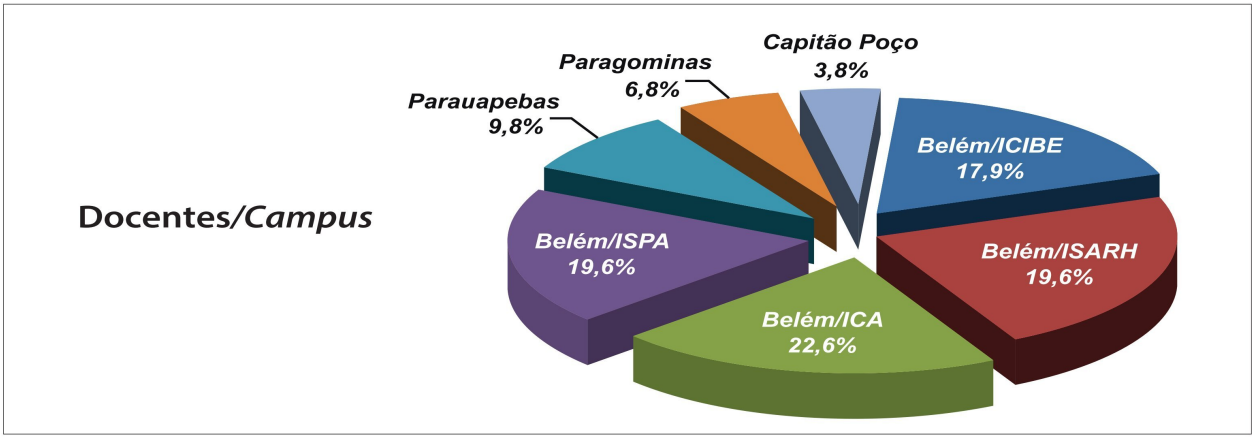



Figura 31 – Distribuição percentual dos docentes por *Campus*/Instituto.

Na Tabela 12 e Figura 32 é mostrada a distribuição do quadro docente por classe de magistério, em números absolutos e percentuais.

Tabela 12 – Pessoal docente por classe de magistério no período de 2001 a 2011.*

| Ano[1] | Associado | | Titular | | Adjunto | | Assistente | | Auxiliar de Ensino | | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qtde | % | Qtde | % | Qtde | % | Qtde | % | Qtde | % | |
| 2001 | | | 5 | 4,6 | 81 | 75,0 | 22 | 20,4 | | | 108 |
| 2002 | | | 5 | 4,3 | 81 | 69,8 | 30 | 25,9 | | | 116 |
| 2003 | | | 5 | 4,3 | 84 | 71,8 | 28 | 23,9 | | | 117 |
| 2004 | | | 5 | 3,9 | 97 | 76,4 | 25 | 19,7 | | | 127 |
| 2005 | | | 5 | 4,1 | 93 | 76,2 | 24 | 19,7 | | | 122 |
| 2006 | | | 5 | 3,2 | 120 | 77,9 | 29 | 18,8 | | | 154 |
| 2007 | 24 | 15,7 | 5 | 3,3 | 94 | 61,4 | 30 | 19,6 | | | 153 |
| 2008 | 28 | 17,9 | 5 | 3,2 | 106 | 67,9 | 17 | 10,9 | | | 156 |
| 2009 | 26 | 13,3 | 3 | 1,5 | 104 | 53,3 | 62 | 31,8 | | | 195 |
| 2010 | 30 | 13,2 | 2 | 0,9 | 115 | 50,4 | 80 | 35,1 | 1 | 0,4 | 228 |
| 2011 | 41 | 17,4 | 2 | 0,9 | 109 | 46,4 | 81 | 34,5 | 2 | 0,9 | 235 |

* Situação em 31 de dezembro de cada ano.

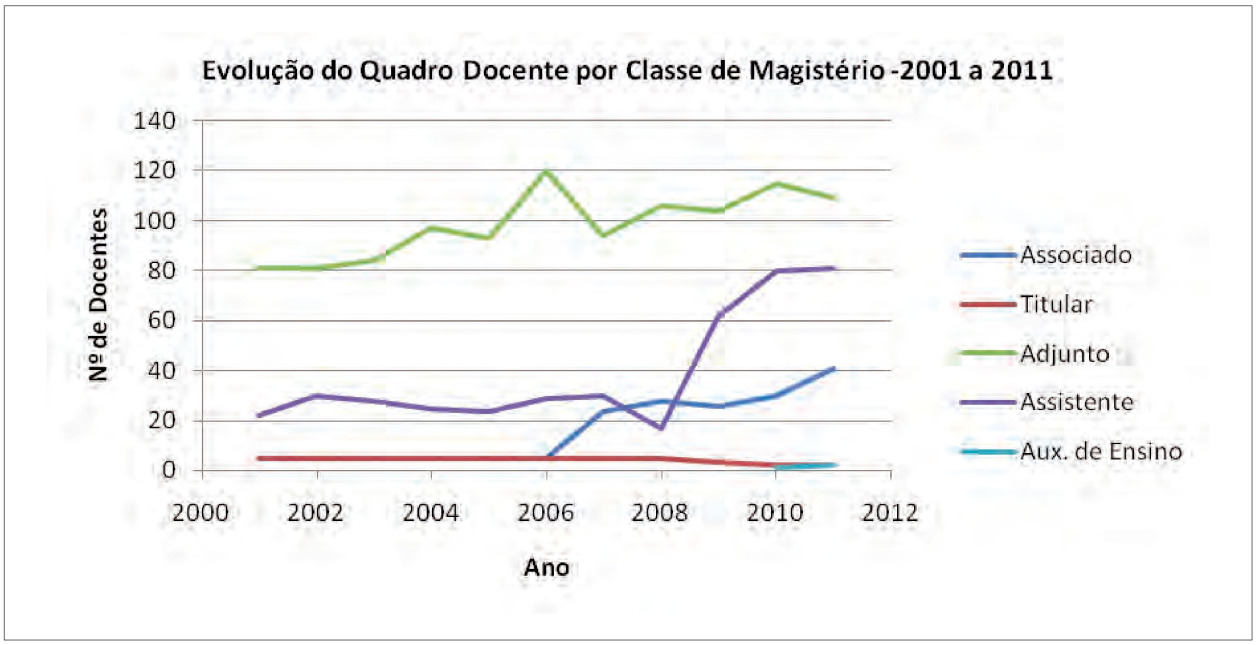



Figura 32 – Pessoal docente por classe de magistério no período de 2001 a 2011.

# QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DOCENTE

No que se refere à qualificação do quadro docente da Universidade, a UFRA ampliou de forma bastante significativa a sua condição de ser uma instituição de nível superior com o melhor Índice de Qualificação Docente entre todos os estabelecimentos da região, não só pelos concursos realizados que exigia, em sua grande maioria, a titulação de Doutor ou Mestre para inscrição, como pela oferta de cursos de pós-graduação da universidade, em nível de Doutorado e Mestrado, que foi ampliado de forma expressiva e, para os quais, foram ofertados para inúmeros docentes da própria Universidade que ainda não dispunham desses títulos.

Os Doutores que em 2001 eram apenas 37 em um contingente de 108 docentes, que representavam 34,4% do total, se elevaram a 131 ou 56% do total, em 2011, quando somavam 235 docentes.

Os Mestres, que eram 58 em 2001, passaram a 98 em 2011, embora em termos percentuais tenham decaído de 53,7%, no início do período, para 41,8%, em 2011, especialmente, em virtude do elevado número de contratações, que tiveram influência na evolução relativa dessa categoria.

É de se destacar que o quantitativo de Mestres e Doutores existentes no quadro docente da Universidade em 2011, totaliza 226 docentes de um contingente de 235 docentes, alcançando a significativa participação percentual de 97,9%.

Em termos de docentes com titulação de Especialistas e de Graduação, ambos somavam apenas 5 docentes em 2011, representando tão somente cerca de 2,0% do total docente no quadro de carreira do magistério da Universidade.

A Tabela 13 contempla maiores detalhes sobre a qualificação dos docentes da UFRA apresentando a titulação universitária no período de 2001 a 2011.

Tabela 13 – Pessoal docente por titulação universitária no período de 2001 a 2011.*

| Ano[1] | Doutorado | | Mestrado | | Especialização | | Graduação | | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qtde | % | Qtde | % | Qtde | % | Qtde | % | |
| 2001 | 37 | 34,3 | 58 | 53,7 | 10 | 9,3 | 3 | 2,8 | 108 |
| 2002 | 41 | 35,3 | 63 | 54,3 | 9 | 7,8 | 3 | 2,6 | 116 |
| 2003 | 45 | 38,5 | 61 | 52,1 | 9 | 7,7 | 2 | 1,7 | 117 |
| 2004 | 53 | 41,7 | 65 | 51,2 | 7 | 5,5 | 2 | 1,6 | 127 |
| 2005 | 57 | 46,7 | 57 | 46,7 | 6 | 4,9 | 2 | 1,6 | 122 |
| 2006 | 78 | 50,6 | 68 | 44,2 | 6 | 3,9 | 2 | 1,3 | 154 |
| 2007 | 82 | 53,6 | 63 | 41,2 | 6 | 3,9 | 2 | 1,3 | 153 |
| 2008 | 85 | 54,5 | 63 | 40,4 | 6 | 3,8 | 2 | 1,3 | 156 |
| 2009 | 100 | 51,3 | 89 | 45,6 | 4 | 2,1 | 2 | 1,0 | 195 |
| 2010 | 120 | 52,6 | 103 | 45,2 | 3 | 1,3 | 2 | 0,9 | 228 |
| 2011 | 131 | 55,7 | 99 | 42,1 | 3 | 1,3 | 2 | 0,9 | 235 |

* Situação em 31 de dezembro de cada ano.

# REGIME DE TRABALHO DO QUADRO DOCENTE EM 2011

Quanto ao regime de trabalho, praticamente todos os docentes estavam em Dedicação Exclusiva (DE), apenas 1 em regime de 40 horas, dos 235 docentes existentes em 31.12.2011, desta Universidade (Tabela 14 e Figura 33).

Tabela 14 – Pessoal docente por regime de trabalho no período de 2001 a 2011.*

| Ano[1] | Dedicação Exclusiva – DE | | 40 Horas | | 20 Horas | | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Qtde | % | Qtde | % | Qtde | % | |
| 2001 | 102 | 94,4 | 5 | 4,6 | 1 | 0,9 | 108 |
| 2002 | 110 | 94,8 | 5 | 4,3 | 1 | 0,9 | 116 |
| 2003 | 111 | 94,9 | 5 | 4,3 | 1 | 0,9 | 117 |
| 2004 | 122 | 96,1 | 4 | 3,1 | 1 | 0,8 | 127 |
| 2005 | 118 | 96,7 | 3 | 2,5 | 1 | 0,8 | 122 |
| 2006 | 150 | 97,4 | 3 | 1,9 | 1 | 0,6 | 154 |
| 2007 | 149 | 97,4 | 3 | 2,0 | 1 | 0,7 | 153 |
| 2008 | 152 | 97,4 | 3 | 1,9 | 1 | 0,6 | 156 |
| 2009 | 191 | 97,9 | 3 | 1,5 | 1 | 0,5 | 195 |
| 2010 | 225 | 98,7 | 2 | 0,9 | 1 | 0,4 | 228 |
| 2011 | 234 | 99,6 | 1 | 0,4 | | 0,0 | 235 |

* Situação em 31 de dezembro de cada ano.

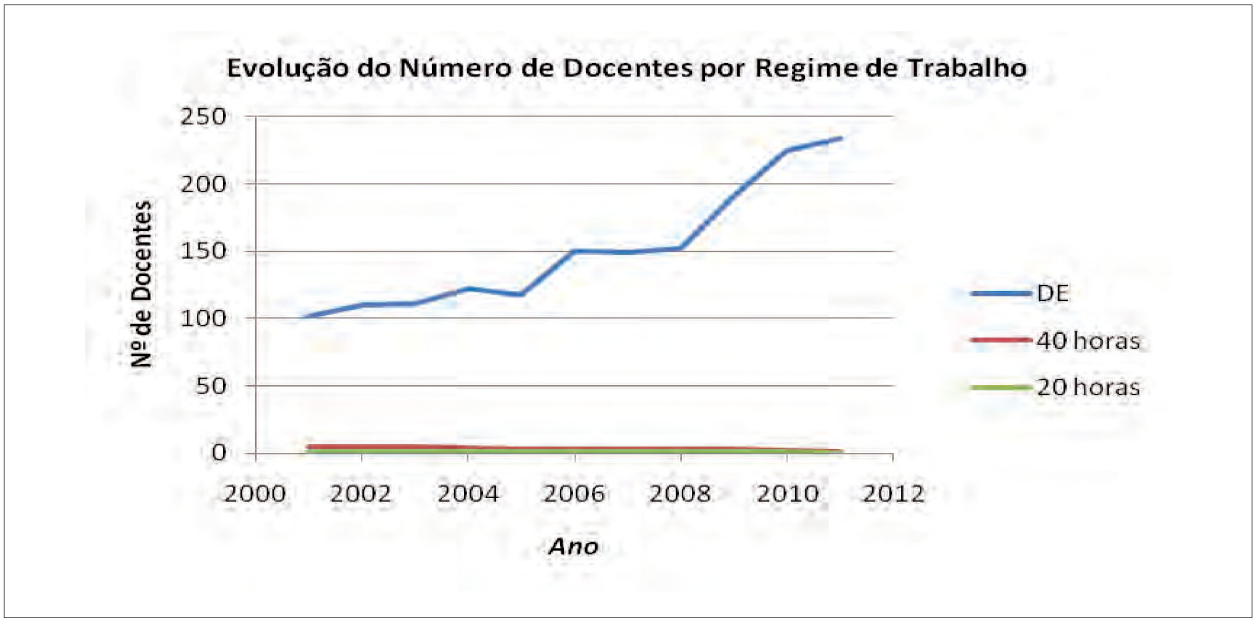



Figura 33 – Evolução do quadro de pessoal docente por regime de trabalho no período de 2001 a 2011.

## CLASSE ESPECIAL DE MAGISTÉRIO ENTRE 2001 E 2011

No que se refere à classe especial de magistério, a UFRA teve esse quadro reduzido ao longo do período 2001 a 2011, pois naquele ano (2001) os Professores Visitantes eram 12, passaram a 5 em 2011, enquanto que os Docentes Substitutos tiveram uma queda mais acentuada, de 25 em 2001 para 4 em 2011, redução essa que se explica em razão da elevação do número de contratações de docentes nos diversos anos do período, no caso dos Substitutos, em decorrência da criação do Programa do Governo Federal de Professor Equivalente, em que ao se dar uma vaga esta é preenchida imediatamente, através do código de vaga (Tabela 15).

Tabela 15 – Pessoal docente por classe especial de magistério no período de 2001 a 2011.

| Ano[1] | Professor Visitante | | Professor Substituto | | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| | Qtde | % | Qtde | % | |
| 2001 | 12 | 32,4 | 25 | 67,6 | 37 |
| 2002 | 13 | 41,9 | 18 | 58,1 | 31 |
| 2003 | 13 | 35,1 | 24 | 64,9 | 37 |
| 2004 | 13 | 41,9 | 18 | 58,1 | 31 |
| 2005 | 2 | 8,0 | 23 | 92,0 | 25 |
| 2006 | 2 | 10,0 | 18 | 90,0 | 20 |
| 2007 | 2 | 18,2 | 9 | 81,8 | 11 |
| 2008 | 2 | 20,0 | 8 | 80,0 | 10 |
| 2009 | 4 | 33,3 | 8 | 66,7 | 12 |
| 2010 | 10 | 62,5 | 6 | 37,5 | 16 |
| 2011 | 5 | 55,6 | 4 | 44,4 | 9 |

([1]) Situação em 31 de dezembro de cada ano.

## DOCENTES POR QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O pessoal docente da Universidade, constituído de 235 docentes concursados e integrantes do quadro do magistério, está representado por profissionais de 37 categorias.

A diversificação do quadro docente é fruto especialmente dos cursos de graduação nas mais variadas especialidades em que estão presentes uma gama muito grande de disciplinas específicas que cada curso tem que atender, para formação completa do profissional que cabe à instituição disponibilizar ao mercado de trabalho.

Por outro lado, por razões históricas, o primeiro estabelecimento que antecedeu a Universidade, a Escola de Agronomia da Amazônia – EAA, ofereceu apenas o Curso de Agronomia por mais de 20 anos, ao qual se integraram os cursos de Engenharia Florestal em 1972 e, logo a seguir em 1973, o de Medicina Veterinária, fortalecendo a área de ensino em Ciências Agrárias e determinando a mudança de denominação de Escola de Agronomia da Amazônia para Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, tendo essa instituição

mantendo a excelência da preparação da mão de obra de Engenharia Agronômica, de Engenharia Florestal e de Medicina Veterinária, da qual manteve a sua condição de pioneira na região amazônica, e responsável, por muitos anos e isoladamente, pela formação desses profissionais para o processo de desenvolvimento socioeconômico da região.

Esta situação justifica o fato de que a Universidade conte com mais de 50% de seu quadro docente constituído por profissionais da área de Agronomia, Engenharia Florestal e Medicina Veterinária, dos quais se destaca quantidade expressiva de docentes com qualificação profissional de Engenharia Agronômica.

Os docentes do quadro permanente da Universidade estão distribuídos entre as seguintes categorias, quanto à qualificação profissional, conforme se verifica na Tabela 16.

Tabela 16 – Distribuição do número de profissionais da UFRA por qualificação em 2011.

| # | Qualificação Profissional | Nº de Profissionais | # | Qualificação Profissional | Nº de Profissionais |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Engenharia Agronômica | 79 | 20 | Arquiteto | 1 |
| 2 | Engenharia Florestal | 27 | 21 | Educação | 1 |
| 3 | Medicina Veterinária | 36 | 22 | Engenharia de Alimentos | 1 |
| 4 | Zootecnia | 12 | 23 | Gestão Ambiental | 1 |
| 5 | Ciências Biológicas | 10 | 24 | Licenciatura em Letras | 1 |
| 6 | Tecnólogo em Proc. de Dados | 8 | 25 | Ciência da Informação | 1 |
| 7 | Engenharia de Pesca | 7 | 26 | Geólogo | 1 |
| 8 | Ciência da Computação | 6 | 27 | Engenharia da Computação | 1 |
| 9 | Engenharia Elétrica | 5 | 28 | Farmacêutico | 1 |
| 10 | Pedagogia | 4 | 29 | Sociologia | 1 |
| 11 | Matemática | 4 | 30 | Fisioterapia | 1 |
| 12 | Ciências Econômicas | 3 | 31 | Engenharia Civil | 1 |
| 13 | Meteorologista | 3 | 32 | Engenharia da Produção | 1 |
| 14 | Física | 3 | 33 | Engenharia Agrícola | 1 |
| 15 | Ciências Sociais | 2 | 34 | Sensoriamento Remoto | 1 |
| 16 | Farmacêutico Bioquímico | 2 | 35 | Licenciatura em Ciências | 1 |
| 17 | Oceanógrafo | 2 | 36 | Ciência Geofísicas | 1 |
| 18 | Engenheiro Químico | 2 | 37 | Licenciatura em Biologia | 1 |
| 19 | Químico Industrial | 2 | | | |
| | | | | Total | 235 |

# MATRÍCULA DISCENTE

Desde a sua implantação, em 17 de abril de 1951, a instituição apresentou variação bastante significativa em sua matrícula discente a cada semestre letivo, que é a periodicidade em que se desenvolvem as diversas etapas da formação dos cursos de graduação.

A Tabela 17 apresenta o número de discentes matriculados no final de cada semestre letivo no período de 1951 a 2011 e a Figura 34 ilustra uma evolução muito tímida no período de 1974, quando praticamente se estabilizou o número de vagas oferecidas no vestibular com a criação dos cursos de Engenharia Florestal em 1972 e Medicina Veterinária em 1973 até 1981. Também é observada uma estabilidade no número de matriculas de 1981 até 1994, e a partir desse ano é observado um aumento gradual até o final do 2º Semestre de 2011.

Tabela 17 – Número de matrículas discentes no período de 1951 a 2011.

| Ano | Matrículas | Ano | Matrículas | Ano | Matrículas | Ano | Matrículas |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1951 | 38 | 1981 | 858 | 1996 | 1182 | 2001 | 1395 |
| 1960 | 74 | 1992 | 827 | 1997 | 1237 | 2002 | 1400 |
| 1971 | 358 | 1993 | 827 | 1998 | 1283 | 2010 | 2092 |
| 1972 | 434 | 1994 | 920 | 1999 | 1271 | 2011 | 2561 |
| 1974 | 611 | 1995 | 1088 | 2000 | 1365 | | |

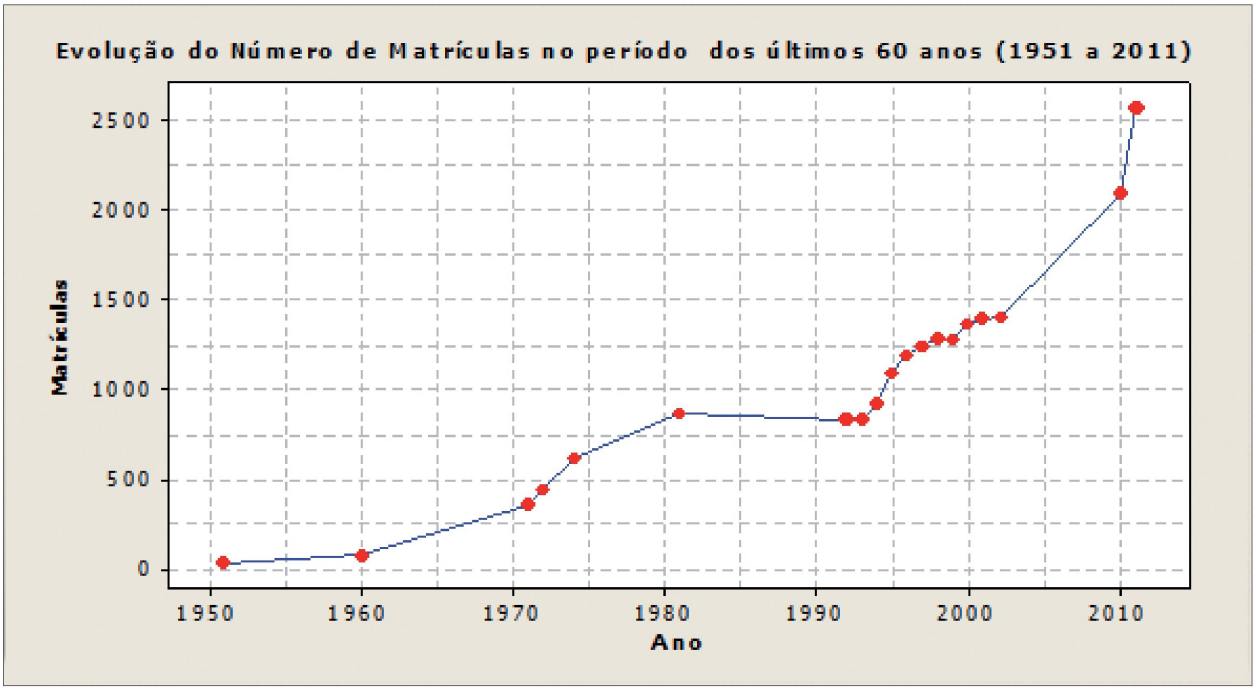



Figura 34 – Evolução do número de matrículas dos discentes na UFRA, desde a aula inaugural até o fim do 2º semestre de 2011.

A então Escola de Agronomia da Amazônia realizou a sua aula inaugural, em 1951, com 38 discentes matriculados no Curso de Agronomia (Tabela 17), quantitativo que foi crescendo sucessivamente nos anos posteriores, de tal forma que em 1960 o estabelecimento contava com 74 discentes matriculados. No início da década de 70, a matrícula alcançou 358 discentes, destacando-se que 1971 foi o último ano que a EAA contou com um único curso, o de Agronomia, pois a partir de 1972, o vestibular foi conjunto com o de Engenharia Florestal, o que determinou que nesse ano, fossem matriculados 434 discentes.

Em 1974, a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, nova denominação que recebeu a Escola de Agronomia da Amazônia, em virtude da criação dos cursos de Engenharia Florestal e Medicina Veterinária (Decreto 70.268, de 08.03.1974), o total das matrículas dos cursos de Agronomia, Engenharia Florestal e Medicina Veterinária alcançou 611 discentes.

Ainda na Tabela 17 podemos observar que em 1981 o número de matriculados foi de 858 discentes inscritos nos 3 cursos e em 1992 esse total experimentou um ligeiro decréscimo, passando para 827 discentes, permanecendo em igual número em 1993 e, a partir de 1994, elevou-se gradativamente para 920, 1088, 1182, 1237, 1283 e 1271, no final de cada segundo semestre do período 1994 a 1999, respectivamente, devido ao aumento de vagas em 50%, nos três cursos então existentes, passando de 200 vagas oferecidas anualmente por vestibular, para 360 de ingresso na instituição.

No início do ano 2000, houve o aumento de mais 30 vagas para o Curso de Engenharia de Pesca, que foi autorizado a funcionar nesse ano, e mais 30 vagas em Zootecnia no ano de 2001, atingindo cinco cursos de graduação e 360 vagas no vestibular, aumentando o número de discentes matriculados para 1365 no final do 2º semestre deste ano.

O número de matriculas no decorrer dos anos de 2002 se manteve relativamente constante (1.400), porém a partir de 2003, com a transformação da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará em Universidade Federal Rural da Amazônia e com a implantação dos cursos de Engenharia Florestal, em Santarém, oferecendo 30 vagas, em 2003, de Agronomia em Capitão Poço, em igual número de vagas em 2005 e Zootecnia em Parauapebas, com também 30 vagas, em 2003 e, posteriormente, Agronomia, em Paragominas com 50 vagas, bem como Agronomia, em Parauapebas, com 50 vagas e Informática Agrária, Licenciatura em Computação e Engenharia Ambiental, com 50 vagas, todos em Belém, os dois primeiros instalados em 2010 e o último em 2011, a matrícula total da UFRA em 2010 e 2011 no final do 2º semestre de cada ano, está demonstrado na Tabela 18.

A Tabela 19 detalha a matrícula no 2º semestre de 2011, por *Campus* e por curso, onde se verifica que a grande maioria das matrículas discentes se deu no *Campus* Belém, com cerca de 80% dos discentes matriculados, porém, com a abertura dos *Campi* Capanema e Tomé-Açu, com a criação de novos cursos não só nesses dos *Campi* como a ampliação dos cursos nos demais *Campi* interiorizados, a tendência é que a matrícula discente, por volta dos anos 2016/2017, se concentrará no interior do Estado.

Tabela 18 – Discentes matriculados nos cursos de graduação da UFRA no final do 2º semestre de 2010 e de 2011.

| # | Curso | *Campus* | Nº Discentes 2º Sem/2010 | Nº Discentes 2º Sem/2011 |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Agronomia | Belém | 553 | 595 |
| | | Capitão Poço | 81 | 87 |
| | | Paragominas | 84 | 128 |
| | | Parauapebas | 49 | 77 |
| | ***Sub-Total 1*** | | ***767*** | ***887*** |
| | | Belém | 304 | 371 |
| | | Paragominas | – | 50 |
| 2 | Engenharia Florestal | Parauapebas | – | 50 |
| | ***Sub-Total 2*** | | ***304*** | ***471*** |
| 3 | Medicina Veterinária | Belém | 345 | 363 |
| | ***Sub-Total 3*** | | ***345*** | **363** |
| 4 | Engenharia De Pesca | Belém | 178 | 197 |
| | ***Sub-Total 4*** | | ***178*** | ***197*** |
| 5 | Zootecnia | Belém | 147 | 166 |
| | | Parauapebas | 126 | 121 |
| | ***Sub-Total 5*** | | ***273*** | ***287*** |
| 6 | Informática Agrária | Belém | 90 | 131 |
| | ***Sub-Total 6*** | | ***90*** | ***131*** |
| 7 | Licenciatura Em Computação | Belém | 89 | 130 |
| | ***Sub-Total 7*** | | ***89*** | ***130*** |
| 8 | Engenharia Ambiental | Belém | 46 | 95 |
| | ***Sub-Total 8*** | | ***46*** | ***95*** |
| | ***Total Geral*** | | **2092** | **2561** |

Fonte: PROEN/UFRA.

Tabela 19 – Distribuição do número de discentes por *Campus* e por curso no final do 2º semestre de 2011.

| Cursos | *Campus* | | | | | | | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Belém | | Capitão Poço | | Paragominas | | Parauapebas | | | |
| | Nº Discentes | % | Nº Discentes | % | Nº Discentes | % | Nº Discentes | % | Nº Discentes | % |
| Agronomia | 595 | 29,1 | 87 | 100,0 | 128 | 42,8 | 77 | 60,63 | 887 | 34,6 |
| Engenharia Florestal | 371 | 18,1 | | | 50 | 16,7 | 50 | 39,37 | 471 | 18,4 |
| Medicina Veterinária | 363 | 17,7 | | | | | | | 363 | 14,2 |
| Engenharia de Pesca | 197 | 9,6 | | | | | | | 197 | 7,7 |
| Zootecnia | 166 | 8,1 | | | 121 | 40,5 | | | 287 | 11,2 |
| Informática Agrária | 131 | 6,4 | | | | | | | 131 | 5,1 |
| Lic. em Computação | 130 | 6,3 | | | | | | | 130 | 5,1 |
| Engenharia Ambiental | 95 | 4,6 | | | | | | | 95 | 3,7 |
| Total | 2048 | 100,0 | 87 | 100,0 | 299 | 100,0 | 127 | 100,0 | 2561 | 100,0 |

Fonte: PROEN/UFRA.

A Figura 35 ilustra a distribuição porcentual das matriculas discentes por *campus* onde se observa que o *Campus* Capitão Poço, com somente o Curso de Agronomia em andamento, detém o menor porcentual de discentes entre os demais *campi.*

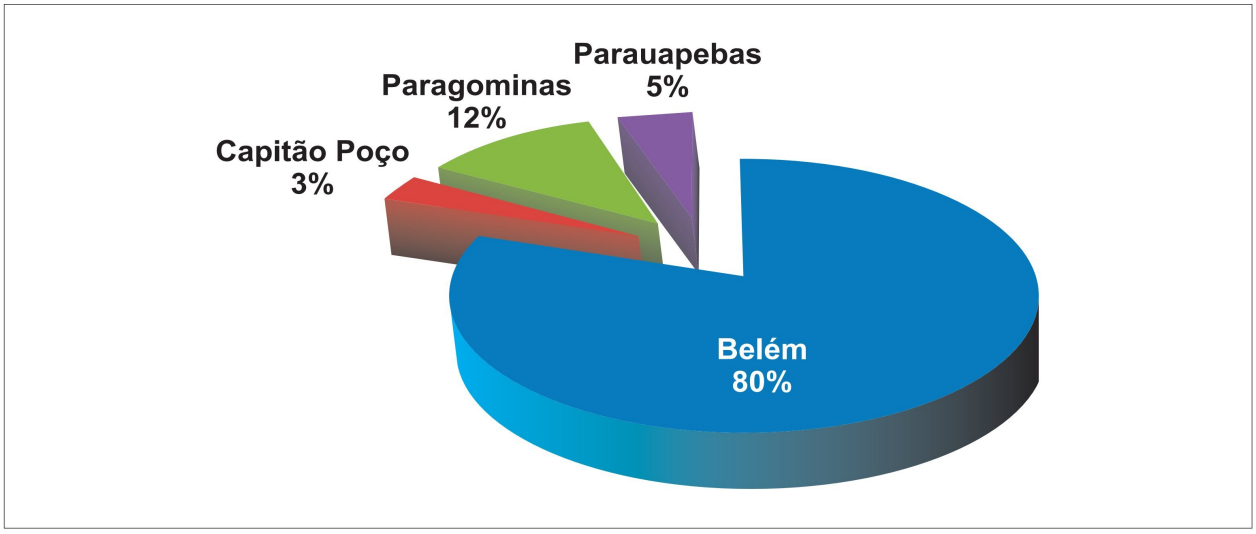



Figura 35 – Distribuição porcentual de discentes matriculados por *Campus* da UFRA - 2011.

A Figura 36 apresenta a porcentagem de matrícula discente por curso nos diferentes *campi* da UFRA, no final do 2º Semestre do ano de 2011, sendo o Curso de Engenharia Ambiental, o mais recentemente criado no *Campus* Belém, o que apresenta o menor contingente de discentes nessa data.

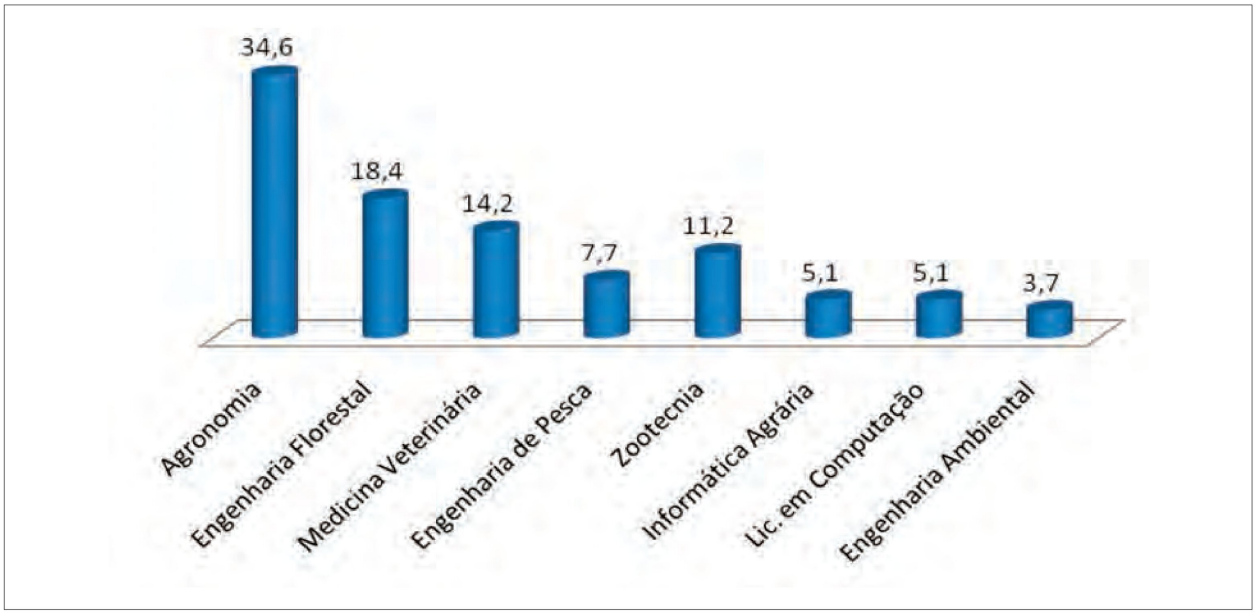



Figura 36 – Distribuição porcentual do número de discentes por curso de graduação no final do 2º semestre de 2011.

# O CÍRIO DA UFRA

A UFRA sempre foi uma comunidade de profundos sentimentos religiosos. Todas as tendências cristãs legalmente constituídas estão representadas no conjunto dos participantes comunitários, porém, sem dúvida, a religião que tem predominância é a católica, seguida de outros credos, notadamente, a dos evangélicos, que vivem em completa harmonia entre si, respeitando-se mutuamente e, muitas vezes, até mesmo participando de eventos ecumênicos em datas festivas, ligados a instituição ou à comunidade como um todo.

No bojo desse contexto, alguns servidores da UFRA e também elementos da comunidade não integrantes de uma das três categorias que compõe o universo institucional da UFRA, constituíram o Grupo de Oração que denominaram de "Nova Semente", e exercitam a prática de orações em reuniões semanais bem como desenvolvem ações de ajuda e solidariedade a setores da comunidade e de áreas adjacentes, como o bairro da Terra Firme e os ribeirinhos do Rio Guamá, estes mais especificamente os da Ilha do Cumbú, que fica em frente à área da Universidade. Destaca-se que na comunidade, além do Grupo de Orações Nova Semente, existe também constituído o Grupo de Oração dos Discentes e grupos de evangélicos que realizam práticas religiosas e de apoio a necessidades da comunidade, sobretudo crianças, adolescentes e mulheres adultas.

As atividades desenvolvidas pelo Grupo de Oração Nova Sementes, no âmbito da comunidade, estimulam várias ações de caráter de ajuda, além de comemorações de eventos ligados a datas festivas, como a Páscoa da UFRA, com a realização de Missas solenes, muitas vezes, pelo Arcebispo de Belém, e eventos, como a Festa do Natal, com a distribuição de cestas e brinquedos ao pessoal ribeirinho carente, além de outras efemérides, alguns deles contando com o apoio dos setores organizados dos evangélicos em cultos ecumênicos.

Aproveitando esse espírito que já se consolida na UFRA, na administração do Prof. Manoel Tourinho como Diretor da instituição, o Grupo de Oração Nova Semente sensibilizou a direção da UFRA a realizar o "Círio da UFRA", procissão que já se tornou rotina na sociedade paraense, em que vários estabelecimentos públicos fazem em homenagem à Virgem de Nazaré, anualmente, no mês de outubro, com ampla aceitação das respectivas comunidades.

Assim, diversos setores institucionais de prestígio e conceito no Estado do Pará realizam o seu Círio de Nazaré, como o Tribunal de Justiça, os Tribunais de Contas do Estado e do Município de Belém, Faculdades e instituições de ensino superior e médio e muitas outras, com homenagens festivas à Padroeira do nosso Estado.

Com o apoio da Direção da instituição foi realizado, em 2005, o I Círio de Nazaré da UFRA (Figura 37), cuja data foi estabelecida em dia fixo, recaindo a escolha na última 5ª feira que antecede ao Círio de Nazaré, a maior festa da comunidade paraense, que é efetivada no segundo domingo do mês de outubro.

Figura 37 – Momentos da Procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré: A – Início da procissão, B – Anjos, C – Coral de crianças, D – Banda de música da Policia Militar, E – Berlinda e aclamação a Nossa Senhora, F – Berlinda e Carro de Som, G – Vista geral da procissão e H – Chegada da Procissão ao Prédio Central da UFRA. Fotos: Arquivo da UFRA.

O itinerário do Círio (Figura 38), que cobre aproximadamente 2.300 m, tem o ponto de partida no Portão Principal da UFRA, seguindo pela estrada asfaltada, em caminhada do povo participante até o final homenageada a berlinda e pelo lançamento de foguetes, por cartazes e faixas, compondo uma bonita festa oferecida à Virgem de Nazaré pela comunidade.

Figura 38 – Círio da UFRA: A – Saída do Portão Principal; B – Homenagem do ICIBE; C – Homenagem da Escola Virgilio Libonati; D – Imagem de Nossa Senhora na Berlinda; E – Chegada da procissão ao Prédio Central e F – Entrada da Imagem de Nossa Senhora no Prédio Central.
Fotos: Arquivo da UFRA.

Após a Missa no Prédio Central, os acompanhantes do Círio se dirigem ao Restaurante Universitário, onde é servida uma farta maniçoba a mais de 3.000 participantes, refeição essa que é ofertada pelo Grupo de Oração Nova Semente, que recolhe contribuições em dinheiro e mercadorias de servidores e membros da comunidade.

Integram-se à romaria um carro som, que faz colocações com referência ao Círio e orações que são repetidas pelos acompanhantes; um Carro de Anjos, que transporta as criancinhas (Figura 39) bem como, uma banda de música da Polícia Militar, gentilmente cedida pelo Comando dessa corporação. Participam da cerimônia os membros da direção da UFRA e o Padre Bruno Secci, além de autoridades e pessoas gratas à instituição, que são convidadas para o evento.

Figura 39 – Carros do Círio da UFRA: A – Carro dos Anjos; B – Carro de Som; C e D – Carro da Berlinda.
Fotos: Arquivo da UFRA.

Desde há muito tempo que o Círio da UFRA é considerado, também, o Círio do Bairro da Terra Firme, cuja população participa em grande número de seus membros, de tal modo que é expressiva a quantidade de pessoas que fazem parte da procissão.

A presença da Virgem de Nazaré é destaque nessa romaria, através de um berlinda ricamente

ornamentada que abriga a Santa Padroeira e é transportada em carro de propriedade de um servidor da UFRA, até o final do trecho, que se dá no Prédio Central.

O trajeto do Círio da UFRA dura aproximadamente 2 horas sob um sol inclemente, mas que não diminui o entusiasmo e nem a participação dos devotos, mesma conduta que é observada pelo povo que se estabelece às margens da estrada para homenagear a Virgem por ocasião de sua passagem.

Nos dias que antecedem o Círio da UFRA, a exemplo do que acontece com a réplica da Santa original, que realiza peregrinações domiciliares a diversos lares de Belém, a nossa Santa Peregrina faz visitas a diversas unidades administrativas, acadêmicas e técnicas, onde realizam uma novena em homenagem à Virgem, cujos locais são ricamente ornamentados para receber o grupo que transporta a Santa de um local para outro.

Normalmente, as unidades visitadas pela Santa em sua peregrinação pela UFRA estão relacionadas a seguir, encerrando-se após 17 dias de iniciada a peregrinação, diariamente, a exceção de sábados e domingos, e de dois dias antes do Círio da UFRA, ficando na Reitoria até essa oportunidade, de onde, no dia anterior à procissão, é feita a Transladação para o ponto de partida, no Portão Principal.

Os locais de peregrinação da Santa são os seguintes:

a) Portão Principal (Cultura Física, Serviço Social, Vigilância);
b) Escola Virgilio Libonati;
c) Projeto Carroceiro;
d) Zootecnia e Prodocap;
e) Instituto de Ciências Agrárias – ICA;
f) Serviço de Documentação e Informação – SDI, Restaurante Universitário – RU, Diretório Central de Estudantes – DCE;
g) Instituto de Saúde e Produção Animal – ISPA e Hospital Veterinário – HOVET;
h) Prédio Central (Pró-Reitorias de Extensão, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Ensino);
i) ISARH – Instituto Sócio-Ambiental e Recursos Hídricos;
j) ICIBE – Instituto Ciberespacial;
k) Bio-Fauna;
l) CTA e CPNOR;
m) FUNPEA;
n) Prefeitura, Transporte e Carpintaria;
o) Almoxarifado;
p) Reitoria.

Em 2011, o Círio da UFRA teve a sua sétima edição.

Em 2012, será realizado o VIII Círio, mantendo-se a tradição que Deus há de permitir não se acabe nunca.

# AS TENTATIVAS DE ENCAMPAÇÃO DA EAA/FCAP

Ao longo do tempo, a instituição sofreu ameaças ao seu regime jurídico de escola isolada do governo federal, vinculada inicialmente ao Ministério da Agricultura, a qual competia à época de sua criação, as atribuições do ensino agrícola e veterinário no país, através da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário e, posteriormente, ao Ministério da Educação, por força do Decreto-Lei nº 200, de 25.02.1976 e do Decreto nº 60.731, de 19.05.1967, que transferiu para esse Ministério os estabelecimentos isolados de ensino superior de Agronomia e Veterinária então existentes sob a jurisdição federal.

Essas tentativas partiram, sempre, da entidade universitária da esfera federal contígua à UFRA, que alimentou e, talvez, ainda alimente o desejo de encampar a nossa casa, por razões que variam desde aqueles de um grupo supostamente hegemônico que dominava a Universidade, até mesmo, as de ordem meramente expansionista em área física, não satisfeita com a que detinham até então.

Todavia, as justificativas para procedimentos tão aéticos e não tão comuns entre estabelecimentos universitários de uma mesma esfera de governo, no caso o federal, são inúmeras e remontam, certamente, aos idos da criação da própria universidade.

A Universidade Federal do Pará – UFPA, foi criada em 1957, pela Lei nº 3.191, de 02.07.1957, seis anos após a criação da Escola de Agronomia da Amazônia, em dezembro de 1945 e, até mesmo, da implantação dessa Escola, que se deu em abril de 1951.

A Escola de Agronomia da Amazônia, à época, escola isolada do governo federal, tinha no Estado do Pará, como coirmãs outras escolas da mesma esfera de governo, como a de Direito, a de Medicina e a de Engenharia Civil, entre outras, todas de largo conceito nacional pelas suas figuras exponenciais de alguns de seus egressos, como pela qualidade do ensino de cada uma delas, de largo prestígio no território nacional.

A nossa Escola de Agronomia, que nasceu vinculada ao Instituto Agronômico do Norte – IAN, Instituto regional e um dos melhores da nação da rede brasileira de pesquisa agropecuária federal, se consolidava a cada momento como uma das mais importantes do país, graças ao interesse que tinha por ela o cientista Felisberto Camargo, por muitos anos Diretor do IAN e o grande responsável pela criação da EAA, dotando-a de uma forte infraestrutura acadêmica e administrativa e de um ensino agronômico dos mais respeitáveis do país, conjunto esse que a levaram à condição de ser lembrada como uma das melhores Escolas de Agronomia do Brasil e, também, na área do Trópico Úmido Americano, e dotada com 196 ha, em local privilegiado, às margens do Rio Guamá, que banha expressiva área da Cidade de Belém,bem como localizada na periferia da cidade, com menos de 20 km de distância do centro político e administrativo da capital.

A UFPA foi criada incorporando várias escolas e faculdades isoladas da área federal, como as três já citadas anteriormente e mais outras de jurisdição do Governo do Estado, como a Faculdade de Odontologia, porém não incorporou a nossa Escola de Agronomia, pelo status que havia conseguido como escola isolada e com todo o reconhecimento que gozava entre as suas congêneres que, provavelmente, sofreria um impacto negativo no fortalecimento cada vez maior que o estabelecimento necessitava para manter o nível de investimentos e a qualidade de sua gestão e de ensino que mantinha e que a destacava no cenário universitário paraense e regional, se fosse integrada a nova Universidade em formação.

Essa decisão de não incorporar a Escola de Agronomia à recém-criada Universidade não foi do agrado daqueles que tinham interesse na anexação da nossa Escola e, assim, não tiveram satisfeitas a intenção da cobiça sob o nosso patrimônio.

## A PRIMEIRA TENTATIVA DE ENCAMPAÇÃO – 1969

Não foi possível conseguir o registro sobre a data em que se deu a primeira tentativa de encampação da Escola de Agronomia da Amazônia pela Universidade Federal do Pará, mas apenas lembrança esparsa de alguns alunos da EAA que vivenciaram essa circunstancia, entre os quais o então discente, Emir Chaar El-Husny, posteriormente professor do quadro permanente da instituição, hoje aposentado, que foi Vice-Diretor, na gestão do Professor Antônio Carlos Alberio, no período de 1984 – 1988.

Lembra o Professor Emir, em conversa com o autor deste documento, que em 1969 a UFPA encaminhou documento formal ao Ministro da Educação, solicitando a encampação da Escola de Agronomia da Amazônia, o que provocou grande revolta e insatisfação da comunidade de nosso estabelecimento, sobretudo entre os estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos.

Face ao peso político que detinha a Universidade Federal do Pará à época, enquanto que a EAA só dispunha de um grande conceito acadêmico, a proposta da UFPA ganhou adeptos em sua pretensão, notadamente, entre as autoridades do Ministério da Educação, e teve apreciação acelerada na burocracia estatal apoiada por alguns políticos envolvidos pelas razões que justificavam o pedido da UFPA.

A direção e os estudantes da Escola de Agronomia se mobilizaram em torno de um movimento em favor da manutenção da integridade do regime jurídico da instituição, contando, unicamente, com a força dos argumentos de natureza acadêmica que, a nível local, convenciam sobre a intempestividade e a irracionalidade do desejo da UFPA por essa nefasta encampação.

Em viagem realizada ao Pará, em 1969, o então Ministro da Educação Tarso Dutra, acompanhado do Secretário Geral do MEC, nosso conterrâneo e ex-secretário de Educação do Estado do Pará, no Governo Jarbas Passarinho, entre junho de 1964 e janeiro de 1966, Prof. Edson Franco, entre outras visitas oficiais, esteve na Escola de Agronomia da Amazônia, onde o Prof. Elias Sefer, Diretor da Escola, entregou-lhe um Memorial preparado pelos docentes e discentes da Escola com o apoio da direção do estabelecimento, contra a encampação pretendida pela UFPA, sendo abortada essa insídias aéticas e deselegantes administrativamente, a violência que se pretendia cometer contra a Escola de Agronomia da Amazônia, que continuou como escola isolada, até a sua transformação em Universidade, em dezembro de 2002.

A encampação, assim, não foi considerada pelas autoridades do Ministério da Educação sendo, então, desprezada essa pretensão da Universidade Federal do Pará.

## A SEGUNDA TENTATIVA DE ENCAMPAÇÃO – 1982

A segunda incursão da Universidade Federal do Pará sobre a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará se deu no ano de 1982, no Governo do General Figueiredo, último Presidente da ditadura militar que se implantou no país em 1964 e, também, responsável pelo processo de abertura política no rumo da democracia, quando o modelo autoritário entrou em processo de exaustão.

Essa tentativa de encampação pela Universidade Federal do Pará é considerada a segunda que foi feita às claras, em uma verdadeira afronta aos princípios da ética administrativa que sempre permeia as ações entre instituições legalmente constituídas, porém é possível que, entre 1964 e 1982, tenha havido outras investidas nos bastidores do poder central, entre os quais, por políticos de vários matizes e administradores governamentais, sempre mobilizados por alguns gestores que passaram na Universidade e que tinham verdadeira obsessão pela incorporação, via encampação, das atribuições acadêmicas da FCAP e da sua área patrimonial, para atender seus objetivos expansionistas.

O desejo do insistente encampador se tornou público por ocasião da visita do General Figueiredo, então Presidente da República à Belém para uma cerimônia na Sede da SUDAM, em julho de 1982 e, nessa ocasião, se realizava o XXII Congresso Nacional de Estudantes de Engenharia Agronômica, no *Campus* da FCAP.

Na oportunidade, os estudantes da Faculdade com apoio da maioria dos discentes participantes do Congresso de Agronomia, redigiram um manifesto contra a encampação da FCAP, que tramitava no Ministério da Educação com vistas à intervenção na FCAP pela UFPA, apresentada pela direção da UFPA à direção central do MEC em Brasília, documento que pretendiam entregar pessoalmente ao Presidente da Republica, em sua visita à superintendência do órgão de desenvolvimento regional.

Um estudante da UFPA, diretor regional da União Nacional dos Estudantes – UNE para a região Norte, resolveu apoiar o movimento dos estudantes da FCAP contra a encampação, movimento que foi assumido pela direção do CONEEA reunida em Belém, em torno do XXII Congresso Nacional de Estudantes de Agronomia.

Todavia, além do apoio ao movimento contra a encampação, a UNE pretendia defender algumas das suas principais bandeiras, como a "anistia ampla, geral e irrestrita", que não gozava da simpatia dos militares e, assim, queriam aproveitar a audiência para atender aos seus objetivos de contestação ao regime.

Os estudantes chegaram à SUDAM uma hora antes da comitiva presidencial e feito o primeiro entendimento com a segurança do Presidente que, sob protesto dos estudantes foi retirada a faixa onde se lia "anistia ampla, geral e irrestrita", bem como alguns oficiais da segurança tentaram convencer os estudantes a "não tumultuarem a visita", apelo que foi acolhido, o que levou a ficarem sentados e em silêncio quando chegaram as autoridades, inclusive o Presidente.

A manifestação se reduzia a duas únicas faixas que diziam "FEEAB e UNE contra a encampação da FCAP" e "UNE pelo ensino público e gratuito".

O Presidente reuniu-se, então, com uma comitiva de nove estudantes: o Presidente da Federação dos Estudantes de Agronomia – FEEAB, o Diretor Regional da UNE, o representante do Diretório Central dos Estudantes da UFPA (DCE), três representantes dos cursos da FCAP, representantes regionais de Agronomia do Norte, Centro-Oeste e Nordeste.

O Presidente iniciou a audiência informando que o Superintendente da SUDAM, Elias Sefer já havia lhe falado sobre a encampação da FCAP, por isso, disse ele "já sei do assunto".

Ao se apresentar, o representante da UNE ouviu do Presidente que "ele não reconhecia a UNE, como entidade máxima representativa dos estudantes brasileiros" e, desse modo, aceitava receber o representante da UNE na qualidade de estudante e não como porta voz oficial da UNE.

Os estudantes da FCAP logo depois convidaram o Presidente a escutar a leitura do Manifesto Contra a Encampação, no Pátio da SUDAM, juntamente com outros estudantes, tendo o Presidente aceitado, porém impondo uma condição de não haver qualquer participação da UNE, decisão que deu origem a uma série de protestos entre os estudantes presentes.

Ao final da solenidade da SUDAM, quando as autoridades desciam ao Pátio Central da entidade, os estudantes começaram a gritar palavras de ordem a favor da UNE e pela "anistia ampla, geral e irrestrita" causando um pequeno tumulto, o que levou aos oficiais da segurança presidencial, que negociavam a presença do Presidente na leitura do Manifesto Contra a Encampação, que não havia mais clima para esse encontro.

Nessa altura os dirigentes do Diretório Acadêmico da FCAP censuraram os estudantes dos outros Estados participantes do XXII CONEEA, de estarem prejudicando o movimento contra a encampação, ao apoiarem ostensivamente a UNE.

Uma tropa da PM foi acionada tendo a chefia desse aparato comunicado que o movimento dos policiais militares não era para desfazer a manifestação, mas para garantir a segurança da comitiva presidencial.

O Presidente Figueiredo antes de deixar a SUDAM, recebeu os estudantes da FCAP (Figura 40), que lhe entregaram o Manifesto Contra a Encampação da FCAP e outro documento intitulado "Traição ao Estabelecimento Isolado", documento esse que mostrava que desde a criação da EAA até aquela data, a Escola de Agronomia viveu independente, inclusive após a criação da UFPA em 1957 que, apesar de incorporarem várias Escolas isoladas do governo federal e estadual, não o fez em relação à EAA, demonstrando o desejo do Governo Central em manter como estabelecimento isolado a nossa casa de ensino, apesar de várias tentativas de encampação por parte da Universidade Federal do Pará.

O Presidente Figueiredo prometeu enviar o Memorial ao Ministro da Educação, à época exercida pelo General Rubem Carlos Ludwig, e fez votos que a opinião dos estudantes fosse coincidente com a do governo.

A solicitação de encampação não foi atendida pelo governo Figueiredo, mantendo-se a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará como estabelecimento isolado, frustrando mais uma vez, as intenções da Universidade Federal do Pará com relação à nossa Escola.

A imprensa de Belém deu amplo destaque a essas ocorrências na Sede da SUDAM, tanto ao encontro dos estudantes da FCAP com o Presidente Figueiredo, a quem entregaram o manifesto preparado pelos discentes da Faculdade como, também, aos incidentes entre a segurança da Comitiva Presidencial e um diretor da UNE presente no órgão de desenvolvimento, o que pode melhor ser observado através do recorte do jornal "A Província do Pará", já extinto, de data que não foi possível precisar, desde que quem preparou esse material, não teve o cuidado de anotar essa informação.

# Estudantes brigam por causa da UNE no protesto pela FCAP

A recusa do Presidente Figueiredo em não nhecer a União Nacional dos Estudantes (UNE) e aceitar ouvir em público o manifesto contra a mpação da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará Universidade Federal do Pará, caso houvesse cipação da UNE, acabou gerando discórdia entre os rios estudantes, que passaram a defender posições rantes em ásperas discussões no pátio da Sudam, e o documento seria lido. O incidente, ocorrido às horas de ontem, uniu os estudantes da Fcap, ráveis apenas a leitura do manifesto, mas dividiu os cipantes do XXII CONEEA – Congresso Nacional Estudantes de Engenharia Agronômica - com ns defendendo e outros repudiando a UNE.

Ontem pela manhã, na Fcap, os participantes do I CONEEA tinhamdecidido redigir um manifesto ra a encampação e apoiar a luta dos estudantes enses. Prevaleceu a proposta de que o XXII NEEA iria à Sudam, basicamente, para entregar o festo. A diretoria regional da UNE, representada um estudante paraense da UFPa, decidiu apoiar o mento. Ocorre porém, que além de participar da contra a encampação, a direção regional da UNE endia defender algumas de suas principais bandeiras, o a "anistia ampla, geral e irrestrita".

Mais de uma hora antes da comitiva presidencial ar a Sudam, os participantes do XXII CONEEA e da E lá já se encontravam. Houve o primeiro ntendimento com a segurança do Presidente e a cia Militar do Pará: uma faixa onde se lia "anistia la, geral e irrestrita", foi retirada sob o protesto dos dantes. Alguns oficiais da segurança do Presidente e PM, tentavam convencer os estudantes "não ultuarem a visita". Quando a comitiva chegou a am, os estudantes atenderam o apelo e, sentados no o e em silêncio, acompanharam a chegada. A única ifestação se via em duas faixas, com as seguintes frases: FEEAB E UNE contra a encampação da Fcap" e "UNE pelo ensino pago e gratuito".

A segurança, na chegada da comitiva, só teve trabalho com os jornalistas, impedindo-lhes a aproximação ao Presidente. Enquanto os ministros e outras autoridades eram conduzidas ao auditório da Sudam, Figueiredo recebia numa sala a comissão dos estudantes.

"NÃO RECONHEÇO A UNE" – Reunidos com o Presidente estavam oito estudantes: o presidente da Federação de Estudantes de Engenharia Agronômica (FEEAB), o diretor regional da UNE, o representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPa, três representantes dos cursos da Fcap, representantes regionais de Agronomia do Norte, do Centro Oeste e Nordeste.

Durante a conversa, o Presidente revelou que o superintendente da Sudam, Elias Seffer lhe havia falado sobre a encampação da Fcap, "por isso já sei do assunto". O diretor regional da UNE então se apresentou, e o Presidente disse-lhe textualmente: "Eu não reconheço a UNE como a entidade máxima representativa dos estudantes brasileiros". Em resposta, o Presidente ouviu que "o importante era a UNE ser legítima juntos aos estudantes". Figueiredo disse então que aceitava conversar, naquele momento, com ele na qualidade de estudantes, e não como porta voz oficial da UNE.

Os estudantes, aproveitando as oportunidades que lhes eram dadas, denunciaram a apreensão da faixa no pátio da Sudam. Figueiredo perguntou o que dizia a faixa "Anistia ampla, geral e irrestrita" foi a resposta e não a comentou. Os estudantes da Fcap, logo depois, o convidaram para escutar a leitura do manifesto no pátio, juntamente com os outros estudantes. Figueiredo aceitou, impondo uma condição: a de não haver qualquer participação da UNE, começando aí a divisão dos estudantes.

Alguns estudantes eram favoráveis a que outras reivindicações fossem feitas, enquanto outros, desejavam acatar a condição imposta pelo Presidente, alegando que o XXII CONEEA estava ali para apoiar principalmente o protesto de encampação.

No pátio da Sudam, a comissão entrou em conflitos, até que um estudante paulista, mas aluno da Fcap conseguiu (por pouco tempo) convencer aos demais que "o importante para nós da Fcap, é a encampação. O CONEEA aqui está para apoiar essa luta. A UNE é outra questão, que no momento não é importante como a luta que nós estamos travando".

Não passaram 10 minutos, quando já desciam algumas autoridades, os estudantes começaram a gritar: "A UNE somos nós, a UNE é a nossa voz", "anistia é geral, abaixo a parcial", "O povo unido jamais será vencido. Houve um contra-coro: "Contra a encampação". Os oficiais da segurança do Presidente, que estavam tratando junto aos líderes estudantis, sobre a leitura do manifesto, acharam que não havia mais condições do Presidente cumprir o que havia sido combinado, chegando a dizer que "os representantes da UNE estão acabando com a luta dos estudantes da C Fcap".

Os oficiais da segurança, inclusive o próprio comandante da PM, coronel Arruda Penteado, chegaram a ficar irritados com as entrevistas que os representantes da UNE e da FEEAB davam à imprensa. Inclusive, o presidente da FEEAB quase ia detido, se não fosse a intervenção de membros da comitiva presidencial e de alguns jornalistas. Alguns oficiais da segurança chegaram a apoiar os estudantes da Fcap, achando que eles tinham todo direito de protestar contra a encampação.

Os estudantes, entretanto, não se entendiam. Dirigentes do Diretório Acadêmico da Fcap acusavam alguns congressistas, vindos de outros Estado, de estarem contribuindo para a encampação da Fcap. Entre tantos tumultos, uma guarnição da PM foi acionada. O coronel Arruda Penteado garantia que a presença dos policiais não era para desfazer a manifestação estudantil. Contudo, os próprios estudantes resolveram deixar a Sudam, diminuindo o tumulto.

Antes do Presidente Figueiredo deixar a Sudam, recebeu os estudantes da Fcap, que lhe entregaram o manifesto e um outro documento, contendo um histórico da escola, denominado 'Traição de estabelecimento isolado". Mostrava o documento que desde 1945, quando foi fundada como Escola de Agronomia da Amazônia, até este ano, viveu independente da UFPa, apesar das várias tentativas de encampação.

O Presidente prometeu enviar o memorial ao ministro da Educação, fazendo votos para que a opinião dos estudantes fosse coincidente com a do governo. Disse, também, que já havia determinado que receberia os estudantes mas não poderia admitir conversar com representante da UNE, por não ser esta uma entidade reconhecida e que, na ocasião mesmo, colocava os interesses dos alunos da FCAP abaixo dos seus interesses ideológicos.

ueiredo não; reconheceu a UNE e isso dividiu os estudantes.

Figura 40 – Encontro do Presidente Figueiredo com estudantes da FCAP.
Foto: Recorte de A Província do Pará.

## A TERCEIRA TENTATIVA DE ENCAMPAÇÃO – 1992

Segundo comentários e informações dos que viveram essa época na instituição, bem como alguns documentos e notícias da imprensa escrita e televisada, a terceira tentativa de encampação da FCAP pela Universidade Federal do Pará, considerada somente aquelas que foram sustentadas por documentos e solicitações que tramitaram no MEC, em Brasília, foi a mais ostensiva, a mais violenta, e a que envolveu, de certa forma, um componente polí*t*ico.

Um pequeno grupo de comunitários ávidos por conquistar poder a qualquer custo, inclusive as aéticas e, também, por ser a tentativa que teve origem nas entranhas do nosso estabelecimento, representada por um pequeno conjunto de agentes, que não tendo obtido êxito nas suas investidas na própria comunidade, ofereceu à UFPA a nossa Faculdade, apenas motivados por uma vindita pessoal e um desejo de vingança, que acompanhará os membros desse grupo por toda a vida e que nunca será esquecida pelos verdadeiros amantes da nossa casa de ensino.

A gênese dessa ação que pretendia a encampação da FCAP pela UFPA, por via da intervenção pura e simples, se intensificou a partir da campanha pela sucessão da administração da Faculdade para o período 1992 – 1996 na gestão do Prof. José Fernando Lucas de Oliveira, como Diretor, e do Prof. Fernando Souza Bemerguy, como Vice-Diretor.

A abertura democrática que se implantou no país, a partir do término do governo João Figueiredo, último General a ocupar o cargo de Presidente da República do Brasil, sob a égide da ditadura dos militares e o desejo de alguns elementos minoritários de se apossarem das diversas instituições sujeitas a um processo de eleição para a escolha de seus dirigentes, tentando impor, violando a legislação então vigente, uma outra metodologia para esse procedimento, que serviria apenas, aos seus interesses pessoais, talvez por entenderem que através desse novo modelo por eles preconizado, poderiam alcançar o poder na instituição, após várias tentativas fracassadas pelo processo regular e legal.

A eleição para os dirigentes da administração subsequente seria como sempre foi na instituição, feita em obediência à legislação vigente à época (Lei 5540/68 e Lei 6420/77), que determinava que a escolha da, então, lista sêxtupla, seria feita pela Congregação da Faculdade, cuja composição era perfeitamente definida pelo seu Regimento Interno, enquanto que o grupo minoritário queria impor que a eleição fosse pela comunidade o que, por sua vez, a direção não aceitava por que esse tipo de escolha não estava prevista em lei.

A direção da Faculdade aceitou até introduzir no processo eleitoral, a título de sugestão, uma consulta à comunidade, conforme parecer de um membro da Congregação, porém ficando a Congregação soberana na escolha da lista sêxtupla, conforme determinava a legislação, aliás, como é ainda hoje, como previsto na Lei nº 9192/95, de 21.12.1995 e o Decreto nº 1.916, de 23.05.1996.

A aprovação do parecer pela Congregação desencadeou uma série de atitudes antidemocráticas por parte de um grupo minoritário de docentes, discentes e servidores, como barricada no portão da instituição, derrubadas de seringueiras para impedir a abertura das vias de acesso à Faculdade, o que motivou a intervenção da direção a pedir reintegração de posse à justiça federal e concedida, derrubadas essas feitas por estudantes com mascaras ninjas, bem como ameaças de morte aos membros da Congregação,

gerando um documento assinado por 14 membros, exigindo segurança para participação nas reuniões da Congregação.

Movimentos de conciliação foram tentados, como a da Congregação eleger três nomes e a comunidade os outros três, em eleição direta e universal, porém por ser ilegal, foi recusada, o que levou a Faculdade a ser invadida pelo mesmo grupo minoritário pela segunda vez, o que exigiu que a Faculdade utilizasse do pedido de nova reintegração de posse à justiça federal e mais uma vez atendida.

Ao observarem que todas as tentativas de impor seus próprios métodos para a eleição da lista sêxtupla fracassaram, os descontentes em vez de aceitarem a decisão da maioria da comunidade, partiram, no desespero, para vingança pessoal ignorando os 41 anos da instituição, então solicitaram, a transferência para a UFPA, mediante documento cheio de inverdades, do qual fez uso o senhor Reitor da UFPA para justificar, junto ao Ministério da Educação, a solicitação de encampação da FCAP à UFPA.

O documento que enviaram à UFPA para sustentar o pedido de transferência para essa universidade foi assinado apenas por 18,5% dos componentes da comunidade acadêmica da FCAP, continha uma série de inverdades sob a forma de denuncias falsas, acusações levianas, improcedentes e infundadas e manipulação numéricas para distorcer a realidade dos fatos dos quais a direção da FCAP delas tomou conhecimento através da imprensa, que os insatisfeitos buscavam para denegrir a imagem da instituição da qual eram originados, mas que a maculavam no documento que enviaram ao Reitor da Universidade Federal do Pará, acompanhando o pedido de transferência da FCAP para essa universidade.

Em respeito à instituição que dirigiam e honrando os cargos e funções que então exerciam, levou a administração da FCAP, através do seu Diretor, Prof. José Fernando Lucas de Oliveira, a publicar no jornal "O Diário do Pará", um longo documento, datado de 24.06.1992, com 14 folhas, intitulado "FCAP: A REPOSIÇÃO DA VERDADE", contestando as mais de 20 denuncias e insinuações a respeito do desempenho da administração da Faculdade e de fatos e ocorrências durante o processo eleitoral, apresentados de forma distorcidas no expediente encaminhado ao Reitor da UFPA, em que demonstraram claramente o pouco apreço pela Faculdade e o radicalismo com que queriam impor seus pontos de vistas pessoais quanto à escolha da lista sêxtupla para sucessão na instituição, além de ter colocado às claras a postura aética do reitor da UFPA, à época, quanto à encampação da FCAP pela Universidade, inclusive fazendo declarações a imprensa televisada, afirmando que a encampação somente traria benefícios à Universidade Federal do Pará. O documento acima referido encontra-se apenso neste Registro Histórico como Anexo I.

O radicalismo foi tão gritante por parte do grupo minoritário na reunião da Congregação convocada para eleger a lista sêxtupla para o cargo de Diretor, que abusaram de atitudes agressivas contra os demais membros da Congregação, bem como assumindo procedimentos antidemocráticos, fazendo com que a reunião, após dois escrutínios, fosse suspensa por absoluta falta de segurança, mesmo com a presença de agentes da Polícia Federal cuja permanência foi solicitada para manter a ordem, por sugestão da própria Justiça Federal, que não acatou Medida Cautelar para garantir a segurança dos presentes durante a reunião.

O absurdo do grupo minoritário foi tamanho que um grupo de seis professores participantes da Congregação e o representante discente no mesmo órgão, mesmo tendo entregue um documento ao Presidente da Congregação de que não participariam da eleição da lista sêxtupla para escolha do

Diretor, cercaram a cabine indevassável de votação para impedir a votação dos demais membros, numa demonstração que o objetivo do grupo era a conturbação da reunião, o que afinal conseguiram e logo após, fora da sala de reunião, um grupo de pessoas exaltadas, entre as quais membros da Universidade Federal do Pará (docentes, discentes e servidores), fizeram um "corredor polonês", jogando moedas e gritando palavrões e ofensas pessoais aos membros da Congregação, chegando até mesmo a ameaças de agressões físicas a diversos presentes, tendo o Diretor da Faculdade sido agredido fisicamente por uma estudante completamente desequilibrada.

E pensar que o Senhor Reitor da UFPA ao receber o documento do grupo minoritário insatisfeito por não ter sido atendido em suas pretensões, sem qualquer entendimento com a direção da FCAP e de forma aética e oportunista, levou à consideração do Conselho Universitário da UFPA a solicitação desse grupo, que foi aprovado sem um único voto em contrário, iniciando-se, assim, processo de encampação da Faculdade, de forma unilateral e ilegítima.

Com a FCAP ainda ocupada por baderneiros, o grupo minoritário, de forma arbitrária, resolveu convocar uma reunião da Congregação para o dia 25.05.1992, segundo nota de convocação publicada em jornal e convocação feita aos membros por telegrama, cuja reunião teria a seguinte pauta:

a) Reavaliação da decisão tomada na reunião do dia 18.05.92;
b) Estabelecer Normas para Eleição de Diretor da FCAP.

A pauta era completamente absurda, pois se referia à decisão já tomada em reunião anterior e de forma democrática, aberta a todos os membros presentes à reunião, na qual o grupo minoritário foi derrotado. Por outro lado, a FCAP encontrava-se ocupada por estudantes ensandecidos, sem qualquer segurança da Congregação. Por essa razão a direção da Faculdade impetrou à Justiça Federal Mandado de Segurança, com o intuito de suspender essa reunião, em cuja Liminar o Titular da 4ª Vara Federal, Dr. Daniel Paes Ribeiro, deu ganho de causa à FCAP, determinando a suspensão definitiva da reunião convocada, sendo os treze membros que a convocaram condenados judicialmente ao pagamento dos custos processuais.

Em decisão histórica para a Faculdade, a brilhante sentença do ilustre Juiz Daniel Paes Ribeiro, nas considerações iniciais enfaticamente diz:

"*Os impetrados falam em democracia na Instituição Educacional a que pertencem, mas não respeitam um dos seus valores fundamentais, que é a prevalência da vontade da maioria".*

Foi concedida também, na mesma oportunidade, a reintegração de posse.

Uma nova reunião foi marcada para o dia 23.06.92 para dar continuidade à escolha da lista sêxtupla, quando na reunião realizada no dia 18.05.92, com esse objetivo, foi encerrada pela ação dos baderneiros, com apenas dois escrutínios, que também foi finalizada em razão da ação dos vândalos que mais uma vez tumultuaram a reunião, tendo o chefe da equipe da Policia Federal, chamada para garantir a ordem, informado ao Diretor da FCAP que os agentes estavam sendo agredidos e que, continuando essas agressões, haveria reação dos policiais e, assim, para evitar uma tragédia, o Diretor da FCAP suspendeu a reunião.

Em função dos acontecimentos, o MEC enviou a Belém dois consultores, o Dr. Abdias Oliveira e o Dr. Manoel Benevides Filho, com o propósito de pacificar os ânimos na FCAP.

Após diversas reuniões, os Consultores conseguiram perante os dezesseis membros que aprovaram o Parecer nº 01/92, que os mesmos permitissem que o grupo minoritário incluísse pelo menos um nome para compor a lista sêxtupla. Após o acerto entre as partes, foi marcada uma reunião final para assinatura de um documento firmando os acordos tratados, porém para surpresa de todos os participantes da reunião, inclusive os Consultores do MEC que acertaram pessoalmente o acordo, o representante dos alunos, servidor da FCAP, e o representante dos professores derrotados recusaram-se a assinar qualquer documento de composição entre as partes e, desse modo, a minoria mais uma vez subvertia a ordem e impedia o andamento do processo, pois ficava claro que o interesse desse grupo era criar uma condição de impasse, de tal modo que levasse o MEC a uma intervenção federal e posterior encampação da FCAP à UFPA.

Para concluir a reunião do dia 23.06.92 foi convocada uma nova reunião para o dia 15.07.92 para finalizar a eleição da lista sêxtupla, o que foi feita em clima de normalidade, tendo sido a lista enviada ao MEC, no dia 20.07.92, através do ofício 192/92, com toda a documentação pertinente ao processo, como determinava a legislação.

A lista sêxtupla era encabeçada pelo Prof. Fernando Antonio Souza Bemerguy, Vice-Diretor da FCAP.

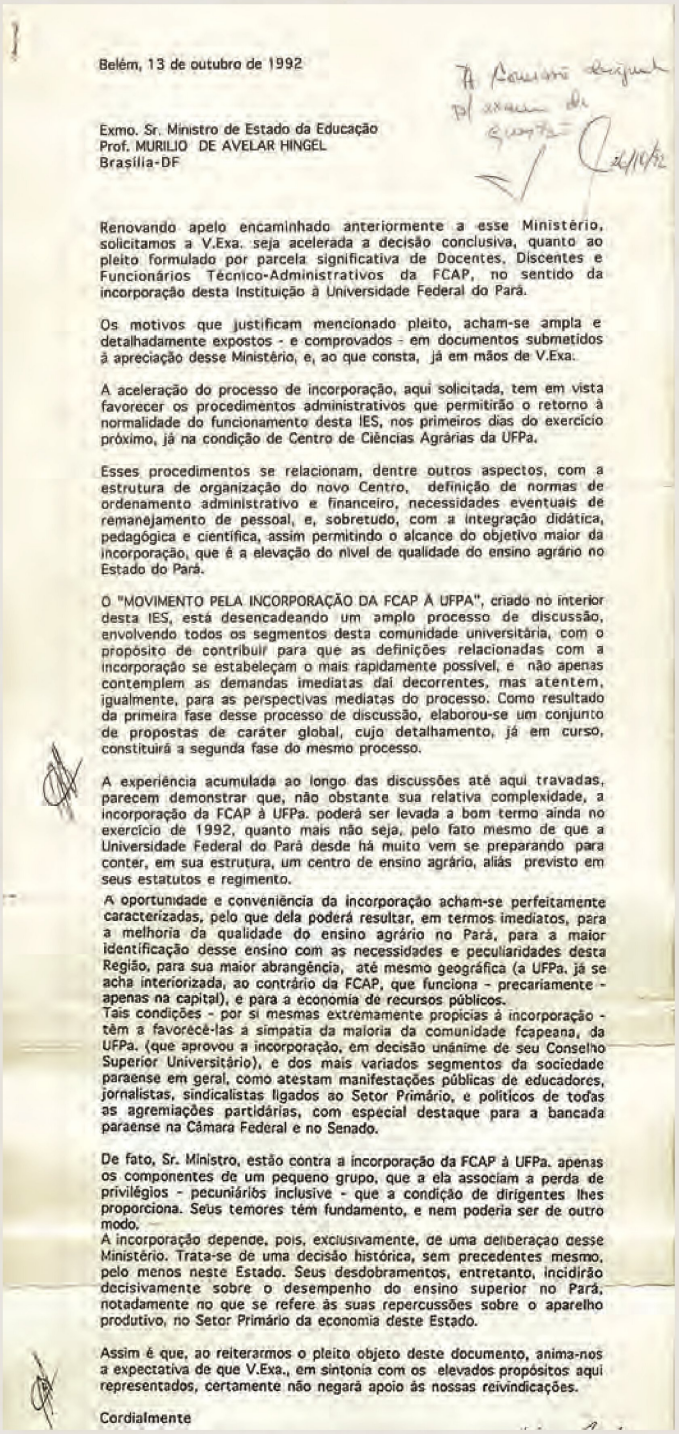
A pretensão da encampação da FCAP pela UFPA, como seria de se esperar, não foi encerrada, pois a ação do grupo minoritário, com movimentação política bastante intensa, continuava, no sentido de destruir a instituição, enquanto unidade autônoma e isolada de ensino superior.

Mesmo assim, com todas essas providências efetivadas e com a FCAP em plena normalidade, um grupo de professores encaminhou ao Ministro Murilio Hingel, um expediente datado de 13.10.1992, reiterando solicitação de incorporação da FCAP pela UFPA, ainda no exercício de 1992, "*quanto mais não seja, pelo fato mesmo que a Universidade Federal do Pará desde há muito vem se preparando para conter, em sua estrutura, um centro de ensino agrário, aliás, previsto em seus estatutos e regimento*", como afirmavam naquele expediente.

O expediente recebeu despacho do Ministro Murilio Hingel, em 26.10.92, nos seguintes termos:

"*À Comissão designada para exame da questão*"

Esse documento está reproduzido a seguir, com a exclusão dos nomes dos signatários.



Belém, 13 de outubro de 1992

Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação
Prof. MURILIO DE AVELAR HINGEL
Brasília-DF

Renovando apelo encaminhado anteriormente a esse Ministério, solicitamos a V.Exa. seja acelerada a decisão conclusiva, quanto ao pleito formulado por parcela significativa de Docentes, Discentes e Funcionários Técnico-Administrativos da FCAP, no sentido da incorporação desta Instituição à Universidade Federal do Pará.

Os motivos que justificam mencionado pleito, acham-se ampla e detalhadamente expostos - e comprovados - em documentos submetidos à apreciação desse Ministério, e, ao que consta, já em mãos de V.Exa.

A aceleração do processo de incorporação, aqui solicitada, tem em vista favorecer os procedimentos administrativos que permitirão o retorno à normalidade do funcionamento desta IES, nos primeiros dias do exercício próximo, já na condição de Centro de Ciências Agrárias da UFPa.

Esses procedimentos se relacionam, dentre outros aspectos, com a estrutura de organização do novo Centro, definição de normas de ordenamento administrativo e financeiro, necessidades eventuais de remanejamento de pessoal, e, sobretudo, com a integração didática, pedagógica e científica, assim permitindo o alcance do objetivo maior da incorporação, que é a elevação do nível de qualidade do ensino agrário no Estado do Pará.

O "MOVIMENTO PELA INCORPORAÇÃO DA FCAP À UFPA", criado no interior desta IES, está desencadeando um amplo processo de discussão, envolvendo todos os segmentos desta comunidade universitária, com o propósito de contribuir para que as definições relacionadas com a incorporação se estabeleçam o mais rapidamente possível, e não apenas contemplem as demandas imediatas daí decorrentes, mas atentem, igualmente, para as perspectivas mediatas do processo. Como resultado da primeira fase desse processo de discussão, elaborou-se um conjunto de propostas de caráter global, cujo detalhamento, já em curso, constituirá a segunda fase do mesmo processo.

A experiência acumulada ao longo das discussões até aqui travadas, parecem demonstrar que, não obstante sua relativa complexidade, a incorporação da FCAP à UFPa. poderá ser levada a bom termo ainda no exercício de 1992, quanto mais não seja, pelo fato mesmo de que a Universidade Federal do Pará desde há muito vem se preparando para conter, em sua estrutura, um centro de ensino agrário, aliás previsto em seus estatutos e regimento.

A oportunidade e conveniência da incorporação acham-se perfeitamente caracterizadas, pelo que dela poderá resultar, em termos imediatos, para a melhoria da qualidade do ensino agrário no Pará, para a maior identificação desse ensino com as necessidades e peculiaridades desta Região, para sua maior abrangência, até mesmo geográfica (a UFPa. já se acha interiorizada, ao contrário da FCAP, que funciona - precariamente - apenas na capital), e para a economia de recursos públicos.
Tais condições - por si mesmas extremamente propícias à incorporação - têm a favorecê-las a simpatia da maioria da comunidade fcapeana, da UFPa. (que aprovou a incorporação, em decisão unânime de seu Conselho Superior Universitário), e dos mais variados segmentos da sociedade paraense em geral, como atestam manifestações públicas de educadores, jornalistas, sindicalistas ligados ao Setor Primário, e políticos de todas as agremiações partidárias, com especial destaque para a bancada paraense na Câmara Federal e no Senado.

De fato, Sr. Ministro, estão contra a incorporação da FCAP à UFPa. apenas os componentes de um pequeno grupo, que a ela associam a perda de privilégios - pecuniários inclusive - que a condição de dirigentes lhes proporciona. Seus temores têm fundamento, e nem poderia ser de outro modo.
A incorporação depende, pois, exclusivamente, de uma deliberação desse Ministério. Trata-se de uma decisão histórica, sem precedentes mesmo, pelo menos neste Estado. Seus desdobramentos, entretanto, incidirão decisivamente sobre o desempenho do ensino superior no Pará, notadamente no que se refere às suas repercussões sobre o aparelho produtivo, no Setor Primário da economia deste Estado.

Assim é que, ao reiterarmos o pleito objeto deste documento, anima-nos a expectativa de que V.Exa., em sintonia com os elevados propósitos aqui representados, certamente não negará apoio às nossas reivindicações.

Cordialmente

A Comissão a que se referiu o Ministro em seu despacho foi constituída pela Portaria Ministerial nº 1.569, de 22.10.92 (DOU de 23.10.92) para "analisar e apresentar relatório sobre a proposta de incorporação da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará pela Universidade Federal do Pará".

Antes de apreciar o que decorreu com a vinda da Comissão designada pelo Senhor Ministro da Educação, cabe trazer ao conhecimento público algumas ações que foram efetivadas após a reunião de escolha da lista sêxtupla, e da designação da Comissão para apresentar relatório sobre a proposta de encampação da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará pela Universidade Federal do Pará.

Apesar de derrotados na escolha da lista sêxtupla, o grupo minoritário não deixou de perseguir o seu desejo de encampação da FCAP pela UFPA, contando com o apoio do Reitor da Universidade para esse objetivo, tendo publicado no jornal "O Liberal", como matéria paga, que os componentes do referido grupo haviam enviado ao Reitor da UFPA pedido de transferência para a Universidade e para justificar essa atitude intimidatória, sustentaram a citada pretensão em documentos contendo uma série de acusações levianas, caluniosas e irresponsáveis contra a direção da FCAP.

Mais estranha e estapafúrdia foi à atitude do Reitor da UFPA que, de forma aética e oportunista, reconheceu nesse grupo minoritário os anseios de toda a comunidade e, sem qualquer comunicação ou entendimento com a direção da Faculdade, levou a proposta de transferência ao CONSUN da Universidade, iniciando um processo unilateral de incorporação, ilegítimo e despudorado. Em sequência a essa decisão, deu conhecimento público, através da imprensa, por Nota Oficial da Reitoria, no dia 18.06.92, numa evidente demonstração de seu pouco apreço à Faculdade e sua colaboração e apoio a movimentos indisciplinados e antidemocráticos, que não condiz com a alta posição que ocupa um Reitor na hierarquia da administração federal, bem como faltou com a verdade quando na referida Nota Oficial informou que "*atendendo encaminhamento consignado por professores, alunos e servidores técnico-administrativos da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), o Egrégio Conselho Universitário (CONSUN) desta instituição se manifestou por aclamação, favoravelmente, ao pleito de incorporação da FCAP à Universidade Federal do Pará (UFPA)",* pois o documento dos professores e servidores não pleiteava a incorporação, mas somente a transferência para a UFPA, pedido que sequer foi considerado pelo Reitor, que não lhe deu qualquer encaminhamento, pelo menos do conhecimento da Faculdade que segundo a legislação, deveria se manifestar a respeito do assunto.

Fez mais, ainda, o Reitor. Enviou à Brasília o Secretário Geral da UFPA, portando o processo da Universidade solicitando a incorporação da FCAP, através de expediente de nº 365, de 17 de junho de 1992, que foi entregue a então Secretária de Ensino Superior do MEC, Profª Eunice Durhan, que se manifestou favorável à incorporação, sem ao menos ter consultado a FCAP e, em caráter prioritário, submeteu o assunto à Consultoria do Ministério da Educação para os aspectos jurídicos necessários e para a redação da exposição de motivos e anteprojeto a serem enviados a Presidência da República, como informa noticia publicada em destaque no jornal "O Liberal" do dia 20.06.92 e no jornal "A Província do Pará", da mesma data.

A questão da encampação da FCAP pela UFPA atravessou vários Ministros da Educação, em dois governos: o de Fernando Collor de Melo e de Itamar Franco, que assumiu a Presidência com o "impeachment" de Collor.

A lista sêxtupla escolhida pela Congregação da Faculdade foi enviada ao MEC, como já dito, em 20.07.92, na gestão do Prof. José Goldemberg que, em 25.06.92, isto é, quase ao mesmo tempo escreveu artigo no Correio Brasiliensis, reproduzindo sob a forma de Informativo MEC nº 17, de 25.06.92, seu pensamento sobre os processos de "democratização" nas universidades e seus prejuízos às instituições e ao país.

Dizia, então, o Ministro Goldemberg no Informativo MEC nº 17.

> *... O papel da Universidade não é o da "politização das massas", mas o de formar profissionais capazes, fazer avançar e difundir o conhecimento científico, tecnológico e cultural e ajudar a sociedade a resolver seus problemas.*
>
> *... Um município elege o Prefeito pelo voto direto, porque a função desse dirigente é servir aos interesses da comunidade que o elegeu. Essa não é a função de um Reitor, o qual não deve dirigir a universidade para atender aos desejos de alunos, professores e funcionários, embora seja essa a pretensão dos Sindicatos.*
>
> *Um Reitor deve dirigir a instituição pela qual é responsável no sentido de promover os interesses do ensino, da pesquisa e da prestação de serviços à comunidade externa à universidade, o que é uma coisa bem diferente ...*

A Professora Eunice Durhan, então Secretária de Ensino Superior na gestão do Ministro Goldemberg, inteiramente coerente com o pensamento de seu chefe imediato, Ministro Goldemberg, já havia publicado no Informativo MEC nº 9, de 06.11.1991, um artigo intitulado "A escolha dos Dirigentes nas Universidades", em que externava sua conceituada opinião sobre o assunto, afirmando, segundo reprodução literal, o seguinte:

> *O autoritarismo deixou no país profundas sequelas, uma das quais reside certamente numa compreensão muito distorcida do que seja democracia.*
>
> *Isto se nota claramente na questão de escolha de dirigentes universitários. Generaliza-se a ideia de que o processo só será democrático se resultar de uma eleição direta, envolvendo igualmente professores, alunos e funcionários, ...*
>
> *Há nisto tudo uma visão do processo democrático que precisa ser reformulada.*
>
> *Em primeiro lugar a democracia exige, certamente, o respeito às leis. Um regime é democrático quando nem os presidentes nem os generais são capazes de tomar decisões fora da lei, ou reformulá-las ao seu bel prazer. Por outro lado, uma sociedade também não será democrática, se qualquer grupo de cidadãos se arvorar esse direito, como vem fazendo docentes e funcionários. No caso da sucessão das Universidades, há uma lei que não é nem autoritária nem antidemocrática.*
>
> *O democratismo estreito argumenta que os Conselhos não são representativos, pois não incluem docentes, funcionários e alunos em igual proporção. Há, obviamente aqui, um outro equívoco, que vem de se pensar a universidade como se fosse uma comunidade ou uma miniatura de sociedade e não como uma instituição especializada. No caso da questão da Universidade, não são os interesses de professores, funcionários e*

*estudantes que devem estar representados, mas os interesses acadêmicos do ensino, da pesquisa e da extensão.*

*Nem a lista sêxtupla, nem a eleição indireta, nem a responsabilidade do Conselho na sua elaboração são, em si, práticas antidemocráticas.*

*Se o mecanismo das listas foi contestado no passado com o argumento de que a*

*escolha presidencial era meramente política, sem levar em conta os valores acadêmicos, a verdade é que o mecanismo das eleições diretas tem igualmente deixado de lado esses valores para se tornar estritamente político num outro sentido. Vencem os candidatos que maiores promessas fazem em termos de interesses corporativos.*

*E se o populismo é uma doença da democracia, quando se trata de país, no caso das universidades é uma doença mortal.*

Com esses dois testemunhos, isto é, do Ministro Goldemberg e da Secretária da SESu-MEC, Profª Eunice Durhan, abalizados e conceituados educadores de alto prestígio na Universidade brasileira, que mostravam claramente o que deve a sociedade esperar de sua universidade e de seus dirigentes, o que, evidentemente, dela não comungava o Reitor da Universidade Federal do Pará, a direção da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará tinha toda a esperança de esperar um desfecho favorável por parte do Ministro da Educação quanto à absurda aspiração da Universidade do Pará em encampar a FCAP, segundo processo que tramitava no MEC, encaminhado pelo Reitor da UFPA.

Infelizmente a questão da encampação, que deveria ser negada, preliminarmente, pelo Ministro Goldemberg e pela Profª Eunice Durhan, honrando as suas posições expostas em Informativos do próprio MEC (nºs: 9 e 17), não aconteceu como era esperado pelos dirigentes da FCAP, levando a Faculdade a extenuantes e longas gestões junto a diversas autoridades, para recompor a verdade, tão duramente atingida, e fazer justiça à Faculdade, como veremos a seguir.

O Prof. José Fernando Lucas de Oliveira, ainda no exercício de Diretor da FCAP, cujo mandato foi encerrado em 30.08.1992, conseguiu audiência em Brasília com a Profª Eunice Durhan, oportunidade em que colocou a posição da FCAP em relação à encampação e solicitou o elementar direito da Faculdade manifestar-se sobre o assunto, o que foi prometido pela Profª Eunice Durhan, de que antes de qualquer decisão Ministerial o pedido de encampação seria remetido à Belém para audiência da FCAP.

Infelizmente, a Profª Eunice Durhan, como já referido anteriormente, não cumpriu sua promessa, o que levou a direção da FCAP a solicitar audiência ao Ministro Goldemberg, a quem foi relatado todo o episódio da encampação, o que deixou o Ministro profundamente chocado, perplexo e indignado com o relato que lhe foi feito, ocasião em que determinou à sua assessoria, estudos e providências imediatas para a volta à normalidade das atividades da FCAP, bem como solicitou à Secretaria Nacional de Ensino Superior que o mantivesse informado a respeito do expediente de incorporação e que nenhum encaminhamento fosse dado sem o seu conhecimento prévio.

No final do período do Presidente Collor, que foi afastado da Presidência pela Câmara dos Deputados, o Ministro Goldemberg deixou o MEC, tendo assumido o Ministério, em 4 de agosto de 1992, o Ministro Eraldo Tinoco Melo, em substituição ao Ministro Goldemberg.

Nessa ocasião, a direção da FCAP foi surpreendida com a noticia de que o pedido de incorporação havia sido encaminhado à Presidência da República, então exercida pelo Presidente Itamar Franco, acompanhado de Exposição de Motivos que anexava um anteprojeto de Lei a ser enviado ao Congresso Nacional, expediente esse assinado pelo Ministro Goldemberg antes de sua saída do Ministério, exatamente a autoridade que antes havia afirmado ao Diretor da FCAP, em audiência, que jamais tomaria uma decisão dessa natureza em ambiente tumultuado por indisciplinas e procedimentos aéticos, antidemocráticos e deselegantes, ele que nunca aceitou esse tipo de "democratismo" que estava sendo difundido nas universidades.

Cópia dessa Exposição de Motivos, que tomou o nº 184, de 30 de julho de 1992, do Ministro Goldemberg ao Presidente da República, acompanhada de minuta de Projeto de Lei sobre a "*extinção da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, incorpora seus cursos na Universidade Federal do Pará e dá outras providências",* bem como extenso parecer do Dr. Moisés Teixeira de Araújo, Consultor Jurídico do MEC, está apensado a este documento, como Anexo II, II-A e II-B.

Numa justa homenagem ao Professor Goldemberg, que tantas contribuições tem dado a universidade brasileira e ao exercício da democracia duramente conquistada pelos brasileiros após a ditadura militar, a FCAP tem toda a razão de acreditar que o Senhor Ministro Goldemberg foi iludido em sua boa fé e assinou o documento de encampação nos instantes finais de sua gestão sem se aperceber do que se tratava, provavelmente em despacho com alguém de sua confiança que apoiava a incorporação da FCAP, por compromissos assumidos com o grupo do Reitor da UFPA.

Felizmente prevaleceu o bom senso e os padrões de ética e justiça da assessoria do Ministro Tinoco, que deixou o Ministério em 01.10.1992, com a posse do Presidente Itamar Franco, que solicitou a devolução do expediente que havia sido enviado à Presidência da República pelo Ministro Goldemberg.

Apesar dessa situação de retomada da decisão pleiteada pela direção da FCAP, de ser ouvida antes de qualquer encaminhamento definitivo sobre a encampação solicitada pela UFPA, o grupo minoritário continuava a difundir inverdades sobre o processo de encampação, tendo uma Comissão de alunos favoráveis a essa medida, apelidada de "viúvas da encampação" feito uma visita a redação do jornal "O Liberal", em 11.08.92, informando que viajariam à Brasília, e de fato o fizeram, para informar ao Ministro Tinoco a situação da Faculdade, pois segundo o Coordenador da Comissão, o Ministro Tinoco era favorável à encampação, porém durante o tempo em que permaneceu no Ministério, até 01.10.92, no final do governo Collor, não deu qualquer andamento ao processo de encampação, bem como não fez qualquer encaminhamento do expediente enviado ao MEC, em 20.07.92, sobre a lista sêxtupla para escolha do Diretor da FCAP para o período 1993 – 1996, na qual figurava o mais votado o Prof. Fernando Bemerguy.

Com essas considerações importantes para o entendimento do trabalho da Comissão designada pelo Ministro para avaliar a encampação da FCAP pela UFPA, será feito um histórico dos principais aspectos desenvolvidos pela Comissão para atingir objetivos para a qual foi constituída.

A Comissão, como citado anteriormente, foi designada pela Portaria nº 1.569, do Ministro Murilio Avellar Hingel, de 22.10.1992 (DOU de 23.10.92) e estava constituída dos seguintes membros:

1) Professor Gilberto Aquino Benetti – Presidente. Universidade Federal de Santa Maria – RS
2) Professor José Maria Brandão – Universidade Federal de Pernambuco – PE
3) Professora Eva Magalhães Leboute – Universidade Federal de Santa Maria – RS
4) Professor Faustino de Albuquerque – Universidade Federal do Ceará – CE
5) Professor Adriano Lúcio Peracchi – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-RJ.

Essa Comissão foi constituída vinte e dois dias da posse do Ministro da Educação, no governo Itamar Franco, que assumiu a Presidência da República em 01.10.1992 e nove dias após a remessa do pedido de reiteração do apelo enviado anteriormente ao MEC de encampação da Faculdade, assinado por vários docentes da instituição, bem como, solicitando que fosse acelerada a decisão conclusiva sobre a encampação, que recebeu despacho do Ministro, em 26.10.1992, encaminhando o citado expediente à Comissão designada para exame da questão, indicando que o grupo descontente tinha colaboração de servidores graduados do MEC a favor do que pretendiam.

Como já informado, a direção da FCAP tomou conhecimento da constituição dessa Comissão através do jornal "O Liberal", do dia 24.10.1992, e o servidor, Presidente da Associação dos Servidores da FCAP, em 29.10.92, no mesmo jornal, deu entrevista distorcendo o objetivo do trabalho da Comissão e, abusivamente, manifestou a sua opinião sobre como a Comissão deveria conduzir sua missão, bem como acusou os dois Consultores do MEC enviados à Belém, no mês de junho/92, de falta de isenção, além de reiterar denúncias infundadas contra a instituição e de ter informado de que já estava trabalhando no Projeto de Criação do Centro de Ciências Agrárias da UFPA e que "nos próximos dias se reuniria com a Comissão nomeada pelo Conselho Superior da UFPA para essa missão", como se a encampação da FCAP fosse fato consumado.

Como se tratava de declarações impertinentes e inoportunas, com a intenção de passar uma imagem negativa da instituição e tentar, como se isso fosse possível, influenciar os membros da Comissão e, ainda, por ser o declarante servidor e aluno da FCAP, a direção da instituição enviou ofício à redação do jornal contestando a entrevista, no que foi atendida, através de matéria publicada em sua edição de 16.11.1992.

Enquanto isso, a designação do novo Diretor não era sequer considerada. Ao contrário, aproveitava-se a designação da Comissão para justificar o adiamento dessa providência, como se os dois processos estivessem correlacionados, o que não era verdadeiro, pois o estudo sobre a encampação da FCAP pela UFPA, não tinha absolutamente nada a ver com o processo de nomeação do novo Diretor para o quadriênio 1993 – 1996.

Na verdade o interesse de associar os dois procedimentos servia apenas ao grupo minoritário que tumultuava a vida da FCAP, com ostensivo apoio do Reitor da UFPA, pois como o mandato do Vice-Diretor, no exercício da Diretoria, se findaria em 31.12.92, o que levaria o grupo minoritário a tentar mais uma cartada para alcançar a direção do estabelecimento, com a nomeação de um Diretor *pro tempore*, atitude golpista que não encontraria amparo na legislação.

A esperança da comunidade da FCAP em ver restabelecida a normalidade da instituição e a reposição da verdade do que acontecia na Faculdade, era de que a Comissão, sem dúvida, constituída de professores do mais elevado nível moral e funcional, teria independência de seu julgamento em relação à incorporação, em relatório isento de qualquer comprometimento e intervenção política, o que realmente ocorreu e a pretensão da UFPA foi definitivamente arquivada e a FCAP passou a seguir o seu destino, na busca de um modelo institucional mais adequado ao que a região lhe reservava e ao pleno desempenho de sua missão.

A Comissão instalou-se, em Belém, no dia 17 de novembro de 1992, às 8 horas e 45 minutos, na sede da Delegacia do MEC, tendo recebido, na oportunidade, da Professora Maria Castro Costa, todo o apoio e condições para realizar o seu trabalho, bem como recebeu da Professora Maria de Fátima Rodrigues, cópias dos processos nº 23021.001843/92-96 e outros documentos.

A Comissão agendou visita à FCAP para conhecer as instalações da instituição e examinar suas condições de funcionamento, ficando marcada a visita para o dia 17.11.92, às 14 horas e, também, à UFPA com o mesmo objetivo, no dia 18.11.92, às 9 horas.

A Comissão convidou o Reitor da UFPA e o Diretor da FCAP para entrevistas marcadas para a sede da Delegacia do MEC, no dia 18, às 15 horas, com o Diretor da FCAP e no dia 19, às 9 horas, com o Reitor da UFPA, ambas no mês de novembro de 1992.

Por ocasião da visita dos membros da Comissão às instalações da FCAP, acompanhada de vários assessores da Diretoria e do Prof. Moacir Cerqueira da Silva, Chefe de Gabinete, que representava o Prof. Fernando Bemerguy, Diretor da FCAP, que se encontrava em Brasília e, na oportunidade, foi entregue ao Presidente da Comissão, Prof. Benetti, um documento, em dois volumes, intitulado "*Manutenção da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará como Estabelecimento Federal Isolado de Ensino Superior*", bem como uma fita de vídeo: "*FCAP – Congregação – Reunião de 18.08.92*".

O primeiro documento, também conhecido, internamente, sob o título "*Não à Encampação",* foi elaborado por designação da direção da FCAP, por dois professores da instituição, sendo um aposentado e outro da ativa, da carreira de magistério. No volume I foi apresentado um exaustivo estudo sobre a FCAP e as razões e gênese das várias tentativas de encampação, tendo obedecido a extenso sumário.

O volume I resultou notável esforço de pesquisa e levantamento de fatos e ocorrências provocadas pelo grupo minoritário tentando impor sua vontade e ânsia de poder, ilegalmente, totalmente contrária à legislação vigente, e expunha de forma clara, transparente e inquestionável, as justificativas que deveriam suportar a manutenção da Faculdade como estabelecimento isolado.

Alguns capítulos desse volume I, em nosso entendimento, foram fundamentais para alicerçar um juízo de valor sobre a violência da encampação pretendida pela UFPA, entre os quais destacamos:

a) Capítulo 3: O PROCESSO SUCESSÓRIO NA FCAP.
b) Capítulo 4: A PROPOSTA DE INCORPORAÇÃO DA FCAP PELA UFPA.
c) Capítulo 5: PORQUE NÃO À INCORPORAÇÃO.
d) Capítulo 6: A VISÃO DE FUTURO DA FCAP.

O volume II é constituído da documentação que foi anexada ao estudo (volume I), em apoio e sustentação ao texto elaborado pelos dois professores, sem deixar uma única afirmativa sem a sua comprovação, o que levou o volume II a conter 130 anexos, cuja relação está apensada a este Registro, como ANEXO III.

A fita de vídeo: "*FCAP – Congregação – Reunião de 18.05.92*", se refere à filmagem feita da reunião levada a efeito dia 18.05.92 para apreciar o parecer do Prof. Ítalo Falesi a respeito de uma consulta feita à Congregação sobre a escolha da lista sêxtupla ser feita através de consulta à comunidade.

Essa reunião não foi tranquila. Professores, alunos, servidores e outras pessoas estranhas à FCAP constantemente paralisavam a reunião, enquanto os membros da Congregação que defendiam o parecer do Prof. Falesi, eram vaiados, ameaçados com gritos de palavras de ordem da plateia e intimidações pessoais a esses membros.

Após quatro horas de discussão, o Parecer nº 01/92 foi aprovado por 16 votos a 13.

Nesse momento, os estudantes presentes, inconformados com a decisão democrática e soberana da Congregação, passaram a ameaçar a integridade física de alguns membros do Colegiado, atirando pedras, atingindo até mesmo uma professora da Congregação.

Instalou-se o caos e a sala começou a ser depredada, com os alunos realizando uma Assembléia Geral dos estudantes, que decidiu pela greve imediata e ocupação da Faculdade, levando a direção da instituição a tomar providências visando à reintegração de posse do estabelecimento por meios oficiais e legais.

A baderna foi toda filmada e reproduzida em CD, que foi entregue à Comissão.

Em 2 de dezembro de 1992, o Presidente da Comissão, Prof. Gilberto Aquino Benetti, em expediente s/n, encaminhou ao Senhor Ministro, o "Relatório de análise da proposta de incorporação da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP, pela Universidade Federal do Pará – UFPA, de que trata a Portaria nº 1.569, publicada no DOU de 23 de outubro de 1992."

Esse expediente, apesar de dirigido ao Ministro da Educação, autoridade que tinha designada a Comissão, recebeu despacho do Professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, então Secretário de Educação Superior – SESu/MEC, em 7/12/1992, nos seguintes termos: "Ao Dr. Hélio Leite para examinar". No expediente o Presidente informa que "A Comissão fez os questionamentos que julga pertinentes e examinou "in-loco" a situação de funcionamento da FCAP.*"*

O ofício encaminhando o Relatório da Comissão está apensado a este documento como ANEXO IV.

A Ata nº 3, juntada ao Relatório da Comissão, intitulada de "*Encerramento das Atividades",* expressou seu parecer, à unanimidade de seus membros com os seguintes dizeres: "*A Comissão é de parecer que deve permanecer a atual situação da FCAP como estabelecimento isolado de ensino superior*" e, na oportunidade, fez algumas recomendações, a maioria delas, visando o fortalecimento da FCAP, especialmente com alocação de recursos financeiros pelo MEC para financiar as atividades de um Plano Diretor da Instituição.

Além de cópia das atas de três reuniões realizadas pela Comissão, o Presidente da Comissão anexou ao Relatório cópia de avaliações individuais dos membros, todas elas contrárias à encampação, pelas razões que expuseram nessas avaliações.

Não foi possível ao autor deste Registro Histórico ter acesso ao Processo da encampação em sua fase final, isto é, após o Relatório da Comissão enviado ao Ministro, que recebeu despacho do Prof. Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, Secretário da SESu-MEC, de modo que tornou-se impossível reproduzir os pareceres das autoridades do MEC, que subsidiaram a decisão Ministerial a respeito da encampação, mas é de se supor que foram favoráveis a manutenção da FCAP como Estabelecimento Isolado de Ensino Superior, como se posicionou a Comissão designada pela Portaria nº 1569 (DOU 23.10.92) para analisar a proposta de encampação da FCAP pela UFPA.

E assim, A FCAP manteve o seu modelo jurídico, de unidade isolada, sepultando, mais uma vez, as pretensões da Universidade Federal do Pará e os anseios de poder de alguns de seus membros que tanto mal causaram a comunidade da FCAP.

# FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE

A Universidade, desde os tempos de suas duas antecessoras, vem procurando, tanto a nível nacional como internacional, parcerias no sentido de seu fortalecimento institucional, com objetivo de melhor cumprir com sua missão de uma instituição voltada para o processo de desenvolvimento socioeconômico de uma região periférica do país, bem como estar preparada para responder às imensas demandas que a ela se fazem, não só da região, em razão de ser a mais importante unidade de ensino em ciências agrárias, em nível regional e, até mesmo do trópico úmido americano como, também, pela comunidade externa, por estar localizada na região amazônica, centro permanente do interesse internacional pela sua diversidade biológica e pela vastidão de sua floresta tropical que recobre o seu espaço territorial, cujo processo de desenvolvimento tem preocupado não só o governo brasileiro, como a sociedade científica do mundo, pelas especulações que se fazem da repercussão dessa atividade no futuro do planeta e do bem estar da humanidade.

A partir da década de 60, quando se intensificou os olhares econômicos, científicos e acadêmicos para esta região, a então Escola de Agronomia da Amazônia e posteriormente a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará recebeu amplo apoio às suas atividades de ensino, pesquisa e extensão por parte de instituições brasileiras e internacionais, condição que alavancou os seus projetos e permitiu o início do fortalecimento de todo o aparato científico e tecnológico que a colocou entre as mais completas do país, enquanto estabelecimento de ensino e pesquisa em ciências agrárias e atividades afins.

Tanto a Escola de Agronomia da Amazônia quanto a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará receberam, cada uma a seu tempo, colaboração científica, técnica e financeira de diversos órgãos nacionais e estrangeiros, na forma de participação com pessoal qualificado, doação de máquinas e equipamentos, treinamento de pessoal e participação no processo de desenvolvimento institucional, especialmente na área de ciências florestais e agricultura de resultados.

A antiga FCAP sediou, por um longo tempo, em suas instalações, o Projeto IICA-Trópico, do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, voltado para o desenvolvimento de suas atividades, em parceria com a instituição e outros órgãos, especialmente em treinamento de pessoal docente, técnico e auxiliar, nas modernas opções da tecnologia agrícola para regiões em desenvolvimento.

No final da década de 90, a FCAP recebeu o maior incentivo para o seu fortalecimento.

Foi através do Projeto chamado DFID, depois denominado de ProUFRA, quando a instituição transformou-se, institucionalmente, em Universidade Federal Rural da Amazônia.

A proposta de colaboração com a FCAP resultou de contatos com o Assessor para Assuntos Florestais do DFID, na época ODA, em Brasília, no início da década de 90, oportunidade em que a FCAP trabalhou em parceria com o Museu Paraense Emilio Goeldi – MPEG, na coleta e preparação preliminar de material botânico de árvores da *Aniba spp* (Pau Rosa), em uma vasta área de ocorrência natural da espécie em toda Amazônia brasileira, fonte de óleo muito usado em perfumaria.

O DFID enviou uma missão preliminar em meados de 1994, logo após uma avaliação de proposta de apoio dessa organização inglesa ao MPEG, particularmente para a Estação Científica de Caxiuanã e, na ocasião, a missão concluiu que a FCAP precisava de apoio para realizar levantamentos das necessidades de

empregadores atuais e potenciais dos formados da FCAP, o que ajudaria a tornar os currículos e os métodos de ensino mais relevantes.

Com a conclusão das atividades referentes ao Projeto Pau Rosa, realizado emparceria com o MPEG, e do levantamento das necessidades dos empregadores dos egressos da FCAP, a proposta inicial apresentada ao Diretor da FCAP, à época, pelos membros da missão do DFID e pelos professores da FCAP diretamente envolvidos com os projetos, era de um novo projeto de apoio ao ensino da ciência florestal, portanto, especificamente voltado ao apoio do Curso de Engenharia Florestal da FCAP. Após conversações entre a direção da FCAP e os membros da missão do DFID, foi então acertado que a proposta final seria de um projeto que visava o apoio ao desenvolvimento institucional da FCAP, o qual posteriormente passou-se chamar de ProUFRA.

O ProUFRA foi financiado pelo governo britânico através de seu Departamento para o Desenvolvimento Internacional, conhecido pela sigla DFID, com contrapartida da Universidade sob a forma de instalações, pessoal, manutenção, telefones, água, luz, transporte, entre outros.

O ProUFRA foi o único projeto do DFID vinculado a uma instituição de ensino superior em todo o território nacional e por esta razão o DFID não concluiu o projeto diretamente, a exemplo de outros projetos no Brasil, tendo contratado, através de licitação internacional, pois era um projeto inédito para os padrões da Agência, uma instituição de ensino de prestigio internacional.

O ProUFRA foi projetado para se desenvolver em duas fases: a primeira de maio de 2001 a abril de 2004 e a segunda até o ano 2007, tendo alcançado sucesso na sua realização, segundo avaliação positiva do governo britânico, inclusive tendo recomendado a sua continuação, tendo, porém, sido encerrado após ter concluída a primeira fase, por decisão unilateral dos ingleses, que encerrou vários programas em todo o mundo, em razão do envolvimento da Inglaterra na guerra do Iraque, segundo comunicação do agente financiador.

O valor total do financiamento do governo inglês foi de seis milhões de libras esterlinas (L 6.000.000), dos quais foram gastos cerca de L 3.000.000, na primeira fase do projeto, antes do seu encerramento.

O projeto foi desenvolvido através da formação de seis grupos de trabalho: Grupo de Interesse, Grupo de Planejamento Estratégico, Grupo de Sistemas de Gestão, Grupo de Desenvolvimento Curricular, Grupo de Disseminação e Grupo de Metodologia de Ensino.

O projeto, apesar de ter sido realizado apenas a primeira fase, deu excelente contribuição ao fortalecimento das ações da UFRA, principalmente através do Grupo de Interesse.

Este visava, em princípio, uma melhoria significativa de qualidade dos profissionais formados pela UFRA, tornando-os mais conscientes de seu papel na sociedade, especialmente em razão de um grande número de cargos-chave, principalmente no setor público, estar sendo ocupado por ex-alunos da Universidade. Todavia, os cargos estratégicos do setor agrícola de empresas privadas ainda são ocupados por profissionais de outras regiões, em sua maioria do Centro-Sul do país.

Entre as ações mais importantes para o fortalecimento da UFRA, através desse projeto, destacavam-se entre outros, as seguintes:

- melhoria do ensino, através da capacitação de professores em cursos de metodologias de ensino, ministrados por professores ingleses (primeiras turmas) e da própria UFRA (turmas subsequentes), mais de 80% dos professores da UFRA receberam algum tipo de treinamento;
- melhoria da infraestrutura universitária, com a compra de modernos equipamentos para melhoria do ensino e maximização das técnicas com equipamentos;
- viagens de intercâmbio ao Reino Unido, com visitas a universidades nas mais diversas áreas e instituições outrora desacreditadas, mas que passaram por processos de fortalecimento semelhantes. As viagens de intercâmbio tiveram a participação de professores, técnicos e estudantes;
- viagens de estudo a outras instituições dentro e fora do Brasil, onde os membros dos grupos de trabalho foram em busca de experiências bem sucedidas de outras instituições;
- concepção do 1º Plano Estratégico Institucional com ajuda de consultores nacionais e internacionais;
- magnetização de todo o acervo da Biblioteca Central da UFRA;
- implantação do sistema de segurança da Biblioteca Central da UFRA;
- aquisição de mais de 200 livros técnicos para enriquecer o acervo da Biblioteca, disponível para estudantes;
- criação do CDE – Centro de Desenvolvimento de Ensino, anexo à Biblioteca, que serve de centro de treinamento de professores, equipado com todo tipo de apoio e recurso técnico para melhoria do ensino;
- criação do CA – Centro de Aprendizagem, anexo à Biblioteca e ao CDE, equipado com mais de 30 computadores on line com o CDE, com intra e internet, para pesquisa e desenvolvimento de trabalhos por parte dos alunos;
- cursos intensivos básicos e avançados de inglês para professores e funcionários;
- projeto piloto na área de Desenvolvimento Local, desenvolvidos inicialmente nos município de Igarapé-Açu e Capitão Poço, juntamente com as comunidades, poder público e lideranças locais;
- estágios de vivência para alunos da UFRA, nos quais os mesmos permaneciam por curtos períodos em comunidades rurais e depois intercalavam com a sala de aula;
- consultorias Internacionais nas áreas de planejamento estratégico, métodos de ensino, sistemas de gestão, currículo e grupo de interesse;
- estudo de mercado sobre os empregadores dos profissionais formados pela UFRA;
- estudo de mercado sobre os egressos da UFRA;
- estágios para alunos da UFRA em outros projetos técnicos do DFID;
- apresentação de trabalho internacional na Universidade de Brighton, no Reino Unido, fruto dos trabalhos com grupos de interesse;
- trabalhos em comunidades de empresas juniores da UFRA, apoiados pelo projeto;
- apoio ao processo de interiorização da UFRA; e
- desenho do 1º Plano de Recursos Humanos da UFRA.

# O PLANO DECENAL 2011 – 2020

Em 2010, o Ministério da Educação deu início à formulação do Plano Decenal da Educação para o período de 2011–2020 e, nesse sentido, recomendou às universidades federais que apresentassem ao MEC, através da Secretaria de Ensino Superior – SESu, um plano de ações das atividades da Universidade para esse período, de modo a que ficasse perfeitamente caracterizada a linha a seguir durante esses próximos 10 anos, no tripé básico em que se apoia o ensino de Ciências Agrárias das entidades ligadas ao ensino dessa importante área do conhecimento e do saber, responsável em grande parte, pelo processo de desenvolvimento da economia brasileira.

Nesse sentido, o Reitor da UFRA designou uma Comissão constituída pelo Prof. Paulo Contente, a quem atribuiu à missão de presidi-la, os professores Walmir Hugo dos Santos e Moacir Cerqueira da Silva e o Engenheiro Agrônomo Pedro Nascimento, Assessor Técnico da Reitoria, aliás, a mesma comissão que já havia elaborado as propostas de implantação dos *Campi* Capanema e Tomé-Açu, já aprovados pelos órgãos superiores do MEC e atualmente em tramitação no Conselho Nacional de Educação – CNE, para fins de credenciamento e autorização de funcionamento dos cursos respectivos.

No documento que a UFRA intitulou de "Programa de Expansão e Interiorização das Ações da UFRA (2011 – 2020)", remetido à consideração da Reitoria, no final de 2010 e, posteriormente, encaminhado ao MEC, em Brasília, a Comissão propõe à Universidade a sua expansão e interiorização para o período, em quatro mesorregiões: Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense, Sudeste Paraense e Marajó.

Para a mesorregião Metropolitana de Belém, foram previstos, em princípio, os cursos de graduação de Ciências Biológicas e Matemática, em licenciatura e bacharelado em Ciências Biológicas, Gestão em Empreendedorismo, Física e Engenharia da Madeira, até 2015 e dois cursos de Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Reprodução Animal, entre 2014 e 2016 e em nível de Doutorado, os cursos de Solos e Nutrição Mineral de Plantas, Engenharia de Pesca e Recursos Pesqueiros, e Silvicultura e Manejo de Florestas Tropicais, a serem efetivados a partir de 2016.

Quanto à mesorregião Nordeste do Pará, estão elencados os cursos de graduação em Agronomia, Informática, Gestão Ambiental, Ciências Contábeis, em bacharelado, e Computação e Ciências Biológicas, em licenciatura, e Tecnologia de Laticínios e Saneamento Ambiental, em tecnólogo, para o período 2012 – 2019.

Ainda na mesorregião Nordeste Paraense, no *Campus* Capitão Poço, já credenciado pelo CNE, até 2015, além do Curso de Agronomia, em funcionamento, estão previstos os cursos de graduação em Informática e Química, em licenciatura, e Computação e Química, em bacharelado. No *Campus* Tomé-Açu, cuja proposta de implantação encontra-se em análise no Conselho Nacional de Educação – CNE, cujo município, também, pertence à mesorregião Nordeste Paraense, estão previstos para serem efetivados até 2015, os cursos de graduação em Informática e Gestão Ambiental, na modalidade licenciatura e Computação, Engenharia Agrícola e Gestão de Empreendedorismo, na de bacharelado, enquanto no *Campus* Cametá, a previsão é dos seguintes cursos: Informática e Ciências Biológicas, em licenciatura, e Computação, Gestão Ambiental, Ciências Biológicas, na modalidade bacharelado.

Na mesorregião do Sudeste do Pará, além do *Campus* Parauapebas, já credenciado pelo CNE e com os cursos de Zootecnia, Agronomia e Engenharia Florestal, em funcionamento, e o *Campus* Paragominas, também já credenciado e com os cursos de graduação em Agronomia e Engenharia Florestal, também igualmente em pleno funcionamento, está prevista até 2016 a implantação dos seguintes cursos: Informática e Ciências Biológicas, em licenciatura, e Computação, Zootecnia, Gestão em Empreendedorismo, Ciências Biológicas, Gestão em Agronegócio e Gestão Ambiental, em bacharelado.

Está proposto, também, para a mesorregião do Sudeste Paraense, o *Campus* Tucuruí, com os seguintes cursos a serem implantados até 2017: Informática e Ciências Biológicas, em licenciatura, e Computação, Aquicultura, Ciências Biológicas e Gestão Ambiental, em bacharelado, e Tecnologia de Laticínios, em tecnólogo, e o *Campus* Cametá, com os cursos de Informática e Ciências Biológicas, em licenciatura e Computação, Ciências Biológicas e Gestão Ambiental, em bacharelado.

As propostas de *Campi* e as sugestões de cursos de graduação sugeridos não têm caráter definitivo, podendo ser alterados na medida em que a dinâmica do ensino e as perspectivas regionais se modificarem por ações de políticas públicas dadas a dificuldade de se programar ações institucionais a médio e longo prazo em regiões em desenvolvimento, como as nossas.

Desta forma, há que se entender que as propostas no documento da UFRA devem ser consideradas como uma referência futura de ação.

# A INFORMÁTICA NA UFRA

No período quando ainda era a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP, no mandato do Prof. Virgilio Ferreira Libonati, a FCAP deu seu primeiro passo em informatização através da aquisição de equipamento de pequeno porte, um microcomputador ITAUTEC I-7000, equipamento CP/M de 8 bits, dotado de duas leitoras de discos flexíveis (8 polegadas), cuja principal finalidade era o de dotar a divisão financeira e de pessoal com capacidade para automatizar as folhas de pagamentos institucionais. Junto com esse equipamento foram contratados os primeiros técnicos para atuar nessa área na então Faculdade.

Em 1982, no mandato do Prof. Libonati, foram adquiridos cinco computadores POLYMAX interligados entre si (1 servidor + 4 estações) que em conjunto com uma impressora de impacto de linha passou a efetivamente informatizar a folha de pagamento de salários na instituição. Nesse momento foi criado o Serviço de Processamento de Dados – SPD, e a equipe técnica ampliada, passando a contar com um Analista de Sistemas, dois Programadores e dois Digitadores.

Na gestão do Prof. José Fernando Lucas de Oliveira foi adquirido o primeiro equipamento computacional de médio porte, no caso, um Computador SID 5000, com capacidade operacional superior aos equipamentos até então existentes. Os computadores Polymax passaram a funcionar como estação de trabalho do equipamento maior, que era o Servidor de toda a rede computacional existente, ainda restrita aos trabalhos do SPD notadamente para preparação e manutenção de sistemas de Folha de Pagamentos, Controle de Pessoal, Controle de Contas e os primeiros passos em outros sistemas administrativos como o Concurso Vestibular. Nesse período começaram a crescer em importância em todo o mundo o uso da microinformática através de microcomputadores antes pessoais, mais progressivamente assumindo, graças ao poder de seu hardware, as funções de servidores de redes computacionais. A FCAP adquiriu ou recebeu por doação seus primeiros microcomputadores, modelo SID 501 e Informax XP.

Na gestão do Prof. Fernando Antonio Souza Bemerguy, através de cessão gratuita, por dois anos, a FCAP contou com um equipamento de grande porte, Computador IBM 4381 de grande capacidade operacional, utilizado em todos os sistemas existentes (folha de pagamento, financeiro, pessoal, vestibular) e que foi utilizado para iniciarem-se os sistemas voltados às atividades acadêmicas (controle acadêmico e biblioteca). Nesse período, concomitantemente, cresceu o número de microcomputadores que eram utilizados isoladamente nos Departamentos por professores e técnicos em suas atividades de ensino e pesquisa, além de atividades administrativas.

Na gestão do Prof. Paulo Luiz Contente de Barros a Instituição aumentou significativamente o uso da microcomputação atendendo a todos os sistemas existentes até então, deixando de usar por completo sistemas de grande porte a exceção de terminais colocados em setores específicos interligados a servidores centrais do Serviço Público Federal, basicamente na gestão da folha de pagamentos e na gestão financeira da Instituição.

Hoje a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, sucessora da FCAP, possui um conjunto de computadores distribuído em todos os setores acadêmicos e administrativos, contando com servidores interligados aos sistemas computacionais desenvolvidos na própria Universidade, além daqueles centralizados pelo Governo Federal e conta hoje com aproximadamente 500 microcomputadores e notebooks institucionais além de cerca de 200 equipamentos próprios ou adquiridos por docentes e pesquisadores em programas de pesquisas financiados por entidades públicas e/ou privadas.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente registro de alguns acontecimentos, na forma de eventos e atividades que não tiveram o destaque à altura que deveriam merecer à época em que foram vivenciados, chega ao seu final, com a certeza do autor que muitos fatos e ocorrências vividas por esta tradicional casa de ensino ao longo da sua trajetória, no sentido de honrar o compromisso que a sua missão institucional lhe impunha e o objetivo maior que a sua criação estabeleceu como meta de sua existência.

Uma instituição com seis décadas de vida como a nossa Universidade, não pode deixar no esquecimento fatos que marcaram a sua caminhada como participante, naquilo que lhe cabia fazer, do processo de desenvolvimento da socioeconomia paraense e regional, quer por devotarem os seus dirigentes indiferença involuntária à própria história da entidade ou se engajarem no desinteresse, que é a marca de nossa cultura, pela guarda e preservação de documentos importantes para conhecimento da lógica educacional e acadêmica, que determinou o caminho da instituição para alcançar os seus objetivos e, também, dos episódios e da luta que teve que enfrentar para manter o seu modelo jurídico de estabelecimento isolado e a defesa de sua dignidade, enquanto organização voltada para uma das alavancas mais significativas para a perenidade institucional e o êxito do próprio processo de crescimento sustentável, que é a formação profissional em Ciências Agrárias, de um segmento da economia, essencial para um país que aspira ser forte, democrático e independente.

Por tudo isso, a história da Universidade precisa ser permanentemente alimentada, para que seja conhecida por todos aqueles que se interessam pelo conjunto de suas atividades e não sejam esquecidos os episódios mais relevantes de sua existência o que, afinal, são os parâmetros ou referências usados para classificar as instituições para a posteridade.

Assim, os dirigentes, docentes, servidores, alunos e ex-alunos da Universidade têm o dever de cuidar, cada um a seu tempo e no âmbito de sua responsabilidade perante esta casa de ensino, da contribuição à sua memória, não deixando que o conhecimento que tenham de alguma ocorrência que mereça um registro histórico, se perca com o passar do tempo que, quase sempre, resvala para o esquecimento total.

Se essa linha de atualização for mantida, certamente a nossa Universidade permanecerá viva na memória de todos, o seu passado resguardado e o seu futuro garantido, com respeito e orgulho, por seus antecedentes de vida.

Por último o autor pede tolerância aos leitores deste documento por possíveis falhas na reprodução do fato ou evento aqui registrado, oportunidade em que pede lhe sejam remetidas as correções que forem julgadas necessárias por alguns, o que certamente enriquecerá a memória da instituição.

# BIBLIOGRAFIA


BARROS, Paulo Luiz Contente de; SANTOS, Walmir Hugo dos. **Proposta de Implantação do *Campus* Tomé-Açu.** Belém: UFRA, 2011. 48 p.

_____;_____. **Proposta de Expansão e Interiorização da UFRA.** Belém: UFRA, 2010. 33 p.

_____;_____. **Proposta de Implantação do *Campus* no município de Capanema.** Belém: UFRA, 2010. 55 p.

BENETI, Gilberto Aquino; LEBONT, Eva Magalhães. **Relatório da Comissão instituída pela portaria ministerial nº 1569 (DOU 23/10/1992) sobre a proposta de encampação da FCAP pela UFPA.** 1992. 32 p.

BRAGA, Ermíno; SANTOS, Walmir Hugo dos; VIEIRA; Irenice. **Proposta de criação do Curso de Zootecnia**. Belém, FCAP, 1996. 266 p.

FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ. **Ciências Agrárias na Amazônia**. Belém: UFRA, 1976. 126 p.

_____. **Memorial Histórico 1951-1991.** Belém: UFRA, 1992. 201 p.

_____. **Manutenção da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará como Estabelecimento Federal Isolado de Ensino Superior.** Belém: UFRA, 1992. 48 p., v. 1 e 2.

LIBONATI, Virgilio Ferreira; SAMPAIO, Marly Maklouf dos Santos; BRASIL, Heliana Maria Silva (orgs.). **Memórias:** A Escola de Agronomia da Amazônia e a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará. Belém: UFRA, 2010. 55 p.

SANTOS, Walmir Hugo dos. **Proposta de Transformação Institucional – Universidade Federal Rural da Amazônia**. Belém: FCAP, 2001. 300 p.

_____; SILVA, Everaldo do Carmo. **Plano de Restruturação e Expansão da UFRA no âmbito do REUNI (2004-2012)**. Belém: UFRA, 2008. 44 p.

# ANEXOS

# ANEXO I

Documento publicado no Jornal "O Diário do Pará" de 24.06.1992

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ

## FCAP : A REPOSIÇÃO DA VERDADE

Diante de fatos acontecidos recentemente por ocasião do processo sucessório na Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, que teve como desdobramento uma nova tentativa de encampação da FCAP pela Universidade Federal do Pará, tentada de forma unilateral e aética, baseada em documento tornado público por uma minoria inconformada com as decisões democráticas, legais e regimentais da Egrégia Congregação da Faculdade, contendo inverdades e acusações levianas, a Direção da FCAP sente-se no dever de prestar esclarecimentos às autoridades competentes e ao povo em geral, o que o faz nos termos a seguir:

1. A Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP) é sucessora da Escola de Agronomia da Amazônia (EAA), em funcionamento desde 1951, tendo, nesses 41 anos de existência, prestado relevantes serviços à região Amazônica, em especial, formando Engenheiros Agrônomos, Engenheiros Florestais e Médicos Veterinários, em concordância com a intenção declarada do Governo Federal de preparar técnicos em Ciências Agrárias para as condições típicas do norte do País, dedicando-se às especialidades e interesses da economia rural da região.

Desde sua criação, vem recebendo por parte do Ministério da Educação tratamento de escola isolada, permanecendo como tal mesmo com o advento da reforma universitária, de acordo com o artigo 27 da Lei 5.540, considerando como caso excepcional, tendo em vista os interesses geopolíticos de desenvolvimento regional.

A história da EAA/FCAP mostra que, no correr do tempo o Governo Federal, através de diplomas legais, sempre buscou o fortalecimento da entidade como estabelecimento isolado de ensino superior.

Assim qualquer movimento de resistência esboçado pela FCAP no tocante à sua encampação por outra entidade, não se faz a mercê de vaidade pessoal, mas sim movido pelo zelo de toda a comunidade em relação ao futuro da Instituição, e pelo dever de participação ativa, com vistas ao desenvolvimento regional.

2. O momento de abertura democrática que vive a universidade brasileira tem motivado o desejo da comunidade universitária de participar de forma direta no processo sucessório. No entanto, tal participação direta deve estar em consonância com os

dispositivos legais vigentes e em inteira obediência aos princípios democráticos de respeito às leis.

Descontentes com a decisão da Congregação da Faculdade de eximir-se da apreciação de normas para reger eleição direta, alguns poucos componentes dos corpos docente, discente e administrativos, desprovidos de espírito democrático, promoveram atos de vandalismo, culminando com a ocupação das vias de acesso do "campus" da FCAP, decidindo a Diretoria tomar iniciativas legais junto à Justiça Federal e Ministério da Educação com vistas à desocupação do "campus" e apuração de responsabilidades através de inquéritos policial e administrativo, tendo, para este último caso, solicitado ao MEC a designação de Comissão, no que foi atendida pela Secretaria Nacional de Ensino Superior.

Através da imprensa, tomou-se conhecimento que um grupo expressamente minoritário de professores, alunos e funcionários, que corresponde aproximadamente a 18,5% da comunidade acadêmica da Faculdade, insatisfeitos por não atingir seus objetivos ditados por uma imposição inaceitável, busca destruir a Instituição com a divulgação de notícias inverídicas, manchando todo um passado de um estabelecimento de ensino superior que, ao contrário do que apregoam, já prestou e vem prestando larga contribuição à formação e especialização de recursos humanos, geração de conhecimentos e tecnologias amplamente utilizados no setor de produção, culminando, finalmente com a deflagração do movimento visando a encampação da FCAP pela Universidade Federal do Pará. Em nome da "democracia", esse grupo prefere ignorar os 41 anos de existência da Instituição a qual precedeu, no tempo, a própria UFPa.

3. Tentando atingir seus objetivos, o grupo minoritário postulou junto ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Pará a sua transferência para essa Instituição, mediante documento do qual fez uso o Senhor Reitor para justificar junto ao Ministério da Educação a solicitação de encampação ou integração da FCAP à UFPa.

Tal documento apresenta uma série de inverdades, que necessitam ser contestadas para reposição da verdade.

4. A FCAP possui em seu quadro docente, atualmente, 126 professores, dos quais 90% em regime de dedicação exclusiva (114), sendo 9,5% (12) Doutores, 56,3% (71) Mestres em Ciências, 12,7% (16) Especialistas e 21,4% (27) com Graduação.

Os signatários do documento em apreciação usando de manipulações numéricas procuram distorcer a realidade dos números reais. Esses signatários representam na verdade 8 dos 12 Doutores (66%) e não 80% como referido; 6 Chefes e Subchefes de Departamentos Didático-Científicos (60%), 5 Professores Titulares dos 12 da Instituição (41%), e 100% dos Coordenadores de Cursos, ou seja, três (3). Esses docentes, estrategicamente declinados em porcentagem, somam 21 professores, ou seja, 16,7% dos docentes da FCAP. Somem-se a estes mais 20 professores que assinaram o manifesto de transferência e obter-se-á o total de 41 docentes representando tão somente 31% do universo de 126 professores da Instituição.

Os servidores técnicos e administrativos da FCAP somam cerca de 600 funcionários sendo que 107 (17,8%) subscrevem o mesmo documento dos docentes.

Os discentes regularmente matriculados na FCAP somam 1076, sendo que apenas 185 (17%) subscreveram um documento solicitando encampação da FCAP pela UFPa.

O movimento minoritário amparado por 333 assinaturas solicitando transferência/encampação para a UFPa, mostra sobretudo que esse grupo pequeno, representando apenas 18,5% da comunidade da FCAP, através de baderna e atos ilegais tentem, à força, mudar os desígnios da Instituição.

5. Com efeito, a FCAP é a mais antiga Instituição Educacional na área de Ciências Agrárias na região Norte do Brasil e uma das primeiras na área dos trópicos úmidos da América do Sul, tendo precedido no tempo a própria Universidade Federal do Pará.

Como principal resultante de suas atividades cita-se a formação de 3190 profissionais sendo 206 estrangeiros de 11 países da América Latina. Esses profissionais dispersos pela Amazônia e por outras unidades federadas vêm contribuindo ao desenvolvimento do setor agro-silvo-pastoril.

6. Embora seu "campus" esteja localizado em Belém, a FCAP em toda a sua existência tem buscado harmonizar uma programação de ensino e pesquisa principalmente com o meio regional.

Convém salientar ter sido a sua antecessora, a Escola de Agronomia da Amazônia criada anexa ao Instituto Agronômico do Norte, atualmente CPATU/EMBRAPA, instituição de pesquisa internacionalmente conhecida.

O seu programa de interiorização deu-se início na década de 70 quando mercê da Reforma Universitária pôde contar com professores em regime de dedicação exclusiva, ao que se alia o apoio do Projeto Rondon e do Programa Borba Gato. Atualmente o programa tem prosseguimento com aulas práticas no meio rural, utilizando as três bases físicas próprias nos nordeste paraense (Benfica, Castanhal e Igarapé Açu) além de, através de convênios com outras instituições, trabalhar em outras áreas do Estado. Cite-se por exemplo, o convênio com a UFPa para desenvolvimento de trabalhos junto ao Centro Agrário do Tocantins (CAT). Cite-se também o convênio com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para trabalhos conjuntos na reserva florestal de Curuá-Una em Santarém e, ainda, o convênio com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para exploração racional da Floresta Nacional do Tapajós, cujos resultados de pesquisa irão nortear de agora em diante a exploração de florestas daquela região sob fiscalização do IBAMA. A Faculdade mantém ainda como atividade de interiorização projetos junto a EIDAI do Brasil, ALBRAS, COSIPAR, Mineração Rio do Norte, Cia. Vale do Rio Doce, EMBRAPA e Museu Goeldi.

Ressalte-se que dessas atividades necessariamente participam professores, estudantes e técnicos, como prova inconteste da preocupação da FCAP com a formação do profissional em

ciências agrárias, perfeitamente identificado com a realidade regional, visto que este processo de retro-alimentação solidifica o aprendizado na medida em que a troca de experiências com os produtores oportuniza este objetivo.

7. A estrutura de organização administrativa da FCAP, aprovada pelo antigo DASP em 1975, sofreu, através do tempo, modificações compatíveis com o seu crescimento e de seus objetivos institucionais. As modificações administrativas com a criação de novos órgãos e setores pode ser feita a qualquer tempo de acordo com o Art. 60 do Regimento Interno da FCAP. Note-se, entretanto, que a criação desses novos órgãos e setores sempre contou com a aprovação do Conselho Departamental, regimentalmente o órgão responsável pela aprovação desses novos organismos.

8. Afirmar que a FCAP permanece presa a métodos e processos arcaicos é desconhecer o esforço de várias administrações, que culminaram com a elaboração de um Plano Diretor de Informática, em adiantado processo de análise na SENESU/MEC, plano esse elaborado em conjunto com todos os setores didáticos e técnico-administrativos da Faculdade.

Afirmar que a confecção da Folha de Pagamento constitui um pesadelo, é desconhecer os trâmites normais desse serviço e mostra total ignorância na tramitação de repasse de recursos do Governo Federal para as instituições. É importante ressaltar que a Folha de Pagamento e Orçamento para o mês subseqüente, deve ser apropriada até o dia 25 do mês precedente e não consta, mesmo no período não informatizado, qualquer atraso nesse sentido. Por ignorância também, os autores de afirmações levianas e mentirosas, desconhecem que o Governo Federal somente repassa os recursos das instituições no último dia útil do mês precedente. Tal desconhecimento se completa quando se sabe oficialmente que o Banco do Brasil exige 48 horas para processar o crédito dos recursos nas contas para pagamentos, inclusive de pessoal. Segundo consta, a FCAP é sempre um dos primeiros órgão federais sediados em Belém a fazer o pagamento de seus funcionários no início de cada mês.

Alegar que se comete erros é prova cabal de ignorância e má fé. Os raros erros, quando ocorrem, são rapidamente sanados, exatamente por ser uma Instituição isolada, o que permite maior agilidade nas decisões.

9. A melhoria da qualidade do ensino tem sido meta constante da programação da FCAP, o que se reflete na especialização e formação pedagógica do corpo docente, hoje num total de 126 professores dos quais 12 Doutores, 71 Mestres em Ciências, 16 Especialistas e 27 Graduados.

Alia-se a isso a aquisição de novos equipamentos destacadamente para os cursos de Medicina Veterinária e Engenharia Florestal, os mais novos da Instituição. O discente da FCAP está subordinado a um regime do "saber" e do "fazer" já que as aulas teóricas são complementadas com as indispensáveis aulas práticas,

bastando citar que das aulas práticas dos três cursos regulares, cerca de 92 horas de aulas práticas foram efetuadas fora do campus de Belém no I semestre de 1992.

A constante interação entre o corpo docente da FCAP e o corpo técnico do CPATU/EMBRAPA e de outras instituições de pesquisa, são uma prova inconteste da capacidade e do conhecimento tecnológico dos docentes, o que os faz capazes de transmitir tecnologias atuais e adequadas à região Amazônica.

10. Se a FCAP não consegue alcançar o auge da potencialização de sua capacidade produtiva, isto ocorre não por falta de um sistema gerencial superior, mas sim de sucessivos hiatos na programação de ensino, pesquisa e extensão, decorrentes de perturbações em conseqüência de sucessivos movimentos grevistas de docentes, discentes e servidores técnicos e administrativos, que desgraçadamente perturbam qualquer planejamento institucional.

11. A alegação que se faz de que alguns projetos conduzidos por docentes são inviabilizados, a título de esclarecimento deve-se dizer que se tal fato ocorrer deve-se em conseqüência da falta de planejamento do docente, que muitas vezes no desejo de atingir o seu objetivo esquece a tomada de providências a tempo e a hora e não por falta de gerenciamento institucional, as vezes exigindo tomada de decisões não legais que são repelidas por parte da administração.

12. Durante entendimentos mantidos com a Delegacia da Receita Federal, em 1990, a fim de obter por doação equipamentos que poderiam ser úteis à FCAP nas suas atividades de pesquisa, ensino e extensão, foi aventada por parte da Receita Federal da possibilidade da FCAP receber em doação um pequeno barco que fora apreendido com contrabando, porém necessitando de reformas, pois se apresentava com grandes avarias, conforme constatação do Chefe da Divisão de Serviços Gerais da Instituição, o que de certa forma inviabilizou a doação, pela necessidade de gastos elevados para por a embarcação em condições ideais de navegabilidade e segurança. Por outro lado, por decisão do Governo Federal estava proibida a contratação de pessoal especializado o que, sem dúvida, seria preciso para o bom funcionamento da embarcação.

13. Uma Instituição de Ensino Superior como a FCAP, com tradições voltadas para o desenvolvimento amazônico, não poderia ficar dentro de um casulo academicista sem se preocupar em resolver os problemas da comunidade, uma das causas de sua existência.

Periodicamente, a FCAP realiza consultas às comunidades visando saber de suas necessidades e para tal convênios são firmados com as Prefeituras Municipais, Cooperativas, Sindicatos Rurais e Comunidades organizadas e projetos de pesquisas são elaborados para atender essas necessidades.

Continuação...



Um exemplo cabal dessa assertiva é o aproveitamento das várzeas do rio Caeté, no município de Bragança, no Estado do Pará onde, por solicitação de um grupo de famílias, foi montado um projeto de rizicultura para melhorar a produtividade da região, o que levou a um aumento de produtividade de 90% acima da média da região.

Ressalte-se de como exemplo de importância das tecnologias criadas pela FCAP, o fato do projeto de pesquisa de aproveitamento racional das várzeas do Baixo Amazonas terem originado um programa específico no Programa de Financiamento do Norte - FNO, programa esse criado pela Constituição Federal em vigor. É de se destacar ainda, as tecnologias criadas para a cultura da Seringueira, entre as quais duas a) novo padrão de explotação e b) conhecimento e utilização de áreas de "escape", que se tornaram padrão nacional de tecnologia adotada pelos produtores.

14. Como forma de estímulo aos professores e pesquisadores que manifestam reais propósitos para com a pesquisa, a FCAP propicia a participação em congressos, seminários, cursos de reciclagem e estágios voltados para o melhor desempenho das atividades científicas.

Convites a pesquisadores de outros centros são feitos de modo que o convívio com os da Instituição crie uma fonte de informações salutar para a ciência da região e a do indivíduo.

Prêmios são ofertados aos melhores pesquisadores do ano como forma de reconhecer o seu desempenho nas pesquisas, além do que, o pesquisador que alcança as metas propostas em seu projeto de pesquisa conta pontos para sua progressão funcional na Instituição.

15. A Faculdade concedeu toda a infra-estrutura para o desenvolvimento do projeto do Professor William Gomes Valle.

O prédio da pesca foi quase que totalmente entregue ao responsável pela pesquisa, sofrendo adaptações de acordo com sua orientação. Foram conseguidos junto ao CPATU/EMBRAPA exemplares de bubalinos, bem como instalações complementares e até carroça com animal foram adquiridos para o projeto.

A burocracia alegada pelo documento não foi criada pela direção da FCAP e sim aquela que rege o Serviço Público Federal.

Os problemas começaram quando o professor William exigiu que os talões de cheque da conta do convênio FINEP/FCAP ficassem em seu poder para que ele efetivasse os pagamentos, aquisição de material e outras providências administrativas sob a alegação de que "não iria permitir que ninguém enriquecesse às custas do projeto", afirmações estas reiteradas ao Chefe da Divisão Financeira Rui Noronha. Evidentemente que a direção da FCAP não atendeu tal pedido por ferir a legislação vigente.

Outra situação que levou a Direção a abrir inquérito, foi o fato do Professor William no interior da EMBRAPA (CPATU), ter tentado assassinar com revólver um pesquisador do CPATU/EMBRAPA, só não o fazendo por interferência do Professor Abnor Gondim. A ocorrência foi comunicada oficialmente à Direção da

FCAP pelo Chefe do Centro, Dr. Cristo Nazaré, e o inquérito não foi concluído em razão do Chefe do Centro não ter atendido à solicitação da Direção da FCAP quanto ao envio da vítima para prestar informações junto à Comissão. Estes documentos estão à disposição dos interessados no arquivo da FCAP.

Fora do projeto, outras comunicações sobre o comportamento do Professor William foram feitas por seus colegas à Direção da FCAP que abriu sindicância e inquérito, tendo inclusive a Diretoria proposto a demissão do professor, o que foi recusado pelo colegiado do seu Departamento, apesar de terem sido comprovadas as denúncias, falando mais alto então o corporativismo. Como conseqüência, o professor solicitou redução de carga horária para 20 horas. Como a FINEP exigia tempo integral para a coordenação do projeto, em reunião realizada no gabinete da Diretoria, presentes o Diretor da FCAP Antônio Carlos Albério, o Vice-Diretor Emir Chaar El-Husny, o Chefe da Unidade de Apoio à Pesquisa Professor Rui de Souza Chaves, o Chefe e Subchefe do Departamento de Patologia e Medicina Veterinária Preventiva, Professores Nélson Souza da Silva e Conceição Vieira, bem como o representante da FINEP, Dr. Vander Said, foi decidido com consentimento do Departamento a transferência do projeto para a UFPa, pois o Professor William passou a regime de 40 horas naquela Universidade. Ressalte-se que o Dr. Vander Said após percorrer todas as instalações destinadas ao projeto, reconheceu na frente de todos os presentes à reunião o apoio prestado pela FCAP ao desenvolvimento do projeto frisando textualmente "poucas Instituições deram tantas condições a um projeto financiado pela FINEP como a FCAP".

16. Ao contrário do que é citado no documento, em nenhum momento o IDESP ofereceu oficialmente à FCAP, a base física no município de Capitão Poço.

A Direção foi sabedora dessa disposição do IDESP através do Professor Lúcio Salgado Vieira. Antes de oficializar o pedido, a Diretoria anterior designou o Vice-Diretor Emir Chaar El-Husny para visitar a área e fazer levantamento da situação da mesma. O Vice-Diretor fez um relato verbal à Direção informando : a) a área distava de Belém aproximadamente 280 km; b) as instalações necessitavam de recuperação completa que consumiria soma considerável de recursos. No seu parecer desaconselhava a aquisição da área. De posse das informações o Diretor Antônio Carlos Albério, informalmente, tomou conhecimento através do Diretor da COPAGRO, da situação nebulosa da base física : a) a área pertencia à Secretaria da Agricultura; b) as instalações pertenciam ao IDESP e c) as culturas eram de responsabilidade da COPAGRO. Essas informações foram prestadas pelo Diretor aos professores Antônio Cardoso, Lúcio Salgado Vieira e Paulo César Tadeu dos Santos, este Chefe do Departamento de Solos.

Tendo em vista essa situação, o Diretor da FCAP iniciou gestões junto ao Ministério da Agricultura para a obtenção de uma base física de sua propriedade localizada no município de Igarapé Açu, distante de Belém cerca de 110 km. Com o apoio do Secretário Geral do MEC, Dr. Aloisio Sotero, seu Secretário Adjunto Dr. Luiz Bandeira Filho e do Delegado Federal da Agricultura no Pará,

Dr. Holderley Rodrigues, o Ministério da Agricultura passou para a FCAP a base física, inicialmente a título de cessão e hoje já doada em definitivo.

A aquisição foi vantajosa para a FCAP pelos seguintes motivos: a) a área dista de Belém 110 km, de fácil acesso, no perímetro urbano da cidade de Igarapé Açu, servida por diversas linhas de ônibus intermunicipais; b) a base já possui diversas instalações como: escritório, alojamentos, energia elétrica 24 horas por dia; c) além da doação da área foram doados também máquinas e implementos agrícolas, usina de beneficiamento de sementes e os servidores lá baseados, também foram transferidos para a FCAP. Complementarmente a FCAP dotou a base de telefone, geladeira, móveis, enfim, dotou-a de toda a infra-estrutura suficiente para quem quisesse trabalhar.

Utilizando ônibus da FCAP, a Diretoria proporcionou visita de grande número de professores, e pediu a todos os Departamentos que apresentassem plano de utilização da área. Houve resposta de vários professores, porém dentre esses nenhum dos integrantes do grupo que subscreveu o documento. Outros, no entanto, fizeram propostas e várias pesquisas já foram lá desenvolvidas, inclusive trabalhos de tese. Além dessa atividade, alunos do curso de graduação estão utilizando a base para estágio, sob a orientação de técnicos lá existentes, tendo sido beneficiados mais de uma centena de estudantes.

Na região é dada orientação técnica a produtores, através do repasse de informações por cursos de extensão e palestras, bem como o atendimento médico veterinário, que já atinge um raio de 60 km do município, beneficiando produtores de localidades vizinhas.

17. Afirmar que a FCAP recusou a doação de uma área no município de Tomé Açu é outra inverdade.

Ao tomar conhecimento da disposição da JICA em se desfazer da base física localizada no município de Tomé Açu, denominada INATAM, o Diretor da FCAP convidou um dos dirigentes da JICA para reunião na Diretoria da Faculdade, o que de fato ocorreu, e na ocasião foi informado que o INATAM já tinha sido cedido à EMBRAPA.

De imediato o Diretor da FCAP contactou com o Chefe do CPATU/EMBRAPA, Dr. Emeleocípio Botelho de Andrade, propondo que as duas instituições trabalhassem conjuntamente na área, o que foi aceito.

Alguns dias depois a Diretoria da FCAP proporcionou a um grupo de 25 a 30 professores, uma visita de dois dias à base física, e a todos foi informado do acordo firmado com o CPATU/EMBRAPA.

Nenhum dos que subscreveram o documento apresentou proposta para a área.

18. O Projeto Tecnologias Alternativas para o Pequeno Produtor Rural da Amazônia, coordenado pelo Professor Antônio Cardoso, não foi inviabilizado por falta de interesse da direção da FCAP, e sim pelo término dos recursos alocados, pois segundo decla-

rações do coordenador do projeto, o mesmo seria auto-sustentável num prazo de 3 anos, não mais necessitando de recursos externos, fato este que não aconteceu e por ser um projeto oneroso, a FCAP não poderia custeá-lo sozinha.

Para não demonstrar também uma atitude unilateral, a Direção constituiu uma comissão formada por técnicos da FCAP, EMBRAPA, SUDAM, EMATER e participantes do Projeto, para juntos deliberarem sobre a situação do projeto. A comissão não foi a favor da paralisação do projeto, ao contrário, mesmo encontrando falhas técnicas, o que provavelmente melindrou a Comissão executora, pois a mesma não mostrou interesse em continuá-lo, se posicionou com sugestões entre as quais a de definir com clareza os objetivos, fazer gestões junto a possíveis fontes de financiamento. A comissão verificou que ocorreram falhas nos registros dos dados das diferentes atividades desenvolvidas na área do projeto, bem como de alguns dos experimentos ou demonstrações de alternativas tecnológicas, o que inviabiliza sua análise comparativa com outras alternativas, ou mesmo ao sistema usual do produtor para o qual elas se destinam. É imprescindível, que em um projeto como este as anotações de todos os dados sejam rigorosas, para sua avaliação comparativa. Ao buscar-se melhorar o bem-estar do produtor e de sua família, ou mesmo sua satisfação espiritual, através de inovações tecnológicas, é necessário informá-lo, sobre o que isso representa em termos de necessidade de horas de serviço, necessidade de capital e em quanto de produção essa nova alternativa irá resultar.

19. Sem dúvida a proposta de democratização das instituições de ensino superior articula-se com a busca do seu contínuo aperfeiçoamento na realização das finalidades universitárias específicas, que se expressam na elevação dos níveis de qualidade, eficiência e responsabilidade.

Não resta dúvida, também, que a democratização será plenamente alcançada na medida em que a comunidade acadêmica, por meio de seus três segmentos, tiveram oportunidade de escolher seus dirigentes e representantes nos órgãos decisórios, de participar ativamente nos colegiados e nas atividades universitárias, de obter informações fidedignas, de exercer avaliação e planejamento de suas atividades. Embora sejam antigas nos meios acadêmicos do País, as reivindicações de democratização das instituições universitárias ganharam intensidade nos últimos tempos, em decorrência sobretudo, da tomada de consciência e da mobilização das associações de professores, alunos e funcionários.

Na FCAP a abertura democrática deu-se de forma efetiva quando aprovou-se a escolha de Chefes de Departamento e Coordenadores de Curso por eleição direta, com a participação de docentes, discentes e servidores, isto já a partir de 1985.

No entanto, o grupo expressivamente minoritário da comunidade acadêmica, apossado de um conceito errôneo e pessoal de democracia, tenta conturbar o processo sucessório da Faculdade, exigindo a participação direta através de eleição universal, em flagrante desrespeito à legislação vigente (Lei 5540/68 e Lei 6420/77).

20. Alegar que o parecer aprovado na Congregação impede a realização de consulta prévia é outra flagrante mentira. Senão vejamos o que diz o item 18 do parecer:

"Senhores membros da Congregação da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará. Feito este relato, somos de parecer :

a) A Congregação deve eximir-se de aprovar os documentos contidos neste processo;

b) A Congregação poderá ouvir as sugestões da comunidade escolar no tocante aos seus anseios de composição da lista sêxtupla para preenchimento do cargo de Diretor, sugestões estas colhidas das formas mais diversificadas, na dependência do desejo dos diversos segmentos que compõem a comunidade escolar. Estas sugestões deverão ser trazidas a esta Congregação por seu Presidente, na reunião convocada especificamente para eleição da lista sêxtupla para Diretor, e cujo enunciado, necessariamente, precederá a eleição".

O parecer aprovado mostra claramente a intenção da Congregação em ouvir sugestões oriundas de consultas prévias ou simples indicações, não abriu, entretanto, mão de seu direito regimentalmente legítimo de eleger a lista sêxtupla.

A aprovação democrática do parecer desencadeou processos anti-democráticos de vandalismo, coação e agressões, culminando com o fechamento dos portões da Faculdade por parte de uma minoria de membros da comunidade da FCAP, aqui incluídos docentes, discentes e servidores técnicos e administrativos.

Não bastassem tais abusos, passaram a ameaçar a vida dos membros da Congregação e seus familiares, gerando um documento assinado por 14 membros da Congregação onde era exigido segurança a fim de participarem de próximas reuniões do Colegiado Superior.

As barricadas montadas nos portões da FCAP e a intransigência dos baderneiros obrigou a Direção da FCAP a reaver as instalações através de medida judicial legal, no caso um Mandato de Reintegração de Posse.

A partir desse momento começaram a surgir , ainda que tímidos, os primeiros movimentos de entregar a FCAP à UFPa sob a forma de encampação. Movimentos de conciliação foram tentados, com propostas de a Congregação eleger 3 nomes da lista sêxtupla e a comunidade eleger outros 3, em eleições diretas e universais. Por ser ilegal e anti-regimental, a proposta foi recusada e a Faculdade foi tomada de assalto e fechada, pelo mesmo grupo, pela segunda vez. Ao utilizar-se do instrumento legal de Reintegração de Posse, ainda em vigor, e ao serem normalizadas as atividades administrativas da Instituição, o grupo minoritário passou então a clamar por um processo de encampação.

Ressalte-se que o processo de encampação decorreu única e tão somente como medida de desespero e espírito de degra-

dação da Instituição, pois foi promovido pela revolta de uns poucos e não amplamente debatido no seio da comunidade da FCAP.

Mais estapafúrdia então foi a atitude do Senhor Reitor da Universidade Federal do Pará, que de forma aética e oportunista, reconheceu nesse grupo minoritário os anseios de toda a Faculdade e, sem qualquer comunicação à Direção desta Instituição, levou à aprovação do Conselho Universitário da UFPa, órgão análogo à Congregação da FCAP, iniciando aí um processo unilateral de encampação, ilegítimo e oportunista.

Que fique claro que o desejo de encampação não é, absolutamente, fruto dos itens denunciados em documento solicitando transferência encaminhado ao Senhor Reitor, mas sim um mero desdobramento de uma ação ilegal, de tentarem impor um nome previamente escolhido pelo grupo para Diretor da FCAP que, por ser repelida pela Congregação da Faculdade, levou essa minoria, unida ao Senhor Reitor, a sugerir a encampação como mais um ato de pressão e coação aos membros do Colegiado Superior da FCAP.

21. O próprio manifesto distribuído como "Nota do DCE ao CONSUN e a Comunidade Universitária" (cópia anexa) caracteriza o espírito populista que norteia o movimento de encampação da FCAP pela UFPa.

A nota do Diretório dos Estudantes da UFPa enfatiza que a encampação "...é a melhor alternativa possível no intuito de efetivamente democratizarmos a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará ..." democratização essa que a seu ver só será efetivada pela deliberação populista de "... comissões paritárias..." desconsiderando qualquer deliberação, favorável ou não, que seja tomada por "... uma Congregação caquética..." ou por uma "... Reitoria que se traveste de democrática...". Não aceitam oportunística, sectária e apaixonadamente, a deliberação do órgão máximo da FCAP em realizar a eleição para a lista sêxtupla pelo voto representativo da comunidade, regimentalmente estabelecido como sendo uma manifestação também democrática. Só aceitam e reconhecem a eleição dos Diretores e Reitores pelo voto direto universal, nos moldes populistas, o que, segundo a própria Secretária Nacional de Ensino Superior, Professora Eunice Ribeiro Durham, "... se o populismo é uma doença da democracia, quando se trata de um país, no caso das universidades é uma doença mortal", conforme artigo publicado no Informativo MEC nº 9 de 6/11/91, transcrito em O Liberal de 23/05/92, em que afirma também que "Nem a lista sêxtupla, nem a eleição indireta, nem a responsabilidade do Conselho na sua elaboração são, em si, práticas antidemocráticas.

22. Afirmar que em 1988 aconteceu o primeiro processo de eleições diretas para Diretor da FCAP, bem demonstra a distorção de fatos costumeiro no grupo minoritário.

Em novembro de 1987, o Diretor da Faculdade através de Memorando Circular encaminhado a todos os segmentos da Instituição, informou que a reunião da Congregação para eleger a lista sêxtupla deveria ocorrer até o final do mês de março de 1988.

Em meados de janeiro, como ninguém tenha manifestado desejo

sobre consulta, o Diretor iniciou esse trabalho junto aos diversos setores da FCAP, pedindo sugestão de professores e funcionários, num total de 325 consultas.

Apurados os resultados dessa consulta, o Diretor elaborou uma sugestão de lista sêxtupla.

Na primeira quinzena de março a Associação dos Docentes reunida, decidiu que iria fazer uma consulta somente entre seus membros, não participando de nenhuma outra consulta, decisão esta ratificada em outra reunião. Realizada a consulta, a Associação dos Docentes igualmente chegou a uma sugestão de lista, que encaminhou à Diretoria pedindo para ser levada à Congregação.

O grupo de professores que foi vencido, o mesmo que lidera os movimentos ilegais e baderneiros atuais, inconformado, juntou-se a um grupo de alunos e servidores e, às vésperas da reunião da Congregação realizou uma eleição com chapas marcadas, chegando a uma lista que satisfazia seus desejos de poder a qual encaminhou para a Congregação com o pedido ilegal e injustificado de homologação.

Ainda assim o Diretor levou as três listas para a reunião da Congregação, explicando detalhadamente a metodologia de obtenção de cada uma. A Congregação, livremente, escolheu sua lista sêxtupla dentre as três listas apresentadas.

Como ocorre nos dias de hoje, naquela ocasião, um grupo extremado passou a agredir os membros da Congregação, chegando ao absurdo de uma ex-aluna ter agredido fisicamente o Diretor, suscitando medidas legais contra a ex-discente.

23. As acusações de irregularidades assacadas à Direção da Faculdade é mais uma prova cabal de ignorância no que tange ao comportamento administrativo da atual Diretoria da FCAP.

Dessa maneira as acusações de fraude em concursos públicos são objeto de representação penal junto ao Juiz Federal no Estado do Pará, com vistas a apuração dos fatos e responsabilidades dos culpados que certamente, considerando a especialização da Justiça, chegará a elucidação da verdade, de maior interesse da própria Faculdade.

Ressalte-se ainda que, no momento, o Professor William Gomes Valle responde a inquérito administrativo por calúnia e difamação, e por motivo diverso está sendo aberta sindicância para apurar atos lesivos à União Federal praticados pelo Professor Carlos José Esteves Gondim, que recebeu bolsa de ajuda pecuniária por 3 anos, para curso de Doutorado sem nunca ter-se matriculado em tal curso, apesar de apresentar relatório afirmando já ter concluído os créditos do curso na Universidade de Campinas (UNICAMP).

24. Quanto à afirmação de que os professores que pediram transferência estarão sujeitos a retaliações e perseguições é mais uma afirmação leviana e irresponsável do grupo minoritário. A atual administração da Faculdade sempre coloca a Instituição acima das questões pessoais, e assim repudia de forma veemente qualquer atitude contra componentes da comunidade acadêmica que não comunguem da atual linha de ação da administração da Instituição.

Continuação...



Todavia, a posição de tolerância até então adotada frente ao comportamento extremado, radical, inconseqüente e indisciplinado de uma minoria de docentes, discentes e servidores, não pode ser confundida como uma atitude de fraqueza na repressão da baderna, do vandalismo e das ofensas pessoais.

Se assim pensam, enganam-se os componentes do grupo minoritário de professores, servidores e alunos, pois suas ações nefastas e totalmente incompatíveis com o que dispõe o Art. 31 do Regimento Interno da FCAP, serão devidamente apuradas, com aplicação das respectivas apenações que estão capituladas nos dispositivos legais vigentes.

25. E-te documento tem procurado repor a verdade dos fatos distorcidos, contidos no expediente encaminhado pelo grupo minoritário da Faculdade que, tendo sido democraticamente derrotado nas decisões da Egrégia Congregação, e sob a égide do desespero e da ilegalidade, tenta agora, como último recurso, entregar a FCAP à UFPa sob o pretexto de que a encampação somente trará benefícios a toda a comunidade.

Suas idéias distorcidas alegam que também virá no bojo da integração a democracia, esquecendo-se que esta pressupõe respeito às leis vigentes, renegadas pelo grupo. Esquecem ou fazem que não vêem, que em declarações recentes prestadas pelo Senhor Reitor da UFPa à imprensa televisada, afirmando que a encampação somente trará benefícios à Universidade.

O radicalismo de postura é tão gritante que na reunião da Congregação, convocada para eleger a lista sêxtupla para o provimento do cargo de Diretor, realizada em 23/06/92, abusaram de medidas agressivas e anti-democráticas aos demais membros da Congregação, fazendo com que a reunião, após a realização de dois escrutínios dos seis previstos, fosse suspensa pelo Presidente do colegiado por absoluta falta de garantias e segurança, mesmo com a presença de efetivos da Polícia Federal, chamada para a manutenção da ordem, por sugestão da Justiça Federal em decisão que não acatou Medida Cautelar para garantir a ordem durante a reunião. Na tentativa de intimidar e mesmo impedir a eleição os Professores Antônio Cardoso, Ruth Tavares, Raimundo Nélson Silva, Ancré Luiz de Souza, Dulcidéia Palheta, José de Arimatéia Freitas e o representante discente Afonso Tavares, mesmo após entregarem à mesa um documento, onde se recusavam a participar da votação para eleição da lista sêxtupla, cercaram a cabine indevassável como tentativa de impedir a livre votação dos demais membros, numa clara demonstração de que o único objetivo do grupo era a conturbação da reunião, o que afinal conseguiram, face a própria Polícia Federal ter se manifestado impossibilitada de garantir a ordem sem gerar conflitos graves. Fora do recinto um grupo de pessoas exaltadas, dentre as quais membros da comunidade da Universidade Federal do Pará (docentes, discentes e servidores), gritavam palavras de baixo calão, ofensas pessoais aos membros da Congregação, culminando com ameaças de agressão física a diversos dos presentes.

Isto posto, reafirmamos que o processo de encampação deflagrado não passa de um movimento gestado por uma minoria que

Continuação...



quer impor suas aspirações de poder em flagrante desacordo com a legislação pertinente, movimento esse aproveitado de maneira irresponsável, aética e oportunista pelo Senhor Reitor da UFPa, tentando criar de forma facciosa, uma série de acusações e afirmações mentirosas no afã de criar um clima de baderna que tornaria irreversível a encampação da FCAP, uma instituição respeitada nacional e internacionalmente.

Belém, 24 de junho de 1992

Prof. JOSÉ FERNANDO LUCAS DE OLIVEIRA
Diretor da FCAP

# ANEXO II

Exposição de Motivos nº 184, de 30.07.1992, do Ministro da Educação José Goldemberg ao Presidente da República, com Anexos

Prof. Walkiria

Em 30 de julho de 1992.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De há muito vem a Universidade Federal do Pará, entidade autárquica vinculada a este Ministério, se ressentindo da necessidade de manter cursos na área das Ciências Agrárias. Assim, já em 1971, previu em seu Regimento, um Centro Agropecuário, até hoje sem condições de efetivo funcionamento, em razão da existência da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, autarquia também vinculada ao Ministério da Educação.

Ao longo dos anos, várias gestões foram feitas, por parte da Universidade, no sentido de que a referida Faculdade a ela se incorporasse, sem que tais iniciativas obtivessem êxito.

Recentemente, por iniciativa da comunidade acadêmica da Faculdade, foi encaminhado à Reitoria da Universidade, um documento pleiteando a transferência da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará para a Universidade. Assinaram o referido documento 60% dos Chefes e Subchefes de Departamentos, a unanimidade dos Coordenadores dos Cursos de

Graduação, 80% dos professores com título de doutor e 50% dos professores titulares, além de parcela ponderável das demais categorias docentes e dos servidores.

Por outro lado, estudantes da Faculdade encaminharam à Reitoria da Universidade um documento, contendo abaixo-assinado, pugnando pela "integração da FCAP à Universidade Federal do Pará" ou "a encampação da FCAP pela UFPA".

Este movimento de incorporação da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará na Universidade rompeu os limites das duas instituições recebeu adesões de grande parcela da classe política, de sindicatos e lideranças de vários municípios, entidades de classe, enfim, das forças vivas do Estado, por meio de cartas, telegramas, abaixo-assinados, inclusive telefonemas, o que comprova a receptividade que o tema encontrou na sociedade.

Acredita o Ministério da Educação que a incorporação, além de atender a uma justa reivindicação da comunidade da Faculdade e, de resto, de todo o Estado do Pará, atenderá, também, às necessidades da Universidade Federal do Pará de maior interação com a comunidade regional, principalmente por meio de seus nove Campi espalhados por todo o Estado.

Biteralmente, o ensino, a pesquisa e a extensão, na área das Ciências Agrárias, na Universidade,terão maiores e melhores condições de se expandir e de crescer em qualidade. Além disso, o princípio da interdisciplinariedade será reforçado com a incorporação dos cursos e das pesquisas na Universidade.

Por último, a medida ora proposta visa, antes de tudo, a atender ao espírito da Lei nº 5.540, de 1967, que

Continuação...

proclama a Universidade como a instituição de ensino padrão, além de propiciar substancial redução de gastos, na medida em que se evitará a dispersão de recursos ou duplicidade de meios para um mesmo fim.

Assim, tenho a honra de submeter a Vossa Excelência, o anexo anteprojeto de lei que extingue a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, incorporando seus cursos e todo o seu acervo material e humano na Universidade Federal do Pará.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência as homenagens de estima e do meu profundo respeito.

JOSÉ GOLDEMBERG
Ministro da Educação

ANEXO II-A

Minuta de Projeto de Lei que extingue a FCAP
e incorpora seus cursos na UFPA

PROJETO DE LEI Nº DE DE DE 1992

Dispõe sobre a extinção da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, incorpora seus cursos na Universidade Federal do Pará e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica extinta a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, autarquia de regime especial, criada pelo Decreto-Lei nº 8.290, de 5 de dezembro de 1945.

Parágrafo único. Passam a integrar, sem solução de continuidade e independentemente de quaisquer formalidades, ao Centro Agropecuário da Universidade Federal do Pará, os cursos de Agronomia, Engenharia Florestal e Medicina Veterinária, atualmente ministrados pela autarquia ora extinta.

Art. 2º Passam a compor o Quadro de Pessoal da Universidade Federal do Pará os atuais integrantes do Quadro de Pessoal Docente e Administrativo da extinta Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, respeitados os direitos e vantagens adquiridos até a data de publicação desta Lei.

Art. 3º Ficam transferidos para a Universidade Federal do Pará os recursos orçamentários atualmente consignados em favor da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará e, bem assim, os recursos financeiros, e os bens móveis e semoventes, inclusive os direitos e obrigações que compõem o acervo atual da referida autarquia.

Parágrafo único. O Ministro da Educação constituirá comissão que fará o levantamento dos bens previstos neste artigo, os quais, após avaliação, serão entregues à Universidade mediante termo de entrega e recebimento.

Art. 4º Os alunos, atualmente matriculados nos cursos ora transferidos, passam a integrar o corpo discente da Universidade independentemente de adaptação ou qualquer outra formalidade.

Continuação...

Art. 5º Ficam extintos os cargos de Diretor e Vice-Diretor da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, transferindo-se os demais cargos de direção (CD) e as funções gratificadas (FG) para a Universidade Federal do Pará.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e especialmente o Decreto-Lei nº 8.290, de 5 de dezembro de 1945.

## ANEXO II-B

Parecer do Consultor Jurídico Moisés Teixeira de Araújo à Srª Secretária Nacional de Educação Superior, Referência: Processo nº 23073.014683/92-16

Interessada: Universidade Federal do Pará

Assunto: Extinção da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará e Incorporação de seus Cursos ao Centro Agropecuário da Universidade Federal do Pará.

Referência: Processo nº 23073.014683/92-16

Senhora Secretária Nacional da Educação Superior:

O Professor Nilson Pinto de Oliveira, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Pará, nos termos do Ofício nº 365 de 1992, de 17 de junho de 1.992, submete ao Senhor Ministro desta Pasta o pedido de incorporação da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará àquela Universidade.

A proposta envolve a extinção da Faculdade Ciências Agrárias do Pará, autarquia, de regime especial, criada pelo Decreto nº 8.290, de 05.12.45, com a denominação de Escola de Agronomia da Amazônia, a qual foi alterada pelo Decreto nº 70.268, de 08 de março de 1972, transformada em autarquia pelo Decreto nº70.686, de 07.06.72, em decorrência do disposto no art. 4º, da Lei número 5.540, de 28.11.68. Com a extinção proposta, os cursos ministrados pela Faculdade serão incorporados ao Centro Agropecuário da Universidade Federal do Pará, com a redistribuição dos servidores, transferência dos recursos orçamentários e financeiros e incorporação dos bens móveis, imóveis e semoventes.

O processo vem acompanhado de decisão do Conselho Universitário da Universidade Federal do Pará, favorável à pretendida incorporação.

Igualmente instrui o processo o Parecer do Dr. Roberto A.R. de Aguiar, elaborado em decorrência de consulta formulada pelo Magnífico-Reitor da Universidade Federal do Pará, e um outro de autoria do Dr. Sérgio Ferraz.

No primeiro Parecer do Dr. Roberto A.R. de Aguiar, após discorrer sobre a legislação e doutrina envolvendo a matéria, às questões apresentadas pela Universidade Federal do Pará, respondeu:

> "7 . Respostas às questões apresentadas pelo Magnífico Reitor.
>
> 7.1. Pode a Universidade Federal do Pará incorporar a FCAP?
>
> Resposta: A Universidade Federal do Pará, à luz do que prescreve o artigo 52, caput, da Lei nº 5.540/68 e pelo que dispõem os artigos 11, V e 110 do seu Estatuto vigente, pode incorporar a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, tanto no que se refere a seus serviços, como também seu patrimônio, recursos materiais e humanos, sem qualquer óbice legal ou impedimento estatutário.
>
> 7.2. Qual o instrumento hábil para a incorporação?
>
> Resposta: Em regra, as autarquias são extintas por lei, José Cretella Júnior, in Enciclopédia Saraiva do Direito, São Paulo, Saraiva, 1978, V. 9, p.154, sobre a questão assim preleciona:
>
> > " Por fim, a extinção ou desaparecimento (da autarquia) que se dá também por lei."

Nada obstante, conclui que a Lei nº 5.540/68, em seu art. 52, determina a incorporação das Universidades Rurais e dos institutos isolados, por extensão, e, conseqüentemente, se efetivada tal incorporação, desaparecerá a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará.

Por sua vez, o Dr. Sérgio Ferraz, invocando o artigo 37, ítem XIX, da Constituição Federal, entende que assim como a criação das entidades ali enumeradas, há de ser por Lei específica, também o é quanto à desconstituição.

Por seu turno, mencionado Parecerista traz a colação os arts. 7º e 8º, da Lei nº 5.540/68, o 1º dispondo que as Universidades organizar-se-ão diretamente ou mediante a reunião de estabelecimentos já reconhecidos, e o 2º dispondo que, sempre que possível,

deverão os estabelecimentos isolados de Ensino Superior incorporar - se às Universidades, para concluir pela viabilidade de efetivação da incorporação através do instrumento do Decreto do Poder Executivo.

Contrário a tais entendimentos é o relatório apresentado pelos Assistentes Jurídicos Abdias Bispo de Oliveira e Manoel Benevides Filho, de 06.07.92, sustentando que incorporação somente poderá ocorrer mediante Lei específica, e assim o fazem firmes no art. 48, incisos X e XI, da Constituição Federal.

O art.52, da Lei nº5.540/68, invocado pelo Dr. Roberto A.R. de Aguiar, para sustentar a viabilidade da medida ser concretizada pela via de Decreto, se refere à incorporação de estabelecimento de ensino e pesquisa pelas Universidades Rurais, mantidas pela União, e verificada a impossibilidade, prevê que as mesmas sejam incorporadas pelas Universidades Federais.

Daí, não merecer aplicação de mencionada disposição, no caso em espécie, uma vez que a Universidade Federal do Pará não é Rural, e a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará não é Universidade Rural e, portanto, está fora do raio de incidência de que trata o mencionado artigo 52, e § único da Lei nº 5.540/68.

No que tange à invocação do art. 8º , da Lei número 5.540/68, invocado pelo Dr. Sérgio Ferraz, a incorporação nele prevista, ante a expressão " sempre que possível", condiciona tal ato à conveniência de oportunidade administrativa.

O fato é que, como muito bem sustentou o Dr. Sérgio Ferraz, a Lei nº 5.540, de 28.11.68, é uma Lei especial. Dada a sua especialidade, a mesma é voltada para a fixação das normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, pelo que o seu objeto primordial está voltado para área pedagógica.

Assim, não se pode admitir, mesmo que implicitamente, que a Lei nº 5.540/68, tenha previsto a extinção de autarquias com a conseqüente transferência de recursos orçamentários e financeiros, e bem assim incorporação do patrimônio constituídos dos bens móveis, imóveis e semoventes, para outra instituição.

Nos precisos termos do Decreto-Lei nº 200, de 25.02.67, as entidades da administração indireta são dotadas de

personalidade jurídica própria, e o art. 5º do mesmo diploma legal muito bem define o que seja autarquia, verbis:

> "Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:
>
> I - Autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada."

A incorporação pleiteada é um ato complexo, pois envolve a transferência de patrimônio de uma autarquia criada por Lei, e nesse sentido o Dr. Aldrovaldo Mesquita da Costa, quando Consultor-Geral da República, em seu Parecer H-525, aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República em 14.06.67, publicado no D.O.U. de 21.06.67, muito bem sustentou:

> " 8. Com efeito, a característica principal do ente autárquico é ter sido criado por lei; seu patrimônio, dela decorre. Muito embora se trate de entidade pública, seus bens não se confundem com os da União. De conseguinte, a desvinculação deles depende de autorização legislativa.
> 9. Em conseqüência, para que se possa transferir o imóvel em aprêço, mesmo que o patrimônio da União, desvinculando-o do patrimônio da Superintendência das Emprêsas Incorporadas ao Patrimônio da União, é necessário autorização legislativa."

E mais, o Dr. Luiz Rafael Maya, quando Consultor-Geral da República, em seu Parecer L-202, aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Repúbica em 07.08.78, publicado no D.O.U do dia imediato, ao apreciar a consulta envolvendo doação de bens públicos autárquicos proclamou:

> EMENTA: A autorização legal genérica para a alienação de bens das autarquias, declarados disponíveis, a exemplo do que consta no art.42 e §§ da lei institucional do DNOCS (Lei 4.229/63, altera-

> da pelas Leis números 6.084/74 e 6.232/75), não é compreensiva do poder de dispor sob a forma de doação, que, pelo caráter de liberalidade e excepcionalidade, em face da ordinária gestão do patrimônio público, reclama autorização expressa do legislador para atender a situações específicas".

No caso em exame, a autorização legal genérica para a alienação de bens imóveis de instituições federais de Ensino está na Lei nº 6.120, de 15 de outubro de 1974, a qual, em seu art. 5º preceitua:

> "Art. 5º - Em nenhuma hipótese será permitida a doação ou cessão gratuita, a qualquer título, de bens imóveis das instituições de que trata esta Lei".

Não resta dúvida de que a incorporação da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará para a Universidade Federal do Pará, representa verdadeiro ato de doação do patrimônio de uma autarquia e, para tanto necessária se torna autorização legislativa específica.

Acrescente-se que os recursos orçamentários e financeiros da Faculdade de Ciências Agrária do Pará, por força do art. 165, § 5º, inciso I, da Constituição Federal, decorre da Lei orçamentária anual, pelo que a sua transferência para outra autarquia, também exige autorização legislativa específica.

A recente reorganização administrativa levada a efeito pelo Governo Federal, implicando na extinção de órgãos e entidades da administração pública federal, inclusive transformação se fez através das Leis nºs 8.028 e 8.029, de 12 de abril de 1990.

Tal referência reforça o entendimento de que a extinção da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, autarquia, de regime especial, e o conseqüente destino de seu acervo, depende de autorização legislativa.

Por tais considerações, entendo não ser possível a extinção da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, com a incorporação de seus cursos, servidores, patrimônio, e recursos orçamentários e financeiros, pela via do instrumento de puro Decreto do Po-

Continuação...

É o meu parecer.

Consultoria Jurídica, 16 de julho de 1992

MOISÉS TEIXEIRA DE ARAÚJO
Consultor Jurídico

# ANEXO III

Documentação anexada ao Volume III do documento intitulado “Manutenção da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará como Estabelecimento Federal Isolado de Ensino Superior”, em novembro de 1992



7. DOCUMENTAÇÃO ANEXADA

- doc. 01 - Regimento Interno da FCAP.

- doc. 02 - cópia xerox do Informativo MEC nº 9, de 06/11/91, que publicou o artigo da Professora Eunice Durham, sob título "A escolha de dirigentes nas Universidades".

- doc. 03 - proposta de Consulta Prévia enviada pela Diretoria da FCAP aos diversos segmentos da Instituição.

- doc. 04 - cópia xerox de "A Província do Pará" de 06/03/92 dando conta de lançamento de candidatura à Diretoria da FCAP.

- doc. 05 - cópia xerox de "A Província do Pará" de 27/03/92 dando conta de lançamento de candidatura à Diretoria da FCAP.

- doc. 06 - cópia xerox de "O Diário do Pará" de 17/03/92 dando conta de lançamento de candidatura à Diretoria da FCAP.

- doc. 07 - cópia xerox de "O Diário do Pará" de 09/05/92 dando conta de lançamento de candidatura à Diretoria da FCAP.

- doc. 08 - cópia xerox de "O Liberal",de 8/3/92 com artigo de autoria do Prof. Antonio Cardoso, sobre a FCAP e seus planos para a sucessão na Instituição.

- doc. 09 - cópia xerox de "O Liberal", de 12/2/92 com artigo onde entidades assinam documento denominado "Luta pela Democracia", relacionada com a sucessão na FCAP.

- doc. 10 - cópia xerox de "O Liberal", de 24/3/92 com artigo de autoria do Prof. André Souza, sobre a FCAP, e eleições diretas para Diretor.

- doc. 11 - cópia xerox de "O Liberal", de 12/4/92, com artigo de autoria do Prof. Carlos Gondim, sobre a FCAP e seu processo sucessório.

- doc. 12 - cópia xerox de "O Liberal", de 4/4/92, com notícias sobre as eliçôes para Diretor da Entidade.

- doc. 13 - cópia xerox de "O Liberal", de 11/4/92, com notícias sobre as eliçôes para Diretor da Entidade.

- doc. 14 - cópia xerox de "O Liberal", de 20/4/92, com notícias sobre as eliçôes para Diretor da Entidade.

Continuação...



- doc. 15 - cópia xerox de "O Liberal", de 21/4/92, com notícias sobre as eleições para Diretor da entidade.

- doc. 16 - proposta de trabalho do Prof. Antonio Cardoso, com metas de sua gestão como Diretor da FCAP, com promessas de aumento salarial e horários diferenciados.

- doc. 17 - proposta de trabalho do Prof. Fernando Bemerqui, com metas para sua gestão como Diretor da FCAP.

- doc. 18 - memorando circular de convocação da 1ª reunião da Congregação realizada em 22/4/92.

- doc. 19 - Parecer nº 01/92 do membro da Congregação I. Falesi sobre normas para consulta prévia para eleição do Diretor da FCAP apreciada na 1ª reunião da Congregação de 22/4/92.

- doc. 20 - cópia xerox de "O Liberal" , de 23/4/92 sobre o resultado da reunião da Congregação de 22/4/92.

- doc. 21 - cópia xerox de "O Liberal", de 02/05/92, com artigo de autoria do Prof. Cardoso, sobre as eleições para Diretor da FCAP.

- doc. 22 - memorando circular de convocação da 2º reunião da Congregação a ser realizada em 08/4/92.

- doc. 23 - memorando circular de convocação da 2ª reunião da Congregação transferida para o dia 18/05/92.

- doc. 24 - cópia xerox de "O Liberal",de 12/05/92 dando conta de movimentos com vistas a pressionar os membros da Congregação para que votem por eleições diretas na FCAP.

- doc. 25 - cópia xerox de "O Liberal",de 18/05/92 dando conta de movimentos com vistas a pressionar os membros da Congregação para que votem por eleições diretas na FCAP.

- doc. 26 - cópia xerox de "O Liberal",de 17/05/92, com denúncias de fraudes/ irregularidades na FCAP, com o intuito de pressionar os membros da Congregação, diante da reunião a ser realizada em 18/05/92.

- doc. 27 - cópia do D.O.U. do dia 27/10/92, que publicou julgamento do TCU julgando improcedentes denúncias contra a administração da FCAP.

- doc. 28 - cópia xerox de "O Liberal", de 05/11/92, noticiando o julgamento do TCU sobre as irregularidades assacadas contra a direção da FCAP, julgadas improcedentes.

- doc. 29 - cópia do documento "Análise do parecer do relator I. C. Falesi referente ao Processo 1605/92" elaborado pelo representante discente na Congregação da FCAP, após pedido de vistas do Parecer nº 01/92.

Continuação...

doc. 30 - cópia xerox de "O Liberal", de 19/05/92, com notícias sobre os acontencimentos lastimáveis ocorridos após a reunião da Congregação de 18/05/92.

doc. 31 cópia xerox de "O Liberal", de 19/05/92, com notícias sobre os acontencimentos lastimáveis ocorridos após a reunião da Congregação de 18/05/92.

doc. 32 - cópia xerox de "O Liberal", de 20/05/92, com notícias sobre os acontencimentos lastimáveis ocorridos após a reunião da Congregação de 18/05/92, resultando na ocupação violenta da Instituição.

doc. 33 cópia xerox de "O Liberal", de 20/05/92, com notícias sobre os acontencimentos lastimáveis ocorridos após a reunião da Congregação de 18/05/92, resultando na ocupação violenta da Instituição.

doc. 34 - cópia xerox de "O Liberal", de 20/05/92, onde o membro da Congregação Italo Falesi critica a atidude dos estudantes, devido a ocupação da FCAP.

doc. 35 - cópia xerox de "O Diário do Pará",de 20/05/92, noticiando os acontencimentos lastimáveis ocorridos após a reunião da Congregação de 18/05/92, resultando na ocupação violenta da Instituição.

doc. 36 - cópia xerox de "O Diário do Pará",de 20/05/92, noticiando os acontencimentos lastimáveis ocorridos após a reunião da Congregação de 18/05/92, resultando na ocupação violenta da Instituição.

doc. 37 - cópia xerox de Editorial de "O Liberal", de 21/05/92 sobre a ocupação da FCAP e os métodos utilizados, característicos de terroristas internacionais.

doc. 38 - cópia xerox de "A Província do Pará", de 20/05/92 com notícia sobre os lastimáveis acontecimentos ocorridos após a reunião da Congregação de 18/05/92, resultando na ocupação violenta da FCAP pelos estudantes.

doc. 39 - cópia xerox de "A Província do Pará", de 20/05/92 com notícia sobre os lastimáveis acontecimentos ocorridos após a reunião da Congregação de 18/05/92, resultando na ocupação violenta da FCAP pelos estudantes.

doc. 40 - cópia xerox de "A Província do Pará", de 20/05/92 com notícia sobre os lastimáveis acontecimentos ocorridos após a reunião da Congregação de 18/05/92, resultando na ocupação violenta da FCAP pelos estudantes, mostra os prejuízos técnicos e científicos que advieram.

doc. 41 - cópia xerox de "O Liberal", de 22/05/92, sobre as ameaças sofridas por alguns membros da Congregação.

Continuação...



doc. 42 - cópia xerox de "O Liberal", de 22/05/92 veiculando notícia sobre os lastimáveis acontecimentos ocorridos após a reunião da Congregação de 18/05/92, resultando na ocupação violenta da FCAP pelos estudantes, mostra os prejuízos técnicos e científicos que advieram.

doc. 43 - cópia xerox de "O Liberal", de 22/05/92 veiculando notícia sobre os lastimáveis acontecimentos ocorridos após a reunião da Congregação de 18/05/92, resultando na ocupação violenta da FCAP pelos estudantes, mostra os prejuízos técnicos e científicos que advieram.

doc. 44 - cópia xerox de "O Liberal", de 22/05/92 veiculando notícia sobre os lastimáveis acontecimentos ocorridos após a reunião da Congregação de 18/05/92, resultando na ocupação violenta da FCAP, discutido na Câmara Municipal de Belém.

doc. 45 - cópia xerox de "O Diário do Pará", de 21/05/92 com notícia sobre os lastimáveis acontecimentos ocorridos após a reunião da Congregação de 18/05/92, resultando na ocupação violenta da FCAP pelos estudantes, mostra os prejuízos técnicos e científicos que advieram.

doc. 46 - cópia xerox de "O Liberal", de 23/05/92 veiculando notícia sobre os lastimáveis acontecimentos ocorridos após a reunião da Congregação de 18/05/92, resultando na ocupação violenta da FCAP pelos estudantes, mostra os prejuízos técnicos e científicos que advieram.

doc. 47 - cópia xerox de "O Liberal", de 24/05/92, sobre as ameaças sofridas por alguns membros da Congregação, tendo um deles inclusive solicitado garantias de vida.

doc. 48 - cópia xerox de "O Liberal", de 25/05/92, noticiando a tensão e expectativa para a reunião convocada de forma arbitrária pelo grupo derrotado na reunião de 18/5/92.

doc. 49 - cópia xerox de "O Diário do Pará", de 22/05/92, com a convocação para reunião da Congregação feita pelo grupo derrotado na reunião de 18/05/92.

doc. 50 - cópia xerox de telegrama fonado, de 24/05/92, com a convocação para reunião da Congregação feita pelo grupo derrotado na reunião de 18/05/92.

doc. 51 - cópia xerox de telegrama fonado, de 24/05/92, com a convocação para reunião da Congregação feita pelo grupo derrotado na reunião de 18/05/92.

doc. 52 - cópia da liminar concedida pela Justiça Federal, suspendendo a reunião convocada para o dia 25/05/92.

doc. 53 - cópia da liminar concedida pela Justiça Federal, suspendendo a reunião convocada para o dia 25/05/92.

Continuação...



- doc. 54 - cópia xerox de "O Liberal", de 26/05/92, noticiando a suspensão da reunião de 25/05/92, através de medida judicial.

- doc. 55 - cópia xerox de "O Liberal", de 26/05/92, noticiando a suspensão da reunião de 25/05/92, através de medida judicial.

- doc. 56 - cópia xerox de "A Provincia do Pará",de 26/05/92 noticiando a suspensão, por via judicial, da reunião convocada pelo grupo minoritário para o dia 25/05/92.

- doc. 57 - cópia da sentença proferida pelo Exmo. Juiz Federal Daniel Paes Ribeiro, julgando procedente o mandato de segurança requerido pelo grupo majoritário da Congregação, mostrando em seu bojo as tentativas de distorsão dos fatos, apresentados pelos impetrados e pelo Procurador da República.

- doc. 58 - Nota Oficial da FCAP após reintegração de posse da Entidade publicada em "A Provincia do Pará",de 28/5/92.

- doc. 59 - Nota Oficial da FCAP após reintegração de posse da Entidade publicada em "O Diário do Pará", de 28/05/92.

- doc. 60 - Nota Oficial da FCAP após reintegração de posse da Entidade publicada em "O Liberal", de 28/05/92.

- doc. 61 - cópia xerox de "O Liberal", de 27/05/92, noticiando a reitegração de posse judicial da Instituição.

- doc. 62 - cópia xerox de "O Liberal", de 31/05/92, noticiando a reitegração de posse judicial da Instituição ficando, porém, acampados em frente ao portão principal da Faculdade.

- doc. 63 - cópia xerox de "O Liberal", de 31/05/92, noticiando a reitegração de posse judicial da Instituição ficando, porém, acampados em frente ao portão principal da Faculdade.

- doc. 64 - cópia xerox de "A Provincia do Pará", de 13/06/92, noticiando a continuação do acampamento dos estudantes em frente ao portão da Instituição.

- doc. 65 - cópia xerox de "O Liberal", de 04/06/92, noticiando o inicio da negociação e pacificação da FCAP, entre o grupo minoritário e a Direção da Faculdade.

- doc. 66 - cópia xerox de "O Liberal", de 04/06/92, noticiando o inicio da negociação e pacificação da FCAP, entre o grupo minoritário e a Direção da Faculdade.

- doc. 67 - cópia xerox de "O Liberal", de 05/06/92, noticiando o inicio da negociação e pacificação da FCAP, entre o grupo minoritário e a Direção da Faculdade.

Continuação...



- doc. 68 - cópia xerox de "O Liberal", de 06/06/92, noticiando o início da negociação e pacificação da FCAP, entre o grupo minoritário e a Direção da Faculdade.

- doc. 69 - cópia xerox de "O Liberal", de 09/06/92, noticiando que a FCAP permanecia paralisada.

- doc. 70 - cópia xerox de "O Liberal", de 09/06/92, noticiando que a FCAP permanecia paralisada.

- doc. 71 cópia xerox de "O Diário do Pará", de 03/06/92, noti cia início da tentativa de negociação e pacificação entre o grupo minoritário e a Direção da Faculdade.

- doc. 72 - cópia xerox de "O Diário do Pará", de 04/06/92, noti cia início da tentativa de negociação e pacificação entre o grupo minoritário e a Direção da Faculdade.

- doc. 73 cópia xerox de "O Diário do Pará", de 06/06/92, noti cia início da tentativa de negociação e pacificação entre o grupo minoritário e a Direção da Faculdade.

- doc. 74 - cópia xerox de "O Diário do Pará", de 09/06/92, noti cia início da tentativa de negociação e pacificação entre o grupo minoritário e a Direção da Faculdade.

- doc. 75 - documento enviado ao Presidente da Congregação da FCAP por membros do grupo majoritário impondo condições de segurança para participar de novas reuniões da Congre gação, em função das ameaças sofridas.

- doc. 76 - cópia xerox de "O Liberal", de 10/06/92, noticiando a nova ocupação da FCAP pelos estudantes.

- doc. 77 - cópia xerox de "O Diário do Pará", de 10/06/92, noti-cia nova ocupação da FCAP pelos estudantes radicais.

- doc. 78 - cópia xerox de "A Província do Pará", de 10/06/92,com notícia da nova ocupação da FCAP pelos estudantes.

- doc. 79 - cópia xerox de "O Diário do Pará", de 12/06/92, noti-ciando a intenção de encampação da FCAP pela UFPa.

- doc. 80 - cópia xerox de "O Diário do Pará", de 13/06/92, noti-ciando a intenção de encampação da FCAP pela UFPa,com entrevista do Prof. Cardoso informando que o MEC envi ará um Diretor "Pró-Tempore" para a FCAP.

- doc. 81 - cópia xerox de "O Diário do Pará", de 13/06/92, noti-ciando a intenção de encampação da FCAP pela UFPa.

- doc. 82 - cópia xerox de "O Diário do Pará", de 20/06/92, com entrevista do Vice-Diretor da FCAP, criticando a tentativa de encampação da FCAP pela UFPa.

- doc. 83 - documento encaminha pelo Reitor da UFPa ao CONSUN, propondo unilateralmente a integração da FCAP.

Continuação...



- doc. 84 - cópia xerox da Nota Oficial da Direção da FCAP, publicada em "O Diário do Pará" respondendo às atitudes do grupo minoritário e a atitude aética e oportunista do Reitor da UFPa.

- doc. 85 - cópia xerox do "A Província do Pará", de 11/06/92 com notícias sobre a solicitação de encampação pelos estudantes da FCAP.

- doc. 86 - cópia xerox de "A Província do Pará", de 11/06/92 com notícias sobre a solicitação de encampação pelos estudantes da FCAP.

- doc. 87 - memorando circular de convocação da 3º reunião da Congregação a ser realizada em 23/06/92.

- doc. 88 - cópia da convocação para a reunião da Congregação do dia 23/06/92, feita através do Diário Oficial do Estado do Pará.

- doc. 89 - cópia xerox de "A Província do Pará",de 24/6/92,sobre os tumultos provocados pelos alunos durante a reunião da Congregação da FCAP, que escolheu os dois primeiros nomes da lista sêxtupla.

- doc. 90 - cópia xerox de "A Província do Pará",de 24/6/92,sobre os tumultos provocados pelos alunos durante a reunião da Congregação da FCAP, que escolheu os dois primeiros nomes da lista sêxtupla.

- doc. 91 - cópia xerox de "O Diário do Pará", de 24/06/92, sobre os tumultos provocados pelos alunos durante a reunião da Congregação da FCAP, que escolheu os dois primeiros nomes da lista sêxtupla.

- doc. 92 - cópia xerox de "O Diário do Pará", de 25/06/92, sobre os tumultos provocados pelos alunos durante a reunião da Congregação da FCAP, que escolheu os dois primeiros nomes da lista sêxtupla.

- doc. 93 - cópia xerox de "O Liberal", de 24/06/92, sobre os tumultos provocados pelos alunos durante a reunião Congregação da FCAP, que escolheu os dois primeiros nomes da lista sêxtupla.

- doc. 94 - cópia xerox de "O Liberal", de 24/06/92, sobre os tumultos provocados pelos alunos durante a reunião da Congregação da FCAP, que escolheu os dois primeiros nomes da lista sêxtupla.

- doc. 95 - cópia xerox de "O Liberal", de 25/06/92, sobre os tumultos provocados pelos alunos durante a reunião da Congregação da FCAP, que escolheu os dois primeiros nomes da lista sêxtupla.

- doc. 96 - cópia xerox de "O Liberal", de 27/06/92, sobre a chega de dois Consultores do MEC para tentar pacificar a FCAP.

Continuação...



- doc. 97 - memorando circular de convocação da 3ª reunião da Congregação a ser realizada em 15/07/92.

- doc. 98 - cópia da convocação para a reunião da Congregação do dia 15/07/92, feita através do Diário Oficial do Estado do Pará.

- doc. 99 - xerox da cópia autenticada da Ata da reunião da Congregação do dia 15/07/92, que elegeu a lista sêxtupla para o provimento do cargo de Diretor da FCAP.

- doc. 100 - cópia xerox do Ofício 192/92, de 20/07/92, que encaminhou ao MEC o processo completo da eleição da lista sêxtupla da FCAP.

- doc. 101 - cópia xerox do Informativo MEC nº 17, de 26/6/92, com colocações do então Ministro Goldemberg, sob título "O papel da Universidade".

- doc. 102 - cópia xerox de "O Liberal", de 20/06/92, que publicou em página inteira, o pedido de transferência de servidores e professores da FCAP para a UFPa e a solicitação de alunos pedindo a incorporação da FCAP pela Universidade Federal do Pará.

- doc. 103 - cópia xerox de "O Liberal", do dia 13/06/92, noticia a entrega do documento dos professores e servidores da FCAP ao Reitor da UFPa, em represália à escolha da lista sêxtupla.

- doc. 104 - cópia xerox de "O Liberal", do dia 18/06/92, noticia que o Conselho Universitário da UFPa acata pedido encampação da FCAP.

- doc. 105 - cópia xerox de "O Liberal", do dia 18/06/92, noticia que a UFPa aceita a encampação da FCAP.

- doc. 106 - cópia xerox de "O Liberal", do dia 18/06/92, que publicou Nota Oficial da UFPa, comunicando a aprovação pelo CONSUN da incorporação da FCAP.

- doc. 107 - cópia xerox de "O Liberal", do dia 20/06/92, noticia que o pedido de incorporação da FCAP já havia sido encaminhado ao MEC e que a professora Eunice Durham manifestou-se favorável a essa incorporação.

- doc. 108 - cópia xerox de "O Liberal", do dia 20/06/92, noticia que a Secretaria Nacional de Ensino Superior do MEC h havia recebido o pedido enviado pelo Reitor da UFPa e que a Dra. Eunice Durham manifestou-se favorável.

Continuação...



- doc. 109 - cópia xerox de "A Provincia do Pará",de 20/6/92, noticiando a remessa do pedido de incorporação da FCAP pela UFPa e que a Dra. Eunice Durham manifestou-se favorável e determinou prioridade à Consultoria do MEC para os estudos necessários e para a redação da exposição de motivos e anteprojeto a serem enviados à Presidência da República.

- doc. 110 -cópia do documento intitulado "FCAP:A Reposição da Verdade", de 24/06/92, em resposta aos documentos acolhidospelo Reitor, a respeito da incorporação da FCAP pela UFPa.

- doc. 111 - cópia xerox de "O Liberal",do dia 28/10/92, que publicou notícias sobre a decisão do CONSUN da UFPa aprovando eleição direta e universal para a escolha da lista séxtupla para o novo Reitor.

- doc. 112 - cópia xerox de "O Liberal",do dia 06/11/92, que publicou notícias sobre a escolha do mês de abril/93, para a eleição da lista séxtupla da UFPa.

- doc. 113 - cópia xerox de "O Liberal", do dia 28/10/92, noticia o lançamento da candidatura de uma Professora militante do PT para Vice-Reitor nas eleições da lista séxtupla da UFPa.

- doc. 114 - cópia xerox de "O Liberal", do dia 31/10/92, noticia a mivimentação de candidaturas e a reunião plenária do PT no pátio da Universidade, no dia 03/11/92.

- doc. 115 - cópia xerox de "O Liberal", do dia 29/10/92, publica notícias sobre candidaturas partidárias para eleição lista séxtupla da UFPa.

- doc. 116 - cópia xerox do panfleto "Servidor é Luta", comentando o processo da eleição da lista séxtupla da UFPa.

- doc. 117 - cópia xerox de "O Diário do Pará", do dia 05/11/92, noticiando que a Convergência Socialista está encontra dificuldades para indicar candidatos à eleição da lista séxtupla da Reitoria.

- doc. 118 - cópia xerox de "O Diário do Pará",de 18/10/92, noticiando críticas dos estudantes da UFPa sobre o Curso de Geologia.

- doc. 119 - cópia xerox de "O Liberal", do dia 1/11/92, que publicou notícia de um aluno da UFPa que abandonou o Curso,desiludido com a ausência de professores às aulas.

- doc. 120 - cópia xerox de "O Liberal", do dia 05/11/92, noticia que os alunos de Comunicação da UFPa estão sem aulas por falta de professores.

Continuação...



- doc. 121 - cópia xerox de "O Liberal", do dia 11/8/92, que publicou notícias sobre visita do Coordenador do Diretorio Acadêmico da FCAP, em que declarou que o Ministro E. Tinoco é favorável à incorporação da FCAP.

- doc. 122 - cópia xerox de "A Provincia do Pará", de 23/9/92, que publicou que o Reitor da UFPa, em conversa com o Ministro Tinoco, recebeu a informação de que o Ministro era favorável à incorporação da FCAP.

- doc. 123 - cópia xerox de "O Liberal", do dia 11/9/92, que publicou entrevista do Prof. Cardoso, onde informa que levou pessoalmente ao MEC a proposta de incorporação e que esteve reunido com o Dr. Rodolfo Pinto da Luz, Secretário Nacional de Ensino Superior e com o Assessor do Ministro, Dr. Hélio Leite que disseram a ele, que "vêem com bons olhos a incorporação".

- doc. 124 - cópia da carta aberta dirigida à Comunidade da FCAP, em set/92, assinada por 2 alunos e 1 professor, contendo uma série de inverdades, em acusações contra a Diretoria da FCAP.

- doc. 125 - cópia do documento intitulado "Esclarecimentos à Comunidade da FCAP", da direção da FCAP, contestando as acuções da "Carta Aberta", de autoria dos 2 alunos e professor repelido nas diversas eleições para a escolha da lista sêxtupla.

- doc. 126 - cópia da carta do Prof. William G. Vale, dirigida à Comunidade da FCAP, escrita em baixo nivel.

- doc. 127 - cópia xerox de "O Liberal", do dia 24/10/92, que publicou a notícia sobre a constituição de uma Comissão para apresentar relatório sobre a "crise na FCAP".

- doc. 128 - cópia xerox de "O Liberal", do dia 29/10/92, que publicou entrevista do aluno-servidor Presidente da ASFCAP fazendo comentários sobre a Comissão constituída pelo Ministro da Educação e reiterando denúncias contra a administração da FCAP.

- doc. 129 - cópia do Of. 302/92, de 3/11/92, da direção da FCAP, dirigida à Redação de "O Liberal", contestando as denúncias da entrevista publicada no dia 29/10/92 do servidor-aluno.

- doc. 130 - cópia xerox de "O Liberal", do dia 06/11/92, que publicou a resposta da direção da FCAP contestando a entrevista do servidor-aluno, concedida ao Jornal "O Liberal" do dia 29/10/92.

## ANEXO IV

Ofício do Presidente da comissão constituída para emitir relatório sobre a proposta de incorporação da FCAP pela UFPA ao Ministro da Educação

Brasília, 2 de dezembro de 1992

Ao Dr. Hélio Leite
Para examinar.
Rodolfo Joaquim Pinto da Luz 2/12/92
Secretário de Educação Superior
SESu/MEC

Senhor Ministro,

Dirigimo-nos a Vossa Excelência para apresentar o relatório da análise da proposta de incorporação da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará - FCAP pela Universidade Federal do Pará - UFPA - de que trata a Portaria nº 1569, publicada no D.O.U. de 23 de outubro de 1992.

A comissão fez os questionamentos que julgou pertinentes e examinou "in loco" a situação de funcionamento da FCAP.

Constam do relatório: as atas das reuniões; as avaliações individuais e a documentação coletada durante a análise.

Esperamos Sr. Ministro ter cumprido com as determinações de Vossa Excelência e assim subsidiar a sua alta decisão.

Sem mais, aproveitamos o ensejo para apresentar os nossos protestos de alta estima e distinta consideração.

Prof. Gilberto Aquino Benetti
Presidente da Comissão

Publicação impressa na GTR Gráfica e Editora, em Belém-PA. Composição nas fontes Dampfplatz e Times New Roman. Miolo impresso em papel papel couchê fosco 150 g/m$^2$. Capa dura revestida em papel couchê fosco 150 g/m$^2$. Sobrecapa no papel couchê fosco 170 g/m$^2$.

FSC
www.fsc.org
MISTO
Papel produzido
a partir de
fontes responsáveis
FSC® C107125

ISBN 978-85-7295-089-3
9 788572 950893

FSC
www.fsc.org
MISTO
Papel produzido
a partir de
fontes responsáveis
FSC® C107125

ISBN 978-85-7295-089-3
9 788572 950893